

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A MIGRAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

ANAIS DO VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES – ENSM

Ricardo Rippel

Jonas da Silva Henrique

Organização



GT Migração

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

1ª Edição – Volume 2

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia – UFMG
23 a 25 de Outubro de 2013, Belo Horizonte – MG

ISBN 978-85-85543-30-3

Ricardo Rippel
Jonas da Silva Henrique
Organização

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A MIGRAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

ANAIS DO VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES – ENSM

GT Migração
ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

1ª. Edição

Volume 2

Belo Horizonte – MG

2015

Ficha Catalográfica elaborada por: Marilene de Fátima Donadel
CRB 9/924

Encontro Nacional sobre Migração (8., 2013, out. 23-25 : Belo Horizonte, MG)

E56a

Anais [do] VIII Encontro Nacional sobre Migração [recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Grupo de Trabalho Migração; organização de Ricardo Rippel, Jonas da Silva Henrique. -- Belo Horizonte, MG. : ABEP, 2013
World wide web

Evento realizado no período de 23 à 25 de outubro de 2013, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Tema: "Reflexões teóricas sobre a migração no início do século XXI"

Modo de acesso: <http://www.ndrunioeste.com.br/quem-somos-who-we-are/>
<http://www.ndrunioeste.com.br/ebooks-publicações/>

ISBN: 978-85-85543-30-3

1. Migração – Congressos 2. Urbanização - Brasil - Congressos 3. Migração interna - Brasil - Congressos 4. Migração rural-urbana - Brasil - Congressos 5. Brasil - Migração - Congressos 6. Brasil - População - Congressos I. Associação Brasileira de Estudos Populacionais II. Rippel, Ricardo, org. II. Henrique, Jonas da Silva, org. III. T.

CDD 20. ed. CDD 304.8063

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS
GRUPO DE TRABALHO MIGRAÇÃO**

**ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO
Belo Horizonte, 23, 24 e 25 de outubro de 2013**

ANAIS

2015

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

Presidente: Cassio Maldonado Turra (Cedeplar/UFMG)

Vice-Presidente: Elisabete Dória Bilac (Nepo/Unicamp)

Secretária Geral: Ana Silvia Volpi Scott (Unisinos)

Tesoureiro: Gabriel Mendes Borges (IBGE)

Suplente: Flavio Henrique Miranda de Araújo Freire (CCET/UFRN)

GT Migração / ABEP

Coordenador do GT de Migração: Ricardo Rippel

Vice Coordenadora do GT Migração: Marley Vanice Deschamps

Organização dos Anais

Ricardo Rippel

Jonas da Silva Henrique

**COMISSÃO CIENTÍFICA DO VIII – ENCONTRO NACIONAL SOBRE
MIGRAÇÕES**

Alberto Augusto Eichman Jakob (NEPO – UNICAMP)
Alexandre Magno Alves Diniz (PUC – BH – MG)
Alisson Flávio Barbieri (CEDEPLAR – UFMG)
André Braz Golgher (CEDEPLAR – UFMG)
Antônio Tadeu de Oliveira (IBGE)
Crislaine Colla (UNIOESTE)
Dimitri Fazito de Almeida Rezende (CEDEPLAR – UFMG)
Duval Fernandes Magalhães (PUC – BH – MG)
Fausto Reynaldo Alves de Brito (CEDEPLAR – UFMG)
José Marcos Pinto da Cunha (NEPO – UNICAMP)
José Irineu Rangel Rigotti (CEDEPLAR – UFMG)
Kleber Fernandes de Oliveira (UFS)
Marden Barbosa de Campos (IBGE)
Marisa Valle Magalhães (IPARDES)
Marley Vanize Deschamps (UNC)
Ralf Edmundo da Silva Mattos (IGC – UFMG)
Ricardo Alexandrino Garcia (IGC – UFMG)
Ricardo Ojima (UFRN)
Ricardo Rippel (UNIOESTE)
Roberto Luiz do Carmo (NEPO – UNICAMP)
Rosana Baeninger (NEPO – UNICAMP)
Weber Soares (IGC – UFMG)

APRESENTAÇÃO

O GT Migração da ABEP – (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) foi criado em 1991 com o propósito de reunir estudiosos interessados em ampliar e aprofundar o debate sobre os marcos conceituais, o referencial teórico, metodológico e empírico das migrações internas e internacionais no Brasil. As estreitas conexões existentes entre os fluxos migratórios, nacional e internacional, e os fenômenos relativos à fecundidade e à mortalidade, bem como, a amplitude das questões que esses fluxos ensejam no tocante ao desenvolvimento territorial, ao mercado de trabalho, ao emprego, ao ambiente, às políticas sociais etc. demandam do GT, na consecução desse propósito, o recurso da discussão mediante vários campos do conhecimento, daí seu caráter interdisciplinar.

É ao abrigo desse caráter que o GT de Migração vem promovendo, desde 1997, em escala nacional, encontros bianuais sobre migrações. O primeiro encontro foi realizado em Curitiba no ano de 1997; e Ouro Preto sediou em 1999 o segundo; e em virtude da concentração de esforços demandada dos estudiosos da migração no tocante à participação deles no XXIV Conferência Geral da IUSSP, ocorrida em Salvador em 2001, não foi possível a realização, naquele ano, do terceiro encontro, que só viria a ser realizado em Campinas, no ano de 2003.

É assim retomada a sequência de realizações de encontros de bianuais, de modo que em 2005 ocorreu o quarto encontro no Rio de Janeiro; o quinto aconteceu em Campinas, em 2007. No ano de 2009 esforços foram empreendidos para realizar o VI Encontro Nacional sobre Migrações em Belo Horizonte. O encontro aconteceu no mês de agosto, no âmbito da primeira atividade acadêmico-científica da ABEP, o Seminário Cairo +15. Já o VII Encontro Nacional sobre Migrações ocorreu em Curitiba de 10 a 12 de Outubro de 2011.

O VIII Encontro ocorreu em Outubro de 2013 em Belo Horizontes na UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, nas dependências da FACE, promovido pelo GT Migração da ABEP e pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia – UFMG / CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, sendo que os textos aqui publicados foram selecionados e apresentados durante evento.

Este encontro contou com apoio financeiro do CNPQ e da CAPES, e tinha como objetivo congregar estudiosos de migração para uma reflexão a respeito das características do fenômeno migratório atual, de modo que o tema escolhido para o evento foi:

“Reflexões teóricas sobre a migração no início do Séc. XXI,”

Desdobrado em duas mesas redondas com os seguintes títulos: 1) *Migração e Mobilidade na nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*; 2) *Análises Teóricas Sobre as Migrações Internas*; e sete sessões temáticas cujos títulos foram:

- 1) O novo contexto das migrações internas no Brasil: recrudescimento ou diminuição da mobilidade populacional nacional?
- 2) Migração, integração e transformações das fronteiras geográficas nacionais perspectivas no Brasil do início do século XXI
- 3) Retorno, pendularidade, circularidade e redes nos movimentos migratórios: a “despolarização” da economia nacional, a espacialização das atividades econômicas. Qual o papel das RMS no processo?
- 4) Considerações, análises e reflexões teóricas sobre a migração no Séc. XXI
- 5) As interfaces e conexões da migração, meio ambiente e trabalho
- 6) Fontes de dados, mensuração, e uso de ferramentas de georreferenciamento para o estudo e a análise dos fluxos migratórios.
- 7) Os movimentos migratórios internacionais no contexto da crise mundial e a política externa brasileira atual – ações e reações

A intenção maior do evento era a de congregar estudiosos da migração para uma discussão das questões relativas ao tema central, para diagnósticos dos avanços e das lacunas das áreas temáticas e bem como para a preparação de uma agenda de norteamento da área da migração no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP para o ano de 2014.

O Encontro foi um dos maiores já realizados, contando com elevada submissão de trabalhos e grande participação de pesquisadores de diversas partes do Brasil e até do exterior, agregando investigadores da área e interessados de várias universidades, instituições de pesquisa, órgãos de governo de todas as alçadas, além de bolsistas e estudantes tanto da pós-graduação quanto da graduação.

Quanto ao conteúdo este está apresentado em dois livros assim intitulados:

- “Reflexões Teóricas Sobre a Migração no Início do Século XXI – Anais do VIII Encontro Nacional Sobre Migrações – ENSM – Volume 1”
- “Reflexões Teóricas Sobre a Migração no Início do Século XXI – Anais do VIII Encontro Nacional Sobre Migrações – ENSM – Volume 2”

Livros/Anais estes resultantes do encontro, neles se vê que os textos aqui publicados permitem alcançar uma ideia da amplitude, da seriedade e da profundidade das questões e debates ocorridos durante o evento. Ademais além das contribuições apontadas, o encontro

permitiu chegar-se a um cenário das questões mais destacadas na análise de migração atual e futura, envolvendo questões como:

- a) migração e dinâmica do mundo do trabalho;
- b) análise e interpretação do panorama demográfico nacional recente a influência da migração no processo;
- c) transformações da migração frente às “novas territorialidade”
- d) a interdisciplinaridade de ciências várias, no estudo das migrações
- e) diferenças regionais e impactos nos movimentos migratórios
- f) formas diversas do fenômeno migratório, migração pendular, migração de retorno, movimentos nas regiões metropolitanas etc.,
- g) migração, cultura e a inclusão e exclusão.

Mediante todo este panorama de fatores, pode-se afirmar que o VIII – ENSM obteve êxito, seja em função da amplitude e da qualidade das discussões, seja pela capacidade que alcançou de atingimento de grande parte do território nacional, bem como pela sua consolidação como um evento de referência na área, acoplado ao prosseguimento das atividades da ABEP na abordagem da temática migração. De fato o encontro solidifica a tradição iniciada em 1997 de discussões a respeito do assunto seja pela ampliação do diálogo entre os estudiosos do assunto, seja pelo reforço da articulação dos centros de referência e seus pesquisadores em aprofundarem a análise, a interpretação e os estudos do fenômeno.

Se expressa aqui o nosso agradecimento e o reconhecimento do apoio recebido da CAPES, do CNPQ e do CEDEPLAR, sem os quais a realização do evento seria praticamente impossível. Agrademos ainda o empenho do CEDEPLAR, e de seus pesquisadores em particular da Prof. Dra. Simone Wajnman coordenadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia da UFMG, e de vários professores do programa, sem os quais o evento não teria acontecido com a organização e eficiência que aconteceu.

Agradecemos também de modo especial a Ana Paula de Almeida Pyló, da secretária da ABEP, cujo apoio e orientação foram fundamentais para o sucesso de evento; estendemos igualmente nosso agradecimento a todos aqueles que direta ou indiretamente apoiaram, divulgaram e prestigiaram o evento.

Ricardo Rippel

Coordenador – GT Migração - ABEP

Sumário

SESSÃO TEMÁTICA 5

As interfaces e conexões da migração, meio-ambiente e trabalho 1
Coordenação: Prof. Dr. Ricardo Ojima (UFRN)

Migrações e desenvolvimento - uma análise espacial do Paraná a partir das informações de trabalho e renda da RAIS - de 2000 a 2010 2

Crislaine Colla
Ricardo Rippel
Raquel Aline Schneider
Carlos Alberto Gonçalves Jr.

Dinâmica migratória e trabalho: algumas notas sobre desigualdades regionais para a década de 2000 20

Bárbara Estanislau
Rita Rocha

Entre duas metrópoles: mobilidades da população e a aglomeração urbana de Jundiaí no arranjo urbano-regional paulista 42

Jackeline de Pádua Pereira da Silva

Nos caminhos para o Nordeste: análise da migração de retorno no período recente 55

Tiago Carlos Lima do Nascimento
Ricardo Ojima

SESSÃO TEMÁTICA 6

Fontes de dados, mensuração, e uso de ferramentas de georreferenciamento para o estudo e a análise dos fluxos migratórios 66
Coordenação: Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira (UFS)

A mensuração da migração de data-fixa no Brasil através dos censos demográficos: dificuldades e inconsistências 67

Ricardo Alexandrino Garcia

Circulando entre técnicas 85

Késia Anastácio

Brasileiros retornados de Portugal: crise econômica e sua influência de retorno dos emigrantes da Microrregião de Governador Valadares 101

Alice Izabel da Veiga
Bruna Beatriz Pimenta

Os arranjos produtivos locais e os fluxos migratórios	108
Felipe Bertelli	
Ricardo Alexandrino Garcia	
Tereza Bernardes	

SESSÃO TEMÁTICA 7

Os movimentos migratórios internacionais no contexto da crise mundial e a política externa Brasileira atual – ações e reações	123
<i>Coordenação: Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes (PUC - MG)</i>	

A política e a legislação migratória brasileira sobre haitianos (2010-2013): das cotas de ingresso aos contornos de uma política migratória	124
Carolina de Abreu Batista Claro	

Na “trilha” dos projetos migratórios de brasileiros na França	126
Gisele Maria Ribeiro de Almeida	

Rotatividade e mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil	148
Carlos Lobo	
Ralf Matos	
Weber Soares	

SESSÃO TEMÁTICA 5

**AS INTERFACES E CONEXÕES DA MIGRAÇÃO, MEIO-
AMBIENTE E TRABALHO**

MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO – UMA ANÁLISE ESPACIAL DO PARANÁ A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE TRABALHO E RENDA DA RAIS – DE 2000 A 2010¹

*Crislaine Colla²
Ricardo Rippel³
Raquel Aline Schneider⁴
Carlos Alberto Gonçalves Junior⁵*

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica populacional é fortemente condicionada por fatores econômicos e de mercado assim como o crescimento e desenvolvimento pode influenciar na dinâmica demográfica. Com isso, evidencia-se a necessidade de identificar e acompanhar as principais transformações ocorridas ao longo do tempo e que demonstram relação econômica e de aspectos humanos e sociais. Para tanto, deve-se analisar o desenvolvimento de uma região/nação, principalmente quando associado ao termo crescimento.

Além da mortalidade e a fecundidade serem variáveis essenciais para a dinâmica demográfica, influenciando especialmente a estrutura etária, a migração é considerada de fundamental importância. As migrações são consideradas uma forma de ajustamento das desigualdades regionais e nacionais. Suas variáveis e condicionantes envolvem fatores econômicos, sociais, familiares que podem determinar a intensidade e direção dos movimentos migratórios. Ressalta-se ainda, que as condições de origem e destino dos migrantes são fundamentais para uma melhor percepção do fenômeno, ou seja, identificar os fatores de atração e de expulsão.

Existem diversas teorias que tratam das migrações e seus condicionantes. Cada uma delas enumera vários fatores que seriam responsáveis e determinantes para a mobilidade espacial da população. Dentre os fatores mais conhecidos estão os econômicos, sociais, políticos, familiares, domiciliares, psicológicos, entre outros.

As teorias que indicam os fatores econômicos como preponderantes são maioria e influenciam diversos estudos e outros modelos que podem explicar a mobilidade espacial da população. As teorias neoclássicas de autores como Ravenstein (1885), Harris e Todaro (1970), Singer (1976) relacionam o ato de migrar aos fatores econômicos e de mercado. Consideram que o emprego, a renda, a industrialização e suas fases, as formas de apropriação do capital, além de outros fatores econômicos são muito significativos para o deslocamento e para a dinâmica populacional.

¹ Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG, nas dependências da UFMG/FACE/CEDEPLAR – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

² Doutoranda em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus Toledo. Professora Assistente do curso de Ciências Econômicas da Unioeste/Campus Toledo. E-mail: collacris@yahoo.com.br.

³ Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do Curso de Economia da Unioeste/Campus Toledo, Doutor em Demografia – UNICAMP. Líder e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) Unioeste / CNPQ e Coordenador do GT Migração da ABEP. E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus Toledo. E-mail: raquelschneider03@hotmail.com

⁵ Doutorando em Economia do Desenvolvimento pela FEA-USP. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste/Campus Toledo. Professor Assistente do curso de Ciências Econômica da Unioeste/Campus Toledo. E-mail: carlosalbertojr@hotmail.com.

Já outros autores consideram que a decisão de migrar não é totalmente racional e envolve muitos outros fatores subjetivos. Autores como Oliveira e Stern (1971) Lee (1965), entre outros observam que as variáveis sociais e pessoais são condicionantes decisivos para o deslocamento.

O estado do Paraná passou por diversas transformações econômicas e sociais, o que foi acompanhado por mudanças na dinâmica populacional. Na década de 1940 o Paraná, refletindo forte atração exercida pela cultura do café sobre as migrações rurais-rurais, começou a se destacar como uma importante zona de fronteira e de absorção de fluxos migratórios inter-regionais e de modo especial inter-estaduais e manteve este comportamento e posição na década de 1950, fato que na década de 1960 não se reproduziu pois o Estado vivenciou uma redução drástica dos fluxos migratórios ali ocorridos (RIPPEL, 2005).

Este processo deu-se assim mantendo o Estado até a década de 1970 como um importante destino de migrações que se destinavam para o campo, tanto que com relação ao crescimento urbano, o Paraná não apresentou crescimento significativo no período de 1940 a 1970. Os fatores que podem explicar esses fenômenos podem ser apontados nos seguintes elementos que caracterizaram o processo: o caráter eminentemente agrícola do seu desenvolvimento econômico, as características da sua cafeicultura, as qualificações dos seus imigrantes, a natureza das políticas de redistribuição de terras e de colonização (GRAHAM e HOLANDA FILHO, 1973).

Mas, a partir dos anos de 1970, o Paraná passou por transformações em um curto espaço de tempo, passando de uma economia agrícola tradicional para uma economia de acelerada industrialização. Já segundo o Iparde (1996), nos anos de 1970 o Paraná viveu um intenso processo de modernização agrícola, onde desenvolveu-se a agroindústria bem como um moderno complexo metal-mecânico centrado na região metropolitana de Curitiba. Essas transformações provocaram mudanças na estrutura ocupacional provocando altas taxas de desemprego e de evasão populacional do meio rural e incremento do emprego urbano. A tendência para a década de 1990 é a continuidade da redução do crescimento populacional do Estado e a crescente urbanização da população.

A intensidade dos fluxos migratórios tem se alterado desde a década de 1970 e os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 demonstram que reduziu significativamente este saldo negativo, especialmente em razão da diminuição da emigração. Além disso, o Paraná tem acompanhado a tendência verificada em todo o Brasil, que é a intensificação de deslocamentos de curta distância e a migração interna.

O desenvolvimento recente da economia paranaense tem a marca da intensa modernização da base produtiva, da sua concentração em alguns pólos regionais que define disparidades tanto regionais quanto internamente às mesmas. Com esse processo, ocorreu uma ampliação da desigualdade social com crescentes restrições para a inserção no mercado de trabalho e a ampla disparidade na apropriação da renda (IPARDES, 2003).

Levando-se em consideração que os fatores econômicos são apontados como fundamentais para a decisão de migrar, mas que também deve-se enfatizar a relevância de uma estrutura eficiente que proporcione melhoria na qualidade de vida da população, este artigo pretende identificar a relação entre a migração nos municípios do Estado do Paraná com os fatores econômicos e sociais, no período entre 2000 e 2010. Especificamente, pretende-se analisar a relação entre as migrações e o emprego, o rendimento e o IDH-M nos municípios do Paraná.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As relações entre crescimento da população e desenvolvimento desafiam estudiosos por muito tempo. Após a Segunda Guerra Mundial, o debate sobre o crescimento e

desenvolvimento caracteriza-se por duas linhas de pensamentos que se contrapõem. Segundo a tradição malthusiana, alguns estudiosos entendiam que a população crescia muito rapidamente em relação aos recursos disponíveis e tornava-se, no longo prazo, um impedimento ao crescimento econômico. De outro lado, estavam os otimistas que acreditavam que o crescimento populacional estimularia o consumo e ofereceria mão-de-obra necessária ao crescimento econômico (PAIVA e WAJNMAN, 2005).

Para que se alcance o desenvolvimento é necessário reconhecer as diferenças tanto econômicas, sociais como demográficas para que possam ser criadas e aplicadas políticas que irão se adequar as várias regiões de uma nação. Pois, para Rivadeneira (2000), o desenvolvimento deve se sustentar na igualdade social e no atendimento das necessidades básicas da população. Além disso, para que o desenvolvimento seja duradouro, é preciso que todas as camadas sociais sejam incluídas nesse processo, distribuindo os benefícios para toda a geração atual e as futuras.

Para muitos, a industrialização é fator primordial de desenvolvimento de uma nação ou país. Segundo Oliveira (2002), desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo levam o homem a pensar sobre os efeitos do processo de crescimento da economia no padrão de vida da sociedade.

Não se pode falar em desenvolvimento sem considerar todos os aspectos da evolução econômica e demográfica. Dentre as variáveis demográficas, a migração tem papel relevante. Observa-se que as maiores partes das teorias que tratam de migrações as relacionam com os aspectos econômicos e de mercado. A dinâmica demográfica se desenvolve permeada por mudanças econômicas e setoriais que ocorrem em regiões ou em diferentes países. Assim a migração pode ser concebida como um mecanismo de mercado para realocar os recursos de trabalho inter-regionalmente, e ela pode igualmente constituir-se num mecanismo de ajustes frente a desequilíbrios econômicos e de mão de obra, também chamados de falhas de mercado (CELADE, 2005).

Segundo Singer (1976), as migrações agem como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Para ele, existem fatores de expulsão das áreas onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam e orientam as áreas a que os migrantes se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, impulsionados pela industrialização e modernização.

Segundo Schrader (1989), a migração pode ser entendida como o abandono de um então local de moradia e a procura de uma nova moradia, pretendida como permanente e numa significativa distância da primeira. Já para Courgeau (1988) ela tem direta relação com o lugar de residência dos indivíduos, e pode ser definida como sendo “um conjunto de deslocamentos, resultantes de transferências de residência, motivadas pelo interesse de certo lugar de origem ou de um lugar de partida à um certo lugar de destino ou de chegada”.

Para Ravenstein (1885) a distância geográfica é um fator decisivo da migração. Em seus estudos analisou a tendência migratória predominante e a concentração demográfica nos centros urbanos que ocorria em detrimento do meio rural. Afirmava ainda que quanto maior o desenvolvimento dos meios de transporte e da indústria, maior a migração, pois a migração significa dinamismo e progresso; já uma população sedentária induz à estagnação (RAVENSTEIN, 1885).

Em suas leis de migração, Ravenstein (1885), enumera a procura por mão de obra nos centros industriais e comerciais como uma das principais causas das correntes migratórias. Para Todaro (1980), a migração da mão de obra ocorre em dois estágios: o primeiro é a migração rural-urbana dos trabalhadores, inicialmente para o setor tradicional; e o segundo estágio corresponde ao eventual engajamento deste trabalhador num emprego

permanente no setor moderno. Esse processo não ocorre de forma homogênea e envolve a demanda por força de trabalho e a industrialização.

A abordagem da migração interna apresenta o enfoque da modernização que passa essencialmente pela mobilidade originária das grandes transformações resultantes da industrialização. A partir disso, emerge a situação da migração rural-urbana, que constitui o componente principal dos processos de urbanização e de crescimento das cidades (OLIVEIRA e STERN, 1971).

As formas como as atividades produtivas se distribuem espacialmente tem impacto na alocação espacial da população. A distribuição das atividades produtivas e a forma como os espaços rurais e urbanos são afetados estão ligados também ao movimento de modernização econômica e social das regiões (SINGER, 1976).

Segundo Ebanks (1993) a migração se constitui numa das mais complexas dimensões dos processos sócio-demográficos praticados pela humanidade, principalmente em função da multiplicidade de objetos que contém. A análise mediante o estudo do lugar de origem e de destino torna possível se identificar diferentes tipos de correntes migratórias internas, e que para cada destas correntes é possível serem identificados vários e diferentes determinantes socioeconômicos. Em toda migração, as motivações econômicas são de grande importância, de tal forma que segundo o autor a pobreza rural e urbana na América Latina e no Caribe constitui a razão principal do elevado nível de mobilidade espacial da região, pois normalmente as condições econômicas imperantes no local de origem, impulsionam a população a transladar-se, visto que as condições econômicas do local de destino influem no processo de tomada de decisão.

Já Lee (1966), sustenta que a migração é uma mudança permanente ou semi-permanente de residência e o ato migratório implica num lugar de origem e de destino e uma série de obstáculos sendo que um dos mais estudados é a distância de deslocamento, mas não é considerada a mais importante. Elizaga (1970) argumenta igualmente que os fatores econômicos têm papel dominante nos movimentos migratórios, embora os fatores sociais, culturais e psicológicos também influenciam, mas em menor grau de importância.

Estes autores além de levar em consideração os fatores objetivos de expulsão e de atração no processo, argumentam que também devem ser consideradas as condições sociais, culturais e subjetivas que afetam a tomada de decisão do indivíduo migrante. Além disso, devem-se observar os fenômenos históricos e estruturais que contribuem para a determinação dos fatores para a migração.

Estudos organizados pelo Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia – CELADE (2005) apontam que via de regra são as expectativas comparativas de uma melhor condição de vida no lugar de destino do que no lugar de origem que impulsionam a migração, e isto é fomentado pelos diferenciais entre territórios, em particular com relação à renda, oportunidades de trabalho, melhores serviços e qualidade de vida.

Assim, segundo Lee (1966), existem muitos fatores pessoais e sociais que influenciam na decisão de migrar e esta decisão nunca é completamente racional. Já Harris e Todaro (1970) argumentam que o indivíduo é racional e toma a decisão de migrar a partir do cálculo de custo e benefício, igualmente consideram que os movimentos migratórios são determinados não somente pelas diferenças salariais entre as duas regiões, mas também por diferenças nas taxas de emprego.

Todas essas teorias apresentadas, segundo Brito (2009), foram formuladas nas décadas de 1960, 1970 ou antes e foram muito importantes para entender as transformações que estavam ocorrendo naquele momento histórico. A migração era positiva e necessária para o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade e como estratégia para melhorar de vida. Mas, diante das transformações verificadas nas variáveis demográficas como a redução da

fecundidade, redução da mortalidade e seus efeitos na transição demográfica, verifica-se uma mudança no paradigma e um certo redirecionamento dos movimentos migratórios.

Tanto que para Massey et al (1993), no momento, não existe uma teoria única e coerente da migração, apenas um conjunto fragmentado de teorias que se desenvolveram em grande parte de forma isolada um do outro, às vezes, mas nem sempre é segmentado por fronteiras disciplinares. Padrões e tendências de imigração atuais, no entanto, sugerem que uma plena compreensão dos processos migratórios contemporâneos não será alcançada, baseando-se nas ferramentas de uma disciplina por si só, ou concentrando-se em um único nível de análise. Em vez disso, sua complexa natureza multifacetada exige uma teoria sofisticada que incorpora uma variedade de perspectivas, níveis e pressupostos. Para os autores, a teoria neoclássica nem sempre explica todas as situações e apresenta várias outras teorias que colocam outros fatores como possíveis determinantes para o fluxo migratórios. Entre eles estão as relações familiares, as redes de relacionamentos, as instituições, entre outros, que poderiam influenciar a decisão de migrar.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto pelo trabalho, em primeiro lugar, determinaram-se os saldos migratórios de todos os municípios do Paraná, utilizando-se os microdados do IBGE. Para tanto, foram determinados os valores da imigração e da emigração, encontrando o saldo migratório através da diferença entre os dois valores.

Nos municípios onde SM é positivo, a imigração superou a emigração, ou seja, houve imigração líquida. Já nos municípios onde SM é negativo, houve emigração líquida. Para apresentação desses resultados, serão utilizados mapas temáticos confeccionados no programa Terra View.

Para calcular as correlações e para que o viés criado pelas diferentes magnitudes populacionais dos municípios paranaenses fosse eliminado, intensificou-se a variável SM , dividindo a mesma pela população de cada município no ano 2000.

Outra variável utilizada na pesquisa foi a quantidade de emprego formal gerado no período analisado (emprego formal no ano 2010 subtraído do emprego formal no ano de 2000), para isso utilizou-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Também intensificou-se a variável dividindo o emprego gerado no período pelo emprego total no ano 2000 de cada município. Os dados relacionados ao emprego foram coletados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o método utilizado foi o de vínculo total, ou seja, os empregos que foram gerados e que permaneciam ocupados ou não, até dezembro de cada ano analisado (2000 e 2010). Esse resultado também será apresentado na forma de mapa para todos os municípios do Paraná.

Os dados de renda e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) também são secundários e coletados no banco de dados on-line do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para identificar a relação entre os fatores econômicos e sociais (emprego, renda, IDH-M) com os saldos migratórios, serão utilizados os cálculos da correlação de Spearman e do I de Moran. A correlação de Spearman é usada para identificar se existe uma correlação simples entre os saldos migratórios e a renda, emprego e IDH-M. Este teste pode identificar qual fator pode ser mais importante ou determinante na migração. Como a correlação de Spearman é uma medida de associação linear entre variáveis sua fórmula é a seguinte:

$$r = \frac{\sum xy - \frac{\sum x \sum y}{n}}{\sqrt{\left[\sum x^2 - \frac{(\sum x)^2}{n} \right] \left[\sum y^2 - \frac{(\sum y)^2}{n} \right]}} \quad (1)$$

Em que x é o emprego formal intensificado e y é o saldo migratório intensificado, aqui estimados. Segundo Hoffmann e Vieira (1990) o coeficiente de correlação de Pearson varia entre -1 (correlação perfeita negativa) e 1 (correlação perfeita positiva). Quanto mais próximo de 1 estiver o valor do coeficiente de correlação, maior será a correlação positiva entre as variáveis e quanto mais próximo de -1 o valor do coeficiente de correlação, maior será a correlação negativa entre as variáveis. Se duas variáveis têm correlação positiva/negativa, significa que elas crescem/decrescem no mesmo sentido, sem haver uma relação de dependência entre elas.

Após constatar a correlação matemática entre as variáveis, fez-se necessário identificar a existência de um padrão espacial em cada uma delas (univariada) bem como entre elas (bivariada), isto é, se existe um efeito “transbordamento” do emprego ou do saldo migratório, de uma região para as regiões vizinhas. Para isso, será utilizada a análise exploratória de dados espaciais (AEDE) com auxílio do software econométrico espacial GeoDa. (ANSELIN, 2005).

De acordo com Rigotti e Vasconcelos (2005), a análise exploratória de dados espaciais pode ser utilizada para verificar a existência de autocorrelação espacial entre os saldos migratórios dos municípios e seus vizinhos, identificando os clusters de atração e repulsão populacional.

Segundo Almeida et al (2006) a AEDE, é uma coleção de técnicas para a análise estatística de informações geográficas, com o intuito de descobrir padrões espaciais nos dados e sugerir hipóteses. A AEDE procura descrever distribuições espaciais, identificar observações discrepantes no espaço, descobrir padrões de associação espacial e sugerir clusters espaciais. Assim, o objetivo primordial é deixar os dados espaciais falarem por eles próprios.

Em suma, a análise exploratória dos dados espaciais é geralmente utilizada para testar a existência de padrões espaciais, como a heterogeneidade espacial e a dependência espacial. O objetivo é a verificação de atributos comportamentais de cada localidade em uma região contínua no espaço.

O primeiro passo na AEDE é testar a aleatoriedade na distribuição dos dados espaciais. Aleatoriedade espacial significa que os valores de um atributo numa região não dependem dos valores desse atributo nas regiões vizinhas. A estatística utilizada para realização desse teste é o *I de Moran*:

$$I = \frac{n}{\sum \sum w_{ij}} \cdot \frac{\sum \sum w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum (y_i - \bar{y})^2} \quad (2)$$

Onde que n é o número de unidades espaciais, y_i é a variável de interesse, w_{ij} é o peso espacial que mede o grau de interação do par de unidades espaciais i e j .

A estatística *I de Moran* tem um valor esperado de $-[1/(n-1)]$, isto é, o valor que seria obtido se não houvesse padrão espacial nos dados. O valor calculado de I deveria ser igual a seu valor esperado, dentro dos limites da significância estatística, se y_i é independente dos

valores de y_i nas regiões vizinhas. Valores de I que excedem $-[1/(n-1)]$ indicam autocorrelação espacial positiva (similaridade entre os valores do atributo estudado e a localização espacial do atributo). Valores de I abaixo do valor esperado sinalizam uma autocorrelação negativa (dissimilaridade entre os valores do atributo estudado e a localização espacial do atributo).

No entanto, ao contrário de um coeficiente de correlação ordinário, essa estatística não é centrada em zero. À medida em que o número de regiões aumenta, o valor esperado da estatística I de Moran aproxima-se de zero. Como um coeficiente de correlação ordinário, tal estatística varia entre -1 e $+1$. Dessa forma, a estatística I assemelha-se a um coeficiente de correlação, porém, não é idêntico a ele.

De acordo com Anselin (2005) existem outros métodos que visam complementar o I de Moran, como o diagrama de dispersão de Moran e as estatísticas LISA (Indicadores Locais de Associação Espacial).

Para Almeida et al (2006) o diagrama de dispersão é uma ferramenta gráfica do I de Moran. Ele representa o coeficiente de regressão e é visualizado pela inclinação da curva de regressão. O diagrama de dispersão permite que os dados sejam visualizados em quatro quadrantes.

No quadrante superior à direita, encontram-se os dados com distribuição Alta-Alta. Regiões onde o valor do atributo estudado é alto próximo de regiões onde o valor atributo estudado também é alto. No quadrante inferior à esquerda estão os dados com distribuição Baixa-Baixa. Regiões onde o valor do atributo estudado é baixo, próximo de regiões onde o valor do atributo estudado também é baixo.

De acordo com Almeida et al (2006) caso as observações se encontrem majoritariamente nesses dois quadrantes citados, existe autocorrelação espacial positiva do atributo estudado entre as regiões analisadas.

No quadrante inferior à direita estão dispostos os dados com distribuição Baixa-Alta, isto é, regiões onde o valor do atributo estudado é baixo próximo de regiões onde os valor do atributo estudado é alto. E, finalmente no quadrante superior à esquerda, estão os dados com distribuição Alta-Baixa. Regiões onde existe um baixo índice do atributo estudado, próximo de regiões com alto índice do atributo estudado.

Segundo Almeida et al (2006) o padrão global de associação linear espacial, fornecido pelo I de Moran pode estar ou não em consonância com padrões locais. Nesse contexto pode haver duas situações distintas. A primeira situação ocorre quando a ausência de autocorrelação espacial global oculta padrões de associação espacial local (instabilidade local). A segunda situação ocorre quando uma forte indicação de autocorreção espacial global camufla padrões locais de associação (*clusters* ou *outliers* espaciais).

Destarte, a utilização do I de Moran local pode solucionar esse problema, pois pode capturar padrões lineares de associação local estatisticamente significativos. O I de Moran local faz uma decomposição do I de Moran global, indicando a contribuição local de cada observação nas quatro categorias descritas no diagrama de dispersão de Moran.

O I de Moran local fornece uma indicação do nível de agrupamento dos valores similares em torno da vizinhança de uma determinada observação. Identifica clusters espaciais, estatisticamente significativos. O I de Moran local para uma variável y na unidade espacial i pode ser expresso como:

$$I_i = \frac{(y_i - \bar{y}) \sum_j w_{ij} (y_j - \bar{y})}{\frac{\sum_i (y_i - \bar{y})^2}{n}} \quad (3)$$

Em que, y_i e y_j são variáveis cuja somatória sobre j é tal que apenas os vizinhos $j \in J_i$ são incluídos. (J_i é um conjunto que abrange os vizinhos da observação i , definidos conforme uma matriz de pesos espaciais).

Para Anselin (2005) A matriz de pesos espaciais mencionada é essencial para mensurar o “grau de proximidade” entre as regiões. Essa medida pode ser associada à distância entre as regiões ou a fronteiras regionais. No caso do presente estudo utilizou-se a matriz de pesos espaciais “Rainha” que, semelhante ao jogo de xadrez considera o primeiro vizinho em qualquer direção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

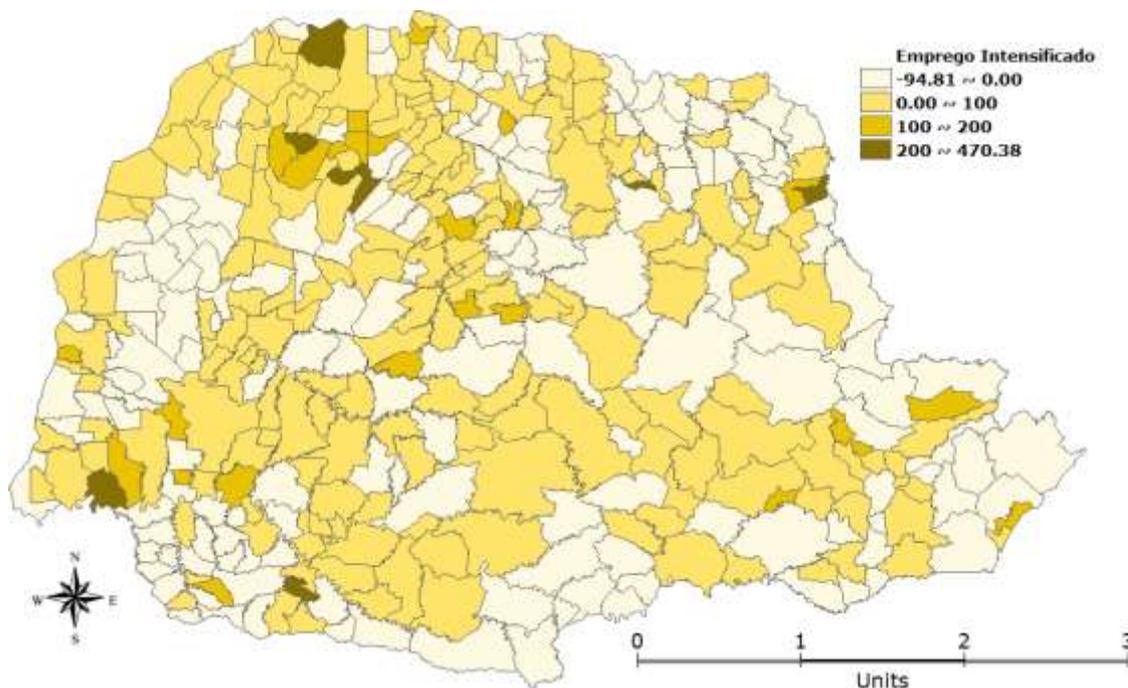
Para uma melhor compreensão dos resultados primeiramente serão analisadas as variáveis isoladamente através de mapas temáticos por municípios do Paraná, respectivamente nessa ordem: emprego intensificado, rendimento médio, IDHM e saldo migratório intensificado. Após serão analisados os resultados do cálculo da Correlação de Spearman entre saldo migratório e emprego, saldo migratório e rendimento médio e saldo migratório e IDH-M. Por fim, será analisado o I de Moran univariado para o saldo migratório, para o emprego, para o rendimento médio e para o IDH-M.

Para tentar obter uma relação entre as migrações e a criação do emprego primeiramente foi calculado o emprego intensificado por municípios do Paraná. Do total de empregos que existia, por município em 2010, foi descontado o total de emprego que já existia em 2000, assim se obteve o emprego gerado de 2000 até 2010, e o resultado foi dividido pelo emprego total por município do Paraná de 2000 e multiplicado por cem para obter-se uma porcentagem. Os resultados obtidos estão expressos na Figura 1.

Através dos dados coletados constatou-se um aumento de 66.162 empregos de 2000 para 2010. Porém, do total dos 399 municípios 173 apresentaram uma redução no seu emprego no período, as maiores quedas foram nos municípios de Salgado Filho que em 2000 tinha 519 empregos, mas em 2010 caiu para apenas 27 (redução de 94,79%), Maripá com uma redução de 93,6% (de 692 postos de trabalho em 2000 restaram apenas 48 em 2010) e Enéas Marques com uma redução de 91,05%, o que significou uma queda, para o município de 468 postos de trabalho (de 514 empregos em 2000 restaram 46 em 2010).

Do restante os municípios que mais geraram empregos nesse período foram Serranópolis do Iguacu que passou de 108 empregos para 616 nos dez anos analisados, Nova Santa Barbara com um crescimento de 382,19% (com apenas 73 empregos em 2000 foi para 352 em 2010) e Bom Sucesso do Sul que em 2000 tinha 146 pessoas empregadas e em 2010 já havia 580, ou seja, foram criados nesse período 434 empregos.

Figura 1: Emprego por município do Paraná intensificado no período de 2000/2010



Fonte: Resultado a partir de dados da RAIS (2013).

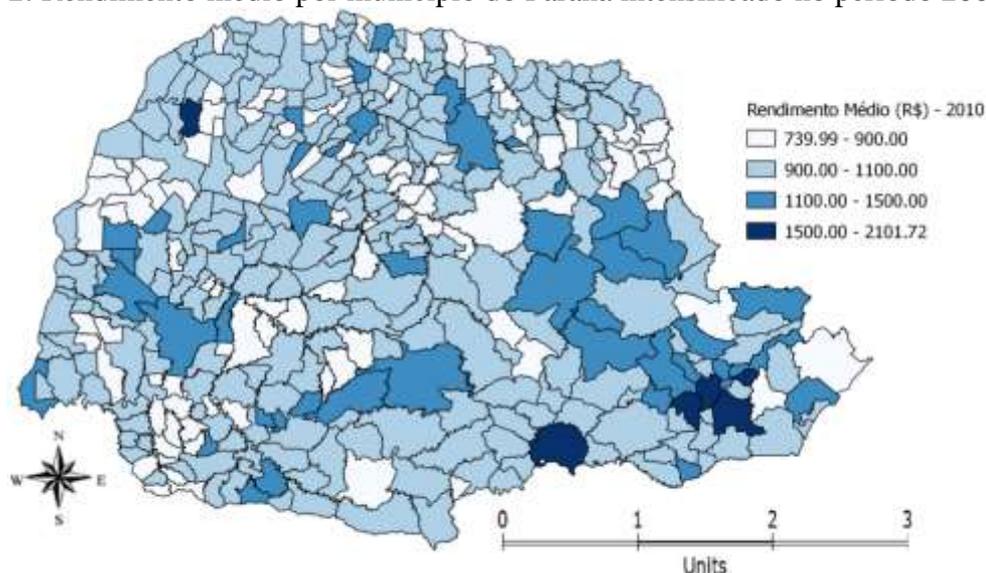
No município de Serranópolis do Iguaçu o setor responsável pela maior geração de empregos foi a administração pública direta e indireta e o comércio, tanto atacadista quanto varejista. Para o município de Nova Santa Bárbara, assim como em Serranópolis do Iguaçu, os principais setores geradores de emprego foram a administração pública e o comércio.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2013) o rendimento médio é o resultado de total do valor dos salários dividido pelo número de empregos total. Dentro do valor dos salários estão também os ordenados, os honorários, as gratificações, etc. (exceto o 13º salário).

A Figura 2 apresenta os resultados do rendimento médio dos municípios do Paraná. Em 2000, os maiores valores do rendimento médio ficaram a cargo de Saudade do Iguaçu com um rendimento médio de R\$ 874,67 e de Curitiba com R\$ 910,21. Já, em 2010, Curitiba passou a segunda posição com um rendimento médio de R\$ 1.976,23 e o valor mais alto foi do município de Araucária com R\$ 2.101,72. Dos 399 municípios 141 apresentaram um rendimento médio maior que R\$1.000,00 em 2010.

Os municípios que apresentaram maiores incrementos em seus rendimentos médios entre os dois anos analisados foram os seguintes: Douradina, Serranópolis do Iguaçu e Adrianópolis com um aumento na casa dos 270%; Doutor Ulysses com um aumento de 287,14% e; Arapuã com um incremento de 292,66% (em 2000 apresentava um rendimento médio de R\$ 257,01 e, em 2010, de R\$ 1.009,18).

Figura 2: Rendimento médio por município do Paraná intensificado no período 2000/2010



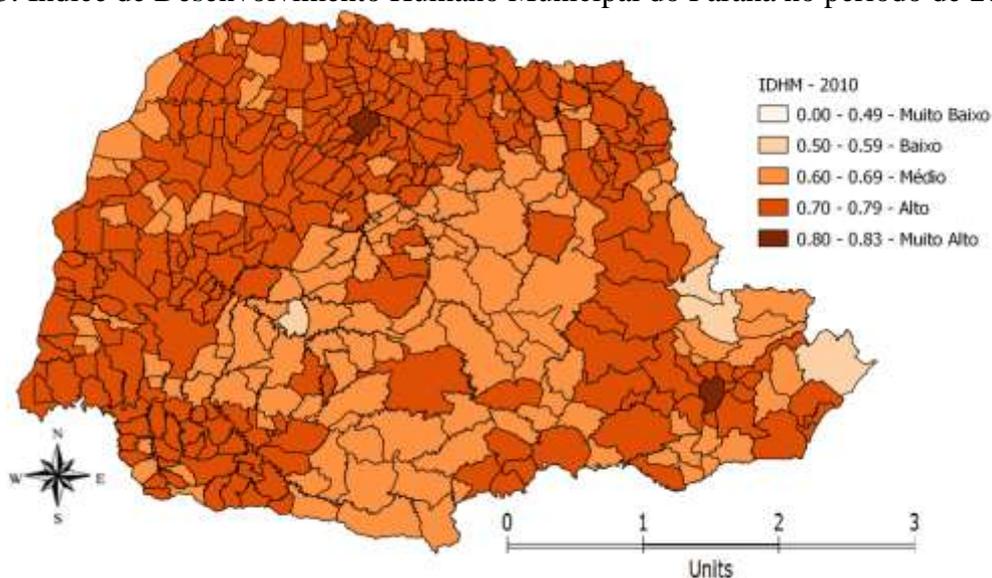
Fonte: Resultado a partir de dados da RAIS (2013).

A próxima figura (Figura 3) apresenta o Índice de Desenvolvimento Municipal do ano de 2010. O IDH-M leva em conta em sua elaboração índices de educação, longevidade e renda, seus valores variam de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 melhor é o desenvolvimento humano do município em questão (PNUD, 2013).

Pela Figura 3 percebe-se que apenas os municípios de Guaraqueçaba, Laranjal, Cerro Azul e Doutor Ulysses apresentaram um IDH-M menor que 0,6, o que caracteriza um baixo desenvolvimento humano (observa-se que nenhum município apresentou um desenvolvimento humano muito baixo). Dos demais municípios 157 se encontram na faixa que caracteriza um desenvolvimento médio e 236 na faixa de alto desenvolvimento humano.

Destaca-se que dois municípios apresentaram IDHs superiores a 0,8, sendo assim, são os únicos municípios do Paraná considerados de alto desenvolvimento humano, são eles Maringá que juntamente com Londrina é um dos municípios polo da Mesorregião Norte Central Paranaense e Curitiba, capital do Estado.

Figura 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Paraná no período de 2000/2010



Fonte: Resultados a partir de dados da PNUD (2013).

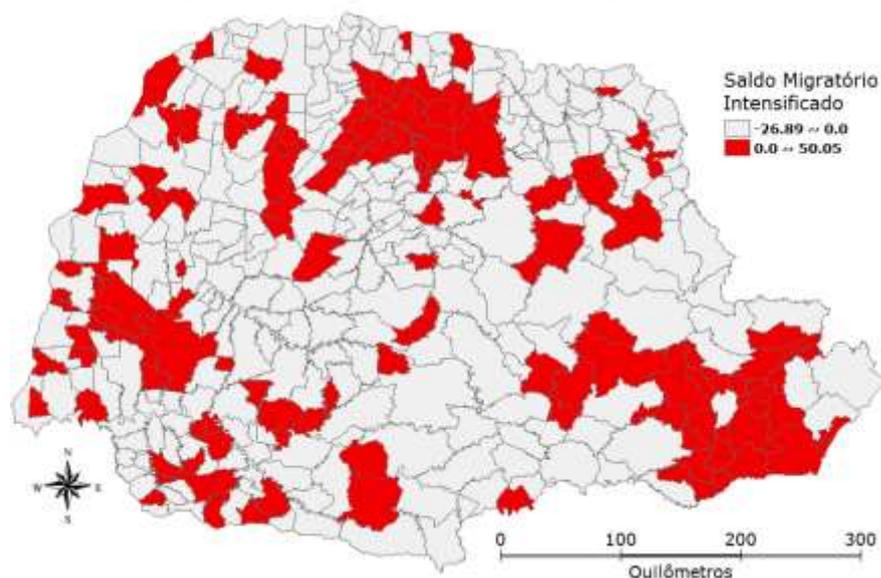
Analisando-se o IDH-M dos municípios do Paraná, verifica-se que todos obtiveram um crescimento deste índice. Outro importante aspecto a ser ressaltado é que a maioria dos municípios que tinham os índices mais baixos no ano de 2000 foram os que tiveram um maior crescimento deste índice. Nesse sentido, destacam-se os municípios das regiões Centro-Sul e Centro-Oriental, que apresentam uma estrutura considerada de menor dinamismo, comparando-se com outras regiões do Estado.

A Figura 4 apresenta o saldo migratório do ano de 2010 que foi obtido utilizando-se os microdados do IBGE do Censo de 2010.

O Paraná como um todo continua sendo um estado com saldo migratório negativo, mas com uma redução significativa, principalmente se compararmos com os valores encontrados nas décadas anteriores. Segundo Magalhães e Cintra (2012) apontam, nas décadas de 1970/1980 e 1980/1990, o Paraná teve um saldo migratório negativo de 1.605.376 e 1.074.806, respectivamente. Já na década de 1990/2000 esse saldo negativo diminuiu para 293.915 e os microdados de 2000/2010 apontam um significativo avanço, reduzindo ainda mais a emigração líquida no estado com um valor negativo do saldo migratório de 51.358 pessoas.

Na maioria dos municípios do Paraná houve emigração (saída) de pessoas, mais especificamente em 262 municípios do Paraná houve uma maior saída do que entrada de pessoas. Com relação a isso deve-se destacar que as cidades que tiveram os maiores saldos negativos são Curitiba e Foz do Iguaçu com valores de -82.330 pessoas e -33.285 pessoas, respectivamente. Para 137 dos 399 municípios houve imigração. Observa-se que as cidades que tiveram os saldos positivos maiores são São José dos Pinhais (43.839 pessoas), Colombo (33.514 pessoas), Piraquara (25.566 pessoas) e Fazenda Rio Grande (20.781 pessoas). Com isso, verifica-se que as cidades pertencentes à Região Metropolitana (RM) de Curitiba apresentam os maiores saldos migratórios do Estado. Isso significa que, além de receber migrantes de Curitiba, também receberam de todo o Estado e também de fora. Esses dados reforçam a tendência verificada para o Paraná que é a migração interna e também variações da mobilidade urbana, como a pendularidade (*commuting*).

Figura 4: Saldo migratório intensificado nos municípios do Paraná – 2000 a 2010



Fonte: Resultados a partir dos microdados do IBGE (2013).

Além da RM de Curitiba, as regiões Norte Central e Oeste Paranaense são as mais populosas e consideradas as mais dinâmicas. No caso da Região Norte, a cidade de Maringá teve um saldo positivo de 17.314 pessoas e Londrina um saldo positivo de 2.876 pessoas. Na Região Oeste encontra-se Foz do Iguaçu, já citada anteriormente como a segunda cidade com a maior perda populacional do Estado. A situação deste município vem se alterando desde o fim da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que proporcionou saldos positivos bem consideráveis. Já os pólos de Cascavel e Toledo apresentam saldo migratório líquido de 1.720 pessoas e 7.401 pessoas, respectivamente. Não faz parte do escopo do trabalho identificar os maiores fluxos dentro do Estado e entre outros Estados, tornando-se tema para pesquisas futuras.

Após a análise e plotagem dos dados obtidos, percebeu-se que as regiões polarizadas pelos municípios de Londrina e Maringá; Toledo e Cascavel; e Região Metropolitana de Curitiba foram os principais destinos de imigração do Paraná. Já a região Central do Estado foi a que apresentou saldos migratórios mais baixos.

A RM de Curitiba apresenta uma estrutura industrial diversificada com a presença dos principais segmentos industriais modernos da metal-mecânica e um setor terciário mais complexo. A região Norte Central inclui as aglomerações urbanas de Londrina e Maringá que possuem um setor industrial mais diversificado, com predominância agroindustrial e tem participação significativa nas atividades urbanas, especialmente de comércio e serviços. O Oeste Paranaense apresenta como principais aglomerados os municípios de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, caracterizadas por uma diversificação de atividades, com um complexo agroindustrial importante. Além disso, a cidade de Cascavel apresenta funções de alta e média complexidades para o atendimento de demandas regionais (IPARDES, 2006).

Para a Teoria Macroeconômica Neoclássica, os movimentos demográficos são explicados, principalmente, por fatores econômicos, como renda e emprego. Nesse contexto, na tentativa de encontrar uma relação entre a geração de emprego nos municípios e o saldo migratório utilizou-se o coeficiente de correlação de Spearman. Conforme descrito na metodologia esse coeficiente assume valores entre -1 e 1, indicando relação inversa perfeita quando assume o valor de -1 e correlação direta perfeita quando assume 1. Ela analisa a relação entre uma variável dependente (nesse caso o saldo migratório) e uma independente (emprego, renda e IDH-M).

A correlação apontada pelo coeficiente de Spearman entre saldo migratório e as demais variáveis é apresentada na Tabela 1. Percebe-se que todas as correlações apresentaram sinal positivo, o que demonstra que a relação do emprego, do rendimento e do IDH-M com o saldo migratório é direta.

Tabela 1: Correlação de Spearman do saldo migratório com o emprego, o rendimento e o IDH-M em 2000/2010.

Correlação de Spearman	Saldo migratório	Nível de significância (bicaudal)
Emprego intensificado	0,168**	0,001
Rendimento médio	0,203	0,000
IDHM	0,191	0,000

** Correlação significativa a um nível de 1% (bicaudal).

Fonte: Resultados a partir de dados do IPARDES, PNUD e RAIS (2013).

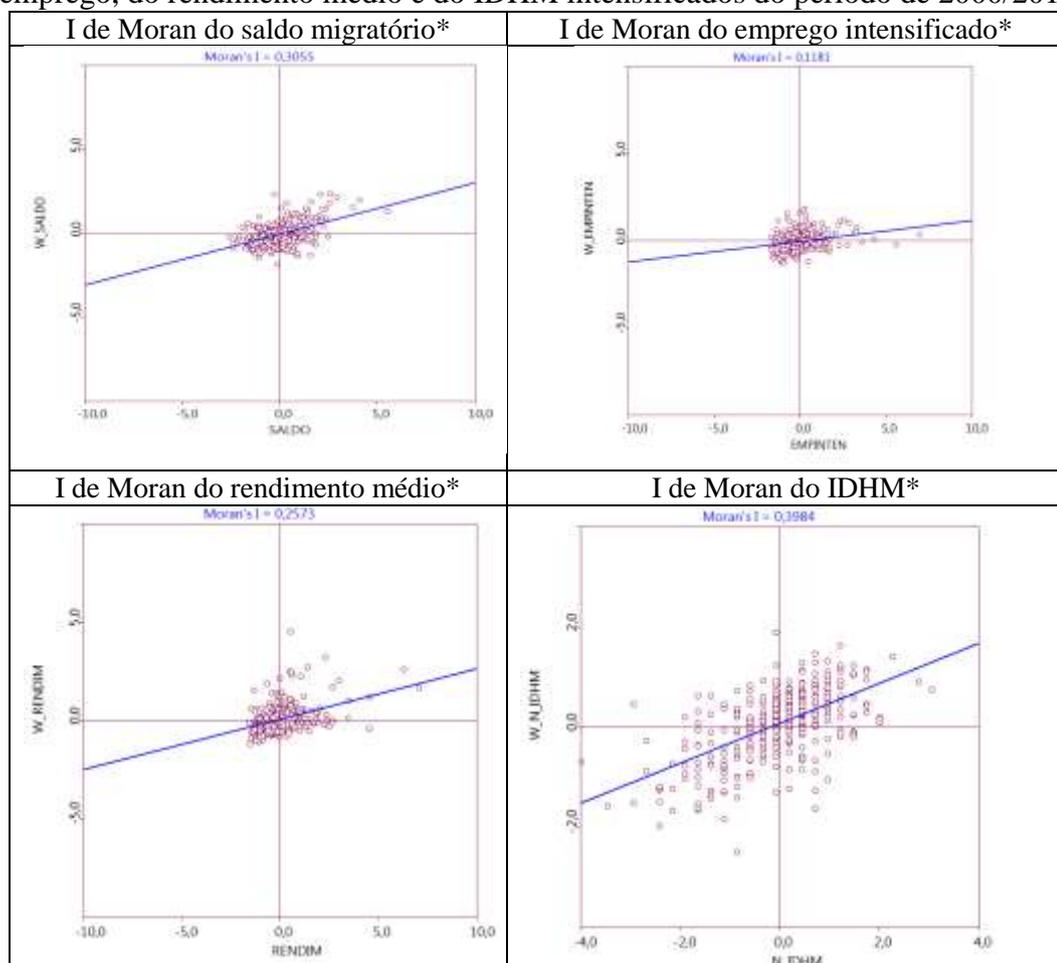
Como mencionado anteriormente, as variáveis analisadas (emprego, renda e IDH-M) são alguns dos principais fatores que muitos estudiosos e pesquisadores apontam como influenciadoras dos movimentos migratórios e, como forma de tentar medir essa relação, foi calculada a Correlação de Spearman. Analisando a relação entre saldo migratório e emprego, apresenta-se um valor de 0,168 indicando uma correlação positiva muito fraca entre as variáveis. Para o saldo migratório e rendimento, o valor é de 0,203 com uma correlação

positiva fraca entre as variáveis. Relacionando-se o saldo migratório e IDH-M, assume um valor de 0,191 indicando uma correlação positiva muito fraca. Observa-se que as variáveis saldo migratório e rendimento apresentam um grau de dependência estatística linear maior do que com o IDH-M ou o emprego, ou seja, maior é a força da relação entre elas. Deve-se ressaltar que os movimento migratórios estariam mais relacionados à renda e à qualidade de vida do que especificamente pela busca de emprego.

Seguindo o processo metodológico descrito buscou-se a existência de um padrão espacial para as variáveis em análise de forma univariada (considerando cada variável individualmente).

Utilizando-se do cálculo do I de Moran Global, com a matriz de correlação espacial Rainha (primeiro vizinho), aplicadas a todos os municípios paranaenses verificou-se que o crescimento do emprego formal apresentou uma correlação espacial univariada positiva muito fraca (0,1181), ou seja, de forma geral o emprego de um município não é fortemente influenciado pelo emprego dos municípios no entorno, conforme Figura 5.

Figura 5: I de Moran global e diagrama de dispersão espacial do saldo migratório, do emprego, do rendimento médio e do IDHM intensificados do período de 2000/2010



*. Esses valores foram significantes a um nível de 0,01.

Fonte: Resultados da pesquisa (2013).

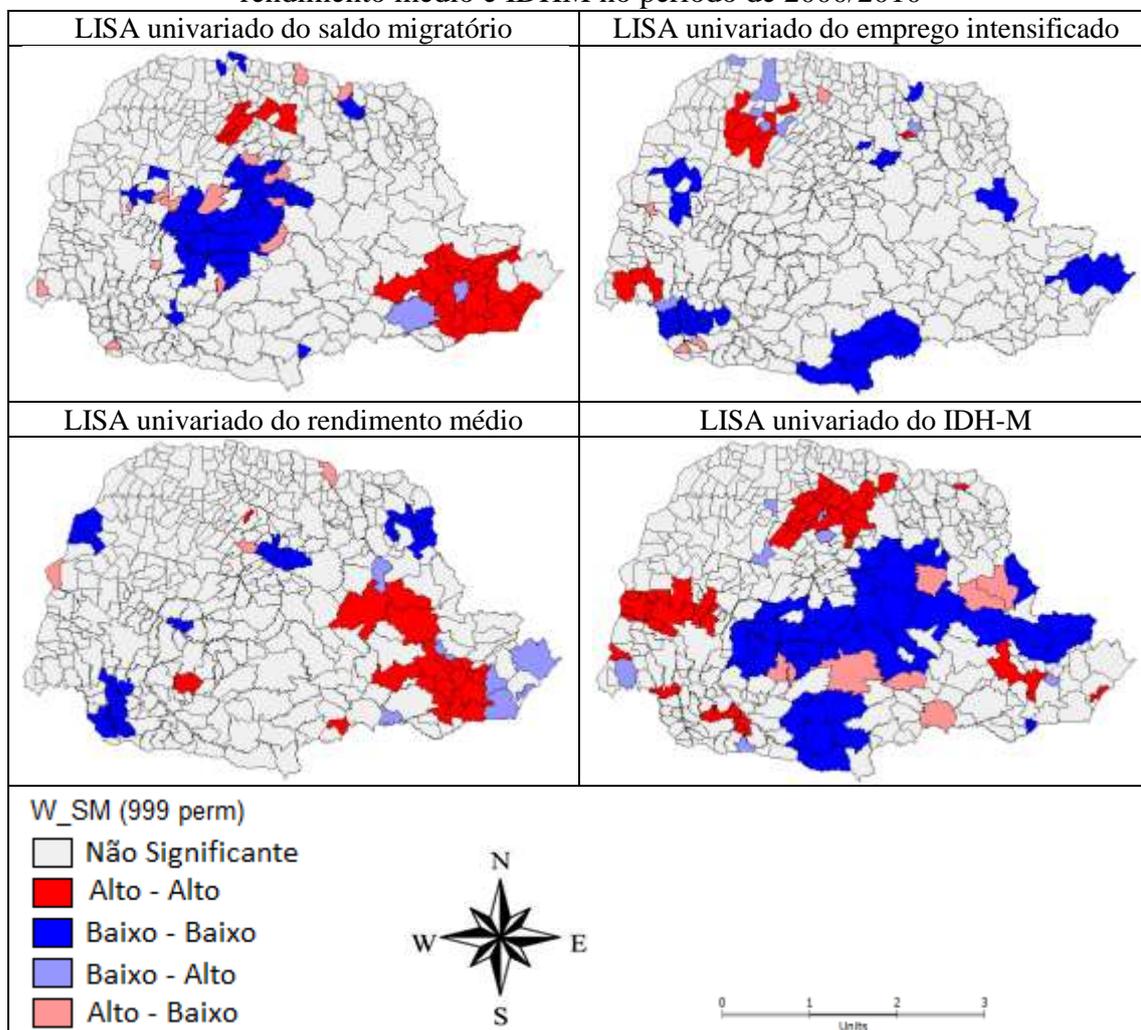
O I de Moran para o rendimento médio apresenta o valor de 0,2573, ou seja, tem uma correlação espacial univariada positiva fraca. O rendimento de um município é influenciado de forma fraca pelo rendimento dos município vizinhos. Para o IDH-M, existe uma correlação positiva fraca, ou seja, o IDH-M de um município não é fortemente influenciado pelo IDH-M

dos municípios do entorno. Para o saldo migratório, apresenta o valor de 0,3055, também representando uma correlação fraca entre o saldo migratório de um município e dos municípios vizinhos.

Como explicado anteriormente, o I de Moran global pode não estar de acordo com os padrões locais de associação linear e, por isso, também é utilizado o I de Moran local, já que ele permite demonstrar a contribuição local de cada uma das observações.

A Figura 6 demonstra os clusters obtidos através do I de Moran univariado para o saldo migratório, o emprego intensificado, o rendimento médio e para o IDH-M. No primeiro quadro estão os resultados para o saldo migratório, mostrando a existência de determinados padrões, ou seja, clusters espaciais. Há um cluster Alto-Alto em alguns municípios da Mesorregião Norte Central Paranaense (mais próximo ao Norte da Mesorregião), ou seja, municípios com saldo migratório alto circundados por municípios que também apresentam saldo migratório alto.

Figura 6: LISA univariado para o Saldo Migratório intensificado, emprego intensificado, rendimento médio e IDHM no período de 2000/2010



Fonte: Resultados da pesquisa (2013).

Outro cluster Alto-Alto está situado na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, onde se encontra a capital do Estado, essa região é atrativa para as pessoas por ser uma das mais industrializadas e urbanizadas, com maior oferta e diversidade de empregos e oportunidades, já que possui diversas atividades sendo um dos polos do Estado. Verifica-se claramente

também na RM de Curitiba um cluster Baixo-Alto, justamente representado pela própria cidade de Curitiba, que tem saldo migratório negativo, mas está cercada de municípios com saldo migratório positivos e significativos.

Há também um cluster Baixo-Baixo na região mais central do Paraná, englobando a maioria dos municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e alguns da Mesorregião Centro-Sul Paranaense e os municípios situados ao Sul da Mesorregião Norte Central Paranaense. Nesse local existem municípios com saldo migratório baixo rodeados por municípios que também apresentam saldos migratórios baixos. Por fim, nas demais Mesorregiões, a maioria das relações entre vizinhos dos saldos migratórios não se mostrou significativa.

Esses clusters Baixo-Baixo representam os resultados obtidos por outras pesquisas em que os emigrantes de algumas mesorregiões como a Centro Ocidental, Norte Pioneiro, Centro Oriental, Centro-Sul e Sudeste não ficam na própria mesorregião. No caso do Norte Pioneiro, a maioria dos migrantes tem como destino principal o Norte Central, ou seja, região limítrofe à sua e mais dinâmica. Destaca-se o caso das mesorregiões pertencentes à porção central do estado em que o principal destino de seus migrantes não é a própria região sendo a Região Metropolitana de Curitiba como opção de destaque. Esta região central do Estado do Paraná tem uma estrutura produtiva considerada pouco dinâmica, o que pode influenciar o deslocamento da população para outras mesorregiões. No caso da região Sudeste, a região Metropolitana de Curitiba também é o principal destino (ALVES, COSTA E COLLA, 2013).

O emprego intensificado apresenta pequenos clusters nas regiões fronteiriças do Paraná. Há alguns municípios com valores Baixo-Baixo na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, são eles: Guaraqueçaba, Antonina e Campina Grande do Sul. Isso quer dizer que municípios com baixo incremento do emprego são cercados de municípios com a mesma condição. Na Mesorregião Sudeste do Paraná e na Mesorregião Sudoeste Paranaense existem clusters Baixo-Baixo. Já na Mesorregião Noroeste Paranaense (e em alguns municípios da Mesorregião Norte Central Paranaense que fazem fronteira com o Noroeste Paranaense) encontram-se municípios com valores Alto-Alto, ou seja, municípios com maior incremento do emprego cercados também de municípios com maior incremento, são intercalados com alguns municípios com valores Baixo-Alto.

O I de Moran univariado para o rendimento médio também deu significativo para poucos municípios demonstrando um cluster Alto-Alto que compreende alguns municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba e da Centro Oriental Paranaense. Já o I de Moran para o IDH-M apresentou um grande cluster Baixo-Baixo que começa no Sul do Estado dirigindo-se até o centro e terminando na região leste, ou seja, em toda essa área há municípios com IDH-M baixo circundados por municípios que também apresentam um IDH-M baixo. Também se encontram dois clusters Alto-Alto, um localizado na Mesorregião Oeste Paranaense e outro na Norte Central.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado no início o objetivo central deste artigo é identificar a relação entre a migração nos municípios do Estado do Paraná com os fatores econômicos e sociais, no período entre 2000 e 2010. Especificamente, pretende-se analisar a relação entre as migrações e o emprego, o rendimento e o IDH-M nos municípios do Paraná.

Através dos dados verificou-se que o Paraná como um todo apresenta saldo migratório negativo, mantendo os resultados que vem apresentando desde a década de 1970, mas com uma redução substancial dessa tendência. A maioria dos municípios paranaenses também apresenta saldo negativo, com destaque para Foz do Iguaçu e Curitiba. Além disso,

alguns municípios que fazem parte da RM apresentam os maiores valores de saldo migratório.

Ao analisar a geração de emprego formal intensificado nos municípios do Paraná de 2000 a 2010, verifica-se que dos 399 municípios, 173 apresentam redução no seu emprego no período e estão distribuídos por todo o Estado, não identificando uma região em que há uma concentração maior de municípios com aumento ou redução dos empregos. Com relação ao rendimento médio dos municípios do Paraná, verifica-se que todos os municípios apresentam um aumento do rendimento no período analisado. Em termos absolutos, o município de Curitiba apresenta o maior valor de rendimento médio no ano de 2000 e o segundo maior valor para o ano de 2010, perdendo para Araucária, que é município de sua região metropolitana. Analisando-se o IDH-M dos municípios do Paraná, verifica-se que todos obtiveram um crescimento deste índice.

Para analisar a relação entre as variáveis, utilizou-se o cálculo da correlação de Spearman que apresentou valores de correlação muito fraca entre o saldo migratório e o emprego e o IDH-M, mas para o rendimento apresenta uma correlação fraca. Observa-se que as variáveis saldo migratório e rendimento apresentam um grau de dependência estatística linear maior do que com o IDH-M ou o emprego, ou seja, maior é a força da relação entre elas.

Através do I de Moran univariado observou-se que o emprego tem uma correlação espacial muito baixa, ou seja, que o emprego de um município não é fortemente influenciado pelo emprego dos outros municípios no entorno. Já os dados para o saldo migratório, rendimento e IDH-M apresentam valores mais altos, o que significa que essas variáveis afetam, de maneira mais significativa os valores das mesmas variáveis nos municípios vizinhos.

Dentre as variáveis analisadas, as que apresentaram maior relação com o saldo migratório foi o rendimento e o IDH-M, o que indica que as pessoas migram não só levando em consideração os fatores econômicos, mas também em busca de qualidade de vida e outros fatores tratados e analisados por teorias contemporâneas das migrações. Nem sempre a teoria neoclássica pode explicar todos os movimentos migratórios e nem sempre as decisões são cobertas por uma lógica completamente racional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S.; DIAS, S. O. M. ; PACHECO, G. N. O. ; PATROCINIO, A. P. B. . Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. **Anais** do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

ALVES, L. R.; COSTA, E. M. da. COLLA, C. Dinâmica Populacional e migração no sul do Brasil entre 2000 e 2010. In: 19º Congresso da APDR, 2013, Braga – Portugal. **Anais...** 19º congresso da APDR, 2013.

ANSELIN, L. **Exploring Spatial Data with GeoDa™: a Workbook**. University of Illinois, Urbana-Champaign, 2005.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG. Texto para discussão 366, 2009.

CELADE. Dinâmica demográfica y desarrollo em América Latina y El Caribe. **Série Población e Desarrollo n° 58**. Santiago de Chile: Celade, 2005.

COURGÉAU, Daniel. **Métodos de Mensuração da Mobilidade Espacial: Migração interna, mobilidade temporária.** Capítulo 01 – Conceitos de Base- Paris: França, 1988.

EBANKS, Edward G. - **Determinantes Sócio Econômicos Da Migração Interna** – Com Especial Referência A Região Da América Latina E Do Caribe, Celade – Santiago – Chile – 1993.

ELIZAGA, J. C. (1970) Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 539-576.

GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. de. (1973). As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 733-777.

HARRIS, J. H; TODARO, M.P. (1970). Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 173-210.

HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. **Elementos de Estatística.** 2ed. São Paulo: Atlas, 1990.

IPARDES. **Perfil do Paraná.** Curitiba: IparDES/BRDE, 1996.

IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião geográfica Oeste Paranaense.** Curitiba: IparDES/BRDE, 2003.

IPARDES. **Os vários Paranas: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional – subsídios à política de desenvolvimento regional.** Curitiba: IparDES, 2006.

LEE, E. S. (1965). Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 89-114.

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. U. As trocas migratórias entre Paraná e suas regiões metropolitanas com as regiões brasileiras nas décadas recentes. **Caderno IparDES**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2012.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KPUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. (1993). Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, vol 19, n. 3, Sep. 1993, p. 431-466.

MTE. Disponível em: < mte.gov.br >. Acessado em 15 de jan. 2013.

OLIVEIRA, O de; STERN, C. (1971). Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 245-266.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE.** Curitiba. V.5, n.2, p. 37-48, mai/ago, 2002.

PAIVA, P. de T. A; WAJNMAN, S. Das causas as consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.22, n.2, p.303-322, jul./dez. 2005.

PNUD. Disponível em: < www.pnud.org.br>. Acessado em 31 jul. de 2013.

RAVENSTEIN, R. The laws of migration, 1885.

RIGOTTI, J. I. R.; VASCONCELLOS, I. R. P. Uma análise espacial exploratória dos fluxos populacionais brasileiros nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações**, 2005. p. 1-20.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: Uma análise de 1950 a 2000**. Tese (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual De Campinas. 2005.

RIVADENEIRA, L. **América Latina y El Caribe: Crecimiento económico sostenido, población y desarrollo**. Santiago do Chile/CEPAL, 2000.

SCHRADER, A., Migration. In: ENDRUWEIT, Günter, TROMMSDORFF, Gisela (Orgs.). **Wörterbuch der Soziologie**. Stuttgart, 1989.

SINGER, P. (1976) Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 211-244.

DINÂMICA MIGRATÓRIA E TRABALHO: ALGUMAS NOTAS SOBRE DESIGUALDADES REGIONAIS PARA A DÉCADA DE 2000*

Rita Rocha**

Bárbara R. Estanislau***

RESUMO: O estudo apresenta uma análise das relações existentes entre a dinâmica migratória das cinco grandes Regiões brasileiras e as estatísticas de trabalho, avaliando a influência da condição migratória na inserção dos indivíduos no mercado ao longo da primeira década de 2000. Primeiramente analisa-se o fenômeno migratório em termos de volume, intensidade e perfil do migrante, observando como os movimentos migratórios vêm se comportando diante do cenário de crescimento econômico e geração de emprego formal mais uniforme, vivenciado pelo país na última década. Em um segundo momento avalia-se se a condição migratória influencia no nível de desemprego, renda e perfil de ocupação da população. E, ainda, se o tempo de residência de migrantes nos locais de destino influi positivamente na inserção no mercado de trabalho. A questão que se apresenta é se uma melhor adaptação do migrante, em função do seu maior tempo de residência, influi positivamente em sua inserção laboral.

Palavras-chave: Mobilidade Espacial da População; Migração Inter-regional; Trabalho; Desigualdades.

1 INTRODUÇÃO

O território brasileiro é marcado por fortes desigualdades regionais, fruto de processos que historicamente distribuíram a população e as atividades econômicas de forma concentrada em determinadas áreas do país. Há uma relação direta entre mercado de trabalho e mobilidade que pode ser entendida através da relação entre distribuição espacial da população e a distribuição de atividades no território.

A decisão de migrar geralmente se deve a escolhas pessoais, influenciadas por diversos motivos, com destaque para aqueles ligados à procura por obtenção de melhores salários e qualidade de vida. Neste estudo se considera como preponderante a movimentação de pessoas no espaço devido a fatores estruturais, como oportunidades de investimento e inserção laboral. Desta forma, a mobilidade é vista como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas (Singer, 1980). Contudo, devido à grande complexidade do fenômeno migratório, é preciso considerar que nenhum enfoque que trate de suas possíveis causas é absoluto ou decisivo (MARTINE, 1980).

No Brasil, historicamente, a migração esteve estreitamente relacionada com crescimento nacional, sobretudo no auge do processo de industrialização⁶, o qual foi marcado

* Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte, MG, nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013;

**Doutoranda em Demografia pela UNICAMP;

***Mestranda em Demografia pela UNICAMP;

⁶ Singer (1980) relaciona a migração com as profundas mudanças introduzidas com as alterações das técnicas de produção a partir da industrialização. A aglomeração espacial da atividade industrial, necessária sob a lógica de compartilhamento de infraestruturas e serviços, desencadeou um intenso processo de atração populacional. No Brasil, o processo de industrialização se caracterizou pela alta densidade em torno das capitais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse processo determina uma elevação das taxas de urbanização em ritmo acelerado que por sua vez gerou outros fenômenos tais como a metropolização e suburbanização.

pela migração rural urbana⁷. Existe uma expectativa de que o crescimento da economia brasileira na década de 2000 tenha levado a um recrudescimento da migração interna no país, porém trabalhos recentes denunciam que essa relação ainda não é visível⁸ (DEDECCA, 2012).

2 METODOLOGIA

São utilizados na pesquisa os microdados dos censos, sobretudo do censo de 2010. Para efeitos de mensuração do fenômeno, o migrante neste estudo é o indivíduo que reside a menos de 10 (dez) anos na região geográfica de residência atual. A investigação sobre a adaptação do migrante no mercado de trabalho em função do seu maior tempo de residência poderia ser prejudicada pela incorporação dos migrantes que residem a mais de 10 anos nos locais de destino. Portanto, a população não migrante é constituída pelos naturais, somados os migrantes antigos (MARTINE, 1980).

Para construir a matriz migratória com origem e destino de migrantes entre estados e regiões utiliza-se o pressuposto de uma população fechada, embora se saiba que existam trocas migratórias com o exterior. Foram consideradas duas perguntas principais do questionário do censo. A primeira delas é se a pessoa já havia morado em outra Unidade da Federação (UF). A segunda questiona sobre quantos anos o indivíduo mora na UF de residência atual.

A segunda parte do ensaio traz indicadores de trabalho, que merecem alguns pontos de atenção. Sobre a utilização destes indicadores, embora a elevação da renda⁹ da população possa indicar uma melhoria do bem estar dos indivíduos, sabe-se que a análise da desigualdade não deve se limitar à renda auferida pelo trabalho. E, ainda, qualquer comparação que possa ser estabelecida a partir deste ensaio deve considerar alterações metodológicas do sistema de medição das características de trabalho ao longo dos censos demográficos. A incorporação da mensuração de novas formas de trabalho a partir do censo de 2000 tende a diminuir os níveis de desemprego encontrados. Alterações na identificação na condição de desemprego segundo o período de referência também devem ser consideradas. A utilização de uma semana ou ano de referência na busca de trabalho pode ampliar ou elevar sua magnitude, prejudicando a comparação dos resultados.

3 DINÂMICA URBANA E MIGRATÓRIA

O processo de desenvolvimento brasileiro, baseado em um modelo de industrialização acelerada, promoveu um processo de intensa concentração econômica e

⁷ Singer (1980) relaciona a atração para as cidades com o fato de a remuneração ser maior no urbano que no campo. Por outro lado sabe-se que existem obstáculos entre migrante e oportunidade econômica tais como a falta e qualificação e insuficiência de recursos para se estabelecer em um primeiro momento na cidade. A grande questão colocada pelo autor é: o fato destes migrantes não serem absorvidos está nestes obstáculos ou a indústria capitalista produz nas áreas urbanas uma oferta de força de trabalho superior à demanda? Se a primeira for verdadeira conclui-se que esse desajuste é transitório uma vez que o migrante se integre ao processo de produção capitalista. Se a segunda é verdadeira a marginalização do migrante passa a ser resultado necessário do processo de individualização capitalista. O fato é que a espacialização da população no espaço urbano ocorre de forma desigual, pois ela é o resultado da estruturação social, que por sua vez é condicionada pelo acesso ao capital.

⁸ Segundo o autor isto se deve, dentre outros fatores, "... ao curto período trilhado pelo crescimento, que pode não ter produzido os efeitos esperados em termos de reativação do processo migratório interno e também em razão do desempenho econômico se constituir em apenas um dos diversos determinantes da mobilidade espacial da população" (DEDECCA, 2012, P.02).

⁹ Neste exercício foram retirados da base de dados os indivíduos cuja declaração de renda foi zero.

populacional nos grandes centros urbanos, que por sua vez levou ao crescimento da urbanização, com a intensificação dos fluxos rurais urbanos. Observando a tabela 01 nota-se a Região Sudeste do país é responsável por mais da metade do PIB brasileiro.

Tabela 01 - Produto Interno Bruto a preços correntes Brasil e Regiões: 2000 e 2010

		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2000	absoluto	1179482000	51705786	146827013	687776987	194257377	98914837
	(relativo)	100.0	4.4	12.4	58.3	16.5	8.4
2010	absoluto	3770084872	201510748	507501607	2088221460	622254612	350596446
	(relativo)	100.0	5.3	13.5	55.4	16.5	9.3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística.

A concentração das atividades econômicas mantém, desde a década de 70 até hoje, a concentração populacional na Região Sudeste, que sozinha responde por aproximadamente 42% da população brasileira.

Tabela 02 - População total e relativa Brasil e Regiões: 1970-2010.

Brasil e Regiões	População					Participação na população total				
	Ano					Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	93,134,846	119,011,052	146,825,475	169,872,856	190,755,799	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Norte	3,603,679	5,880,706	10,030,556	12,911,170	15,864,454	3.9	4.9	6.8	7.6	8.3
Nordeste	28,111,551	34,815,439	42,497,540	47,782,487	53,081,950	30.2	29.3	28.9	28.1	27.8
Sudeste	39,850,764	51,737,148	62,740,401	72,430,193	80,364,410	42.8	43.5	42.7	42.6	42.1
Sul	16,496,322	19,031,990	22,129,377	25,110,348	27,386,891	17.7	16.0	15.1	14.8	14.4
C.Oeste	5,072,530	7,545,769	9,427,601	11,638,658	14,058,094	5.4	6.3	6.4	6.9	7.4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística.

3.1 Dinâmica demográfica

O Brasil passava na década de 70 pela fase inicial da chamada Transição Demográfica. Fenômeno este caracterizado por uma mudança nas taxas de natalidade de níveis altos e sem controle para níveis baixos e estáveis, passando por um período intermediário dentro do qual o decréscimo da mortalidade antecede ao da natalidade gerando um crescimento rápido da população (PATARRA, 1973). Assim, neste período, apesar da redução da taxa de crescimento verificada, a população continuava a ter expressivo crescimento em consequência de regimes demográficos de alta fecundidade e estruturas etárias jovens.

No último decênio as Regiões Sul e Sudeste, as mais urbanizadas do país, apresentaram as menores taxas de crescimento, enquanto o Norte registra o maior índice: 2,09%, com uma redução drástica da taxa no período de 1980-2000.

Tabela 03 - Taxas geométricas de crescimento Brasil e Regiões: 1970-2010.

	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Brasil	2.48	1.93	1.63	1.17
Norte	5.02	4.97	2.84	2.09
Nordeste	2.16	1.83	1.30	1.07
Sudeste	2.64	1.77	1.61	1.05
Sul	1.44	1.38	1.41	0.87
C. Oeste	4.05	2.04	2.37	1.91

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística.

A persistência das baixas taxas de crescimento hoje tem outras consequências que figuram no debate entre população e desenvolvimento, com destaque para o processo denominado de Transição da Estrutura Etária. Ele é marcado pela diminuição dos grupos de pessoas até 15 anos com o aumento do peso de idosos, mas com um período intermediário que favorece a diminuição da razão de dependência. É a fase do chamado bônus demográfico, também conhecido como janela de oportunidades. Corresponde a um fenômeno em que decorre um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência, ou seja, menor proporção de idosos, crianças e adolescentes. Por outro lado há maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, o que possibilita condições demográficas favoráveis ao crescimento econômico.

É evidente que a diminuição dos níveis de fecundidade da população brasileira que, segundo o IBGE, passa de 2,38% em 2000 para 1,86% em 2010, é a chave de todas estas mudanças demográficas, mas qual seria o papel da componente migratória no processo de desaceleração do crescimento da população?

3.2 A componente migratória

Regiões com elevada participação na economia constituíram, durante muitas décadas, destino de migrantes de todas as partes do país. Porém, observando os volumes de migração para os últimos três decênios nota-se que a intensidade dos fluxos migratórios diminuiu, relativamente ao crescimento da população brasileira.

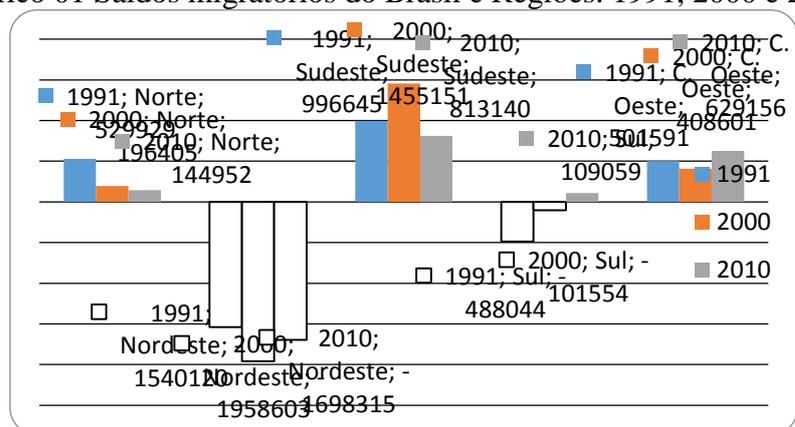
Todas as regiões apresentaram saldos migratórios positivos, com exceção da Região Sul que em 1991 e 2000 obteve saldo negativo indicando que perdia mais população do que recebia. Embora, positivo para 2010, esse volume é relativamente pequeno, como se nota no gráfico 01.

Tabela 04 - Volumes de imigração, emigração e saldos migratórios do Brasil e Regiões: 1991, 2000 e 2010.

	Imigração			Emigração			Saldo Migratório		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Norte	1334254	1186930	1147743	804325	990525	1002791	529929	196405	144952
Nordeste	2147910	2285694	2381889	3688030	4244297	4080204	-1540120	-1958603	-1698315
Sudeste	4353069	4892468	4410181	3356424	3437317	3597041	996645	1455151	813140
Sul	1175000	1300713	1559832	1663044	1402267	1450773	-488044	-101554	109059
C. Oeste	1676296	1627389	1907431	1174705	1218788	1278275	501591	408601	629156

Fonte: tabulações especiais microdados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, IBGE.

Gráfico 01 Saldos migratórios do Brasil e Regiões: 1991, 2000 e 2010.



Fonte: tabulações especiais microdados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, IBGE.

Note que a Região Sudeste continua a ser a grande receptora de imigrantes (38,7%) e a Região Nordeste a que mais registra emigração para o conjunto do país (35,8%), com saldos negativos para os três períodos. Embora a grande maioria dos migrantes tenha como origem a Região Nordeste¹⁰, a partir dos dados da tabela 05, nota-se uma redução desse fluxo entre os três intervalos considerados, embora se observe uma elevação do fluxo de nordestinos para a Região Centro Oeste. As Regiões Sul e Centro Oeste vêm gradualmente elevando sua participação como destino de migrantes. No caso do Sul do Brasil, Santa Catarina chega a ser o destino de quase a metade dos imigrantes que a região recebeu durante a década de 2000. A Região Centro Oeste é a que apresenta a maior participação de migrantes na sua população total. A expansão da fronteira agrícola do país para esta região e o crescimento do agronegócio justifica esse perfil demográfico. Os dados de migração da década de 2000 indicam uma leve elevação da mobilidade intra-regional. A maior movimentação interna de pessoas é registrada para o Sudeste, onde grande parte da população que migra tem como origem ou destino estados da própria região: 13,3%.

¹⁰ Embora a migração denominada como de retorno não tenha sido foco deste estudo, segundo o IBGE 21,5% dos deslocamentos internos na década de 2010 foram de retorno, com destaque para a Região Nordeste do país: 35%.

Tabela 05 Distribuição da população migrante por condição de residência anterior Brasil e Regiões: 1991, 2000 e 2010.

Região Atual - 2010						
Região Anterior	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Total
Norte	3,4	1,7	1,2	0,5	2	8,8
Nordeste	3,5	8,1	18,1	1	5	35,8
Sudeste	1,2	8,8	13,3	4,4	3,8	31,5
Sul	0,5	0,6	3,4	6,6	1,7	12,7
C. Oeste	1,5	1,7	2,7	1,2	4,2	11,2
Total	10,1	20,9	38,7	13,7	16,7	100
Região Atual - 2000						
Região Anterior	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Total
Norte	3,6	1,7	1,2	0,5	1,8	8,8
Nordeste	3,9	8,3	21	0,6	3,9	37,6
Sudeste	1,2	8,5	13,7	3,8	3,2	30,4
Sul	0,5	0,4	4,5	5,5	1,6	12,4
C. Oeste	1,4	1,4	3	1,2	3,9	10,8
Total	10,5	20,2	43,3	11,5	14,4	100
Região Atual - 1991						
Região Anterior	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Total
Norte	2,1	1,5	1,2	0,5	1,4	6,6
Nordeste	9,7	9,2	15,7	0,4	3,2	38,2
Sudeste	1,8	7,1	13,8	3,4	3,8	29,9
Sul	1,3	0,3	5,2	5	3	14,8
C. Oeste	1,6	1,1	2,9	1,2	3,6	10,5
Total	16,7	19,1	38,8	10,5	14,9	100

Fonte: tabulações especiais censo 1991, 2000 e 2010, IBGE.

Tabela 06 - Índice de Eficácia Migratória (IEF) segundo potencialidade de absorção migratória do Brasil e Regiões: 1991, 2000 e 2010.

Grande Região	IEF			Absorção Migratória		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Norte	0.25	0.09	0.07	Baixa absorção	Rotatividade	Rotatividade e
Nordeste	-0.26	-0.30	-0.26	Baixa evasão	Média evasão	Baixa evasão
Sudeste	0.13	0.17	0.10	Baixa absorção	Baixa absorção	Baixa absorção
Sul	-0.17	-0.04	0.04	Baixa evasão	Rotatividade	Rotatividade e
C. Oeste	0.18	0.14	0.20	Baixa absorção	Baixa absorção	Baixa absorção

Fonte: tabulações especiais censos demográficos, IBGE.

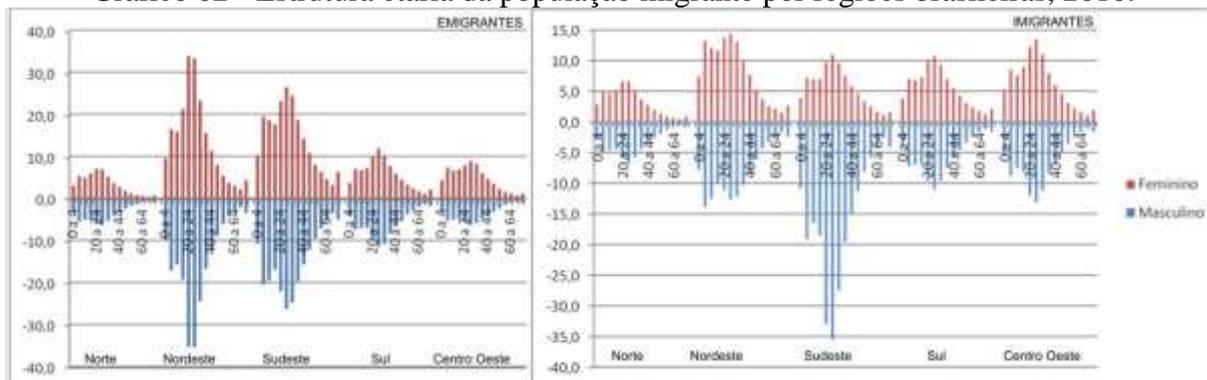
*Critério de Absorção Migratória proposto por Oliveira (2011).

Analisando o Índice de Eficácia Migratória¹¹, um importante indicador que mede evasão e absorção migratória independente de volume, encontra-se valores negativos para a Região Nordeste e Sul, o que indica que estas regiões perdem população, ou seja, continuam a serem áreas de evasão migratória. Este quadro tem se revertido para a Região Sul do Brasil no último decênio. Já os valores cada vez mais próximos de “0” da Região Sudeste indicam que essa região é caracterizada por intensa rotatividade migratória, com grande movimentação de pessoas.

3.3 Perfil dos migrantes inter-regionais

Sobre a estrutura etária da população migrante, comparando os volumes entre as pirâmides etárias de emigração e imigração, nota-se a grande participação das Regiões Nordeste e Sudeste, como as que mais contribuem para as migrações regionais no país. Em geral há um equilíbrio da distribuição entre os grupos etários, que segue o padrão da estrutura etária da população brasileira. Esta similaridade indica a ocorrência de uma migração familiar, onde a concentração maior nos grupos etários jovens pode indicar um destaque da migração de casais sem filhos.

Gráfico 02 - Estrutura etária da população migrante por regiões brasileiras, 2010.



Fonte: Tabulações especiais microdados do Censo 2010.

*Tabulações utilizando a idade ao migrar.

Segundo a origem dos emigrantes, apresentados no lado esquerdo do gráfico 02, destaca-se um volume considerável de população jovem que deixa o Nordeste e o Sudeste, sobretudo de 20-34 anos. O grupo etário de 5-9 anos também apresenta um volume de destaque nestas regiões. Quanto à seletividade migratória segundo sexo, em geral há um equilíbrio entre imigrantes homens e mulheres em todas as regiões. Mas, para os imigrantes que tem como destino a Região Sudeste há um grande volume de população jovem masculina. Na faixa etária de 20-34 anos o volume de homens que imigra chega a ser cerca de três vezes maior que o número de mulheres.

¹¹ Constitui o quociente entre a Migração Líquida (Imigração menos Emigração) e a Migração Bruta (Imigração mais Emigração) e varia de “-1” (apenas emigração) a “+1” (apenas imigração). Quando os valores ficam próximos à “0” indica que a região possui maior circulação de pessoas. Quando mais próximo ele fica de “1” mais eficaz é a região, que perde pouca população.

3.4 Notas sobre a migração interna recente

Não há sinais de que o crescimento da economia do país durante a década de 2000 tenha levado a uma elevação da mobilidade inter-regional. Fatores de ordem econômica justificam, em parte, a diminuição do crescimento das migrações internas no Brasil. Um crescimento das atividades produtivas em todas as regiões tem freado o deslocamento populacional de maior distância no país. A dinamização da estrutura produtiva brasileira, que leva à redução da pobreza e desigualdade no Brasil foi acompanhada da geração de empregos formais e da elevação da capacidade do Estado de financiamento, com o aumento do investimento em infraestrutura e em políticas sociais, com destaque para o Programa Bolsa Família. Estes fatores têm favorecido, sobretudo as regiões mais atrasadas do país, que desta maneira tendem a elevar seu poder de retenção de população (DEDECCA, 2012).

A ampliação do nível de atividade e da geração de empregos nas regiões de menor desenvolvimento, e fora das áreas metropolitanas, em conjugação com a ampliação das políticas sociais e de valorização do salário mínimo, em um contexto de baixo crescimento populacional, devem estar na raiz da desaceleração do processo migratório e da estabilidade da estrutura populacional observadas para o país na década passada (DEDECCA, 2012, P.11).

Uma análise da estruturação da rede urbana brasileira explica parte deste processo de diminuição da mobilidade inter-regional no Brasil. A grande concentração populacional em torno das metrópoles brasileiras acarretou um crescimento da poluição, violência urbana, congestionamentos, o que produziu, em geral, uma menor atratividade tanto do ponto de vista residencial como de investimentos produtivos. Soma-se aos condicionantes locais a influência que a tecnologia nos meios de comunicação e transporte vem, ao longo do tempo aportando sobre a distribuição de pessoas e atividades sobre os territórios. O resultado é a diminuição relativa da pressão populacional sobre as metrópoles e, por outro lado, o crescimento do peso de cidades médias na rede urbana brasileira, que acaba por influenciar os deslocamentos de menor distância, embora se saiba que 30% da população ainda esteja concentrada nas metrópoles. Oliveira (2011), associa o crescimento delas a eixos rodoviários dentro do país que favorecem a interligação das mesmas com as capitais, favorecendo à elevação de atividades econômicas e a expansão urbana com o aumento de concentração populacional nestas aglomerações.

Outra corrente teórica recente relaciona esta diminuição da migração de maior distância ao surgimento de outros arranjos para a migração interna, caracterizado por intensa mobilidade da população em âmbitos locais e regionais, com estabelecimento de processos de rotatividade migratória (BAENINGER, 2011). E ainda, pode relacionar-se com o surgimento de novos arranjos associados ao recém fenômeno conhecido como “*counterurbanization*” ou contra-urbanização (HOSSZÚ, 2009). Fenômeno este caracterizado pela desconcentração populacional, ou seja, significa o direcionamento de pessoas para locais menores, menos povoados. O que não necessariamente significa um retorno ao campo, uma contraposição à cidade.

4. INSERÇÃO DE MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO: HÁ DESIGUALDADES?

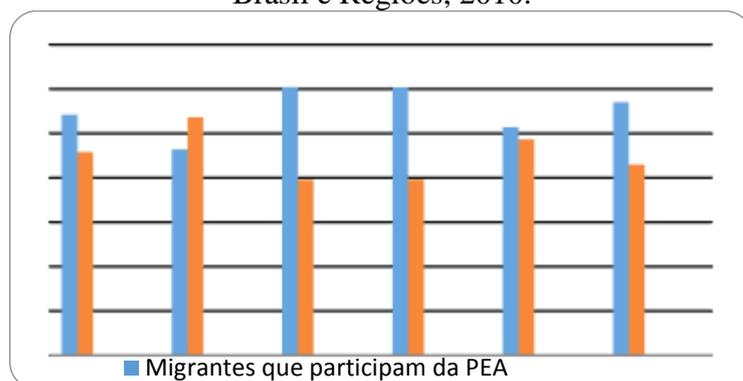
Nesta seção são apresentadas algumas observações sobre indicadores tais como ocupação, desemprego, renda e proteção social com o objetivo de averiguar se há

desigualdades na inserção de pessoas no mercado de trabalho¹², segundo a condição migratória, dentre as grandes regiões brasileiras para a década de 2000.

4.1 A participação de migrantes na PEA

A População Economicamente Ativa (PEA) representa a parte da População em Idade Ativa (PIA) que se encontra apta ao exercício da atividade produtiva. É composta por pessoas ocupadas e as que se encontram em situação de desemprego. Neste estudo foi considerado o conceito conhecido como PEA ampla que aumenta os critérios de condição de ocupação e atividade, mesmo que reconhecida a dificuldade existente da incorporação da contribuição dos trabalhos denominados não remunerados e para autoconsumo para a construção da riqueza do país, ou seja, da sua contabilização nas contas nacionais. Sobre a participação da população economicamente ativa em relação à população total migrante, foram encontradas variações regionais, com os menores percentuais para a Região Nordeste (46,4%), Centro Oeste (51,4%) e Norte (54,2%). Uma maior participação de migrantes foi encontrada nas regiões Sudeste e Sul do país, conforme se nota no gráfico 3.

Gráfico 3 Participação da População Economicamente Ativa na população total migrante Brasil e Regiões, 2010.



Fonte: Tabulações especiais microdados do Censo 2010, IBGE.

O resultado para o Brasil, obtido com os dados do censo 2010, foi de 57%, número ligeiramente inferior ao encontrado por Dedecca (2012) com os dados da PNAD para o ano de 2009: 59%. Comparando esses resultados conclui-se que o padrão de participação dos migrantes na PEA se mantém estável. A diferença encontrada, além de não ser significativa em termos de volume pode ser explicada pelas características diferenciadas das duas bases em termos de abrangência espacial.

4.2 Indicador de proteção social

Antes de qualificar a variação da ocupação é preciso analisar como anda a distribuição da população entre trabalho remunerado e não remunerado entre o total da população. A elevação da ocupação só se traduz efetivamente em proteção social via trabalho quando há remuneração e pagamento de contribuição previdenciária.

¹² O mercado de trabalho¹² no âmbito do sistema capitalista diz respeito à relação estabelecida entre aqueles que oferecem a força de trabalho com aqueles que a procuram. O pano de fundo destas relações é um sistema típico de mercado onde se estabelecem negociações com o objetivo de determinar valores e quantidades de troca ou venda da atividade desenvolvida pelo trabalhador (DEDECCA e PRONI, 2006).

Tabela 7 Ocupação segundo condição de remuneração, contribuição para a previdência e condição migratória Brasil e Regiões, 2010.

Região	Condição Migratória	Ocupação	Ocupação	Ocupação	Total
		Remunerada com Contribuição	Remunerada sem Contribuição	Não Remunerada	
Norte	migrante	51	44,3	4,7	100
	não migrante	43,3	46,4	10,2	100
Nordeste	migrante	50,5	43,9	5,6	100
	não migrante	42,6	45	12,5	100
Sudeste	migrante	70,6	28	1,4	100
	não migrante	69,4	28,4	2,3	100
Sul	migrante	72,3	25,6	2,1	100
	não migrante	67,1	28	4,9	100
C. Oeste	migrante	65,9	31,8	2,3	100
	não migrante	61,5	35,2	3,3	100

Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

Os dados demonstram uma proteção social maior para o grupo dos migrantes. A Região Sul, seguida da Região Sudeste, são as que registram maior proporção de população com ocupação remunerada com contribuição. As variações segundo a condição migratória para essas regiões é muito pequena. As regiões Norte e Nordeste são as que registram as maiores proporções de população ocupada sem remuneração. Quando se avalia as diferenças segundo a condição migratória, nota-se que os não migrantes apresentam ocupação não remunerada numa proporção que ultrapassa duas vezes a dos migrantes, indicando uma vantagem maior para os indivíduos que vem de outras regiões do país.

Tabela 8 Ocupação segundo condição de remuneração e contribuição para a previdência de migrantes segundo tempo de residência Brasil e Regiões, 2010.

Região	Condição Migratória	Ocupação	Ocupação	Ocupação	Total
		Remunerada com Contribuição	Remunerada sem Contribuição	Não Remunerada	
Norte	< 2	53	43,1	3,9	100
	2 a 4	52,7	43,1	4,2	100
	5 a 9	48,7	45,8	5,5	100
Nordeste	< 2	50,5	44,3	5,2	100
	2 a 4	51,4	43,4	5,1	100
	5 a 9	49,6	44,2	6,3	100
Sudeste	< 2	68,9	29,6	1,5	100
	2 a 4	71,6	27,1	1,3	100
	5 a 9	70,8	27,7	1,5	100
Sul	< 2	70,5	27,6	1,8	100
	2 a 4	73,3	24,8	1,9	100
	5 a 9	72,6	25	2,4	100
C. Oeste	< 2	65,4	32,6	2	100
	2 a 4	67,6	30,5	1,9	100
	5 a 9	64,9	32,4	2,7	100

Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

Observando os dados de contribuição entre os migrantes não há uma aparente correlação entre maior ou menor tempo de residência e elevação ou diminuição de contribuição, ou maior ou menor proporção de um grupo com ocupação remunerada.

4.3 Indicador de desemprego

Observando os dados apresentados na tabela 09 nota-se que a taxa de desemprego entre os migrantes é em geral muito parecida com a da população não migrante. A exceção é a Região Norte do país onde os migrantes estão em vantagem com uma taxa de desemprego bem mais baixa que a dos não migrantes. A Região Sul apresenta a menor taxa de desemprego do Brasil. Os migrantes no Sul também levam uma leve vantagem sobre os naturais e as pessoas que migraram a mais de 10 anos.

Tabela 9 Taxa de desemprego segundo condição migratória Brasil e Regiões, 2010.

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Brasil
Taxa de Desemprego migrantes	6,9	9,2	7,4	5,4	6,4	7,3
Taxa de Desemprego migrantes < 2	8,9	8,4	6,8	8	8,7	8,2
Taxa de Desemprego migrantes 2 a 4	6,3	8	6,2	4,9	5,7	6,2
Taxa de Desemprego migrantes 5 a 9	6,3	10,1	8	4,2	5,5	6,8
Taxa de Desemprego não migrantes	11,8	9,4	7,1	4,6	6,3	7,3
Taxa de Desemprego População Total	8,8	9,8	7,6	4,7	6,7	7,7

Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

Comparando o grupo de migrantes por tempo de residência na região atual, nota-se que o desemprego é maior dentre os migrantes recentes, que possuem menos de dois anos de moradia, em todas as regiões. Eles parecem ter mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho, comparativamente aos migrantes que moram a mais tempo. Estas diferenças são mais marcantes nas regiões Sul e Norte. Nas regiões Sudeste e Nordeste esta lógica de maior tempo de moradia com diminuição da taxa de desemprego não se confirma comparativamente ao grupo de 2 a 4 anos e 5 a 10 anos. Os migrantes com mais de 5 anos de moradia apresentaram desemprego maior que os de 2 a 4 anos.

4.4 Indicador de renda¹³

A distribuição de renda, que no Brasil é notadamente bastante desigual, depende do grau de desenvolvimento e também das características específicas relativas ao crescimento econômico e social do país: “A desigualdade de renda na sociedade brasileira é parte inerente do processo de industrialização que teve como uma de suas características básicas a reiteração de um mercado de trabalho fundado na baixa remuneração” (DEDECCA e PRONI, 2006, P. 150). Segundo dados do censo de 2010, divulgados pelo IBGE, a metade da população recebeu mensalmente até R\$ 375 – valor inferior ao salário mínimo, de R\$ 510 pagos na época. Os 10% com maiores salários entre a população brasileira ficaram, em 2010, com 44,5% do total de rendimentos, enquanto os 10% com menor renda, 1,1%. Embora os dados evidenciem que a desigualdade de renda permanece alta no Brasil, entre as motivações para sua diminuição relativa nos últimos anos destaca-se a elevação das remunerações, valorização do salário mínimo, aumento dos benefícios sociais previdenciários e de transferência de renda e queda da taxa de inflação (DEDECCA e PRONI, 2006).

Os decis apresentados nas tabelas 09 e 10 dividem a população em 10 grupos de renda, sendo o primeiro decil o que contém os 10% mais pobres. Após o nono decil estão os mais ricos da população. Em uma primeira análise sobre a concentração de população, por grupos de renda entre as regiões, independente da condição migratória, nota-se que as Regiões Sul e Centro-Oeste são as que possuem os menores percentuais de população nos grupos de menor renda (primeiro decil), com uma distribuição bastante equilibrada entre os 10 grupos. Já as Regiões Norte, Nordeste e Sudeste são as mais desiguais. Nelas grande parte da população está concentrada no primeiro grupo, o de menor renda.

Quando avaliada a distribuição de migrantes, comparativamente com os não migrantes, nota-se que a concentração no último grupo (o mais rico) chega a ser três vezes maior para os migrantes nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país. Esta superioridade de renda de indivíduos migrantes pode significar que a migração para essas áreas esteja ligada a boas oportunidades de inserção laboral ou investimento. Para as Regiões Sul e Centro Oeste há um equilíbrio maior entre todos os grupos que, segundo os dados, independe da condição migratória.

¹³A forma de captação dos rendimentos nos censos demográficos expressa, especialmente, a apropriação da renda proveniente do trabalho e da proteção social uma vez que a declaração de rendimentos de outras fontes é muito baixa. Considerando que a população de mais elevada renda possui rendimentos adicionais a partir de ativos financeiros e de capital, os números para estes últimos podem estar subestimados (DEDECCA e PRONI, 2006).

Tabela 10 Decis de renda segundo condição migratória Brasil e Regiões: 2010.

Região Geográfica		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Norte	migrante	15,6	14,7	11,5	10,6	7,8	6,9	8	7,3	8,4	9,3	100
	não migrante	27,7	18,1	12,2	10,3	7,1	5,8	5,8	4,6	4,7	3,6	100
Nordeste	migrante	21,1	16,1	11,2	9,2	6,5	6,2	6,4	5,8	7,5	10	100
	não migrante	31,3	19,3	12,4	10,3	6	6,2	4,4	3,5	3,4	3,2	100
Sudeste	migrante	21,1	16,1	11,2	9,2	6,5	6,2	6,4	5,8	7,5	10	100
	não migrante	31,3	19,3	12,4	10,3	6	6,2	4,4	3,5	3,4	3,2	100
Sul	migrante	3,7	6,7	7,9	10,2	9,9	9	13,1	12,3	13,7	13,6	100
	não migrante	6	9	9,4	11,1	10,5	10,6	12,8	11,3	11,1	8,1	100
Centro Oeste	migrante	6,8	11	11,4	11,4	9,3	8,7	10,4	8,8	9,9	12,4	100
	não migrante	7,5	11	11,3	12,1	10	9,4	10,3	8,6	9,6	10,1	100

Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

Uma das propostas deste estudo é investigar se, dentre os migrantes, há alguma variação condicionada pela adaptação do migrante nos locais de destino. Segundo Martine (1980), em geral, estudos demonstram uma clara melhoria da situação do migrante à medida que aumenta o tempo de residência. Analisando a distribuição da renda dos migrantes segundo o tempo de moradia nota-se um equilíbrio maior entre todos os grupos. Mas, a relação entre maior tempo de moradia e melhoria da renda não parece clara quando analisado os dados para os migrantes da década de 2000. O padrão que caracteriza as Regiões Norte, Nordeste e Sudeste com maior percentual de população no grupo mais pobre se mantém, comparativamente com as regiões Sul e Centro Oeste.

Tabela 11 Decis de renda segundo condição migratória e tempo de residência Brasil e Regiões, 2010.

Região	Tempo*	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Norte	< 2 anos	13,8	13,6	10,9	9,9	7,8	6,5	8,4	8,1	9,6	11,3	100
	2 a 4 anos	15,3	13,8	11,3	10,5	7,8	7	8,4	7,6	8,6	9,7	100
	5 a 9 anos	17,1	16,1	12	11,1	7,8	7	7,5	6,5	7,3	7,6	100
Nordeste	< 2 anos	20,7	16,4	11	8,7	6,2	5,8	6,4	6,3	7,9	10,6	100
	2 a 4 anos	20,8	15,5	11,2	9,3	6,3	6,3	6,5	5,8	7,6	10,8	100
	5 a 9 anos	21,9	16,3	11,5	9,6	6,8	6,5	6,3	5,4	7	8,8	100
Sudeste	< 2 anos	6	10,6	11,4	12	9,9	8,8	11	9,5	9	11,9	100
	2 a 4 anos	5,2	9,6	10,4	11,9	10,2	8,8	11,9	9,9	9,7	12,5	100
	5 a 9 anos	5,6	10,1	10,8	12,1	11,1	9,5	11,7	9,6	9,1	10,5	100
Sul	< 2 anos	4,4	7,6	8,3	11	9,6	8,5	12,7	11,4	13,1	13,5	100
	2 a 4 anos	3,4	6,7	7,7	9,6	10,1	9,1	13,2	12,7	14,1	13,4	100
	5 a 9 anos	3,6	6,2	7,8	10,2	9,7	9,1	13,3	12,6	13,6	14	100
Centro Oeste	< 2 anos	6,8	12	11,8	11,6	9	8,4	10,4	8,5	9,5	12	100
	2 a 4 anos	6,5	10,6	10,9	11,4	9	8,5	10,6	8,9	10	13,6	100
	5 a 9 anos	7	10,7	11,5	11,3	9,7	9	10,3	8,8	10,1	11,6	100

Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

4.5 Indicadores de condição de ocupação e grande setor de atividade

Com respeito à condição de ocupação os dados da pesquisa revelam que a maior proporção de ocupados está na Região Sul (95%), enquanto as menores na Região Nordeste 90,2%. Avaliando os dados da tabela 11 nota-se que predomina a ocupação no setor privado em todas as regiões brasileiras, sendo que a proporção de migrantes nesta categoria é superior à dos não migrantes.

Tabela 12 População segundo condição de ocupação e condição migratória Brasil e Regiões, 2010.

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste	
	M.	N. M.	M.	N. M.	M.	N. M.	M.	N. M.	M.	N.M.
Ocupação										
Agrícola	5,5	5,9	3,5	5,7	3,4	2,8	2,8	6,5	4,5	4,3
Empregado										
Setor Privado	24,8	16,2	21,6	17,2	36,5	28,8	37,2	26,6	31,1	24,8
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste	
	M.	N. M.	M.	N. M.	M.	N. M.	M.	N. M.	M.	N.M.
Empregado										
Setor Público	4,2	3,1	2,5	1,9	1,7	2,2	2,5	2,3	4,2	4,3
Autônomo	9,3	6,9	8,4	5,8	8,1	8,1	9,4	7,7	8,2	8,6
Empregador	0,9	0,5	1,1	0,5	0,8	1	1,6	1,4	0,9	1,1
Empregado										
Doméstico	3,4	2,3	2,7	2,3	4,7	3,5	2,4	2,6	5	3,5
Sem										
Remuneração										
Menos 15hs										
Agrícola	0,1	0,1	0,1	0,1	0	0	0	0,1	0	0
Sem										
Remuneração										
Mais 15hs										
Agrícola	0,1	0,3	0,1	0,3	0	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1
Sem										
Remuneração										
Menos 15hs										
Demais										
Setores	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3
Sem										
Remuneração										
Mais 15hs										
Demais	0,5	0,4	0,4	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Auto-Consumo										
Menos de 15hs	0,4	0,7	0,4	0,8	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2
Auto-Consumo										
Mais de 15hs	1	2,2	1	3	0,2	0,4	0,3	1	0,4	0,6
Desempregado	3,8	3,4	4,2	4	4,5	3,6	3,3	2,4	3,8	3,2
Inativo	31,2	34,8	34,6	38,4	27,5	33,2	27,3	30,9	26,7	31,1
Menor de 10										
anos	14,6	22,9	19	19,5	12,1	15,8	12,3	17,2	14,3	17,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

*M= migrante; NM= não migrante. **Não migrante= naturais e migrantes com mais de 10 anos de residência.
Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

A proporção de migrantes na categoria de empregado no setor público é superior a de não migrantes entre todas as regiões, com exceção do Sudeste. O mesmo se observa para a categoria de autônomos, onde as proporções se equilibram apenas no Sudeste. Os migrantes se destacam na categoria emprego doméstico, em relação aos não migrantes. O mesmo ocorre quanto à produção para autoconsumo, independentemente do número de horas. Conforme aumenta o tempo de residência dos migrantes há um aumento da proporção nas categorias de autônomo e empregador. Comportamento similar é observado para a categoria de emprego doméstico e produção para autoconsumo (independentemente do número de horas), com exceção da Região Sudeste onde não há diferença com relação ao tempo de moradia do migrante, para esta última categoria.

Quando avaliamos a inserção de migrantes e não migrantes segundo o setor de atividade por região e sexo encontram-se algumas diferenças significativas. Para a Região Norte, o setor agrícola tem papel preponderante na ocupação dos homens não migrantes (29,2%), seguidos dos setores de comércio (17%), serviços (14,3%) e construção civil (11%). Já os migrantes homens têm uma participação muito baixa no setor agrícola (4%), mas destacam-se os setores de proteção e seguridade social (39,2%) e administração e regulação públicas (21,3%). Chama atenção para a Região Norte o elevado índice de indivíduos migrantes classificados na categoria denominada demais atividades (11,4%), em relação a todos as outras regiões, independente da condição migratória. Entre as mulheres destaca-se a ocupação nos setores de comércio, serviços, seguridade social e serviços domésticos. Com relação aos serviços domésticos as mulheres migrantes possuem uma maior proporção nesta categoria quando comparado às não migrantes, em todas as regiões brasileiras. Mulheres e homens migrantes se destacam na inserção no setor de transformação nas Regiões Sudeste e Sul do país, quando comparados aos não migrantes. Para a Região Centro Oeste do país destaca-se a inserção masculina de migrantes no setor de serviços bancários e financeiros.

Tabela 14 População por setor de atividade, condição migratória e sexo, Brasil e Regiões: 2010.

	HOMEM										MULHER									
	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		C. OESTE		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		C. OESTE	
	M	N.M	M	N.M	M	N.M	M	N.M	M	N.M	M	N.M	M	N.M	M	N.M	M	N.M	M	N.M
Mal definidas	1,8	6,2	5,6	4,6	8,2	7,7	5,7	4,6	6,5	7,1	7,8	6,8	5,3	4,9	6,5	7	5,7	5,3	7,3	7,3
Agrícola	4,3	29,2	14,6	30,9	9,1	9,6	7	17,3	11,1	14,9	7,7	16,9	8,8	18,8	4,2	4,5	5	13,6	4,7	5,3
Extrativa Mineral	0,6	0,8	1,2	0,6	1,3	0,8	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,2	0,2	0,1	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria de Transformação	2,3	8,2	10,4	8,4	20	15,3	20	14,7	10,7	9,4	5,5	5,6	8	7,3	11,4	7,6	17,8	13,6	7,9	7,3
Serviços de Utilidade Pública	0,3	1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1	1	1,1	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5
Construção Civil	3,4	11	12,7	11,4	18,8	12,2	13,9	9,8	13,3	11,8	1	0,6	0,8	0,5	0,9	0,7	1	0,6	0,7	0,7
Comércio	4,4	17	20,2	16,3	6,9	17,7	17,7	14,7	14,8	18,2	20,4	17,4	20,7	16,2	17,9	17,3	18,8	16,9	17,5	17,1
Serviços	3,4	14,3	17,5	13,9	22,4	21,9	19,3	14,5	15	17,4	15,5	12,5	16,3	11,4	21,7	20,1	19,8	14,9	17,9	16,9
Serviços Bancários e Financeiros	0,4	0,3	1,4	0,6	1,1	1,5	1,6	14,5	15	1,1	2,4	0,7	1,6	0,9	1,5	2,1	1,9	1,5	1,7	1,7
Administração e Regulação	21,3	4,3	6,3	5,3	3,6	4,8	4,8	1	1,3	7,7	6	7,4	5,1	6,2	2,5	4,6	3,3	4,4	6,1	8,7
Proteção e Seguridade Social	39,2	4,8	5,1	4,3	3,8	4,3	4,7	4	6,7	5,7	14,5	16,6	15,5	18,1	11,2	17,8	14,4	15,7	12,7	17
Serviços Domésticos	7,2	1,1	0,7	0,7	1,4	0,9	0,5	3	3,2	4,1	16,6	13,7	15,4	14,2	19,7	16,3	9,6	11,3	21,2	15,8
Demais Atividades	11,4	1,9	3,1	1,8	2,2	2,1	3	0,5	1	1	1,7	1,2	2,1	1,2	1,8	1,4	2,2	1,6	1,6	1,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

*M= migrante; NM= não migrante. **Não migrante= naturais e migrantes com mais de 10 anos de residência.
Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

Analisando a inserção de migrantes nos setores de atividade segundo o tempo de moradia na região atual nota-se a distribuição entre todas as categorias é mais equilibrada. Enquanto a inserção de migrantes no setor de construção civil diminui conforme o tempo de moradia, acontece o oposto com os setores de serviço e proteção e seguridade social, que passa a ganhar maior proporção entre migrantes com o passar dos anos.

Tabela 15 População migrante segundo setor de atividade e tempo de residência, Brasil e Regiões, 2010.

Tempo de Residência	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro Oeste		
	< 2	2 a 4	5 a 9	< 2	2 a 4	5 a 9	< 2	2 a 4	5 a 9	< 2	2 a 4	5 a 9	< 2	2 a 4	5 a 9
Mal definidas	8,3	7,4	7,3	5,4	5,2	5,7	7,5	7,2	6,9	5,9	5,5	5,7	7,6	7,4	7,3
Agrícola	11,4	13,4	16,4	11,7	12	13	8,8	6,5	5,5	5,9	5,8	6,8	9,6	8,6	10,3
Extrativa Mineral	1,4	2,1	1,6	1	1	0,6	0,9	1	0,8	0,3	0,3	0,3	0,5	0,3	0,3
Indústria Transformação	7,5	8,3	8	9,8	9,5	9,1	15,3	15,9	15,5	18,3	19,8	18,9	11,8	10,9	9,5
Serviços Utilidade Pública	1,1	0,9	0,7	1	0,9	1	0,8	0,8	0,8	0,9	1	1	0,8	0,8	0,9
Construção Civil	11,8	9,7	7,9	10,9	7,7	6,6	13,6	10,4	9,6	11,2	8,3	7,1	11,9	9,1	8,3
Comércio	17,6	19,3	19,4	19,2	20,8	20,9	14,9	16,3	16,8	18,1	18,6	17,8	16,3	17,3	17,7
Serviços	14,6	14,3	14,4	16,4	16,6	17,8	19,6	21,2	21,5	18,8	19,4	20,1	16,5	17,7	18
Serviços Bancários e Financeiros	1,2	0,9	0,8	1,4	1,6	1,3	1,1	1,3	1,3	1,7	1,7	1,8	1,4	1,8	1,5
Administração e Regulação Públicas	8,5	7,2	6,4	5,6	6,6	5,4	3	3,1	2,8	4,4	4,3	3,8	6,8	7,6	6,8
Proteção e Seguridade Social	7,4	8,1	8,4	8,2	9,5	9,4	5,6	6,6	7	7,3	8,7	9,6	6,2	7,4	7,9

Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ensaio foram desenvolvidas duas análises principais. A primeira delas a observação da dinâmica migratória para a década de 2000. A segunda, a avaliação da influência da condição migratória em algumas estatísticas de trabalho, considerando também a variação entre os migrantes por tempo de residência.

Sobre o primeiro objetivo conclui-se que não há sinais de que o crescimento da economia do país durante a década de 2000 tenha levado a uma elevação das movimentações inter-regionais. Fatores de ordem econômica, tais como o crescimento mais igualitário dentre as regiões brasileiras, e de nova estruturação da rede urbana, com crescimento notável de cidades médias, que perpassam o núcleo metropolitano das grandes capitais do país, explicam parte desta tendência de diminuição da mobilidade interna no Brasil. Outras correntes teóricas que possivelmente explicam este processo se relacionam com o surgimento de novos arranjos ou mobilidades migratórias, relacionadas a movimentos denominados de rotatividade migratória e também a fenômenos tais como a contra-urbanização.

Constatou-se que a estrutura etária dos migrantes não difere significativamente da estrutura etária da população brasileira. O resultado da participação dos migrantes na PEA para 2010 é similar ao valor da participação observada para a população total do país. Segundo os dados da PNAD para anos anteriores, a participação de migrantes vem crescendo, apesar da baixa densidade da migração. Segundo Dedecca (2012) isso pode sugerir o crescimento da influência do trabalho no processo de mobilidade espacial da população. Neste

sentido, a relação entre dinâmica demográfica e crescimento econômico fica bem aparente. A fase do bônus demográfico pela qual o Brasil atravessa neste momento pode favorecer ainda mais a mobilidade espacial da população interna, embora se saiba que o crescimento mais uniforme apresentado pelas regiões brasileiras atue no sentido inverso, com uma tendência à retenção da população em suas regiões de origem.

Sobre a segunda análise, buscou-se observar a influência da condição migratória nas estatísticas de trabalho: proteção social, desemprego, renda, condição de ocupação e setor de atividade. Sobre a proteção social, os dados demonstram que a Região Sul, em seguida a Região Sudeste, são as que registram maior proporção de população com ocupação remunerada com contribuição, sendo a variação segundo a condição migratória muito pequena. Já Norte e Nordeste são as que registram as maiores proporções de população ocupada sem remuneração, sendo os não migrantes visivelmente mais propensos ao exercício do trabalho não remunerado. Entre os migrantes não há uma aparente correlação entre maior ou menor tempo de residência e elevação ou diminuição da contribuição, ou seja, da proteção social.

A taxa de desemprego dos migrantes é em geral parecida com a da população não migrante, com exceção da Região Norte. A Região Sul apresenta a menor taxa de desemprego do Brasil e os migrantes levam uma leve vantagem sobre os não migrantes. Os migrantes recentes, que possuem menos de dois anos de moradia, parecem ter mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho. Estas diferenças são mais marcantes no Sul e no Norte. Nas regiões Sudeste e Nordeste esta lógica de maior tempo de moradia com diminuição da taxa de desemprego não se confirma para todos os grupos.

As Regiões Sul e Centro-Oeste são as que possuem as menores proporções de população nos grupos de menor renda, com uma distribuição bastante equilibrada entre os 10 grupos. Norte, Nordeste e Sudeste são as mais desiguais. A concentração no último grupo (o mais rico) chega a ser três vezes maior para os migrantes nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país. Para as Regiões Sul e Centro Oeste há um equilíbrio maior entre todos os grupos que independe da condição migratória. Analisando a distribuição da renda dos migrantes segundo o tempo de moradia nota-se um equilíbrio maior entre todos os grupos de renda entre as diversas regiões, mas a relação entre maior tempo de moradia e melhoria da renda não é notável.

Observando a condição de ocupação, a maior proporção de ocupados está na Região Sul e as menores no Nordeste. Predomina a ocupação no setor privado em todas as regiões, sendo que a proporção de migrantes nesta categoria é superior à dos não migrantes. A proporção de migrantes na categoria de empregado no setor público é superior a de não migrantes entre todas as regiões, com exceção do Sudeste. O mesmo se observa para a categoria de autônomos, onde as proporções se equilibram apenas no Sudeste. O emprego doméstico é maior entre os migrantes, independente da condição espacial. A produção para autoconsumo é, em geral, maior para os migrantes. Entre os migrantes nota-se que há um aumento da proporção nas categorias de autônomo e empregador conforme aumenta o tempo de residência. Comportamento similar é observado para a categoria de emprego doméstico e produção para autoconsumo, com exceção da Região Sudeste onde não há diferença.

Quando ao setor de atividade, na Região Norte, os migrantes homens têm uma participação muito baixa no setor agrícola, e destacam-se os setores de proteção e seguridade social e administração e regulação públicas. Entre as mulheres destaca-se a ocupação nos setores de comércio, serviços, seguridade social e serviços domésticos. As mulheres migrantes possuem uma maior proporção nesta categoria quando comparado às não migrantes, em todas as regiões brasileiras. Mulheres e homens migrantes se destacam na inserção no setor de transformação, nas Regiões Sudeste e Sul do país, quando comparados

aos não migrantes. Para a Região Centro Oeste do país destaca-se a inserção masculina de migrantes no setor de serviços bancários e financeiros.

Entre todas as variáveis consideradas de trabalho, o setor de ocupação foi o que se destacou na evolução de melhores posições no mercado de trabalho em função do maior tempo de moradia dos migrantes. Enquanto a inserção de migrantes no setor de construção civil diminui conforme o tempo de moradia, acontece o oposto com os setores de serviço e proteção e seguridade social, que passa a ganhar maior proporção entre migrantes com o passar dos anos. Segundo Martine (1980) existem duas interpretações possíveis para esses resultados. Uma delas é da adaptação ao novo meio, com os migrantes se igualando no acesso aos bens e renda de forma igual aos naturais. A segunda se relaciona a uma evasão dos migrantes menos capacitados, que seguiriam imigrando para outras áreas até se absorverem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAERNINGER, Rosana. Migrações internas no século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**, CUNHA, José Marcos P. (ORG.) NEPO/UNICAMP. Campinas, 2011.

CUNHA, José Marcos P. (ORG.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. NEPO/UNICAMP, Campinas, 2011.

_____. BAENINGER, Rosana. **Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo**. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, nº 82, 2007.

DEDECCA, Claudio Salvadori; PRONI, Marcelo Weishaupt (org.) **Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido**. IE/UNICAMP, Campinas, 2006.

_____. Desigualdade, mas de qual falamos? **Revista de Economia Política**, vol. 32 nº 1 (126), PP 55-71, janeiro-março, 2012.

_____. Crescimento, migração interna e trabalho no início do Século. **Anais do Congresso da ALAP**, 2012.

HOSSZÚ, Szilvia. Counterurbanization: A literature study. Danish Institute of Rural Research and Development, IFUL. **Working Paper**, 2009, Nº. 06.

MARTINE, George. Adaptação dos Migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

OLIVEIRA, L. A. P. e OLIVEIRA, A. T. R. (Org.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. **Estudos e Análises. Informação demográfica e socioeconômica**, nº 1, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PATARRA, Neide L. 1973 Transición Demográfica: Resumen Histórico o Teoría de Población. **Demografia y Economía** 3 (1): 86-95.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

ANEXOS

Anexo I - Condição de Ocupação segundo condição migratória Brasil e Regiões, 2010.

Região Geográfica	Condição	Condição de Ocupação			Total
		Ocupados	Desempregados	Não classificados	
Norte	Natural	89,5	9,39	1,11	100
	< de 2 anos	90,42	8,88	0,71	100
	2 a 4 anos	93,15	6,34	0,51	100
	5 a 9 anos	93,03	6,32	0,65	100
	10 e mais	94,74	4,8	0,46	100
Nordeste	Natural	89,38	9,73	0,89	100
	< de 2 anos	87,34	11,81	0,84	100
	2 a 4 anos	90,91	8,44	0,65	100
	5 a 9 anos	90,95	8,01	1,04	100
	10 e mais	92,81	6,64	0,55	100
Sudeste	Natural	91,84	7,62	0,54	100
	< de 2 anos	89,5	10,06	0,44	100
	2 a 4 anos	92,79	6,85	0,37	100
	5 a 9 anos	93,38	6,17	0,45	100
	10 e mais	94,64	4,98	0,37	100
Sul	Natural	94,28	4,97	0,75	100
	< de 2 anos	91,54	7,96	0,5	100
	2 a 4 anos	94,55	4,92	0,53	100
	5 a 9 anos	95,23	4,19	0,58	100
	10 e mais	96,71	2,84	0,45	100
Centro-Oeste	Natural	91,64	7,65	0,71	100
	< de 2 anos	90,85	8,67	0,48	100
	2 a 4 anos	93,89	5,71	0,4	100
	5 a 9 anos	94,02	5,46	0,53	100
	10 e mais	95,34	4,23	0,43	100

Fonte: Tabulações especiais, microdados do Censo 2010.

ENTRE DUAS METRÓPOLES: MOBILIDADES DA POPULAÇÃO E A AGLOMERAÇÃO URBANA DE JUNDIAÍ NO ARRANJO URBANO-REGIONAL PAULISTA¹⁴

Jackeline de Pádua Pereira da Silva¹⁵

RESUMO: Em constante movimento e transformação, a dinâmica populacional se relaciona com diversos elementos do cotidiano da humanidade. Na divisão social do trabalho, a mobilidade espacial da população ganha um caráter ainda mais amplo na contemporaneidade e movimentos que antes eram de pequena importância começam a ganhar força, tais como os movimentos pendulares. Analisar estas diferentes mobilidades, bem como entender sua relação com os espaços vizinhos e com as vocações regionais, ou seja, a espacialização das atividades econômicas, é imprescindível para compreender esta dinâmica da população que ultrapassa as divisões políticas administrativas, sejam elas municípios, aglomerações urbanas ou regiões metropolitanas nos arranjos urbano-regionais. Diante disso, com relação a Jundiaí, uma vez que a mobilidade da população sempre constitui aquele espaço, o que muda na atualidade ao tornar-se um centro logístico?

Palavras-chave: distribuição espacial; aglomerações urbanas; divisão do trabalho; movimento pendular.

1. INTRODUÇÃO

Tendo como base as diferentes mobilidades, a espacialização das atividades econômicas e o papel das Regiões Metropolitanas neste processo, a proposta deste trabalho é analisar os movimentos pendulares, focalizando as relações da aglomeração urbana de Jundiaí com as duas metrópoles vizinhas. O arcabouço teórico desta pesquisa abrange a relação entre a divisão social do trabalho, com as contribuições de Cano (1988 e 2011), e as diferentes mobilidades (BILSBORROW, 1996, p.3):

Para um movimento ser considerado uma migração, é preciso (1) estar em uma divisão político-administrativa, e (2) envolver uma mudança de “residência habitual”. Esta definição muito específica e limitada de migração foi desenvolvida para torná-la mensurável a partir de fontes de dados padrão – basicamente a partir de censos populacionais. Evidentemente, há muitos tipos de mobilidade da população que não são considerados movimentos migratórios, incluindo alguns que satisfazem um, mas não ambos os requisitos acima¹⁶.

¹⁴ Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração – ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

¹⁵ Cientista Social e Mestranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas

¹⁶ Tradução livre do trecho: “*For a movement to be considered a migration, it must (1) be across a political or administrative boundary, and (2) involve a change of “usual residence”. This very specific, limited definition of migration was developed to make it measurable from standard data sources - basically from population censuses. Evidently there are many types of population mobility not considered migration movements, including some that satisfy one but not both of the requirements above*”. (BILSBORROW, 1996, p. 3).

Assim, utilizando-se o conceito abrangente da mobilidade espacial da população será possível incluir outras mobilidades, como por exemplo, os movimentos pendulares, onde não há mudança de residência.

Com relação aos dados censitários, este artigo apresenta uma comparação entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 com relação ao fenômeno da pendularidade de forma cautelosa diante das mudanças ocorridas no questionário no último Censo Demográfico. Além disso, apresenta com maiores detalhes alguns dados sobre a pendularidade diária a trabalho em 2010 na Aglomeração Urbana de Jundiaí relacionando com indicadores sociais e econômicos para entender as especificidades e heterogeneidades do fenômeno na atualidade.

Desta forma, observamos que na atual divisão social do trabalho, existe uma relação entre as diferentes mobilidades que ultrapassa as peculiaridades regionais, bem como as divisões políticas administrativas nos arranjos urbano-regionais.

Por fim, o objetivo deste trabalho é contextualizar e problematizar o tema de pesquisa retomando conceitos teóricos percorrendo os processos que antecedem a mobilidade espacial da população nos arranjos urbano-regionais, analisando a relação da aglomeração urbana de Jundiaí com as duas metrópoles vizinhas.

2. O FENÔMENO DA PENDULARIDADE NA AGLOMERAÇÃO URBANA DE JUNDIAÍ

A mobilidade espacial da população é um aspecto cotidiano e imprescindível para a sociedade no sentido de constituir espaços e caracterizar ou definir aspectos sociais, políticos, ambientais e econômicos (HOBSBAWN, 1995). Neste contexto, a população muitas vezes pode viver em uma localidade e manter algum tipo de vínculo com outro município. Ao tratar da mobilidade espacial da população na contemporaneidade surge um conceito importante na configuração das aglomerações urbanas para elucidar os deslocamentos diários de uma cidade para outra: a Mobilidade Pendular. Desta forma, ressalta-se uma vez mais a utilização da terminologia “Mobilidade Espacial da População”, uma vez que estes movimentos não implicam mudanças de residência embora também seja importante, uma vez que implicam em fluxos de pessoas no território.

Estes movimentos pendulares são aqueles de “vai e volta” tão presentes nas aglomerações urbanas e outras regiões articulando e revelando processos intraregionais. No Censo Demográfico, o IBGE utiliza dois tipos de movimentos pendulares para os levantamentos: os que são relacionados ao estudo e os que são relacionados ao trabalho. Mas a pendularidade é um fenômeno que envolve outros aspectos sociais, seja para ir às compras como para o lazer, os sujeitos também podem realizar deslocamentos pendulares. Marandola (2009, p.1) reforça que o Movimento Pendular “ressalta o papel que as escolhas individuais e a escolha dos estilos de vida desempenham na estruturação da vida diária”. A importância deste movimento também se dá devido ao contexto atual de urbanização, metropolização, diminuição dos movimentos interestaduais e a potencialização destes movimentos pendulares:

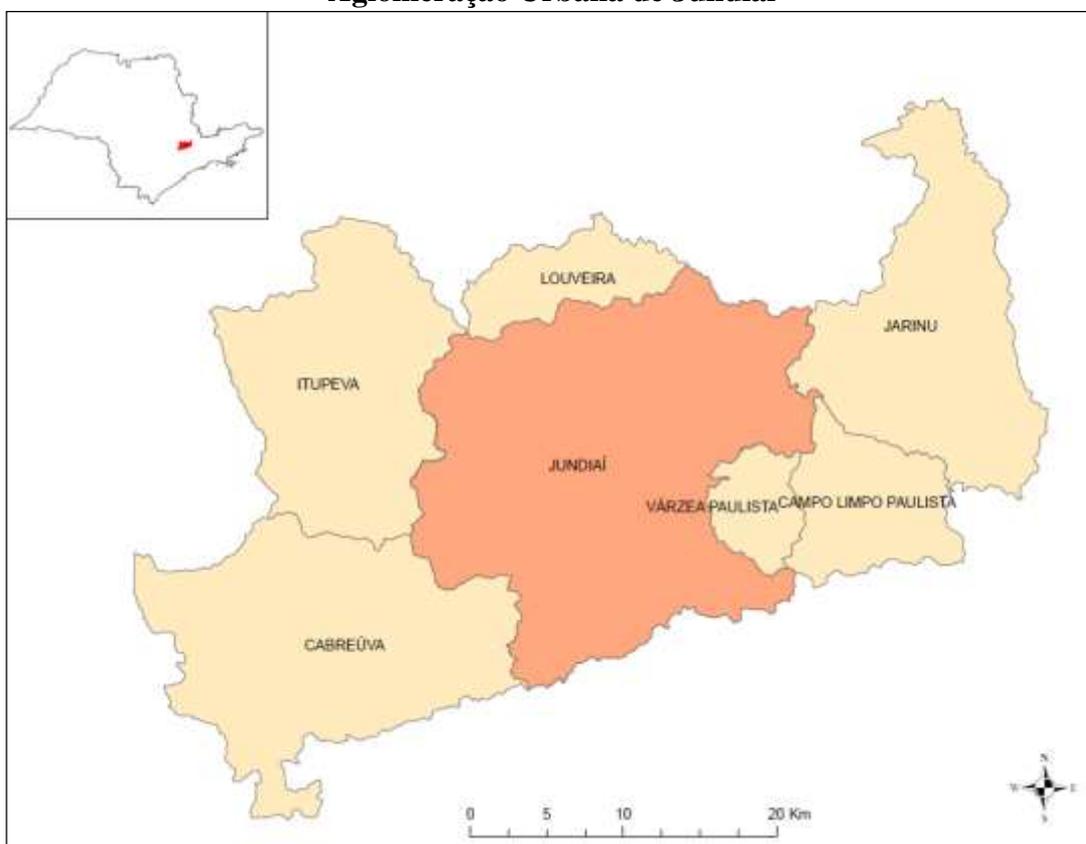
Inicialmente é importante destacar o crescimento dos movimentos pendulares por motivo de trabalho ou estudo no período de 2000 a 2010. Enquanto a taxa de crescimento anual da população das Regiões Metropolitanas paulistas foi de 1,1%, a taxa de crescimento dos movimentos pendulares foi de 5,82% ao ano, no mesmo período. (CUNHA, STOCO e DOTA, 2013).

Desta forma, a mobilidade pendular além de expressar uma nova sociedade, modifica de forma provisória o volume populacional de uma cidade (ARANHA, 2005). Assim o estudo da pendularidade ajuda a apreender a dinâmica populacional, a configuração do espaço e os novos processos urbanos regionais.

Neste contexto, localizado em uma região geograficamente estratégica, A Aglomeração Urbana composta de sete municípios (Jundiaí, Louveira, Jarinu, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Cabreúva e Itupeva), além de estar entre duas metrópoles tem acesso para importantes rodovias do país (Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Anhanguera) que dividem a aglomeração:

Localizada entre a RMSP, a RMC e a Aglomeração Urbana de Sorocaba, é uma região bastante industrializada e com grandes nexos de integração com as regiões vizinhas. Jundiaí é um local privilegiado para a localização industrial e tem recebido diversos investimentos nos últimos anos. Além disso, possui uma economia urbana estruturada com diversos segmentos do setor de serviços e grandes estruturas de comércio atacadista, de abrangência regional. (CAIADO, 2004, p.6).

MAPA 1 Aglomeração Urbana de Jundiaí



Fonte: Elaborado pela autora e Natália Belmonte Demétrio

Para comparar de forma aproximada a pendularidade na Aglomeração Urbana de Jundiaí, foi necessário criar uma variável para um subarquivo do Censo Demográfico de 2010 no SPSS¹⁷, uma vez que a pergunta referente à pendularidade era diferente no Censo Demográfico de 2000. Em 2000, havia um quesito para trabalho e estudo e no Censo Demográfico de 2010, isso aconteceu de forma separada, tendo um bloco para estudo e outro somente para trabalho, desta forma, para não haver dupla contagem, uma vez que poderiam existir pessoas que trabalhavam e estudavam em outro município, foi necessário criar uma variável que atribuía um único valor para aqueles que só estudavam, só trabalhavam ou

¹⁷ Utilizando o software SPSS (Statistical Package for Social Sciences), foi criada uma variável (pend) para um subarquivo do Censo Demográfico que atribuía (1) para as pessoas que só estudavam, só trabalhavam ou estudavam e trabalhavam em outro município.

estudavam e trabalhavam em outro município. Assim, foi possível comparar os dados de um Censo Demográfico para o outro conforme Tabela 1. Além disso, para esta análise, como se tratava de pendularidade a trabalho ou estudo utilizou-se a População em Idade Ativa (PIA) para analisar o fenômeno.

TABELA 1
Volume e peso relativo da mobilidade pendular de residentes sobre a População em Idade Ativa (PIA). Municípios da Aglomeração Urbana de Jundiaí, 2000 e 2010

Municípios	Volume dos movimentos pendulares		Percentual da PIA	
	2000	2010	2000	2010
Cabreúva	2499	6054	9,58%	17,40%
Campo Limpo Paulista	10143	18176	19,58%	28,72%
Itupeva	2932	7371	13,78%	19,44%
Jarinu	947	3047	6,88%	14,98%
Jundiaí	17238	37037	6,26%	11,39%
Louveira	2729	5750	13,89%	18,10%
Várzea Paulista	24312	33090	32,52%	36,26%
Aglomeração Urbana de Jundiaí	60800	110525	12,60%	18,28%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010

Em todos os casos, na Aglomeração Urbana de Jundiaí e em todos os municípios que dela fazem parte, tanto o volume quanto o percentual da população que realiza movimentos pendulares sobre a População em Idade Ativa (PIA) aumentou de 2000 para 2010, justificando, portanto o estudo deste fenômeno para a região.

O município de Várzea Paulista, tanto em 2000 quanto em 2010, é o que mais chama a atenção quanto aos valores encontrados, principalmente com relação ao peso destes movimentos sobre o volume da população em idade ativa (PIA) representando mais de um terço desta população. Em segundo lugar, o município de Campo Limpo Paulista também se destaca. Em 2000, estes dois municípios representavam mais que a metade (56,67%) do volume total dos movimentos pendulares na aglomeração. No entanto, mesmo que ainda seja de grande impacto, em 2010, esta representação passa a ser de 46,35%, isso se deve também ao incremento no volume dos movimentos pendulares para os demais municípios que mais que dobrou de um ano para o outro. Este crescimento dos movimentos pendulares da população dos demais municípios também é identificado quando se observa o percentual da população em idade ativa (PIA) em 2010.

Diante desta análise comparativa e do incremento dos movimentos pendulares na Aglomeração Urbana de Jundiaí em 2010 é interessante observar algumas especificidades para este ano principalmente com relação à mobilidade pendular a trabalho, foco deste estudo.

3. A PENDULARIDADE DIÁRIA A TRABALHO EM 2010

A pendularidade pode acontecer de diversas formas, a pessoa pode trabalhar a semana toda em um município e voltar para o município de residência aos finais de semana, além dos casos mais complexos, como dos trabalhadores de plataformas de petróleo e dos pilotos de aeronaves.

No entanto, como este trabalho propõem analisar também a formação destas novas espacialidades paulistas, tais como as aglomerações urbanas, será focalizado a seguir a pendularidade diária:

O sistema urbano brasileiro tende, portanto, a se redesenhar em configurações metropolitanas e aglomerados urbanos. Essas espacialidades, por sua vez, ao mesmo

tempo que concentra a população no conjunto da urbanização, apresenta especificidades intrametropolitanas e intra-aglomerações sobretudo no que se refere ao processo de redistribuição interna de suas populações, gerando espaços formados por sedes e entornos regionais, centros e periferias. São nessas novas configurações urbanas, portanto, que as populações se movimentam, se deslocam e circulam diariamente, trazendo novas demandas às políticas sociais, quer seja em termos de transporte e moradia, como de saúde e educação (BAENINGER, 2004, p.9).

Para isso, os quesitos do Censo Demográfico de 2010 foram fundamentais para este estudo:

- V0661-RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?
- V0660-EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?

A partir da população que retornava do trabalho para casa diariamente e que trabalhava em outro município foi calculado o peso relativo desta mobilidade pendular diária sobre a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada na semana de referência, diferentemente da análise anterior em que se utilizou a População em Idade Ativa (PIA), uma vez que a análise também se baseava na pendularidade escolar, para este caso, focalizando os trabalhadores, optou-se por utilizar a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada.

TABELA 2 - Volume e peso relativo da mobilidade pendular de residentes sobre a População em Economicamente Ativa (PEA) – ocupada na semana de referência. Municípios da Aglomeração Urbana de Jundiaí, 2010

Municípios	Volume dos movimentos pendulares diários	Percentual da PEA
Cabreúva	4080	19,95%
Campo Limpo Paulista	16036	44,95%
Itupeva	5290	22,43%
Jarinu	2131	17,33%
Jundiaí	26403	13,72%
Louveira	3901	18,43%
Várzea Paulista	26306	52,84%
Aglomeração Urbana de Jundiaí	84147	23,68%

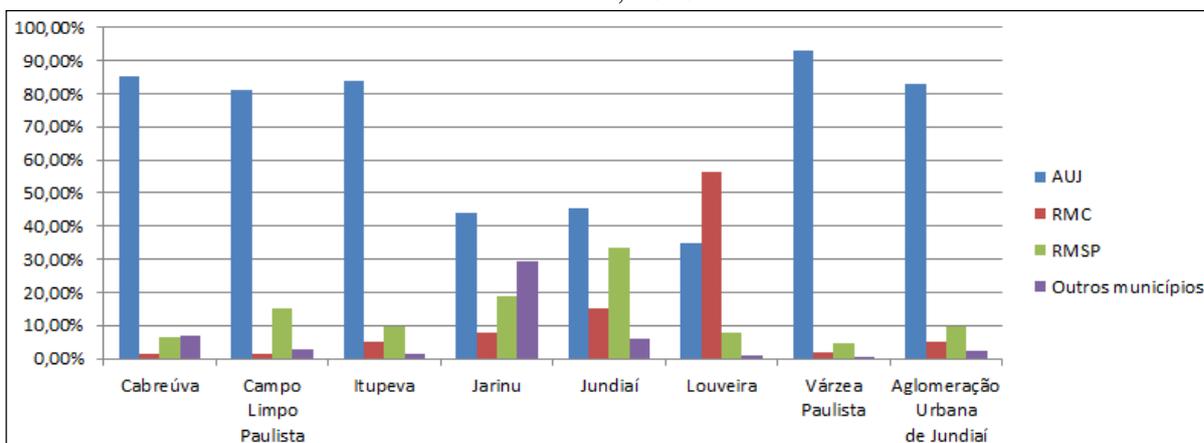
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010

Em toda a Aglomeração Urbana de Jundiaí, cerca de 23,68% da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada na semana de referência, ou seja, mais de 84 mil pessoas, realizam movimentos pendulares diários.

Assim como em 2000 e 2010 com a mobilidade pendular para estudo ou trabalho, Várzea Paulista aparece à frente com mais da metade da PEA realizando pendularidade diária, seguido por Campo Limpo Paulista com 44,95%.

O município de Jundiaí é o que possui o maior volume dos movimentos pendulares diários (26.306), mas o menor percentual em relação à PEA (13,72%), porém no Gráfico 1 a seguir nota-se algumas especificidades do município quanto aos municípios de destino desta população.

GRÁFICO 1 Peso relativo da mobilidade pendular diária de residentes para regiões selecionadas sobre a mobilidade pendular diária total. Municípios da Aglomeração Urbana de Jundiá, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010

Mais de 80% dos movimentos pendulares diários na Aglomeração Urbana de Jundiá são movimentos internos à aglomeração, fato este que também acontece para os municípios de Cabreúva (85,27%), Campo Limpo Paulista (81,11%), Itupeva (83,77%) e Várzea Paulista (93,17%).

Além disso, neste gráfico, já é possível observar a relação da Aglomeração Urbana de Jundiá com as duas metrópoles vizinhas. O município de Louveira, por exemplo, quando se analisa os movimentos pendulares diários a trabalho, tem uma relação maior com a Região Metropolitana de Campinas do que com o próprio aglomerado do qual faz parte.

Além disso, é de grande importância a relação do município de Jundiá com a Região Metropolitana de São Paulo, representando mais de um terço destes movimentos. Já o impacto de outros municípios para o município de Jarinu se deve principalmente a relação deste com o município vizinho, Atibaia, que não faz parte da Aglomeração Urbana de Jundiá.

TABELA 3 Proporção da população residente pendular diária a trabalho segundo nível de instrução. Municípios da Aglomeração Urbana de Jundiá, 2010

Nível de Instrução	MUNICÍPIO EM 2010							Aglomeração Urbana de Jundiá
	Cabreúva	Campo Limpo Paulista	Itupeva	Jarinu	Jundiá	Louveira	Várzea Paulista	
Sem instrução e fundamental incompleto	38,90%	20,86%	23,04%	24,82%	8,96%	22,66%	29,34%	20,97%
Fundamental completo e médio incompleto	22,13%	16,39%	17,96%	17,83%	9,81%	20,09%	24,22%	17,36%
Médio completo e superior incompleto	32,75%	51,72%	41,62%	41,01%	34,08%	34,44%	39,56%	39,76%
Superior completo	5,44%	10,92%	17,24%	16,33%	46,81%	22,81%	6,36%	21,57%
Não determinado	0,78%	0,11%	0,15%	0,00%	0,35%	0,00%	0,51%	0,34%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010

Na Aglomeração Urbana de Jundiá, cerca de 39,76% dos trabalhadores que realizam movimento pendular diário possuem ensino médio completo e superior incompleto, padrão encontrado também para alguns municípios da aglomeração. No entanto, é importante destacar algumas especificidades.

Com relação à população pendular diária sem instrução e com fundamental incompleto, o município de Cabreúva é o que mais se destaca neste sentido, com 38,9%, sendo que na aglomeração urbana 20,97% da população pendular diária possuem este nível de instrução. Cabreúva também é o município que tem a menor proporção de população pendular

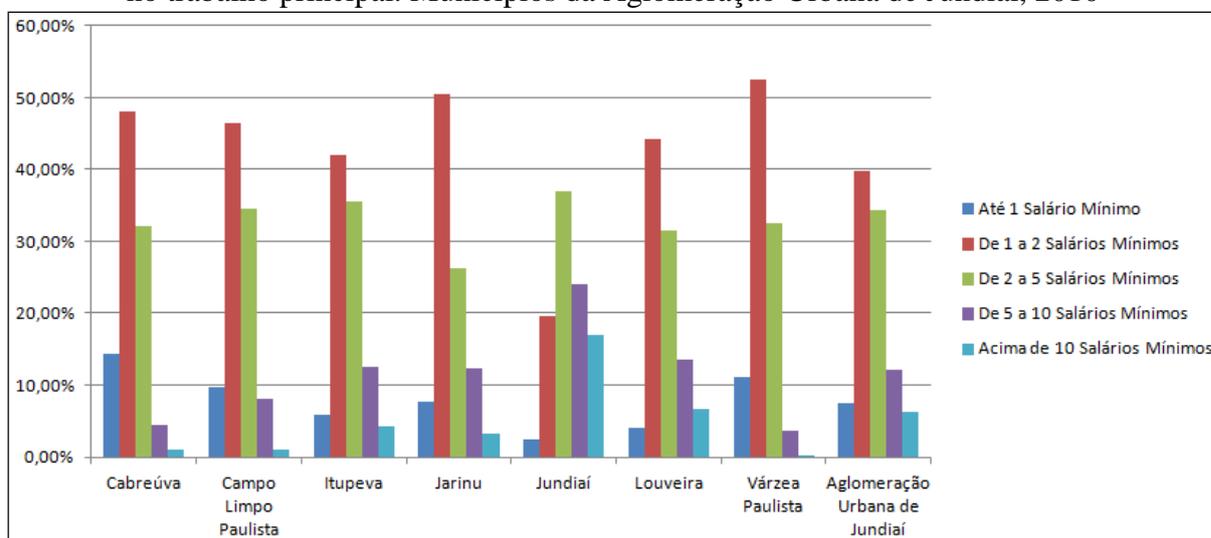
diária com nível médio completo, superior incompleto (32,75%) e superior completo (5,44%) quando comparado com a proporção dos demais municípios da Aglomeração Urbana de Jundiaí.

Em contraposição, o município de Jundiaí, possui a população residente pendular diária mais escolarizada, sendo que quase metade desta população possui nível superior completo (46,81%):

A escolaridade aparece, portanto, como fator chave nesta discussão, pois afeta diretamente a renda e possibilidades de inserção produtiva dos indivíduos e, portanto, está associada às possibilidades de locomoção cotidiana nas metrópoles. (CUNHA, STOCO e DOTA, 2013, p. 23).

Partindo desta afirmação, é importante analisar a renda desta população pendular diária, conforme Gráfico 2 a seguir.

GRÁFICO 2 Proporção população residente pendular diária a trabalho segundo rendimento no trabalho principal. Municípios da Aglomeração Urbana de Jundiaí, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010

Neste gráfico a relação entre escolaridade e renda fica bastante claro, Cabreúva é o município que tem a maior proporção da população residente pendular diária que recebe até um salário mínimo¹⁸.

O município de Jundiaí é o que mais chama a atenção dos municípios da aglomeração, confirmando mais uma vez a relação entre renda e escolaridade, o município é o que tem a maior proporção da população residente pendular diária que recebe acima de cinco salários mínimos.

Diante disso, no capítulo a seguir tratamos de algumas especificidades deste município e desta mão de obra pendular diária para compreender a relação deste município com o arranjo urbano-regional paulista, principalmente com as metrópoles vizinhas, a Região Metropolitana de Campinas e a Região Metropolitana de São Paulo.

¹⁸ Referente ao valor do Salário Mínimo em 2010 - R\$ 510,00

4. O MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ: ESPECIFICIDADES ENTRE METRÓPOLES

O município de Jundiaí foi fundado em 1655 e passou por diversos desmembramentos ao longo de sua história; cidades da atual Região Metropolitana de Campinas e muitos outros municípios surgiram a partir dos desmembramentos de Jundiaí, sendo assim uma localidade fundamental na formação social paulista e no povoamento do interior do Estado de São Paulo. (IZAÍAS, 2012). Davidovich (1966, p. 370), na década de 60, já tratava sobre o desenvolvimento industrial da região de Jundiaí:

Com a crescente penetração de investimentos vindos de fora e a diminuição dos empreendimentos locais, quer pelo número de iniciativas, como pela absorção e transformação de antigas indústrias por outras mais recentes, Jundiaí apresenta-se cada vez mais como centro satélite. Por sua vez, a par de seu próprio crescimento intenso em espaço e população consequente à recente fase de industrialização, Jundiaí influi na organização urbana de municípios periféricos, tendendo a transformar várias aglomerações vizinhas em centros dormitórios.

Este fato foi verificado no capítulo anterior, por exemplo, com o município de Várzea Paulista que em 2010 tinha mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada na semana de referência realizando movimentos pendulares diários a trabalho. Contudo, devido à complexidade dos fenômenos, é necessário evitar algumas dicotomias e determinismos a fim de entender os processos socialmente e espacialmente produzidos. Assim são necessárias novas abordagens para antigas situações, como por exemplo, para os conceitos de centro-periferia e de cidades-dormitórios, que já não podem ser vistos da mesma forma como anteriormente, mas sim como uma relação de simbiose.

Assim, considerar os municípios periféricos meramente como 'região periférica' lhes confere uma importância indevida na organização do espaço metropolitano, visto que a metrópole brasileira é, nos dias de hoje, a soma de valores que extrapolam os limites físicos, econômicos e sociais do município-sede. (OJIMA, 2007, p. 49)

Ou seja, é necessário fazer uma análise mais abrangente dos processos de mobilidade, observando as peculiaridades regionais e atentando para a dinâmica transformadora da sociedade moderna que impõem novos desafios para entender os fenômenos urbanos (OJIMA, 2007).

Ao analisar em um primeiro momento a Aglomeração Urbana de Jundiaí já foi possível observar a existência de relações interaglomeração, principalmente em relação à Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas.

A localização estratégica do município de Jundiaí contribui tanto para esta integração quanto para sua vocação logística, por apresentar grandes eixos de ligação à capital neste processo de consolidação de novas espacialidades paulistas (CAIADO; SANTOS, 2001):

Jundiaí desfruta de uma das melhores malhas de transporte do Estado de São Paulo, com as melhores rodovias do Estado; proximidade com os aeroportos de Viracopos, Congonhas e Cumbica; ferrovia; e fácil acesso aos portos de Santos e São Sebastião. Os novos investimentos no rodovial de São Paulo, ferroviário e corredor de exportação irão melhorar, nos próximos anos, a já excepcional infraestrutura de transporte do Município. (JUNDIAÍ, 2012, p. 2).

Diante disso, de acordo com Lamas e Cataia (2005) diversas empresas do ramo logístico tem se instalado na região. Além destas empresas, também é importante ressaltar a presença de Centros de Distribuição, como o exemplo do Centro de Distribuição e Logística

das Casas Bahia que emprega 2.400 pessoas e que é “o maior da América Latina, que vem sendo ampliado em mais de 80 mil m² (alcançando cerca de 270 mil m² de armazéns), instalado no km 52 da Rodovia Anhanguera”. (LAMAS; CATAIA, 2005, p. 7322).

A concretização desse projeto consiste na atração de empresas ligadas às atividades de distribuição e logística. Dados revelam que o número de empresas de logística e distribuição que estão se instalando no Município de Jundiaí vem aumentando desde 1998, e estas, em sua grande maioria, são empresas pertencentes a grandes grupos logísticos como é o caso da DHL – representada pela empresa Danzas Logística – da FC Logística – representado por um Centro de Distribuição e Armazenagem –, do Grupo Lachmann – representado pela empresa Integral/EADI – Jundiaí – e da Fassina – que possui um terminal rododiferroviário neste município (LAMAS; CATAIA, 2005, p. 7321).

Com relação a este potencial logístico:

Com isso, o Município de Jundiaí já conta com cerca de 500 mil m² de área construída, ocupada por empresas ligadas à logística e distribuição, e outros 200 mil m² em construção/ampliação. Também se localiza neste município uma das maiores bases industriais do Estado de São Paulo, totalizando 500 indústrias, entre grandes, médias e pequenas (LAMAS; CATAIA, 2005, p. 7323).

Diante destas informações, para analisar as especificidades de Jundiaí, é importante analisar a população pendular diária que trabalha em Jundiaí e em geral qual é a ocupação destes trabalhadores. Para isso, a partir de um cruzamento entre os municípios de residência e as ocupações foram encontrados alguns dados que possuem estreita relação com este potencial logístico relatado anteriormente.

Levando em consideração que a tabela de ocupação¹⁹ gerada para a Região Metropolitana de São Paulo possui 157 possibilidades de ocupações e que para os demais municípios do estado (incluindo os municípios da Aglomeração Urbana de Jundiaí e da Região Metropolitana de Campinas) possui 259 possibilidades de ocupações foi feito um filtro pelo percentual encontrado para estabelecer uma classificação.

¹⁹ Tabelas geradas a partir da população que realiza mobilidade pendular diariamente para trabalhar no município de Jundiaí.

TABELA 4 Participação dos Trabalhadores de Controle de Abastecimento e Estoques nos movimentos pendulares diários com destino à Jundiaí. Regiões selecionadas, 2010

Regiões		TRABALHADORES DE CONTROLE DE ABASTECIMENTO E ESTOQUES
AUJ	Posição	9°
	Volume	991
	Percentual (%)	2,65%
RMC	Posição	36°
	Volume	31
	Percentual (%)	0,85%
RMSP	Posição	11°
	Volume	206
	Percentual (%)	1,87%
Outros Municípios	Posição	7°
	Volume	23
	Percentual (%)	2,56%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010

Diante das diferentes possibilidades de ocupações, mesmo com pequenos volumes, em todos os casos, a ocupação “Trabalhadores de controle de abastecimento e estoques” que possui relação com esta formação de centro logístico do município aparece em destaque quando comparado com as demais ocupações. A Região Metropolitana de Campinas é a que aparece com um percentual menor, no entanto, a ocupação “Dirigentes de empresas de abastecimento, distribuição e afins”, que também possui relação com esta vocação do município, aparece uma posição acima desta, com 32 pessoas da Região Metropolitana de Campinas.

Desta forma, a pendularidade, além de reforçar o papel regional logístico do município na divisão do trabalho, reforça também a integração da aglomeração urbana de Jundiaí com as metrópoles vizinhas, formando assim uma nova espacialidade, o arranjo urbano regional paulista (MOURA, 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, observa-se que a mobilidade pendular da população reforça o papel regional na divisão social do trabalho estadual ao focalizarmos estes movimentos entre a aglomeração urbana de Jundiaí e as duas metrópoles (Região Metropolitana de São Paulo e Região Metropolitana de Campinas).

Analisando os dados demográficos relacionados à mobilidade espacial da população e os indicadores sociais e econômicos, tendo de um lado Jundiaí como centro logístico e de outro como “cidade dormitório”, tivemos como resultado um terceiro processo social (SINGER, 1973) mais abrangente e complexo em que estes dois contrários assumem uma relação de reciprocidade, onde Jundiaí faz parte de um arranjo-urbano regional (MOURA, 2009) que integra também as duas metrópoles vizinhas.

Da relação entre mobilidade espacial da população e divisão social do trabalho é possível identificar espaços que de acordo com Moura (2009) podemos categorizar como Arranjos urbano-regionais, um conceito que é formulado pela autora a partir da tese de que:

[...] a concentração, o conhecimento, a mobilidade e a conectividade, que agem como elementos essenciais no processo de metropolização e configuração dos

arranjos urbano-regionais, são inerentes à dinâmica produtiva em sua dimensão urbano-regional, estando relacionados aos estágios mais avançados da inserção do território na divisão social do trabalho. (MOURA, 2009, p. 16).

A utilização desta categoria espacial nos permite observar a mobilidade espacial da população em sua terminologia mais ampla em conjunto com outros elementos presentes nas aglomerações urbanas contemporâneas relacionando dialeticamente as forças de concentração e dispersão na organização do espaço remetendo a implicações de ordem política e econômica para o desenvolvimento regional como afirma Moura (2009).

A dinâmica da população constitui o espaço, a constituição histórica e política de um centro logístico reforça a divisão social do trabalho, intensificando os fluxos de pessoas. A pendularidade da força de trabalho voltada para este espaço logístico bem como para outros espaços (metropolitanos ou não) remete à análise desta nova constituição regional: o arranjo urbano-regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19 n. 4, p. 96-109, out/dez. 2005.

BAENINGER, R. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

BILSBORROW, R. E. **Migration, urbanization, and development: new directions and issues**. UNFPA (ed.). New York, 1996.

CAIADO, A.S.C. Migração e rede urbana: estudo da mobilidade demográfica nas principais aglomerações urbanas do Estado de São Paulo na década de 90. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, **Anais...** Caxambu: Abep, 2004.

CAIADO A.S.C.; SANTOS, S.M.M. Novas espacialidades na rede urbana paulista. In: Encontro Nacional da ANPUR, 9., 2001. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

CANO, W. (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. Fundação SEADE (ed.). São Paulo, 1988, v.1.

CANO, W. Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980. **Texto de Discussão**, 2011, nº 193, IE/UNICAMP.

CUNHA, J. M. P.; Stoco, S.; Dota, E. **O fenômeno da mobilidade pendular na Macrometrópole do Estado de São Paulo: uma visão a partir das quatro Regiões Metropolitanas oficiais**. Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole – NEPO/UNICAMP - EMPLASA. 2013.

DAVIDOVICH, F. **Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, v. 28, n. 4, p. 329-374, 1966. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201966%20v28_n4.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IZAÍAS, K. **População e dinâmica econômica na formação da Cidade de Jundiaí - 1615-1890**. 2012. 188 p. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Jundiaí – O Brasil que dá certo! Guia do Investidor**. Jundiaí. 2012. Disponível em: <<http://cadernodigital.cijun.sp.gov.br/flip/index.php?idPublicacao=10&idEdicao=713>> Acesso em: 20 jun. 2013.

LAMAS, M.; CATAIA, M. Empresas reticulares e uso do território: As empresas de logística e distribuição no município de Jundiaí (SP). In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

MARANDOLA, E. Pendularidade e Vulnerabilidade na Região Metropolitana de Campinas. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações, 6. 2009, Belo Horizonte. **Anais...** ABEP, 2009.

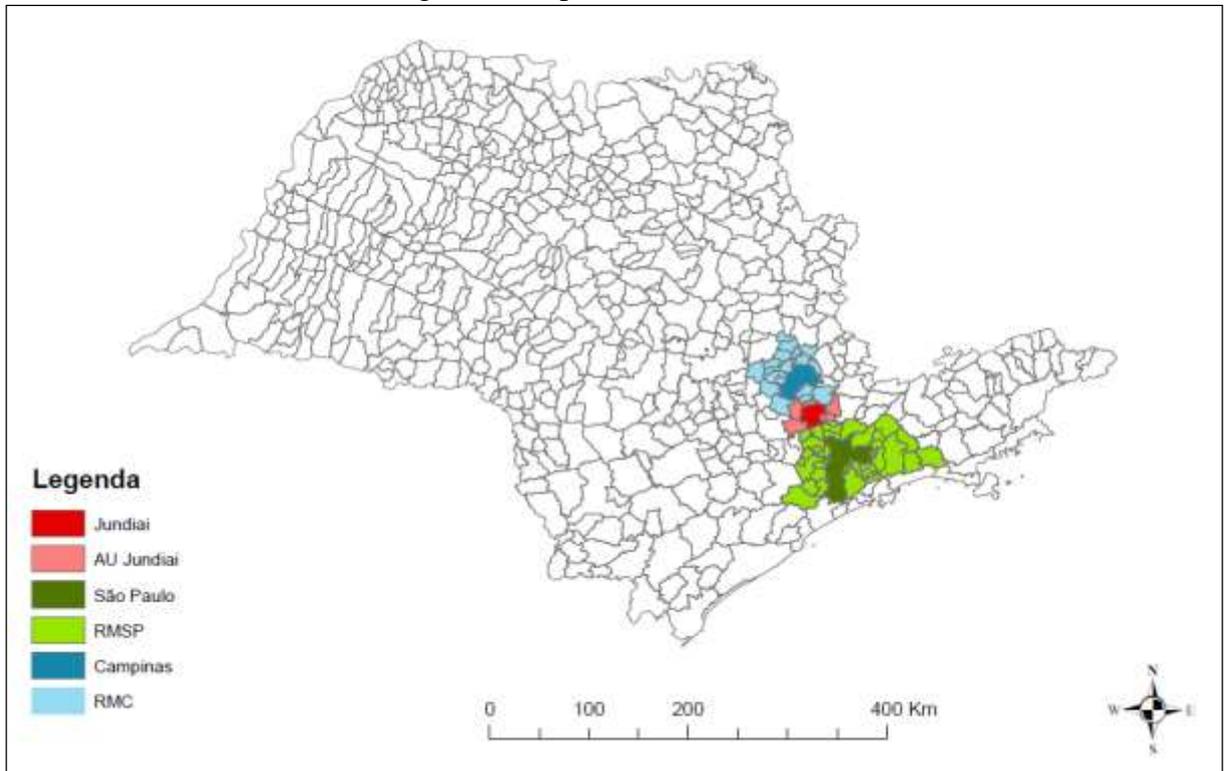
MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 242 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

OJIMA, R. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental**. 2007. 166 p. Tese (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. Economia política da urbanização**. Brasiliense (ed.). São Paulo, 1973.

ANEXOS

MAPA 2 Aglomeração Urbana de Jundiaí entre a Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Elaborado pela autora e Natália Belmonte Demétrio

NOS CAMINHOS PARA O NORDESTE: ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE RETORNO NO PERÍODO RECENTE*

*Tiago Carlos de Lima Nascimento*²⁰

*Ricardo Ojima*²¹

RESUMO: As mudanças nas formas de produção nas últimas décadas têm alterado a dinâmica de desenvolvimento regional brasileira. Os tradicionais centros urbanos estão perdendo sua capacidade de concentração de capital e se reestruturando para novas formas espaciais de produção. Através destas tendências, analisamos como estes novos elementos reestruturantes interagem dialeticamente com os fluxos migratórios recentes, mais especificamente, com os fluxos das migrações de retorno. Destarte, baseado nestas recentes mudanças na lógica de produção, analisaremos a sua relação com as recentes mudanças nos fluxos migratórios no Brasil, mais especificamente, com o aumento da migração de retorno para o Nordeste brasileiro. Assim, esta análise nos permitirá reconhecer os migrantes enquanto grupo social. Elencaremos as principais características desses migrantes para compreender as diversas formas nas quais ocorre a migração de retorno para o nordeste e desenvolveremos tipologias destes migrantes para apreendermos os motivos que levaram a esta inversão nos fluxos migratórios.

Palavras-chave: migração, desenvolvimento regional, Brasil, trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileira ocorreu de forma bastante intensa, entre as décadas de 40 e 70. As mudanças nas formas de produção causadas pelo intenso processo de industrialização articulados pelo capital privado e o Estado fizeram que nesse interstício de tempo a população brasileira deixasse de ser predominantemente rural para majoritariamente urbana. (OLIVEIRA, 1987) A implantação do latifúndio nas antigas estruturas agrárias brasileiras e o conseqüente processo de expropriação das terras dos trabalhadores influenciaram diretamente os grandes fluxos migratórios para os grandes centros urbanos, isto é, para as capitais brasileiras. (SILVA, 1998). Desse modo, as cidades brasileiras obtiveram esse perfil de grande adensamento populacional nas suas capitais, sendo a maioria localizada no litoral do país.

A lógica de produção urbana manteve-se então numa razão dualista, uma economia centrada nas grandes capitais brasileiras. Estas por sua vez, detinham o poder de concentração de capital, de reprodução do trabalho, e, conseqüentemente, uma grande capacidade de absorção da força de trabalho capaz de atrair os fluxos populacionais em direção a estes centros.

Contudo, nas últimas décadas, o Brasil vem experimentando um processo de desconcentração urbana, um aumento na diversidade das atividades de produção no entorno dos tradicionais centros metropolitanos, e também um crescimento na fluidez dos meios de transporte, do capital e das pessoas proporcionados pelo avanço da técnica. Sendo estas as principais características da rede urbana brasileira (MARANDOLA Jr, OJIMA, 2013).

Destarte, o espaço brasileiro está perdendo suas características dualistas, suas características monopolistas nos ramos de produção e perdendo a sua capacidade de

²⁰Geógrafo e Mestrando em Demografia, PPGDEM/DDCA/UFRN.

²¹Sociólogo e Doutor em Demografia, Depto de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA/UFRN), ricardo.ojima@gmail.com

concentração de capital e também da concentração da força de trabalho. O espaço vem se tornando mais complexo, sendo necessário que se faça análises regionais integradas para darmos conta dessas novas relações espaciais desiguais, muitas vezes excludente, desarticuladas, e ao mesmo tempo dependentes uma das outras (MASSEY, 2012).

Considerando que a migração é um fenômeno social, espacial e demográfico, isto é, possui uma vasta gama de elementos que são necessários a sua compreensão para entendermos os fluxos migratórios em sua complexidade. Faz-se necessário pensar as espacialidades do migrante, as espacialidades no local de destino, no local de origem e também as espacialidades quando se deu a “decisão” de migrar (CUNHA, 2011). Torna-se assim premente a leitura dos elementos regionais dos migrantes, principalmente após a reestruturação dos espaços urbanos brasileiros e a importância desse fenômeno no processo histórico-social atual no que se refere a redistribuição espacial da população brasileira (BAENINGER, 2011).

A análise regional, isto é, o espaço geográfico, se destaca nos estudos sobre a redistribuição da população por considerar as espacialidades em sua totalidade, através da análise dos elementos ambientais, econômicos, sociais e culturais de forma integrada, como esses elementos interagem entre si.

A população, o povo propriamente dito, se comporta e reage em relação a gestão de si próprio (FOUCAULT, 2008). Os migrantes, enquanto grupo social, possuem o direito da mobilidade, de migrar para onde desejarem, bem como o direito de não migrar. As diversas relações socioespaciais de produção ainda mantêm muitas desigualdades sociais, colocando muitos migrantes numa situação de vulnerabilidade e conflito. As relações dialéticas entre os elementos constituintes do Estado, as relações de produção econômica, as características de identidade cultural e territorial, bem como a adoção de novas formas de viver, habitar e uso dos espaços urbanos, são elementos necessários para se compreender a migração em sua totalidade, levando em consideração os novos paradigmas em suas diversas dimensões (BRITO, 2009). Através deste escopo, buscaremos compreender as novas desigualdades na redistribuição populacional brasileira e como esse contexto propiciou os fluxos de retorno para a região nordeste.

2. A MIGRAÇÃO NO NORDESTE

Num breve retrospecto histórico, a região nordeste apresentava um expressivo sistema fundiário baseado no latifúndio, que dificultava o acesso à terra para a maior parte da população, bem como o acesso aos demais meios de produção necessário a sua reprodução (ANDRADE, 2011). A economia da região nordeste historicamente também se caracteriza por profundas relações de dependência com o Sudeste, carentes de iniciativas de capital privado e estatal e de extrema fragilidade ambiental. As relações econômicas concentradas intrarregionalmente geraram desigualdades que produziu um Nordeste contraditório socialmente, e principalmente, na repartição de sua riqueza (ARAÚJO, 2000).

O nordeste também é conhecido como um tradicional centro expulsor de população. Possuidor de baixos indicadores de desenvolvimento social e de esperança de vida. A população nordestina tende a se concentrar de forma polarizada em determinados municípios, ainda que não tão fortemente concentrada como nos demais municípios brasileiros. O nordeste vem por um processo de transição urbana temporalmente diferenciada das demais regiões brasileiras, tornando-o singular em seus contextos migratórios e urbanos (OJIMA, 2013).

Através dos dados do Censo Demográfico de 1970 já se podia perceber a mudança nos fluxos de migração interna como parte da transição demográfica brasileira. Nos anos 80 já se apresentaria um significativo movimento nos fluxos migratórios de retorno em direção ao

nordeste (RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 1996) Essas mudanças nos fluxos migratórios acompanham as alterações nas formas de reestruturação produtivas e dos espaços urbanos.

O dinamismo desta modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais; e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos (GIDDENS, 1991). Isto é, isso que chamamos de novas formas de produção e novos espaços urbanos se refere às formas atuais que os grupos sociais têm de experimentar o próprio tempo e espaço. O avanço da técnica, pensada aqui em seu sentido mais amplo, como um meio (SANTOS, 2009), concebeu novas formas de transporte, novas formas de trabalho e novas localidades para a concentração do capital. Assim, a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social (GIDDENS, 1991). No contexto atual da urbanização brasileira, temos o surgimento das médias cidades, que são elementos fundamentais para compreendermos a migração de retorno para o nordeste brasileiro.

A influência desses processos de reestruturação globais vêm modificando as formas urbanas das sociedades brasileiras, alterando seu modo de vida e novas formas de *habitar*. A tradicional capacidade de concentração populacional nos grandes centros urbanos até a década de 70. Nas décadas seguintes, o efeito da concentração metropolitana continuou, mas foi interposto pelo crescimento das cidades médias brasileiras, ou seja, induzindo para um tipo de urbanização com uma *desconcentração-concentrada* ou *desmetropolização*. Em grande parte, o incremento populacional nas cidades médias deve-se ao crescimento dos centros intermediários pertencentes às Regiões Metropolitanas (CARVALHO, 2003).

3. NOVAS TENDÊNCIAS: A MIGRAÇÃO DE RETORNO

A migração é um fator que, historicamente, desempenhou um papel importante no desenvolvimento regional do país, e dentre os diversos tipos de migração, encontra-se a migração de retorno, isto é, uma volta que teria múltiplas motivações, entre elas, o desejo da segurança após a não adaptação no local de destino, sendo, digamos, um retorno por fracasso, ou o anseio de culminar exitosamente com uma trajetória migratória de sucesso (RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 1996). Historicamente, a migração possui esse caráter dualista. Os migrantes bem sucedidos que conseguem êxito no local de destino e retornam ao local de origem com as benesses adquiridas no processo migratório, ou retornam ao local de origem porque o processo migratório não supriu com as suas expectativas e ele precisa retornar ao local onde ele estabeleceu suas redes.

Diferente dos fluxos de retorno experimentados na década de 70, atualmente já experimentamos uma inversão nos fluxos migratórios de retorno para o nordeste, considerando que as taxas de migração do nordeste em direção ao sudeste vem caindo, sendo que alguns estados do nordeste já vêm apresentando um saldo positivo (OJIMA, 2012). Esses novos fluxos de retorno estão dialeticamente relacionados com o processo de urbanização atual brasileira. Temos um arrefecimento da capacidade de absorção dos estados do Sudeste concomitante com um maior dinamismo econômico da região nordeste, as novas atividades econômicas surgidas e o crescimento das cidades médias também são fatores que fazem com que os migrantes nordestinos voltem a sua região de origem e dialeticamente influenciam o crescimento destas cidades.

Destarte, o retorno das migrações possui duas características básicas. A primeira é a fundamentação simbólica de todo e qualquer projeto migratório; e a segunda, desempenha uma função estrutural na topologia de um sistema de migração que, muitas vezes, o particulariza num dado contexto (FAZITO, 2010). Trata-se de não reduzir o discurso em

simplesmente afirmar que todo fluxo migratório gera um contrafluxo (LEE, 1966). Trata-se de analisar as migrações de retorno como parte de um processo mais amplo, influenciados e influenciado por um conjunto de relações de produção e relações simbólicas que dão forma a este tipo de migração, a qual possui características distintas da migração de retorno observada nas décadas de 70 e 80.

4. AS TROCAS MIGRATÓRIAS NORDESTE X SUDESTE

O período de reestruturação produtiva brasileiro se caracteriza por um decréscimo no fluxo migratório brasileiro. Ao considerar todo o território nacional, observa-se um arrefecimento considerável dos fluxos migratórios nas últimas décadas através da redução de 11% entre os quinquênios 1995 – 2000 e 2005 – 2010: 5.196.093 e 4.643.754 migrantes, respectivamente (IBGE, 2013).

Os fluxos migratórios envolvendo as UF's nordestinas apresentaram diversas mudanças. As UF's do Maranhão, Alagoas e Piauí mantiveram suas perdas migratórias constantes. O Ceará apresentou maiores taxas de saída de população devido a uma menor capacidade do estado em atrair migrantes. As UF's da Paraíba, Pernambuco e Bahia diminuíram as suas taxas negativas de migração no quinquênio 2005 – 2010. O Rio Grande do Norte dobrou o seu saldo positivo, enquanto o Sergipe passou de pequenas taxas negativas para pequenas taxas positivas de migração (IBGE, 2013).

Em contrapartida, a região Sudeste, considerando que historicamente foi uma região de grandes fluxos migratórios, apresentou mudanças nos seus fluxos migratórios que nos auxiliam a contextualizar as mudanças nos fluxos migratórios nordestinos. Minas Gerais, que se constitui, assim como o nordeste, uma região expulsora de população, apresentou taxas positivas no quinquênio 1995 – 2000, apresentou taxas negativas no período 2005 – 2010. Nas demais UF's do Sudeste, evidenciamos uma queda nas taxas de migração, nos mostrando que esses espaços não possuem mais a capacidade de atração populacional que possuíam em períodos anteriores.

Tabela 1 - População migrante nos quinquênios 1995/200 e 2005 e 2010 para as regiões Nordeste e Sudeste/Brasil

Unidades da Federação	1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Nordeste	1.055.921	1.819.968	-764.047	939.777	1.640.854	-701.077
Maranhão	100.816	274.469	-173.653	105.684	270.664	-164.980
Piauí	88.740	140.815	-52.075	73.614	144.037	-70.423
Ceará	162.925	186.710	-23.785	112.373	181.221	-68.848
Rio Grande do Norte	77.916	71.287	6.630	67.728	54.017	13.711
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	96.028	125.521	-29.493
Pernambuco	164.871	280.290	-115.419	148.498	223.584	-75.086
Alagoas	55.966	127.948	-71.983	53.589	130.306	-76.717
Sergipe	52.111	56.928	-4.817	53.039	45.144	7.785
Bahia	250.571	518.036	-267.465	229.224	466.360	-237.136
Sudeste	2.120.511	1.661.924	458.587	1.769.067	1.443.573	325.494
Minas Gerais	447.782	408.658	39.124	376.520	390.625	-14.105
Espírito Santo	129.169	95.168	34.001	130.820	70.120	60.700
Rio de Janeiro	319.749	274.213	45.536	270.413	247.309	23.104
São Paulo	1.223.811	883.885	339.926	991.314	735.519	255.796

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000/2010.

5. DADOS DA MIGRAÇÃO DE RETORNO

A migração de retorno foi medida tomando-se por base a informação daqueles indivíduos que nasceram na Unidade da Federação em que residiam em 2010, e que moravam em outra UF há exatamente 5 anos da data de referência do Censo (IBGE, 2013).

No território brasileiro, os migrantes de retorno eram 1.144.211 pessoas no período referente a 1995-2000 e 999.659 no período 2000-2005, representando 22% e 21,5% no total de imigrantes para o país, respectivamente (IBGE, 2013). Desse modo, cabe observar que a migração de retorno é um tipo de migração bastante expressiva no país e que vem se mantendo como uma forma constante nos seus fluxos populacionais. Cabe ressaltar que a região nordeste possui uma importância singular nesta discussão pois suas UF's, nos períodos de 2000 e 2010, apresentam as maiores proporções de retornados quando comparados com as demais regiões do país. Todos os estados nordestinos possuíram uma redução no seu número de retornados, no entanto, é a região que possui as maiores proporções de migrantes retornados do país.

A migração de retorno constitui-se então como uma tendência para as UF's brasileiras, os estados da região norte apresentam uma participação não tão expressiva como as UF's nordestinas, mas com uma tendência crescente. Nas UF's do sudeste o número de retornados decresceu, com a exceção do estado de São Paulo. O decréscimo no número de retornados também é evidenciado na região Sul, com exceção do Rio Grande do Sul, e, no Centro-Oeste, há um aumento no número de migrantes de retorno.

Tabela 2: Imigrantes de retorno e participação relativa, segundo as Unidades da Federação – 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	Imigrantes de retorno			
	1995/2000	2005/2010	Participação relativa	
			1995/2000	2005/2010
Brasil	1.144.211	999.659	22,0	21,5
Rondônia	6.194	6.762	7,4	10,3
Acre	2.864	2.124	21,0	15,3
Amazonas	8.931	7.277	10,0	10,2
Roraima	1.020	1.621	2,1	6,3
Pará	28.241	26.126	15,5	16,1
Amapá	2.327	2.529	5,2	6,8
Tocantins	14.366	12.970	15,1	15,1
Maranhão	44.042	40.913	43,7	38,7
Piauí	41.311	28.695	46,6	39,0
Ceará	79.574	49.003	48,8	43,6
Rio Grande do Norte	28.005	20.434	35,9	30,2
Paraíba	50.649	39.222	49,7	40,8
Pernambuco	75.005	54.049	45,5	36,4
Alagoas	23.830	20.274	42,6	37,8
Sergipe	13.756	13.502	26,4	25,5
Bahia	109.527	86.637	43,7	37,8
Minas Gerais	162.421	111.448	36,3	29,6
Espírito Santo	22.000	18.744	17,0	14,3
Rio de Janeiro	50.027	47.112	15,6	17,4
São Paulo	118.334	156.875	9,7	15,8
Paraná	95.935	79.043	32,3	29,0
Santa Catarina	35.290	39.011	17,7	12,9
Rio Grande do Sul	40.734	39.924	35,9	38,9
Mato Grosso do Sul	15.037	16.319	15,4	16,3
Mato Grosso	10.740	11.499	6,5	8,0
Goiás	54.550	47.787	14,6	13,1
Distrito Federal	9.501	19.939	4,4	10,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000/2010.

6. ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

O primeiro fenômeno a ser evidenciado é a diminuição do número de emigrantes no período analisado na região nordeste. Na tabela 1 vemos que temos 1.819.968 e 1.640.854 para os períodos de 1995 – 2000 e 2005 – 2010, respectivamente. As novas formas de produção na região nordeste, o crescimento das cidades médias e o surgimento de novas atividades de trabalho permitem uma maior capacidade de retenção da população na região. Dessa forma, a diminuição do número de emigrantes é um fator de destaque que contribui para a diminuição das taxas negativas de migração no nordeste.

A importância desses novos lócus de produção também se evidencia ao analisarmos os dados sobre migração na região sudeste. Na tabela 1 pode-se observar a diminuição das taxas de migração dos tradicionais centros de absorção de população em detrimento aos

tradicionais centros emissores de população. Nesse contexto o Espírito Santo se destaca com saldo migratório de 34.001 migrantes em 1995 – 2000 para 60.700 migrantes no período 2005 – 2010.

Ao observarmos os dados sobre migração de retorno (Tabela 2), observamos as altas taxas proporcionais de migração de retorno para o nordeste. Este processo se dá como resultado de suas altas taxas de emigração nas décadas anteriores. Podemos dizer que um sistema de migração se define pela associação e sobreposição de diferentes “redes migratórias”: especificamente, “redes de fluxos” e “redes sociais”. Enquanto a rede de fluxos representa a estrutura topológica bruta e abstrata de um sistema, a rede social representa a topologia sensível e correspondente ao contexto histórico-social do qual faz parte (Fazito, 2010). As redes sociais estabelecidas nos fluxos migratórios anteriores e atuais são elementos que contribuem para a manutenção dessas altas taxas de retorno no nordeste.

Dotado de uma heterogeneidade intrínseca, o nordeste possui muitas diferenças interregionais, seja nas relações de trabalho, em seus aspectos físicos e de relações culturais. Assim, o retorno ocorrerá de forma diferenciada em cada UF. Cabendo também destacar a importância de se analisar a distribuição populacional, ou seja, quais são os novos pólos de atração populacional?

Tabela 3 - Grau de urbanização segundo classes de tamanho da população, 1970 a 2010.

Classes de tamanho de população	1970	1980	1991	2000	2010
Até 5.000	28,0	38,3	49,5	50,7	56,3
De 5.0001 a 10.000	28,3	37,3	46,7	54,3	60,0
De 10.001 a 20.000	28,6	39,0	48,3	56,5	60,8
De 20.001 a 50.000	38,0	46,8	57,3	66,2	70,3
De 50.001 a 100.000	54,4	66,4	74,6	81,2	81,0
De 100.001 a 500.000	85,7	86,0	91,7	94,5	94,5
Mais de 500.001	98,9	98,0	96,5	98,0	99,1
Total	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4

Fonte: Marandola Jr, Ojima, 2012. Censos Demográficos 1970 a 2010.

A partir da Tabela 3, pode-se confirmar o elevado grau de urbanização para todo o território nacional. Nos municípios menores, essa transição ocorreu mais recentemente. Apesar do processo de urbanização brasileira ocorrer de forma centralizada, nos tradicionais centros de concentração de capital e população, temos nos últimos anos a consolidação do processo de transição urbana brasileira, momento no qual a população passa a ser predominantemente urbana, principalmente nas pequenas localidades. Um processo de urbanização que extrapola os limites das grandes metrópoles formulando novas formas de produção e consumo (Marandola Jr, Ojima, 2012).

Nossa hipótese é que este novo processo de urbanização que o Brasil vem atravessando, os processos de urbanização nas médias cidades que propiciam novas formas de trabalho, melhor qualidade de vida, novos padrões de consumo são as novas localidades de atração populacional. Desta vez não tão concentradas como nas grandes metrópoles brasileiras, estas cidades estão mais dispersas pelo território, mais comumente próximas aos grandes centros urbanos, e desempenham papéis importantes nas atividades de produção no contexto regional.

No caso do nordeste, os investimentos feitos pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que mais tarde tornou-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, através de fortes investimentos, impulsionaram e economia do nordeste em diversos ramos de atividade como a agroindústria, pecuária

extensiva, metalurgia e turismo. No entanto, mantenedor das desigualdades sociais já existentes e gerador de uma economia de dependência com o sudeste (Araújo, 2000). Assim, essas formas de investimento e um processo de urbanização mais intenso nas cidades médias do nordeste são fatores de atração para os migrantes nordestinos retornarem ao seu local de origem.

O perfil dos migrantes retornados atende às necessidades dessas médias cidades, normalmente desempenham algum papel específico num ramo de produção e necessitam de mão de obra especializada, que comumente não se encontra na localidade. Os migrantes de retorno são em média mais velhos do que os não retornados. Isto significa que por parte desses retornados, a migração foi bem sucedida, durante a sua trajetória o migrante de retorno adquiriu maior escolaridade, retornando mais apto ao mercado de trabalho em sua UF de nascimento. Neste caso, ele volta com melhores condições de vida, podendo prosperar no seu lugar de origem (BAPTISTA, CAMPOS, RIGOTTI, 2012). Assim, os migrantes de retorno tendem a migrar para estas médias cidades, locais onde eles podem se realizar como força de trabalho, manter um determinado padrão de consumo propiciado pelo aumento do grau de urbanização e se manter próximos dos seus parentes e das redes sociais construídas em seu local de origem.

7. CONSIDERAÇÕES

Os fluxos migratórios de retorno para o nordeste ocorrem na interface entre a diminuição da capacidade de absorção populacional nas tradicionais metrópoles brasileiras, a desconcentração econômica e distribuição de atividades de produção pelo território atraídos por vantagens locais que propiciem seu desenvolvimento, e a acelerada urbanização das pequenas e médias cidades.

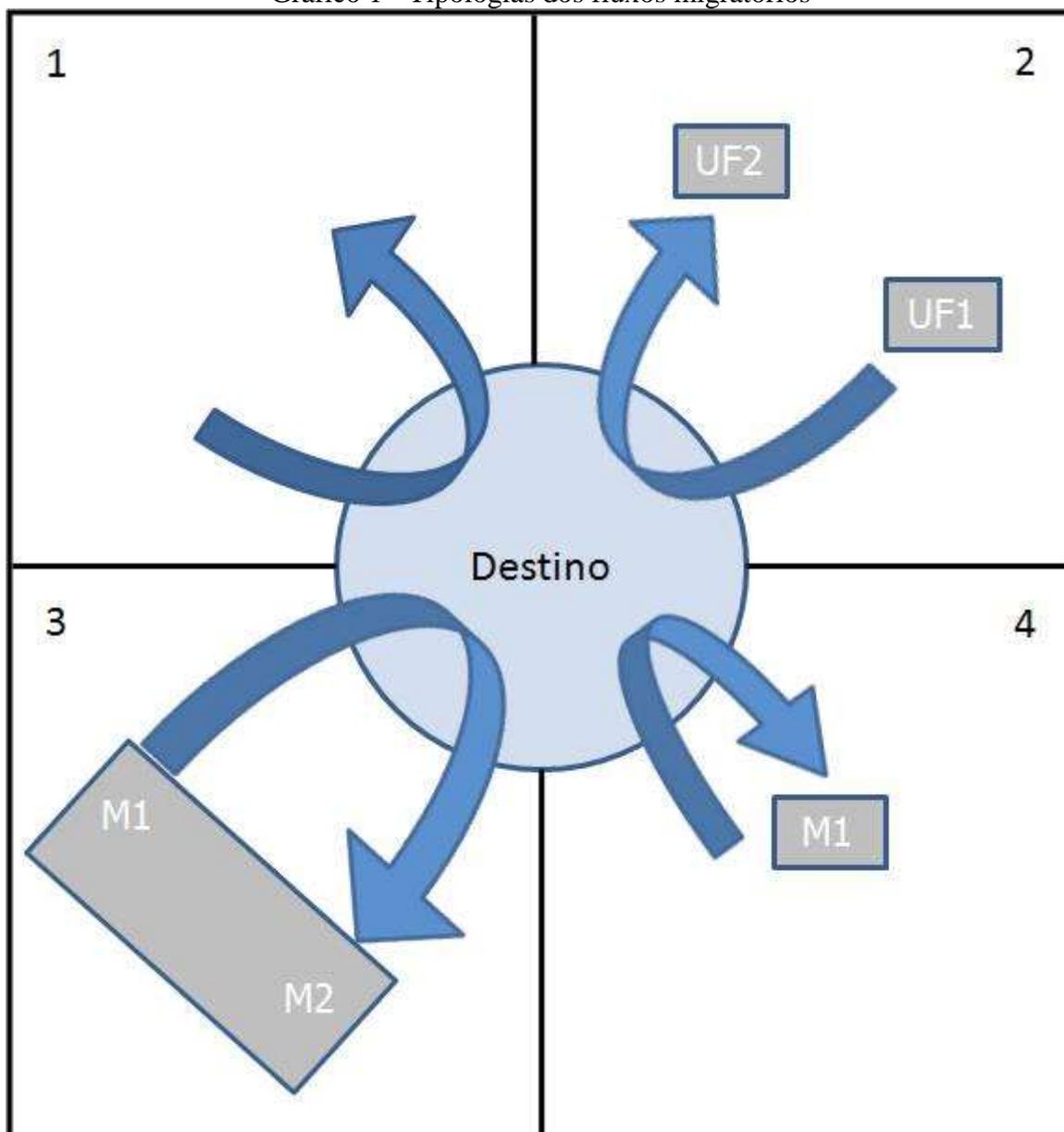
Os fluxos migratórios em direção ao nordeste, também incluso a migração de retorno, se direcionam para estas cidades médias. Sendo assim, ao retornar, o migrante não volta ao seu local de origem, mas sim, para esses novos centros, mais dispersos, de atração populacional.

8. TIPOLOGIA DAS MIGRAÇÕES

Neste trabalho, basicamente, consideramos o migrante de retorno como o indivíduo que fixa residência no seu próprio local de nascimento e que já havia emigrado dessa área. Afim de depreendermos os fluxos migratórios de retorno para o nordeste sem perder de vista as suas especificidades intrarregionais e suas relações com o processo de desenvolvimento urbano nordestino, classificamos estes migrantes em quatro tipologias.

O primeiro consiste na migração de retorno em seu sentido mais amplo e ponto chave deste trabalho, os que tinham a região nordeste como região de origem e retornaram para ela. A segunda tipologia é o indivíduo que retorna para o nordeste, no entanto, ele volta para residir numa UF diferente daquela que ele vivia anteriormente. A terceira é o migrante que retorna para a mesma UF de origem, no entanto, ele passa a residir num município diferente do seu município de origem. O quarto tipo é o retornado que volta para o mesmo município de origem. (Ver gráfico 1).

Gráfico 1 - Tipologias dos fluxos migratórios



Fonte: Elaboração própria

Como mostrado no Gráfico 1, temos no ponto 1 o indivíduo que migrou de um ponto qualquer do nordeste e reemigrou novamente para o nordeste. Sendo esta a tipologia mais abrangente, o migrante pode retornar para a região de origem sem no entanto compartilhar de nenhuma contexto socioespacial que possuía com seu local de nascimento. Ele não possui uma identificação territorial com o local de destino as relações que mantém no local de destino, num primeiro momento, é para realizar-se como força de trabalho.

A tipologia 2 refere-se ao migrante que fixava residência numa UF 1, emigrou deste local e reemigrou para uma dada UF 2. Dada a complexidade de relações regionais no nordeste, o indivíduo pode migrar para uma outra UF diferente do seu local de nascimento, mas mesmo assim, manter contato e laços próximos com as suas redes em seu local de origem. Este tipo de migrante pode ter tentado retornar ao seu local de origem mas não conseguiu completar o processo, ou pode estar realizando uma migração por etapas.

A tipologia 3 refere-se ao retornado que possui a expectativa de retornar ao seu município de origem, no entanto as desigualdades socioespaciais o mantém nas capitais ou

idades médias, local que possui um mercado mais diverso e a necessidade de uma mão de obra mais especializada, onde ele pode se realizar enquanto força de trabalho.

A tipologia número 4 e a mais rara, é o indivíduo que conseguiu retornar ao seu município de origem. Este seletivo grupo são os indivíduos que conseguiram realizar com sucesso as etapas migratórias e retornar ao seu local de origem. Mais comumente são pessoas idosas que retornam para manterem-se próximos aos seus familiares.

Esse tipo de análise nos permitirá observar os fluxos migratórios de retorno concomitantemente aos fluxos de migração interna no nordeste. O indivíduo que retorna ao nordeste muitas vezes não retorna ao seu município de origem, ele retorna para outras localidades no nordeste onde tenham novas oportunidades para se realizar como força de trabalho, ou onde o modo de vida seja mais agradável ao migrante.

A migração de retorno ao nordeste necessita ser pensada, não somente os fluxos migratórios em si, mas também aos fluxos de migração intrarregionais no nordeste e a sua atual distribuição populacional. Isso tudo, atrelado ao crescimento da mobilidade populacional e dos movimentos pendulares entre os municípios do nordeste, para darmos conta deste tema na totalidade dos seus processos.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M.C. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. Ed. Cortez. São Paulo, 2011.

ARAÚJO, T.B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Ed. Revan. Rio de Janeiro, 2000.

BAPTISTA, E.A. CAMPOS, J. RIGOTTI, J.I.R. Migração de retorno ao Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Águas de Lindóia-SP, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados Gerais da Amostra, errata migração, 2013.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Texto para discussão n.366. CEDEPLAR, 2009.

CARVALHO, E. **Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras**. Scripta Nova. Barcelona, Vol. VII, num. 146(128), 1 de agosto de 2003.

CARVALHO, J.A.M. RIBEIRO, J.T.L. A imigração para Minas Gerais no período de 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. **Rev. Bras. Estudos Pop.** Brasília, 16. n. 1/2 jan./dez. 1999.

CUNHA, J.M.P. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Ed. Nepo/Unicamp, 2011.

FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista brasileira de ciências sociais**. Vol. 25, nº72, fevereiro/2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Ed. M. Fontes. São Paulo, 2008.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Ed. UNESP, 1991

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Edições Loyola. São Paulo, 2000.

LEE, E. **A theory of migration**. *Demography*, Vol. 3, nº1. (1966). pp. 47-57.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Ed. Centauro. São Paulo, 2009.

MARANDOLA Jr, E. OJIMA, R. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 14, n. 2 / Novembro 2012.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

OJIMA, R. **As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado ganhador** *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, p. 147-154, 2012.

OJIMA, R. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. **Cad. Metrop. São Paulo**, v.15, n. 29, pp 35-54, jan/jun 2013.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1987.

RIBEIRO, J.T.L. CARVALHO, J.A.M. WONG, L.R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: **X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 1996. ABEP, 1996.

RIBEIRO, J.T.L. CARVALHO, J.A.M. WONG, L.R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: **X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 1996. ABEP, 1996.

RIGOTTI, J.I.R. Información de los censos demográficos Del Brasil sobre migraciones internas: críticas y sugerencias para El análisis. Notas de poblacions nº88. **CEPAL**.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Ed. EDUSP. São Paulo, 2009.

SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Ed. UNICAMP. Campinas, 1998.

SESSÃO TEMÁTICA 6

**FONTES DE DADOS, MENSURAÇÃO, E USO DE FERRAMENTAS
DE GEORREFERENCIAMENTO PARA O ESTUDO E A ANÁLISE
DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS**

A MENSURAÇÃO DA MIGRAÇÃO DE DATA-FIXA NO BRASIL COM BASE NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS: DIFICULDADES E INCONSISTÊNCIAS*

*Ricardo Alexandrino Garcia*²²

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é tecer, portanto, uma discussão crítica da mensuração da migração municipal de data-fixa, apontando as dificuldades e inconsistências presentes no manuseio do microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Como objetivos específicos, pretende-se fornecer estimativas de imigrantes e emigrantes, provenientes dos três Censos, com base na seleção de registros por meio do controle da idade e tempo de residência municipal, além do tratamento aos casos cuja localidade foi omitida ou ignorada.

Palavras-chave: Migração de data-fixa; microdados; Censos Demográficos; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Apesar do intenso esforço dos demógrafos no Brasil no sentido de elaborar estatísticas mais acuradas que descrevam o processo migratório (RIGOTTI, J. I. R, 1999; GARCIA, R. A.; SOARES, W, 2000; FIGUEIREDO, L.; GARCIA, R. A, 2002; BRITO, F.; GARCIA, R. A.; CARVALHO, J. A. M, 2002; GARCIA, R. A, 2013) a utilização destes dados tem se mostrado restrita. A carência desses estudos reside principalmente na dificuldade de manipulação dos quesitos sobre o local de residência anterior dos indivíduos residentes nos domicílios recenseados. No caso da migração de data-fixa, como o próprio termo sugere, esse local possui uma data específica no passado, ou seja, cinco anos antes da data de referência da pesquisa. O problema surge quando os respondentes não sabem ou não se lembram desse local.

No que tange aos Censos Demográficos brasileiros, verifica-se que uma crescente atenção tem sido dada à mensuração dos fluxos migratórios (CARVALHO, 1985). Nos censos de 1960 e de 1970 as questões sobre migração foram direcionadas apenas aos não-naturais dos municípios e estes quesitos dizem respeito ao tempo de residência sem interrupção na UF e no município, lugar de procedência (UF ou país estrangeiro) e situação do domicílio (urbano ou rural). No Censo de 1980 houve avanços importantes. A pesquisa não se limitou aos não-naturais e, além das migrações intermunicipais, perguntou-se também sobre as intramunicipais, porém sem indagar sobre o tempo em que se deu o evento. Uma novidade relevante foi a indicação do nome do município de residência anterior, por parte daqueles com menos de dez anos de residência no município (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

O Censo de 1991, é o mais completo no que diz respeito aos dados sobre migração, o que amplia as possibilidades de pesquisa nesse campo. A grande inovação está na informação de data-fixa, obtida por meio do quesito que indique a UF e o município ou país em que se residia em 01/09/1986. Sem prejuízo para os dados relacionados à migração de última etapa, emigrantes e imigrantes identificados a partir desse quesito guardam semelhança conceitual

*Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013

²² **Professor adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG**

com os imigrantes e emigrantes implícitos no saldo migratório resultante de técnica indireta (CARVALHO; MACHADO, 1992).

De um modo geral, desde 1991, o Censo vem seguindo uma lógica de arguição na captação desta informação: o primeiro quesito indaga se o local de nascimento dos residentes é o município de residência atual; se a resposta for "não" ou "sim, mas já morou em outro", o indivíduo é considerado um "migrante". Para esses, indaga-se sobre o tempo ininterrupto de residência na UF e município atual e o, mais importante para efeito deste artigo, o local de residência há exatos cinco anos antes da data de referência da pesquisa. São três os tipos de respostas possíveis: "um local específico", "local ignorado" e, para os menores de cinco anos, "não era nascido".

No intuito de facilitar o manuseio dos microdados, a partir do Censo de 2000, foi introduzido um quesito específico para a seleção dos registros de migrantes de data-fixa. No Censo de 2000, o rótulo do quesito foi "residência em 31 de julho de 1995" e no de 2010, "residência em 31 de julho de 2005". A introdução desses quesitos na base dos microdados trouxe, por um lado, alguma facilidade na seleção desses registros. Por outro lado, gerou questões que ainda não foram devidamente debatidas, pois, como se procurou demonstrar nesse artigo, há certas sérias inconsistências na adoção desse procedimento.

O objetivo principal deste artigo é tecer, portanto, uma discussão crítica da mensuração da migração municipal de data-fixa, apontando as dificuldades e inconsistências presentes no manuseio do microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Como objetivos específicos, pretende-se fornecer estimativas de imigrantes e emigrantes, provenientes dos três Censos, com base na seleção de registros por meio do controle da idade e tempo de residência municipal, além do tratamento aos casos cuja localidade foi omitida ou ignorada.

2 METODOLOGIA

Tal como já explicitado, há dois componentes presentes na migração de data-fixa que devem ser observados para a seleção dos registros desses migrantes: a idade dos respondentes e o tempo de residência municipal. Com a introdução das variáveis de seleção desses registros, pouca atenção foi dada esses elementos e foram tomadas como corretas as estimativas geradas por meio deles. A hipótese deste trabalho é a de que esses quesitos não devem deixar de fora registros cujo tempo de residência no município seja inferior a cinco anos, bem como devem excluir os migrantes que não eram nascidos na data de referência, ou seja, os menores de cinco anos de idade.

As estimativas dos migrantes municipais de data-fixa dos Censos Demográficos são gerados com base em dois critérios distintos de seleção dos registros: o primeiro, no qual se controla a idade (maior ou igual a cinco anos) o tempo de residência no município atual (menor que cinco anos), e o município de residência cinco anos antes da data de referência do censo; e o segundo, com base nos quesitos fornecidos pelo IBGE, encontrados diretamente nos microdados.

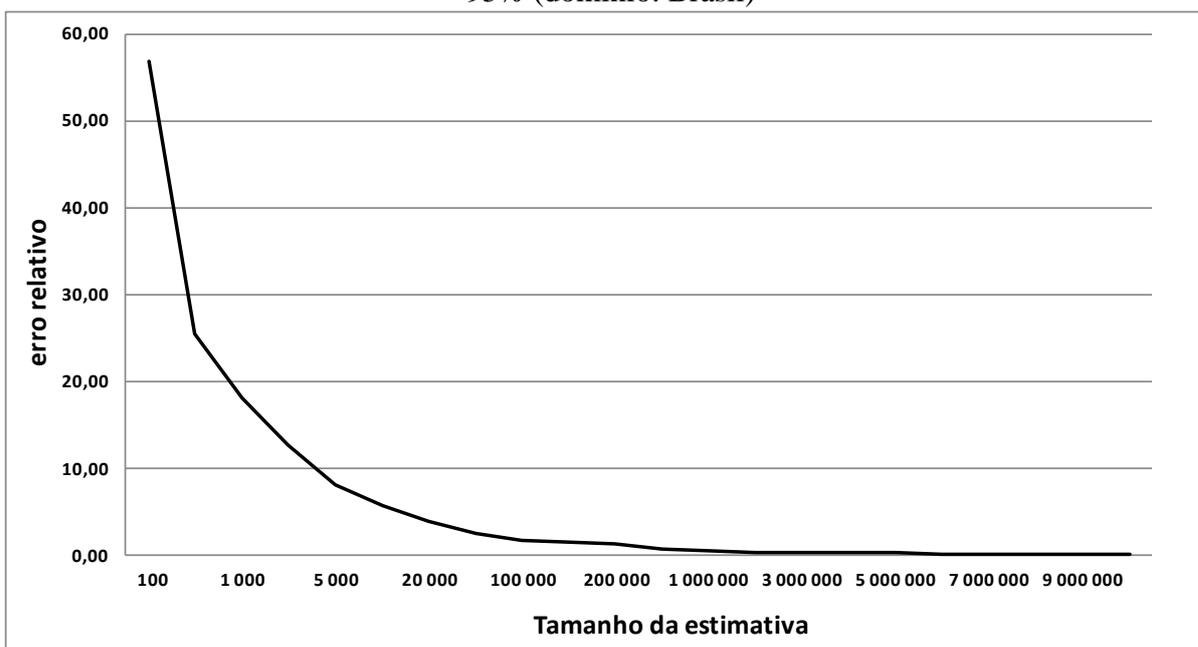
Os quesitos de migração de data-fixa dos microdados de 1991 são os mais trabalhosos de serem manuseados, uma vez que não há uma variável derivada para a seleção desses registros e, para dificultar, a variável indicadora do município de residência cinco anos antes da data de referência do Censo não possui o código completo do município, necessitando assim que o código da UF correspondente seja agregado aos seus valores para que ela possa fazer sentido. Esses códigos constam do quesito "UF de residência há cinco anos atrás", vale ressaltar, ainda, que essa variável apresenta o código 70, que indica que o município de residência há exatos cinco anos da data de referência da pesquisa foi o mesmo município de residência atual. Dessa forma, para selecionar os registros de data-fixa, tem-se

que adotar o seguinte critério: UF de residência na data-fixa diferente de 70. Com a introdução do quesito "residência em 31 de julho de 1995", nos microdados do Censo de 2000, basta selecionar os seguintes códigos dessa variável: 3, 4 e 5 (respectivamente: em outro município, na zona urbana; em outro município, na zona rural; em outro país). No censo de 2010, infelizmente, não basta que se selecione os códigos 1 (UF ou município) e 2 (país estrangeiro) da variável "residência em 31 de julho de 2005", tal como o indicado no Censo anterior. Ocorre que o código 1 dessa variável incorpora registros cujo tempo de residência é de cinco anos, bem como registros cuja municipalidade na data-fixa é a mesma de residência atual. Esses casos, obviamente, devem ser excluídos.

Outro elemento de incerteza na geração dessas estimativas diz respeito à origem desses fluxos. Como os censos captam as informações no local de moradia dos migrantes, o destino final do processo migratório é dado. O mesmo não ocorre, contudo, em relação à sua origem. Nos casos em que essa informação encontra-se omitida ou ignorada, os resultados devem ser redistribuídos de acordo a proporção dos resultados cuja origem é conhecida. Esse procedimento também requer certa dose de cuidado.

Por último, mas não menos importante e muito negligenciado na literatura sobre estimativas de migrantes com base nos dados da amostra dos Censos Demográficos, é que estas e outras extraídas dos microdados da amostra são, logicamente, estatísticas amostrais e, portanto, padecem de certa imprecisão. Em termos relativos, a margem de erro da estimativa amostral cresce exponencialmente quanto menor for seu valor. Esse efeito é particularmente preocupante quando se lida com migrações intermunicipais, dada a efemeridade deste evento na escala municipal. Torna-se, porém, quase impeditivo no que tange à produção de estimativas confiáveis da imigração internacional para a grande maioria dos municípios brasileiros, devendo elas ser tratadas apenas como indícios ou evidências. A relação entre o tamanho das estimativas entre o tamanho da estimativa proveniente dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 e sua margem de erro relativo para um intervalo de confiança de 95% está indicada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Relação entre o tamanho da estimativa proveniente dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 e sua margem de erro relativo para um intervalo de confiança de 95% (domínio: Brasil)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010: notas metodológicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 traz os resultados das estimativas dos migrantes intermunicipais de data-fixa dos Censos Demográficos gerados com base em dois critérios distintos de seleção dos registros: o primeiro, no qual se controla a idade (maior ou igual a cinco anos) o tempo de residência no município atual (menor que cinco anos), e o município de residência de data-fixa - há exatos cinco anos da data de referência da pesquisa - diferente do município de residência atual; e o segundo, com base nos quesitos fornecidos pelo IBGE, encontrados diretamente nos microdados. A diferença observada nas estimativas referentes a 1991 se deve a 181 pessoas que foram classificadas como migrantes de data-fixa, porém o código de seu município de residência atual era o mesmo do de data-fixa. São elas: 145 em Marabá, no Pará; e 36, em Posse, Goiás. Vale ressaltar que esta inconsistência só foi detectada com a reconstituição do código de residência em 1986. O mesmo ocorre em 2000, só que em Brasília, com apenas 148 pessoas. Já a diferença encontrada nos resultados de 2010 se deve ao que já foi mencionado anteriormente: o quesito "residência em 31 de julho de 2005" não exclui os casos em que o município de residência atual é o mesmo do de "data-fixa" e, inexplicavelmente, incorpora os casos cujo tempo de residência é igual a 5 anos ininterruptos.

Tabela 1 - Brasil: 1991/2010. Estimativas dos migrantes de data-fixa segundo diferentes critérios de seleção dos registros.

Seleção dos registros	Total	Origem desconhecida	%
1991			
Idade, tempo e local de residência na data-fixa e atual	13 982 769	461 027	3,3
IBGE - local de residência na data-fixa	13 982 950	461 027	3,3
Variação Percentual	0,00	0,00	0,00
2000			
Idade, tempo e local de residência na data-fixa e atual	15 458 738	744 673	4,82
IBGE - quesito direto	15 458 886	744 673	4,82
Variação Percentual	0,00	0,00	0,00
2010			
Idade, tempo e local de residência na data-fixa e atual	13 892 103	436 378	3,14
IBGE - quesito direto	18 513 450	964 862	5,21
Variação Percentual	-24,92	-54,77	-39,76

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (microdados).

Uma vez consistidos os dados, o passo seguinte foi subtrair os imigrantes internacionais de data-fixa do total de imigrantes de data-fixa municipais. O montante desses imigrantes internacionais somou nos Censos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente, 77.779, 143.644 e 268.295. A migração intermunicipal de data-fixa foi, portanto, de 13.910.991, em 1991; 15.315.094, em 2000; e 13.623.808, em 2010. Como o destino final destes migrantes é totalmente conhecido, do ponto de vista da imigração intermunicipal, não há dados declaradamente desconhecidos. O que não ocorre no tocante à declaração sobre a origem desses movimentos. Nesse sentido, o procedimento mais simples é a redistribuição do total de migrantes que declaram desconhecer o município de residência na data-fixa, porém informam a UF, pelos municípios da UF conhecida, em função do peso relativo dos migrantes

intermunicipais de data-fixa provenientes deles. Há, ainda, os que declaram desconhecer inclusive a UF de data-fixa, sabem apenas que estavam no país. Nesse caso, é feita a redistribuição deste contingente por todos os municípios brasileiros, obedecendo ao peso relativo dos emigrantes intermunicipais obtidos na etapa anterior. Em suma, tem-se o rateio dos migrantes de data-fixa cuja origem municipal é desconhecida por aqueles cuja origem é declarada, adotando para isso as mesmas proporções. Como resultado, o número total de imigrantes é igual ao número total de emigrantes e é somente a partir daí que se pode calcular o saldo migratório quinquenal de data-fixa dos municípios brasileiros.

A Tabela 2 ilustra os resultados obtidos para os municípios sedes dos governos estaduais e para Brasília. Em termos de volume migratório - soma de imigrantes mais emigrantes - São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte são as capitais que mais movimentaram migrantes segundo os últimos três Censos. Em relação aos saldos migratórios, pode-se dizer que a tendência é de perda populacional e essa é mais acentuada em números absolutos quanto maior for o volume migratório.

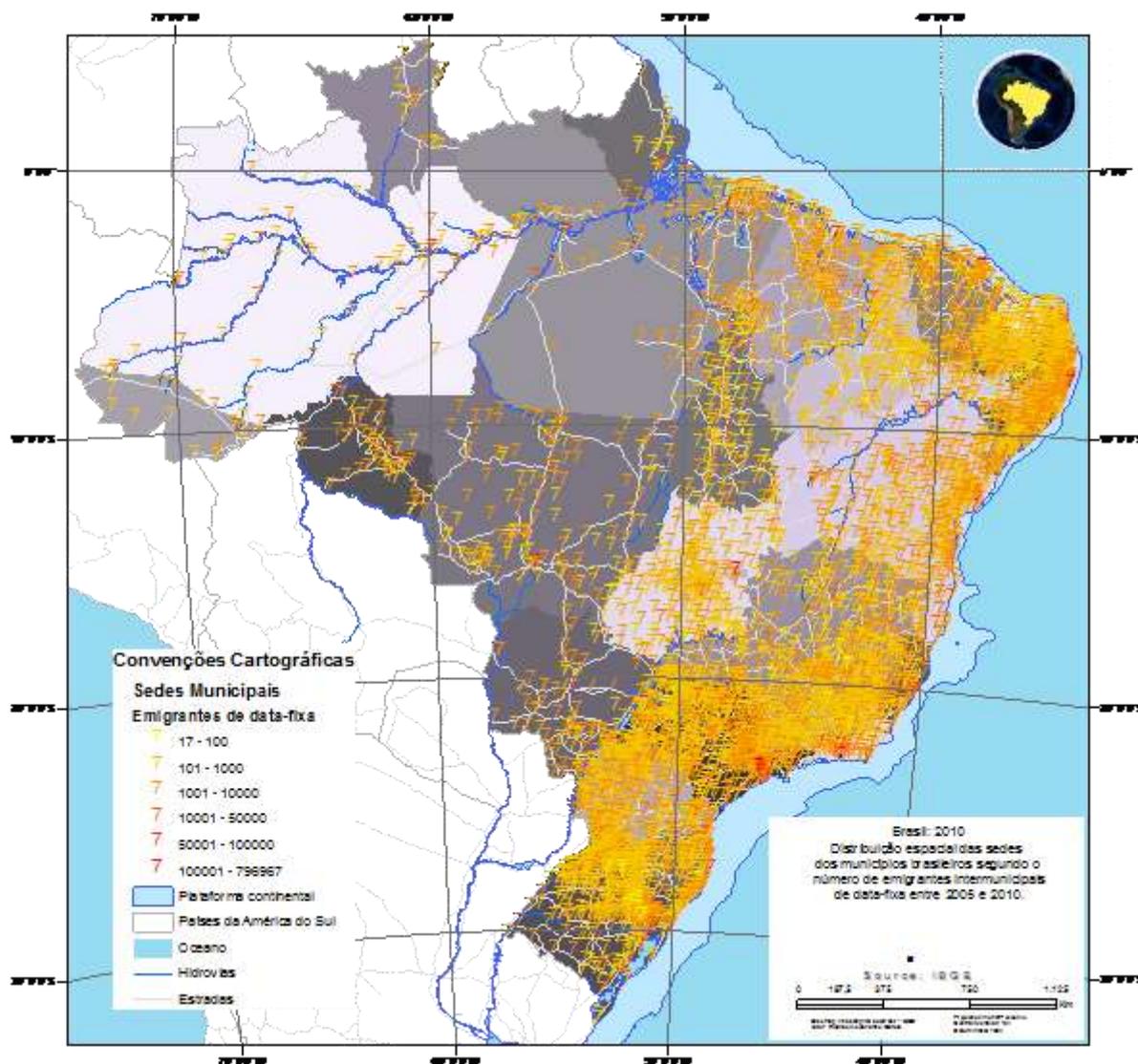
Tabela 2 - Brasil: 1991/2010. Estimativas intermunicipais de data-fixa dos emigrantes, dos imigrantes, dos saldos migratórios e dos imigrantes internacionais das capitais das Unidades da Federação

Capitais das Unidades Federativas	Migrantes de data-fixa											
	2005-2010				1995-2000				1986-1991			
	Emigrantes	Imigrantes	Saldo migratório intermunicipal	Imigrantes internacionais	Emigrantes	Imigrantes	Saldo migratório intermunicipal	Imigrantes internacionais	Emigrantes	Imigrantes	Saldo migratório intermunicipal	Imigrantes internacionais
Porto Velho	23 546	46 897	23 350	656	32 724	31 660	- 1 065	300	27 679	50 821	23 142	262
Rio Branco	17 741	17 363	- 377	278	17 551	20 062	2 510	149	12 014	20 101	8 087	168
Manaus	66 920	95 631	28 710	1 682	66 930	112 291	45 361	1 051	43 483	78 505	35 022	333
Boa Vista	17 118	22 968	5 849	689	15 143	37 367	22 224	847	6 190	28 882	22 692	557
Belém	119 537	53 331	- 66 206	1 376	143 042	75 527	- 67 515	749	102 025	87 355	- 14 669	525
Macapá	18 879	28 235	9 356	372	16 133	33 102	16 968	304	9 832	14 822	4 991	300
Palmas	20 146	48 247	28 101	406	15 647	57 106	41 459	56	662	17 255	16 592	
São Luís	77 356	60 156	- 17 200	649	76 802	72 124	- 4 678	52	61 547	80 358	18 811	266
Teresina	49 498	44 628	- 4 870	223	52 165	58 239	6 074	115	46 841	65 929	19 088	184
Fortaleza	142 162	94 918	- 47 245	2 522	151 741	128 685	- 23 056	943	144 246	144 940	694	827
Natal	78 701	48 047	- 30 654	904	73 750	61 939	- 11 811	479	52 357	66 111	13 754	258
João Pessoa	47 780	49 775	1 996	1 378	50 658	54 493	3 835	366	40 511	52 038	11 528	97
Recife	137 378	63 690	- 73 688	1 956	159 208	68 816	- 90 392	1 204	181 244	66 527	- 114 716	709
Maceió	60 305	44 866	- 15 440	402	55 498	61 874	6 376	125	41 074	67 092	26 018	304
Aracaju	44 931	42 741	- 2 190	304	58 409	35 705	- 22 703	137	50 306	43 347	- 6 959	38
Salvador	162 798	99 578	- 63 221	2 976	155 580	124 787	- 30 793	1 388	123 495	123 523	28	1 060
Belo Horizonte	226 596	116 420	- 110 176	5 395	259 806	142 349	- 117 457	2 711	239 343	135 611	- 103 732	2 006
Vitória	47 969	30 152	- 17 817	981	53 186	27 688	- 25 498	554	54 589	28 966	- 25 623	322
Rio de Janeiro	317 075	182 148	- 134 928	12 151	373 470	225 501	- 147 969	9 617	373 416	166 600	- 206 816	6 459
São Paulo	796 967	412 800	- 384 167	39 174	1 061 530	533 446	- 528 083	18 237	954 723	559 748	- 394 975	13 548
Curitiba	168 702	113 472	- 55 230	6 695	176 137	153 561	- 22 575	4 605	135 236	132 361	- 2 875	1 683
Florianópolis	50 931	58 398	7 467	2 652	38 938	50 715	11 777	1 663	28 081	30 292	2 211	693
Porto Alegre	121 507	75 552	- 45 955	3 014	131 267	88 643	- 42 624	2 273	139 676	78 415	- 61 261	1 810
Campo Grande	50 762	59 802	9 040	2 575	52 951	71 723	18 772	1 260	37 720	78 771	41 051	485
Cuiabá	52 502	31 720	- 20 782	426	62 922	45 493	- 17 429	301	41 501	55 535	14 034	154
Goiânia	139 155	115 218	- 23 937	5 538	153 109	132 080	- 21 029	1 253	128 138	106 685	- 21 453	448
Brasília	179 898	190 761	10 862	6 455	153 109	189 668	216 864	3 768	143 750	195 312	51 562	2 898

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (microdados).

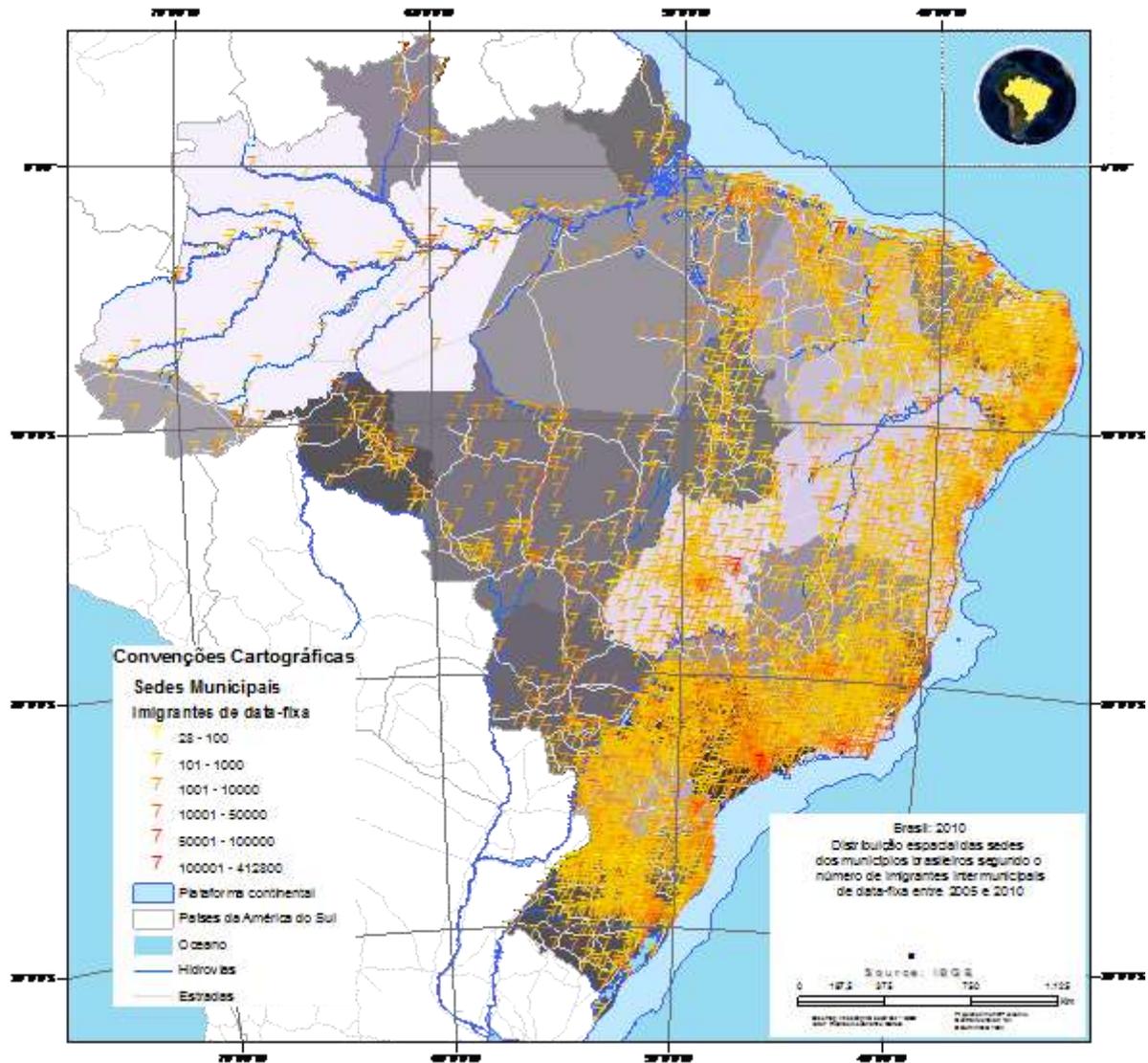
Quando se trabalha com fluxos migratórios intermunicipais na escala nacional, o mapeamento das estimativas de imigrantes, emigrantes e dos saldos migratórios é imprescindível para a correta apreensão da abrangência espacial do fenômeno migratório ao longo do território nacional. Esse mapeamento só possível pela aplicação de geotecnologias, em especial, das técnicas de cartografia digital baseadas em sistemas de informações georreferenciadas. Os mapas 1 a 12 ilustram, assim, a evolução das estimativas dos contingentes municipais de emigrantes, imigrantes, imigrantes internacionais e dos saldos migratórios intermunicipais observados no final dos quinquênios de 2005/2010, 1995/2000 e 1986/1991, respectivamente.

Mapa 1 - Brasil: 2010. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de emigrantes intermunicipais de data-fixa entre 2005 e 2010.



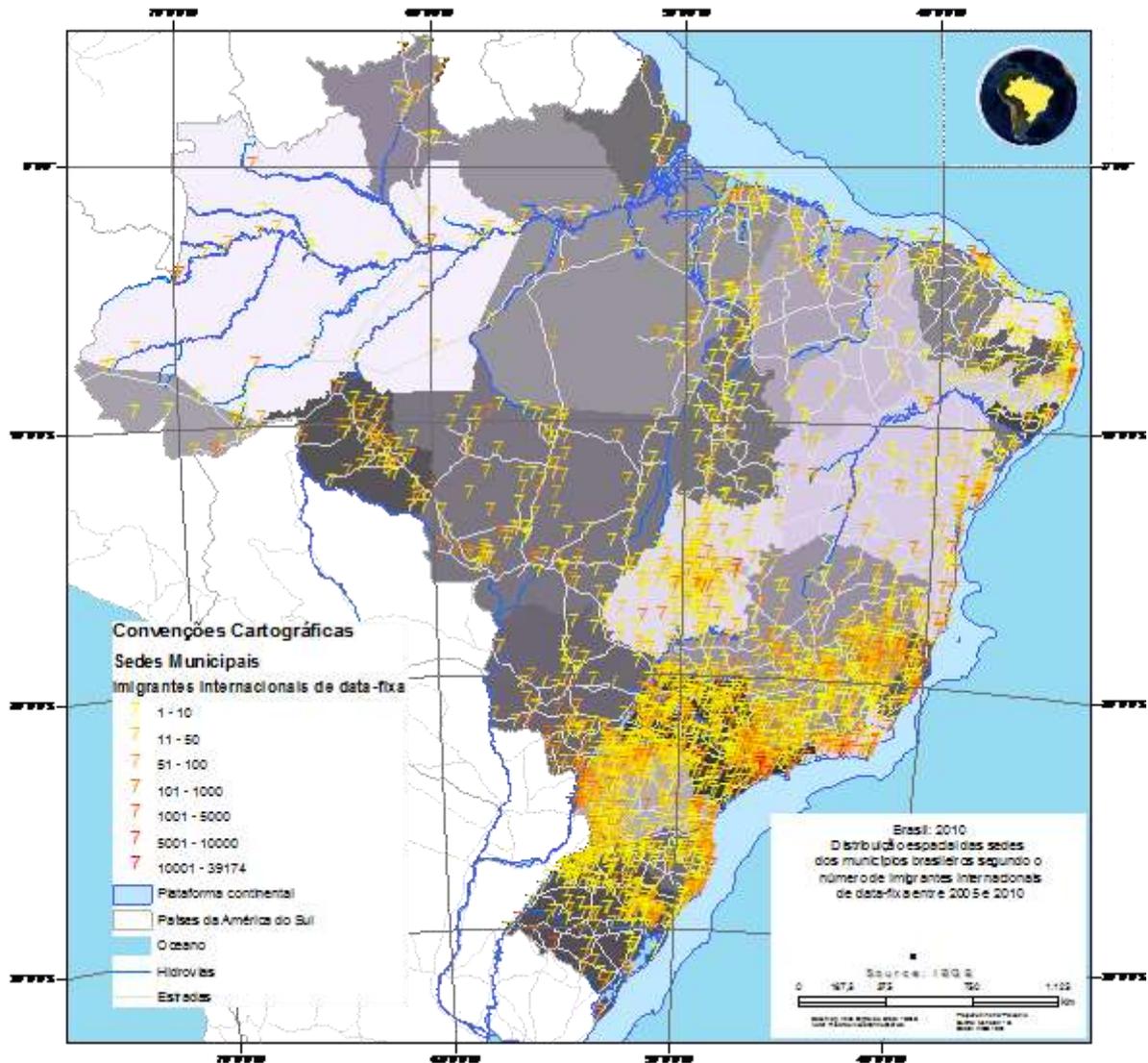
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 (microdados).

Mapa 2 - Brasil: 2010. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de imigrantes intermunicipais de data-fixa entre 2005 e 2010.



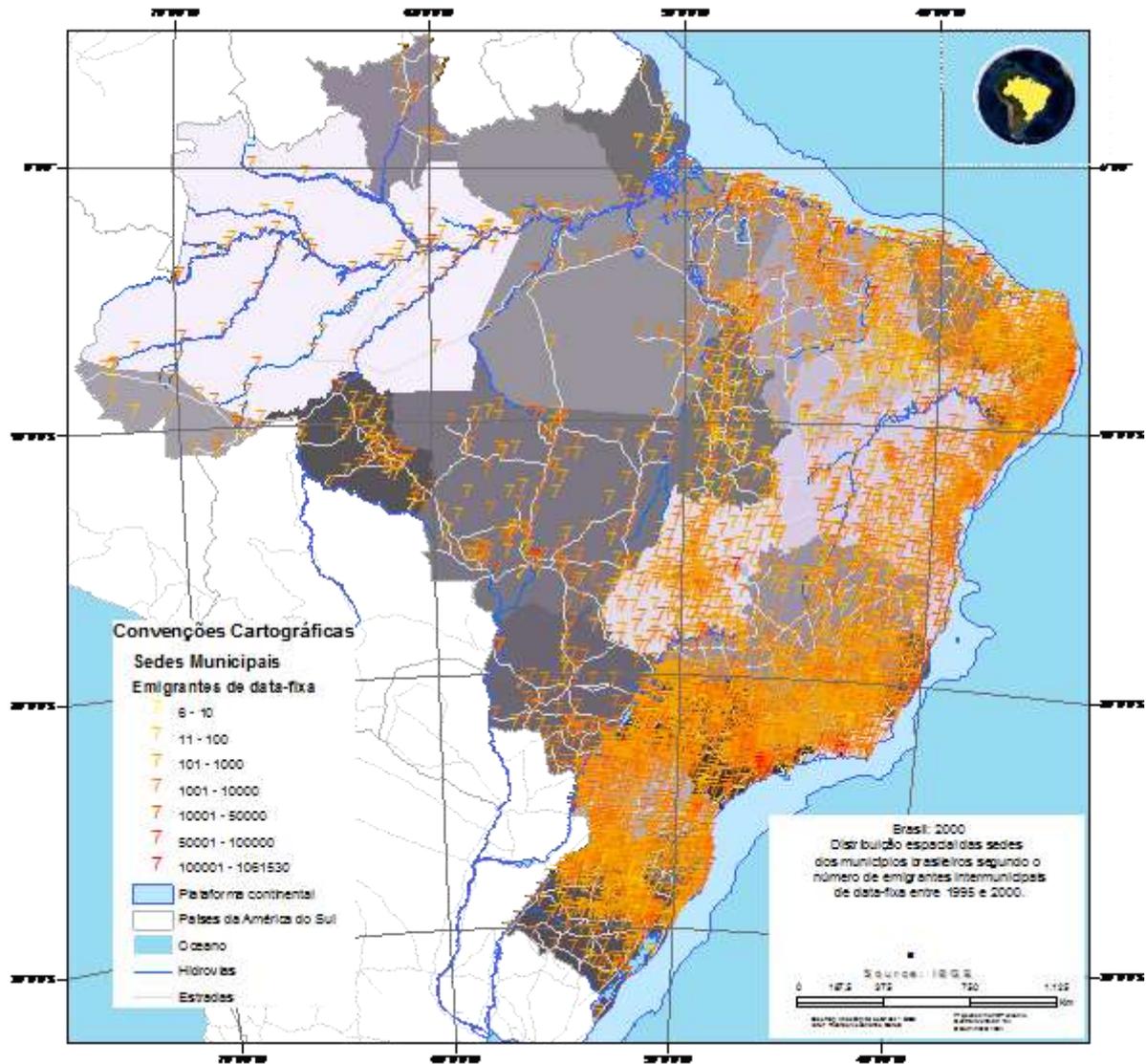
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 (microdados).

Mapa 3 - Brasil: 2010. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de imigrantes internacionais de data-fixa entre 2005 e 2010.



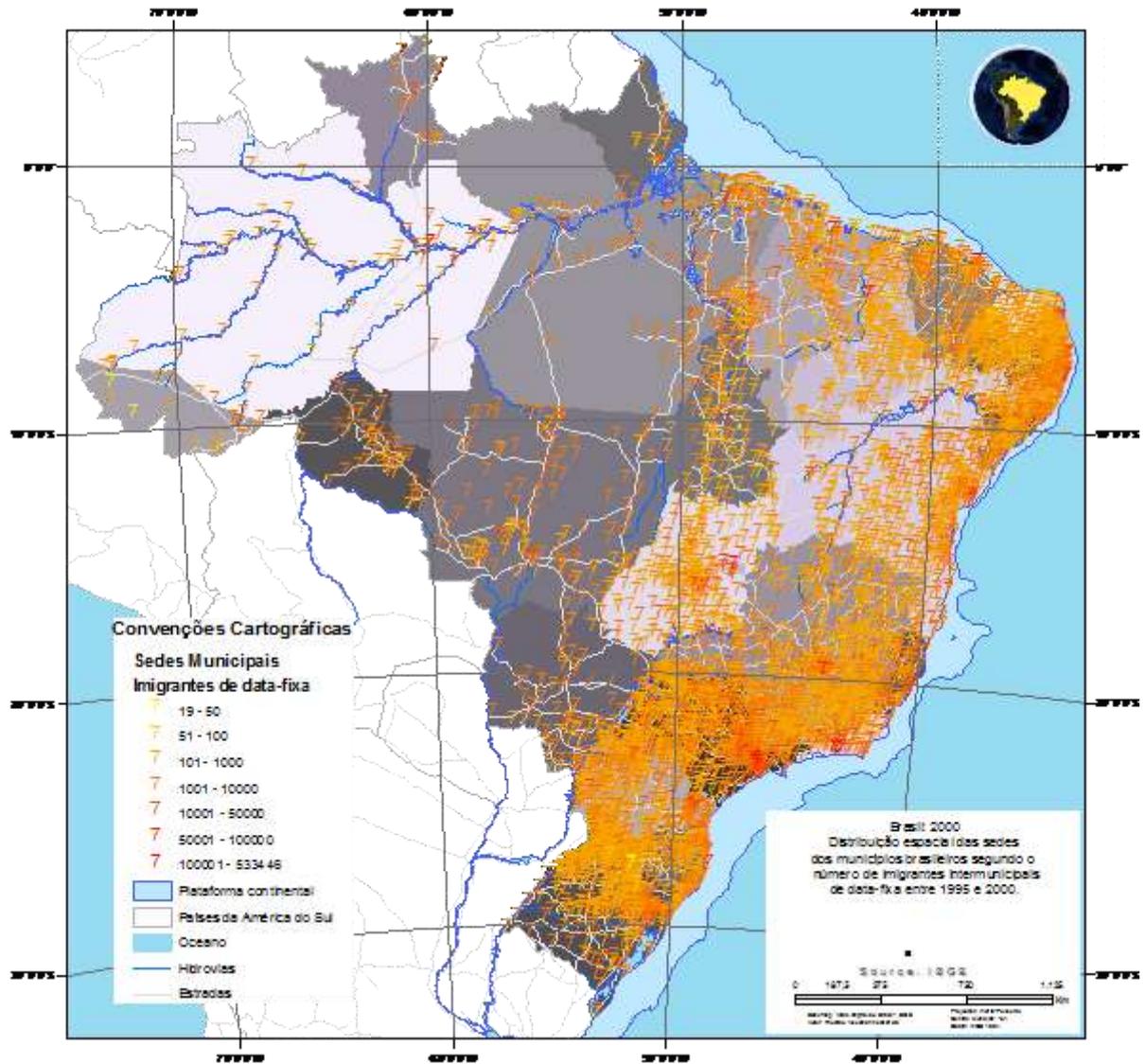
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 (microdados).

Mapa 4 - Brasil: 2000. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de emigrantes intermunicipais de data-fixa entre 1995 e 2000.



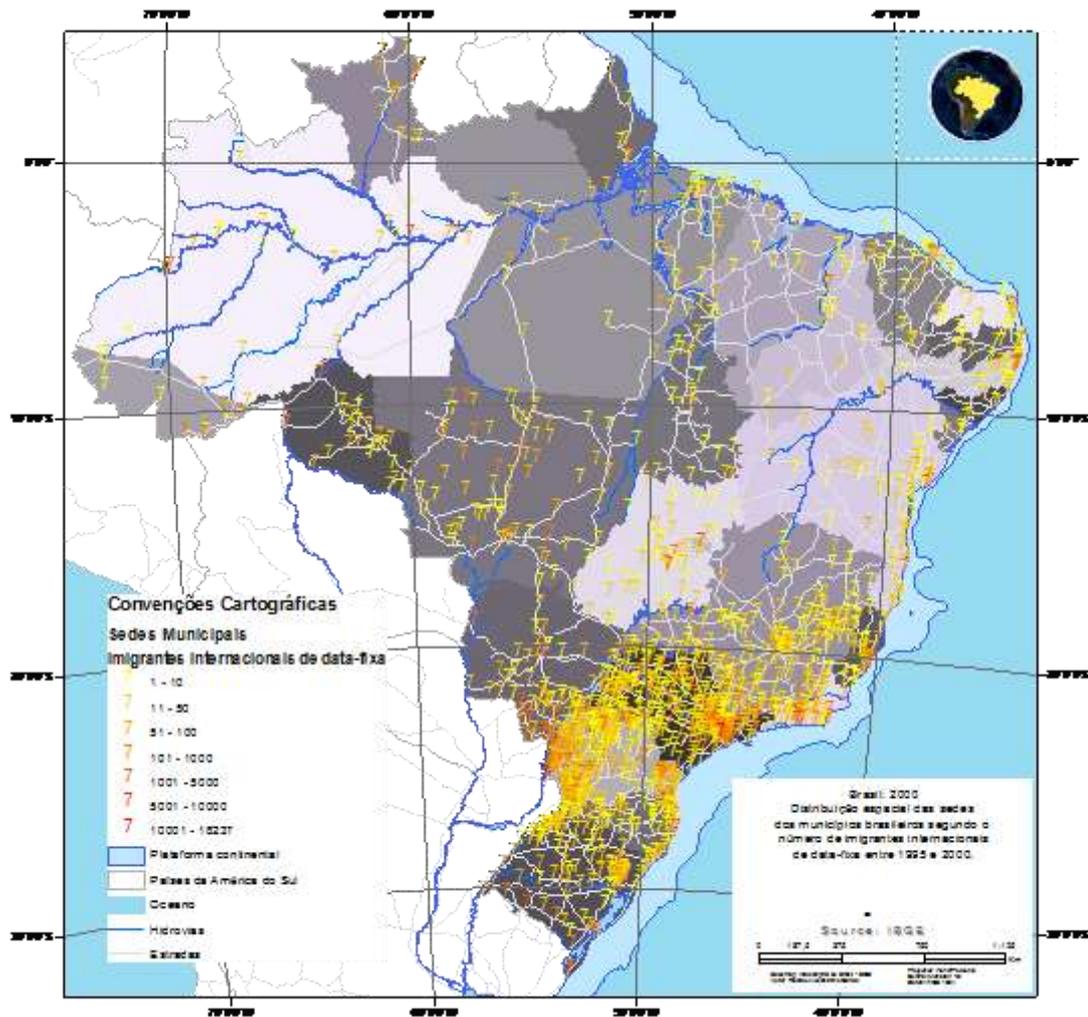
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 5 - Brasil: 2000. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de imigrantes intermunicipais de data-fixa entre 1995 e 2000.



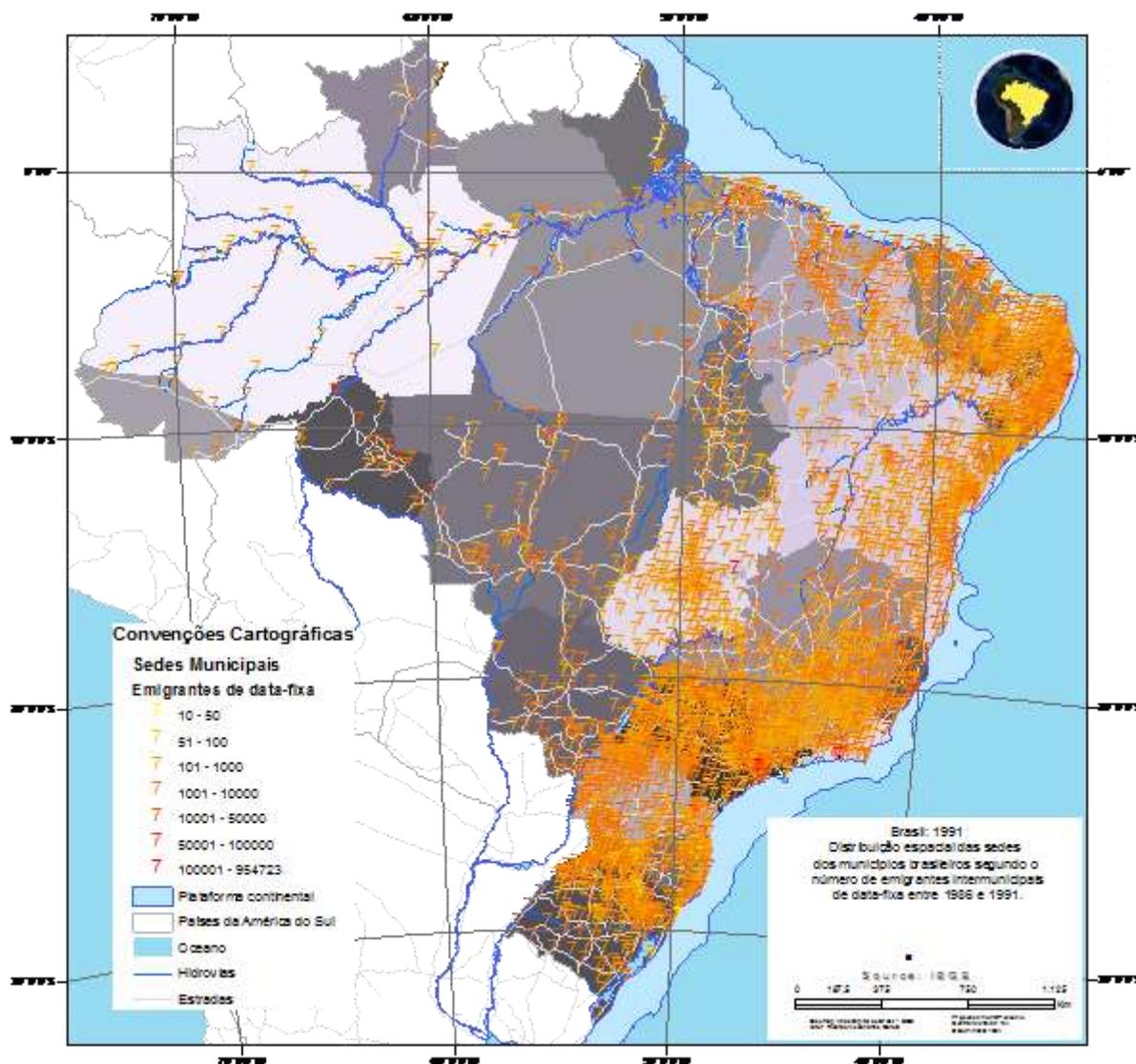
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 6 - Brasil: 2000. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de imigrantes internacionais de data-fixa entre 1995 e 2000.



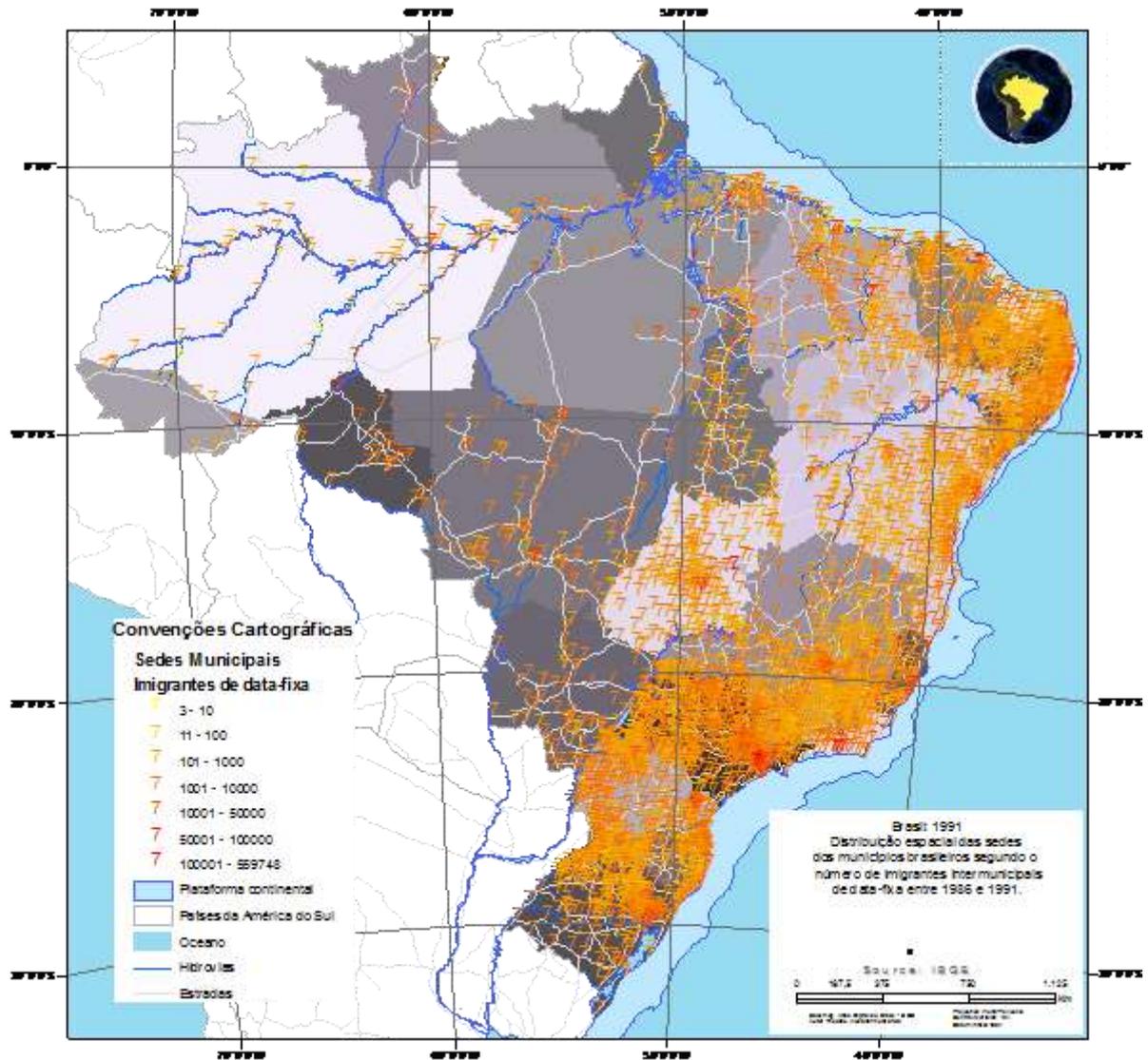
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 7 - Brasil: 1991. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de emigrantes intermunicipais de data-fixa entre 1986 e 1991.



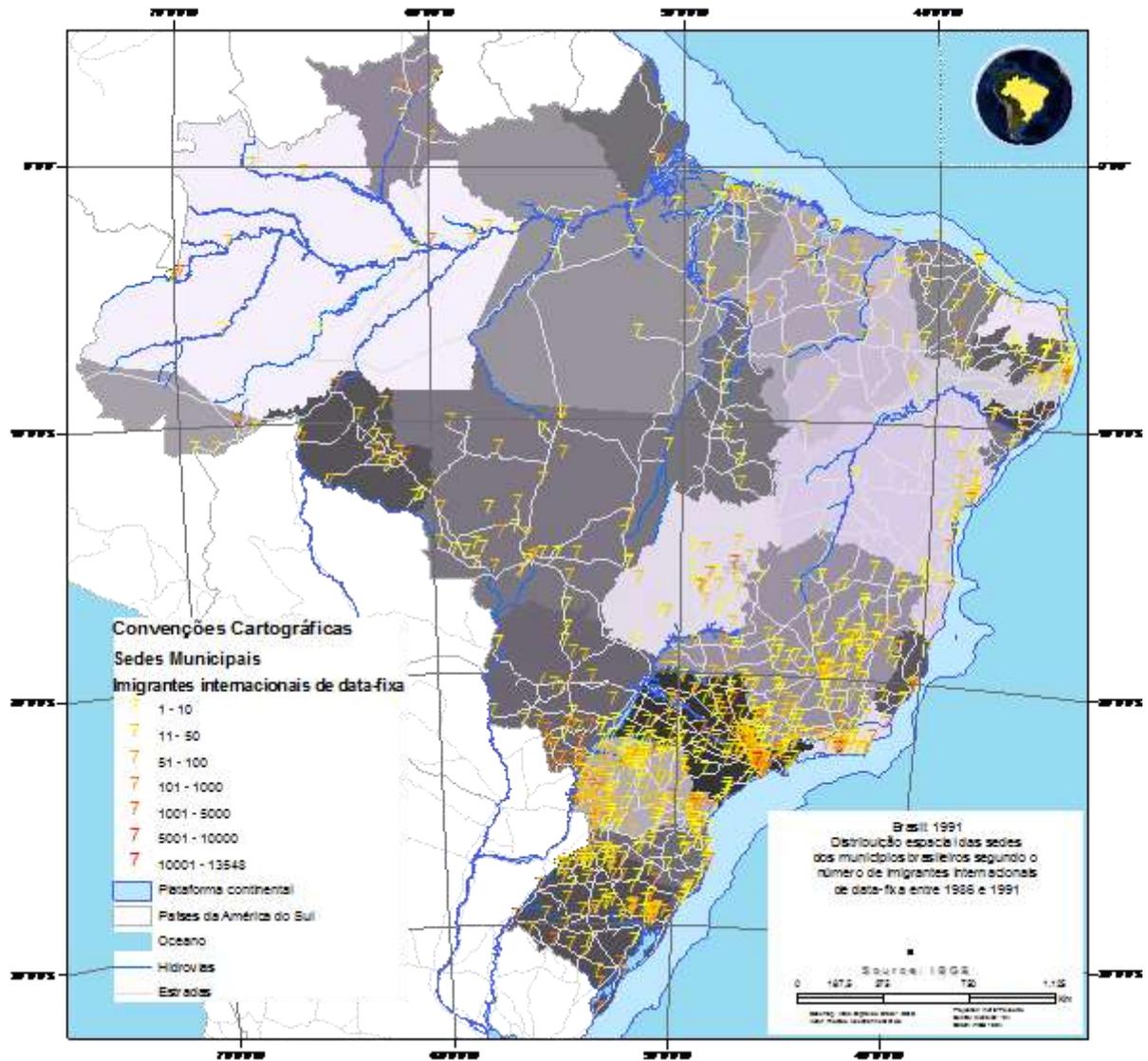
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 (microdados).

Mapa 8 - Brasil: 1991. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de imigrantes intermunicipais de data-fixa entre 1986 e 1991.



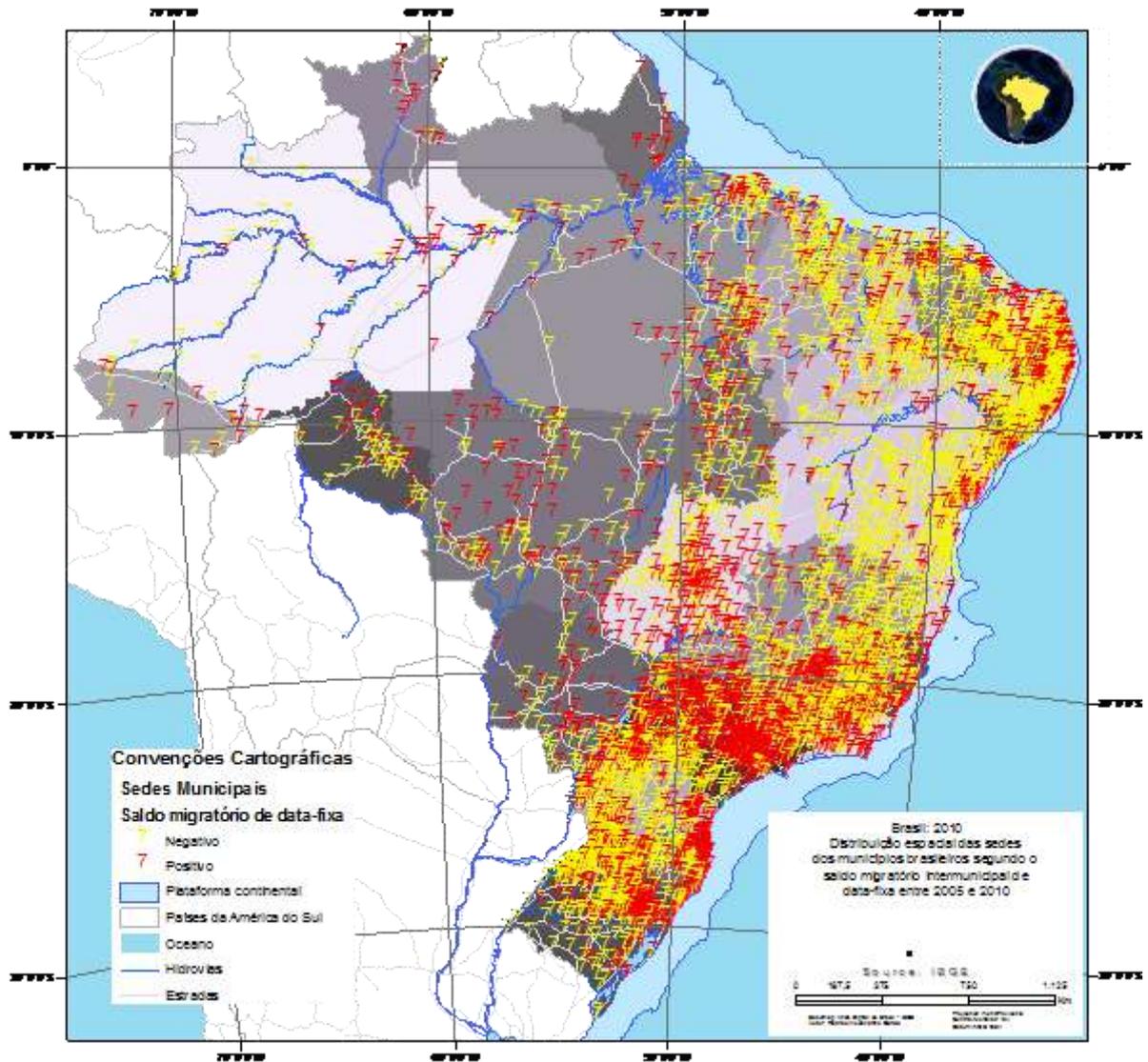
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 (microdados).

Mapa 9 - Brasil: 1991. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o número de imigrantes internacionais de data-fixa entre 1986 e 1991.



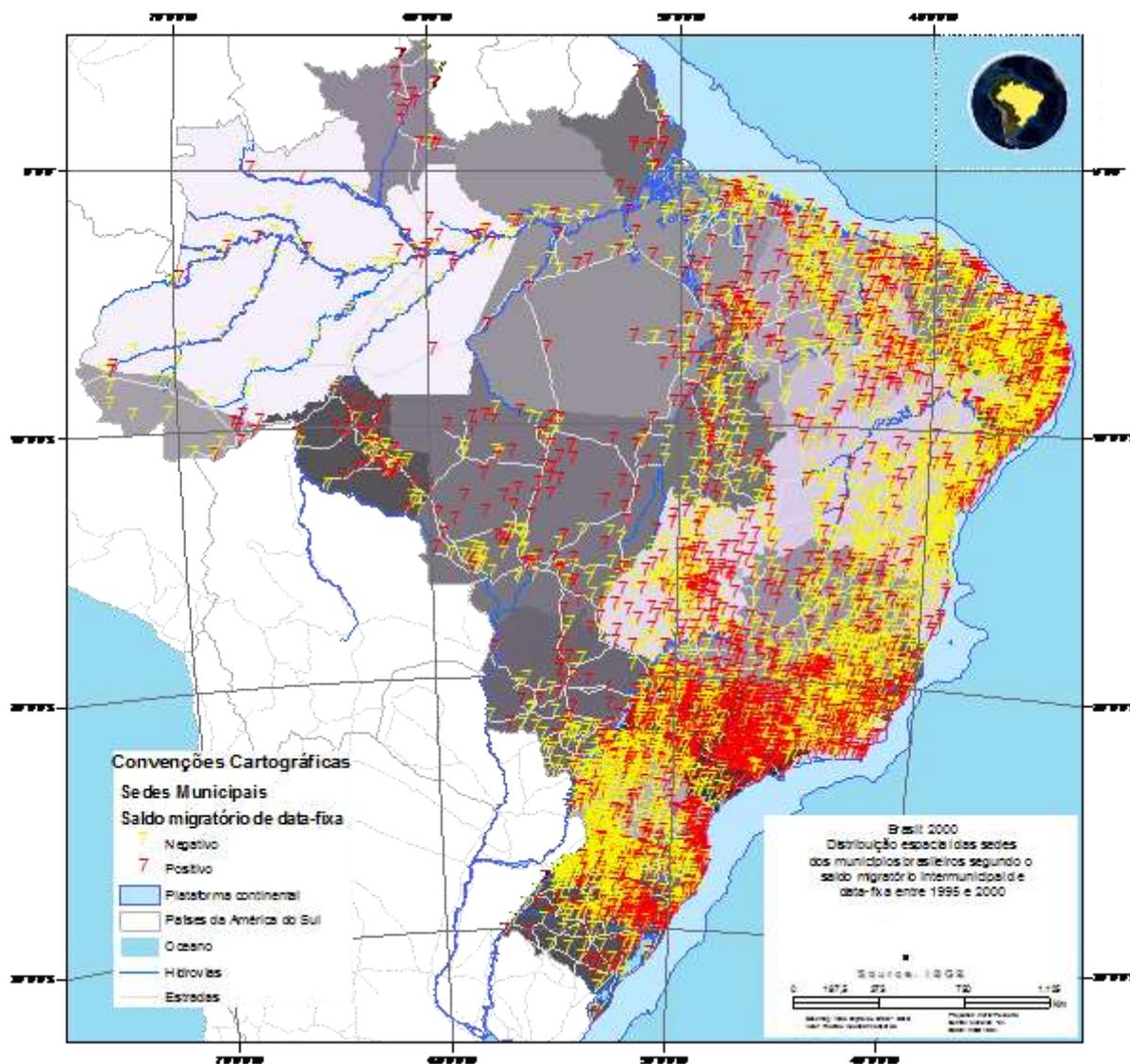
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 (microdados).

Mapa 9 - Brasil: 2010. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o saldo migratório intermunicipal de data-fixa entre 2005 e 2010



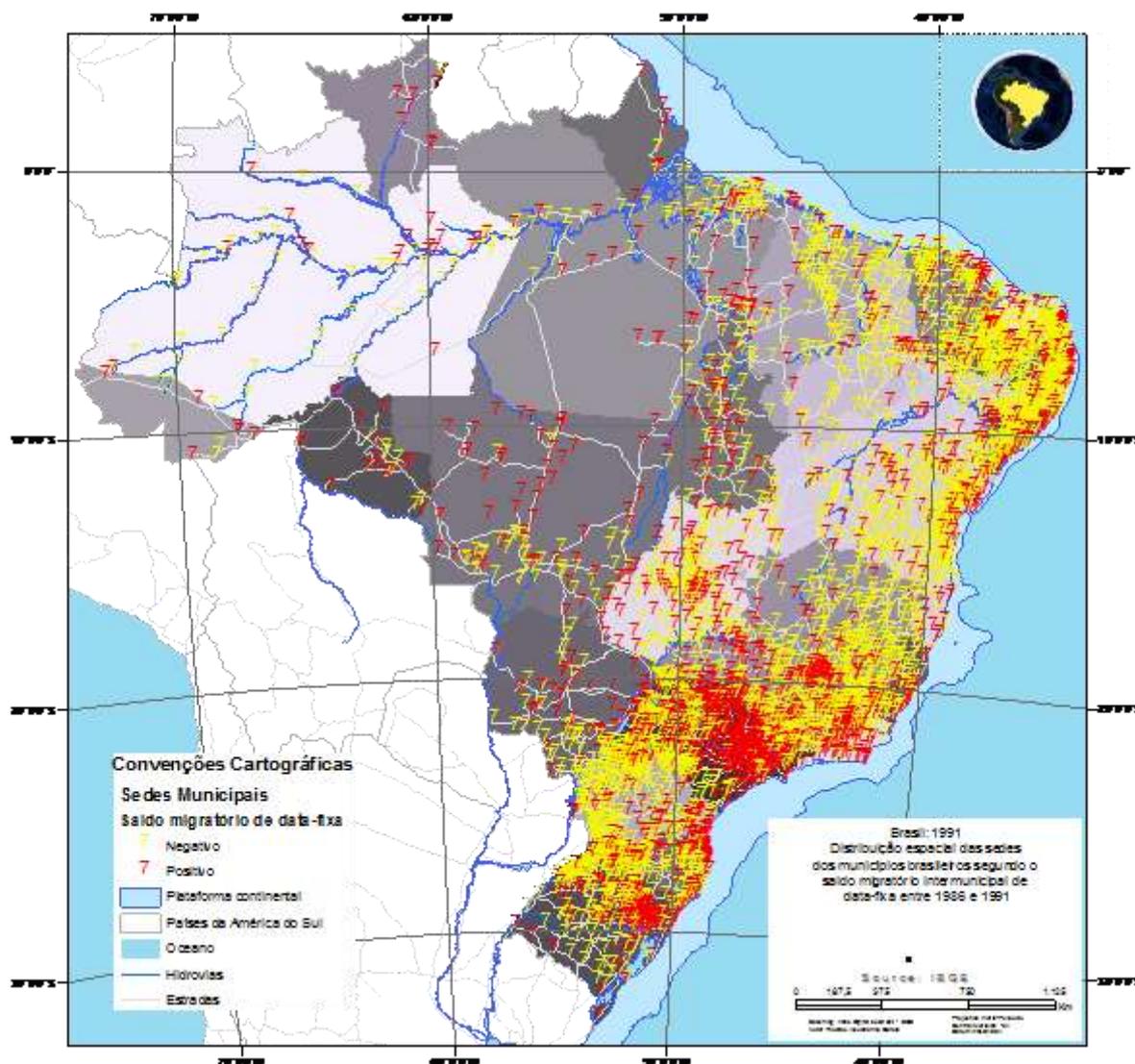
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (microdados).

Mapa 10 - Brasil: 2000. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o saldo migratório intermunicipal de data-fixa entre 1995 e 2000.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Mapa 11 - Brasil: 1991. Distribuição espacial das sedes dos municípios brasileiros segundo o saldo migratório intermunicipal de data-fixa entre 1986 e 1991.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 (microdados).

4 CONCLUSÃO

Os microdados da amostra dos Censos Demográficos constituem-se na melhor base de dados para o estudo da migração no Brasil, contudo, é necessário muita cautela no seu manuseio, nesse sentido, é melhor pecar por excesso do que por falta de zelo nos critérios de seleção dos registros. Ao que tudo indica, o procedimento de seleção que combina a idade, o tempo de residência no município atual e o município de residência cinco anos antes da data de referência do Censo parece ser o mais adequado para a elaboração de estimativas do número de migrantes de data-fixa.

Já a redistribuição adequada dos resultados cuja localidade de origem é ignorada - levando-se em conta quando possível as informações sobre a UF de residência na data fixa - é fundamental para que seja quantificada a emigração quinquenal dos municípios brasileiros e, com isso, saldos e taxas líquidas de migração. Sempre vale lembrar que o saldo migratório proveniente da informação de data-fixa é, em detrimento da informação da migração de última etapa, o que mais se aproxima do verdadeiro conceito de saldo migratório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, F.; GARCIA, R. A.; CARVALHO, J. A. M. As migrações de curto prazo nas regiões metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem – 1986/1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. Quesitos sobre Migrações no Censo Demográfico de 1991, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 9, n. 1, p. 22-34, 1992.

CARVALHO, J. A. M. Estimativas Indiretas e Dados sobre Migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 2, n. 1, p. 31-73, 1985.

CARVALHO, J. A. M. de. Migrações internas: mensuração direta e indireta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2. Águas de São Pedro, 1980. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1980.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p. 7-17, 1998.

FIGUEIREDO, L.; GARCIA, R. A. Impactos de Diferentes Metodologias para o Cálculo da Taxa Líquida de Migração sobre o Estudo do Crescimento Econômico e da Distribuição Espacial da Produção dos Estados Brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 3. Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 2002.

GARCIA, R. A. Estimativas dos emigrantes internacionais do Brasil entre 1995 e 2000: uma aplicação do método das razões de intercensitárias de sobrevivência. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 30, n. 1, p. 31-73, 2013.

GARCIA, R. A.; SOARES, W. Estimativa dos SM, das TLM e dos emigrantes internacionais da Macrorregião VIII – Rio Doce. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, Ouro Preto. **Anais...** São Paulo: ABEP, 2000.

RIGOTTI, J. I. R. Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte, 1999. 141p. Tese (Doutorado), CEDEPLAR/UFMG.

CIRCULANDO ENTRE TÉCNICAS *

*Késia Anastácio, (UNICAMP)***

RESUMO: A atual fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira é marcada pela complexificação do fenômeno migratório, em que o arrefecimento dos grandes fluxos, principalmente da migração rural-urbana, evidenciou outras modalidades migratórias. Essas mudanças estão atreladas a passagem de um sistema capitalista fordista para um sistema baseado na acumulação flexível. O Brasil passou de um sistema técnico, baseado na mecanização do espaço para o chamado meio técnico científico- informacional. Essa fase reestruturou os espaços, as suas relações e o modo como a população se redistribui sobre ele. Muitos aglomerados urbanos de cunho metropolitano e não metropolitano passaram a ter destaque nessa nova organização espacial, devido ao papel que estes passaram a exercer dentro da rede urbana nacional, passando a apresentar altas taxas de crescimento, fruto de fluxos migratórios muitas vezes advindos de antigas regiões metropolitanas. Neste sentido, este trabalho insere o conceito de técnica para entender as transformações que o fenômeno migratório vem sofrendo no Brasil, o objetivo é estabelecer uma relação entre os sistemas técnicos vigentes em cada localidade e as mudanças no processo de mobilidade espacial da população. O enfoque será dado principalmente às mudanças nos perfis que compõem os fluxos migratórios em direção a lugares com técnicas distintas, dando a técnica um caráter seletivo.

Palavras chave: Migração interna, redistribuição espacial da população, meio técnico-científico-informacional, tecnicização do espaço.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, com a queda da fecundidade, a migração se tornou a variável demográfica com maior peso na redistribuição da população sobre o espaço. Após a inflexão na situação de domicílio, de rural para urbano, que ocorreu no decênio de 1960-1970, observa-se um arrefecimento da migração do tipo rural - urbano. Para Cunha (2011), essa modalidade migratória, no passado, é quem ditava o compasso do fenômeno migratório, e “a complexidade e diversidade das formas de mobilidade espacial da população eram ofuscadas pelas grandes tendências históricas da migração no Brasil.” (p.12). Assim, o declínio da migração rural-urbano evidenciou outras tipologias de mobilidade, tais como a migração urbano-urbano, de curta distância, intra-estadual e intra-regional, A mobilidade pendular também assumiu importância nesse novo patamar e não está mais restrita aos grandes centros urbanos.

Nesse contexto, a complexidade do fenômeno migratório é exposta, torna-se necessário encontrar novos caminhos, teórico-metodológico, para a compreensão das migrações internas no Brasil (BAENINGER, 2011). Contudo, a dificuldade é reunir em uma perspectiva as diversidades de movimentos que borbulharam nesse período, bem como as causas e consequências dos deslocamentos. Segundo Pacheco e Patarra (1997), para interpretar essas mudanças é preciso entender os impactos da passagem de um sistema fordista para pós-fordista, principalmente no quesito migração-trabalho, em que a flexibilização do capital precarizou a força de trabalho. É preciso entender se essa

* Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013

precarização levou a um declínio no deslocamento ou a novas estratégias de mobilidade.

Todas essas transformações no processo de redistribuição espacial foram acompanhadas por mudanças nos meios técnicos, ou seja, por transformações no espaço. É nesse sentido que a técnica se torna um dado explicativo, pois materializa no espaço os processos históricos vivenciados e os modelos econômicos vigentes em cada localidade. Santos (2008) define a técnica como “um conjunto de meios e instrumentos sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria o espaço” (p.57). A técnica, portanto, pode constituir um elemento de explicação da sociedade e de seus lugares. Portanto, esse trabalho insere esse conceito para entender os movimentos populacionais.

Assim, os lugares, onde há densidade do capital e da técnica são denominados “espaços luminosos” e se contrapõem aos “espaços opacos”, onde o meio técnico-científico-informacional não permeou. Os espaços luminosos na concepção desse trabalho são aqueles de atração migratória, retenção, circulação de pessoas e frisados pelas regularidades dos movimentos. Não são espaços de atração apenas por causa da migração de trabalho, mas por adensarem equipamentos, de cultura, lazer, saúde e bases do capital moderno. Portanto, representam os anseios das “pessoas que continuam a circular atrás de alguma esperança de melhoria, embora cada vez mais sem destino certo” (PACHECO e PATARRA, 1997, p.49). Contudo, essa premissa deve ser relativizada em decorrência da escala e do objeto de estudo. Em uma escala regional os fatores de atração e repulsão podem estar associados ao nível de tecnicidade de cada localidade. Mas no espaço intraurbano, os fatores de atração podem estar relacionados a outras perspectivas. Por exemplo, os lugares opacos, como as periferias, podem atrair pessoas que foram expulsas das áreas centrais devido ao custo da terra.

Para fim de estudo de caso foi escolhida a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, localizada no cone leste paulista. A escolha pela região reside no fato de suas especificidades, sendo um palco interessante para o estudo da relação entre estes conceitos. A localização da RMVPLN, dentro da chamada macrometrópole paulista, lhe dá um caráter de complementariedade com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

2. A TÉCNICA COMO CONCEITO E COMO APORTE PARA A PERIODIZAÇÃO

Desde os primórdios a principal forma de relação do homem com o meio natural foi por meio de técnicas, por meio dessas, ele se apropriou da base física natural e a transformou em meio de subsistência e dominação. No decorrer da história da humanidade as técnicas passaram por períodos de evolução, dotaram-se de ações e permearam as relações sociais. Para Santos (2001) a técnica é o meio pelo qual o homem realiza sua vida:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (SANTOS, 2001, p. 16)

O conceito de técnica é muito difundido entre os geógrafos franceses, George (1974), em a “A Técnica: Construções ou Destruições”, diz que a técnica exerce duas influências no espaço, a primeira é a “ocupação do solo pelas infraestruturas das técnicas modernas”, já a segunda são “as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência” (GEORGE, 1974, apud SANTOS, 2001, p. 19). Entre alguns geógrafos existe a consonância do conceito de técnica como meio de subsistência e transformação, observa-se essa consonância em Gorou (1973) e Fel (1978), para ambos o homem é esse “fazedor de paisagens”, onde, “em suma, todo grupo humano é sustentado por técnicas que fazem de seus membros seres 'civilizados'” (GOUROU, 1973

apud SANTOS, 2001, p.34). Para Fel a técnica também reside nessa capacidade de transformação do meio, “se os objetos técnicos se instalam na superfície da terra, fazem-no para responder as necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, residir, deslocar-se, rodar-se de objetos úteis” (FEL, 1978, apud SANTOS, 2001, p.34). Já Sérís (1994), questiona se todo objeto transformado constitui uma técnica, ou se apenas as bases produtivas seriam capazes de ser denominadas técnicas, assim, ele propõe que a técnica seja tudo aquilo com capacidade de transformação, “será objeto técnico todo objeto susceptível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica”. (SERIS, 1994, apud SANTOS, 2001a, p. 22).

De acordo com esses pressupostos, Santos (2001, 2008), afirma que as técnicas estão cristalizadas no espaço e a sua evolução cria um meio técnico que se sobrepõe ao meio natural e sempre refletem a um dado momento na história e a um modo de produção. Contudo, o espaço não é construído apenas por uma técnica, ele é constituído por várias que possuem tempos históricos distintos, o mesmo autor reforça essa ideia dizendo que “o conjunto de temporalidades próprias de cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço” (SANTOS, 2008, p. 57 e 58). A técnica revela a história de cada lugar sendo um elemento e um método de periodização, que vai da subordinação do meio natural à técnica até os dias atuais, onde há o predomínio da chamada “tecnosfera²⁴”.

Santos (2001, 2008), observando as transformações do meio pela técnica propôs uma periodização da história do homem através da transformação do espaço advinda da tecnicização. “É preciso, então pensar paralelamente as técnicas como formas de fazer e de regular a vida, mas ao mesmo tempo como cristalizações em objetos geográficos, pois este também tem tempo próprio, que modula os demais tempos” (SANTOS e SILVÉRIO, 2005, p. 24). Nessa periodização, Santos e Silvério (2005) dividem o tempo, enquanto história e espaço, já que esse guarda suas rugosidades²⁵ em três períodos:

- O primeiro é denominado o período pré-técnico, marcado pelos tempos lentos da natureza no comando da ação do homem. Existe a escassez de instrumentos artificiais para o domínio do meio natural.
- O segundo é a fase dos diversos meios técnicos, que gradualmente substituem a natureza. Observa-se a lenta e a gradual mecanização do meio natural, esse período é dividido em duas fases, o da pré-máquina e depois das técnicas da máquina. No Brasil, a fase da pré-máquina é caracterizada pela incorporação da máquina ao território, “estariamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciante, caracterizada também pelos primórdios da urbanização e pela formação da região concentrada” (SANTOS e SILVERIO, 2005, p 27). A fase das técnicas da máquina vem no pós-guerra, em que os programas de interiorização, tais como a construção de grandes estradas de rodagem e com a nova industrialização integram o território.
- A última fase, e que perpetua até os dias atuais, é marcada pelo predomínio do chamado meio técnico-científico-informacional, marcado pela fusão entre técnica e ciência, e também pela difusão da informação através das telecomunicações.

É importante salientar que a história da urbanização brasileira é marcada pela difusão das técnicas, que a princípio estavam resguardadas a pequenos arquipélagos, mas que com a difusão do meio técnico-científico passou de pequenas manchas para uma difusão no Território, o que não significa uma homogeneização territorial. (SANTOS, 2001). “Com o

²⁴ Para Santos (2008) a tecnosfera é o resultado crescente da artificialização do meio ambiente, onde, a esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo.

²⁵ A ideia de ‘rugosidades espaciais’ foi revisada por Santos (1980) com o objetivo de fundamentar o importante papel das heranças espaciais nos diferentes períodos da história.

meio técnico-científico-informacional, agravam-se as diferenças regionais e aumenta a importância da região concentrada com a hegemonia paulista, mas também a partir da ocupação de áreas periféricas com produções modernas” (SANTOS e SILVÉRIO, 2005, p.28)

A técnica, portanto, pode constituir um elemento de explicação da sociedade e de seus lugares, isto quando consideramos o componente histórico da formação dessas, mas não podemos dotá-la de força, ela por si só não é um elemento autoexplicativo, o capital que cêrcea esses meios também não se reduz a uma mera explicação, como por exemplo, da evolução dos meios técnicos bem como da alocação desses no território²⁶. Mas é um sistema de relações políticas e da própria divisão social do trabalho que denota o objeto um “sistema de ações”²⁷ (SANTOS, 2008, p. 81). O mesmo autor caracterizando esse espaço técnico como o novo espaço geográfico diz que “são os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídos a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (SANTOS, 2005, p.21)

Assim, a técnica é um elemento de periodização, mas também que impulsiona a mobilidade já que os fixos no espaço pressupõem os fluxos. Portanto é preciso entender o fenômeno migratório dado o período de cada técnica e sua característica espacial, bem como as características das pessoas que circulam por diversos meios técnicos.

3. MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E O MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMAL

A urbanização brasileira é recente, assim, como nos demais países, com a expansão do capitalismo, passa a ser um dado notável. A diferença do Brasil, em relação aos locais que se urbanizaram anteriormente, é a forma acelerada que o fenômeno ocorreu, apresentando-se de maneira diversificada em todo o território nacional (BRITO e FERNANDES, 2005). Nesse decurso, destacam-se alguns pontos: primeiro é a concentração de um grande número de pessoas em aglomerações de cunho metropolitano, mas também, nota-se o crescimento de aglomerados não metropolitanos. Segundo, é o crescimento de muitas dessas localidades, principalmente das regiões metropolitanas, sendo acompanhado pelo processo de periferização. Além da concentração de pessoas nessas áreas ocorreu o processo de interiorização do *urbes*, surgindo uma rede de cidades de diferentes tamanhos e funcionalidades, destaca-se também a urbanização das chamadas fronteiras agrícolas. Esse transcurso foi acompanhado pela massiva industrialização brasileira, mas também “resultam do processo de reestruturação econômica em curso no país, cujos impactos se fizeram sentir, sobremaneira, na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória” (MOTTA e AJARA, 2001, p.6).

Tabela 1 - População Total, Urbana e Distribuição Percentual – Brasil, 1950-2010							
Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.799.170	190.755.799
Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.953.959	160.925.804
Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.845.211	29.829.995
Distribuição Percentual							
Urbana	36,16	45,08	55,98	67,7	75,47	81,25	84,36
Rural	63,84	54,92	44,02	32,3	24,53	18,75	15,64

Fonte: IBGE, Censos de 1950 a 2010.

²⁶ O território é um conceito multifacetado com diversas faces, neste sentido, atrelamos o território a técnica. O território da técnica é aquele demarcado institucionalmente e construído historicamente por processos de ocupação que aliam a mecanização do território. (SANTOS, 2005)

²⁷ Os sistemas de ação são aqueles que permeiam os objetos cristalizados no espaço, são os sistemas que organizam os objetos, podendo ser sistemas políticos, econômicos, sociais (etc). (SANTOS, 2008)

Em 1940 o grau de urbanização do país era de 26,3%, e em 1980 alcança 67,7%. São os dados do censo de 1970 que revelam o ponto de inflexão do local de residência da população, em que ela passa de rural para urbana (FARIA, 1991; MARTINE, 1994). Em 2010, esse percentual foi de 84,4% (IBGE, 2010), nesses cinquenta anos de urbanização o país passou por significativas mudanças estruturais. Esse crescimento que a população urbana experimentou é delineado por três pontos, que são: o “próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas, da migração com destino ao urbano e da expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas rurais.” (BAENINGER e PEREZ, 2011, p.5).

Contudo, as bases para a construção de uma população urbana advêm de períodos anteriores, a própria economia cafeeira dinamizou espaços e propiciou o fortalecimento da região concentrada²⁸, Essas etapas anteriores cristalizaram no espaço as “heranças técnicas” e permitiram, através do aparelhamento dos portos, da criação de ferrovias, entre outras técnicas, o início da integração do território e o surgimento da rede de cidades, marcadamente hierárquica (CANO, 1977). Os planos desenvolvimentistas e o processo de substituição de importação demarcam a alocação das técnicas no território, tanto de produção quanto de circulação de mercadorias e de pessoas (SANTOS e SILVEIRA, 2005). São esses processos econômicos que Martine (1994) usa para explicar o processo de concentração populacional no sudeste, bem como as grandes migrações históricas que delinearão o país.

Como as migrações se dirigem, preferencialmente, para as regiões de maior dinamismo econômico, era inevitável que a aglomeração progressiva das atividades produtivas redundasse numa tendência concomitante para um maior adensamento da população na região Sudeste, alimentado por fluxos migratórios. Embora a migração que aporta nas cidades brasileiras não seja tipicamente constituída por pessoas que vieram diretamente da área rural, não há dúvida de que o êxodo rural foi um alimentador fundamental da concentração urbana. (MARTINE, 1994, p. 24)

Com o crescimento das grandes cidades, e com o sudeste assinalando sua hegemonia, marque-se o início das grandes disparidades regionais que caracterizam o país, essas disparidades impulsionaram os movimentos populacionais no âmbito regional. Na escala intraurbana as desigualdades sociais também induziram deslocamentos, mas a gênese destes movimentos está relacionada a outros fatores, sendo que a concentração da população de alta renda valorizou os centros urbanos, no qual gerou uma estrutura de estrangulamentos, impelindo a população de baixa renda a ocupar as áreas periféricas deste centro. (CUNHA, 1994).

A década de 1970 marca o início da difusão das técnicas pelo território e da conformação do meio técnico-científico-informacional, mas esse espalhamento não significa que houve uma equidade regional, o sudeste e o Estado de São Paulo continuam como polo de concentração das técnicas e do capital (SANTOS e SILVEIRA, 2005). Nesse período, até meados da década de 1980, o Sul do país, o Norte e o Centro-Oeste conheceram altas taxas de crescimento devido ao processo de expansão das fronteiras agrícolas, que já advinham de períodos anteriores. Mas o censo de 1991 sublinhou um arrefecimento no crescimento das fronteiras agrícolas. Ao mesmo tempo que essas localidades, principalmente a região Norte e Centro-oeste, foram circunscritas pelo crescimento da população rural, elas também sofreram o processo de desruralização e uma marcada concentração populacional nas áreas urbanas

28 Para Santos (1993) a região concentrada é aquela que abrange os estados do Sul, no Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro e parcelas consideráveis do Espírito Santos. Trata-se de uma área continua onde a divisão do trabalho é mais intensa do que no resto do país. “A região concentrada coincide com a área de manifestação do meio técnico-científico, cuja lógica corresponde às necessidades do presente estágio de desenvolvimento populacional.” (SANTOS, 1993, p.40)

(CAMARANO e BELTRÃO, 2000). Para Santos (2008), o processo de urbanização em novas áreas é mais intenso, porque essas localidades não eram urbanizadas, eram praticamente virgens de infraestrutura, sendo mais fácil instalar técnicas onde não existem outras já materializadas.

Pôde, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma nova economia moderna, já que seu território era praticamente livre de heranças de diferentes sistemas técnicos e sociais, de modo que o novo vai se dar, aí, com maior velocidade e rentabilidade (SANTOS, 2008, p. 132)

Assim, a situação anterior de cada local pesa sobre os processos recentes, e é um dos motivos que impediu uma maior urbanização no Nordeste, a estrutura fundiária hostil não foi receptiva a esse desenvolvimento técnico. Já o Sudeste, mais novo que o Nordeste e mais velho que o Centro-Oeste, consegue uma mecanização progressiva do território aliada ao capital dominante. São Paulo é um bom exemplo do abandono constante do passado e abertura para o novo (SANTOS, 2008).

Nesse processo histórico de reorganização do espaço brasileiro, observa-se o aumento progressivo da população em cidades cada vez maiores. Em 1940 as cidades com menos de 20 mil pessoas concentravam 85% da população, diminuindo para 46% em 1980, já os municípios com mais de 500 mil habitantes apresentaram crescimento, concentrando 8% da população em 1940, aumentaram para 32% em 1980 (MARTINE, 1994). No período de 1940 a 1980, os aglomerados metropolitanos foram os que mais cresceram, foram receptores de grandes contingentes populacionais, principalmente a RMSP, que recebeu grandes fluxos migratórios como os de nordestinos. Contudo, o censo de 1991 demarca um arrefecimento no crescimento dos grandes centros (BAENINGER, 2011; BAENINGER e PEREZ 2011). Para muitos autores essa fase é caracterizada pela chamada desmetropolização, e está atrelada ao processo de desconcentração industrial e de deseconomias de aglomeração²⁹ (ARAÚJO, MOURA e DIAS, 2011). Para Martine (1994), o arrefecimento da metropolização foi marcado pelo crescimento do processo de periferização das metrópoles. “Em todas as RM's, exceto Belém, a taxa de crescimento dos municípios periféricos foi significativamente superior à dos seus respectivos municípios núcleos” (p.34). Contudo, o autor assinala que nesse período nenhuma tipologia de municípios, em relação ao tamanho, cresceu mais rapidamente ou lentamente como aconteceu nos períodos anteriores.

Segundo Cunha (2003), os anos de 1980 demarcam a transformação na dinâmica econômica, social e demográfica, com rebatimentos nos processos de redistribuição espacial da população, onde novas localidades e outros tipos de deslocamentos ganharam importância. Porém, para o autor este processo de desconcentração populacional deve ser relativizado, pois está muito mais circunscrito às regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. E mesmo aceitando essa desconcentração, deve-se salientar que não há um processo de equidade regional, pois as cidades pequenas continuam a perder população em detrimento das cidades maiores, o que mostra que os desequilíbrios regionais ainda permeiam a rede urbana.

O que se pretende mostrar, na verdade, é que a realidade da desconcentração metropolitana é apenas visível, e também relativa, no grande centro econômico e demográfico do país, representado pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fortemente afetados pela grave crise econômica que assolou o país nos anos 80. Uma das consequências foi à redução significativa do crescimento de suas áreas

29 Os grandes centros, por muito tempo foram vantajosos para a concentração industrial, mas a elevada concentração passou a gerar custos e desvantagens para a localização de indústrias em certos centros urbanos, principalmente nas grandes metrópoles, nesse processo de “deseconomia” ocorre a desconcentração industrial.

metropolitanas, em função de uma redução importante da imigração e também de um aumento da emigração intra e interestadual. (CUNHA, 2003, p. 225)

Para Panizzi (1990) a involução metropolitana deve ser relativizada ao considerar dois fatores: Primeiro, é que as metrópoles brasileiras continuam influenciando o crescimento de muitos núcleos urbanos de porte médio em expansão, o que se constata é que grande parte destes municípios, que estão em crescimento, estão localizados, em grande parte, em áreas metropolitanas, ou próximas a elas, nos seus eixos de expansão. De acordo com Silva (2011) esse primeiro fator demonstra a ampliação do espaço de assentamento da metrópole, ou seja, o que ocorre é uma relação de complementariedade da metrópole com outras localidades que muda de acordo com a escala regional.

O segundo ponto que é levado em consideração por Panizzi (1990), é que, em nível de rede urbana, as metrópoles brasileiras ainda são sublinhadas pela concentração das atividades econômicas mais modernas, da grande indústria, dos serviços especializados, dos negócios financeiros e dos meios de comunicação assentados nas tecnologias de ponta. “Permanecem sendo, nessas circunstâncias, o espaço privilegiado da produção do conhecimento técnico científico e das instâncias de decisão política (p.51).” Portanto, as metrópoles continuam como o lócus, por excelência, das relações sociais e econômicas, e acompanham de perto as mudanças ocasionadas pelo processo de globalização e mundialização da economia, bem como as transformações tecnológicas do processo produtivo, que resultam em uma configuração territorial diferenciada. Esta configuração conjuga espaços marcados por elementos de modernização e outros de atraso. As metrópoles brasileiras configuram bem essa conformação e tem consequências difundidas em todo o seu sistema urbano.

Contudo, o que se verifica é uma modificação do perfil de urbanização brasileira onde a rede urbana assume novos contornos marcados pelas diferenças inter-regionais, as cidades de porte médio têm o seu espaço redefinido pelo crescimento populacional e pela modificação dos processos socioeconômicos, e as metrópoles veem o seu papel e suas funções transformadas tanto ao nível da definição do sistema de cidades quanto ao nível da estrutura interna mantendo, porém o seu papel de liderança. (PANIZZI, 1990, p.52)

Assim, para Benko (1996), a reestruturação dos espaços da rede urbana, e de sua hierarquia funcional, resulta da localização e da interação de três elementos, que são: as indústrias de alta tecnologia, as atividades artesanais e as economias de serviços. A localização de cada um desses elementos dá a cada lugar uma funcionalidade e uma primazia diferenciada na rede de cidades. Concomitantemente, as economias de serviço costumam estar nos espaços metropolitanos, juntamente com as indústrias de alta tecnologia. Isso porque o contingente de trabalhadores especializados e a estrutura técnica-informacional tende a ser encontrado nas grandes metrópoles (SASSEN, 2003). Já as outras atividades costumam ter um padrão mais disperso pelo espaço. Mesmo com o processo de compressão espaço-tempo (HARVEY, 1992), consequência da nova ordem econômica e da difusão das tecnologias, a organização espacial e a localização das atividades nas aglomerações urbanas ainda possuem um sistema que demanda logística. Tais fenômenos afirmam a cidade de São Paulo como ponto central da rede urbana nacional, estando articulada com a rede mundial de cidades globais. Assim, dentro da chamada macrometrópole paulista, observa-se sim, a tendência de uma desconcentração industrial partindo da RMSP, em direção aos polos adjacentes, que agora redefinem seus papéis dentro da rede urbana, e são caracterizados pelo crescimento de muitos municípios, que devido a este incremento passaram para a categoria de núcleos

urbanos de porte médio³⁰ (ARAUJO, MOURA e DIAS, 2011).

Com a constante difusão da técnica no espaço brasileiro, principalmente com o processo de reestruturação produtiva, presencia-se as especializações do território que são as causas das complementariedades regionais, e são essas complementariedades, dentro do sistema técnico, que impõe uma maior circulação. Nesse sentido, essas complementariedades, em uma escala regional, seriam vetores de deslocamentos.

Essas complementariedades fazem com que, em consequência, se criem necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, na medida em que avança o capitalismo. Estamos diante de um novo patamar quanto a divisão territorial do trabalho. Está se dá de forma mais profunda, e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementariedade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. Amplia-se o círculo, nesse caso virtuoso (ou será vicioso?). (SANTOS, 2008, p.136)

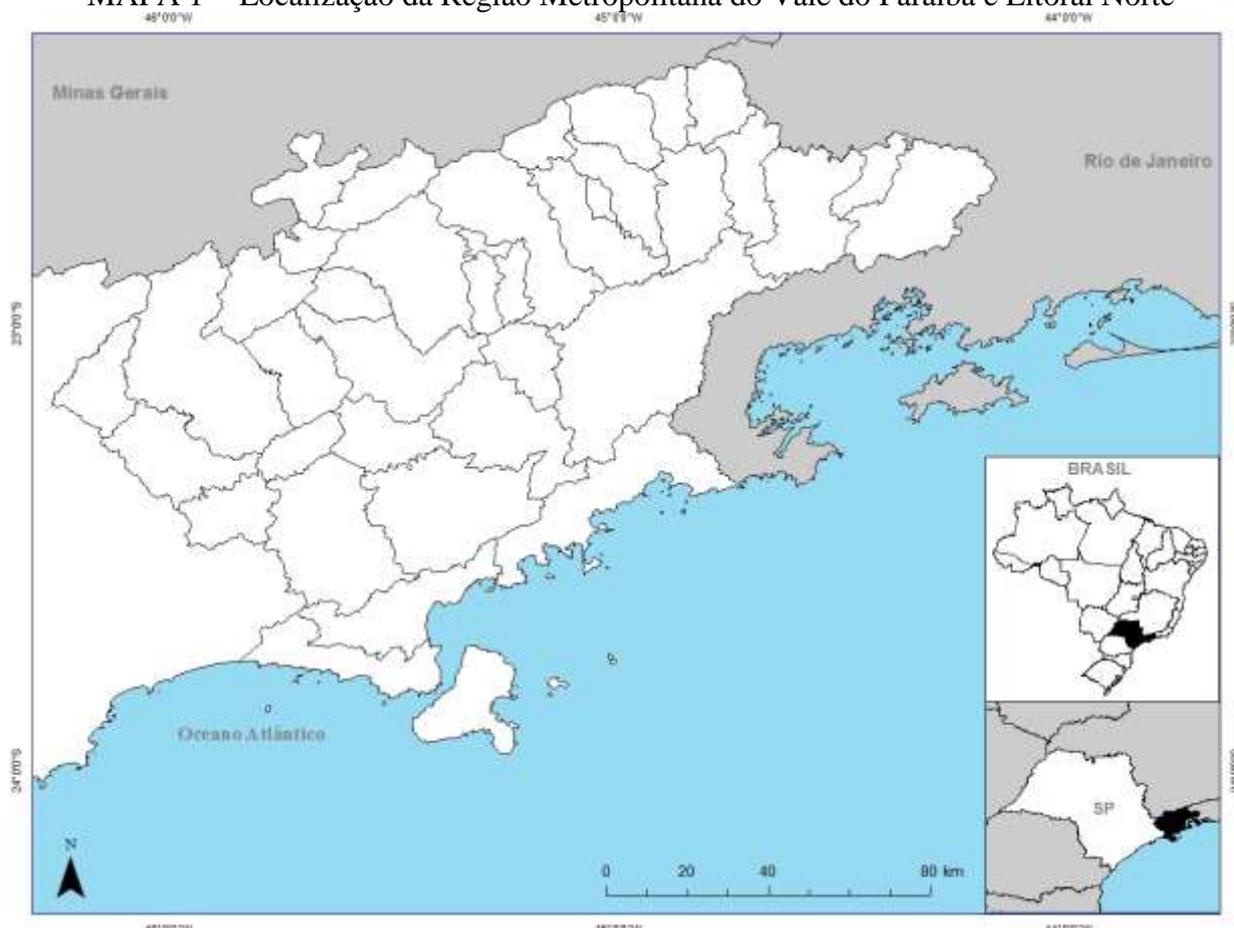
Com a difusão do meio técnico-científico-informacional, e com a redefinição dos sistemas de cidades, muitas localidades passaram a receber um grande “contingente de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola que se intelectualiza” (SANTOS, 2008, p.143). Assim, as cidades com o seu crescimento e com o aumento de sua complexidade funcional mudam de conteúdo, e passam de “cidades dos notáveis”, que eram o padre, a professora primária, o juiz, o promotor, o tabelião, para “cidade econômica”, “onde é imprescindível o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados” (SANTOS, 1993, p.51).

4. CIRCULANDO ENTRE ESPAÇOS TECNIZADOS: O CONTEXTO DA RMVPLN

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba do Sul e Litoral Norte (RMVPLN), foi instituída pelo projeto de lei complementar nº 1.166, no dia 9 de janeiro de 2012. Localizada entre as duas principais metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo, inserida na chamada macrometrópole paulista, possui 39 municípios, com um total de 2.264.594 habitantes, que perfaz 5,5% do total da população do estado de São Paulo, de acordo com os dados do censo de 2010.

³⁰ O estudo feito pelo NESUR-UNICAMP, IPEA e IBGE em 2001 conceitua as cidades médias como aquelas que possuem entre 100 a 500 mil habitantes. O Regic - regiões de influências das cidades – (2007) adota a mesma tipologia. Dos 5.565 mil municípios que compunham o território brasileiro em 2010, 245 eram considerados cidades de porte médio e concentravam 25,5% do total da população, sendo que 94,5% dessa população residiam em áreas urbanas.

MAPA 1 - Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

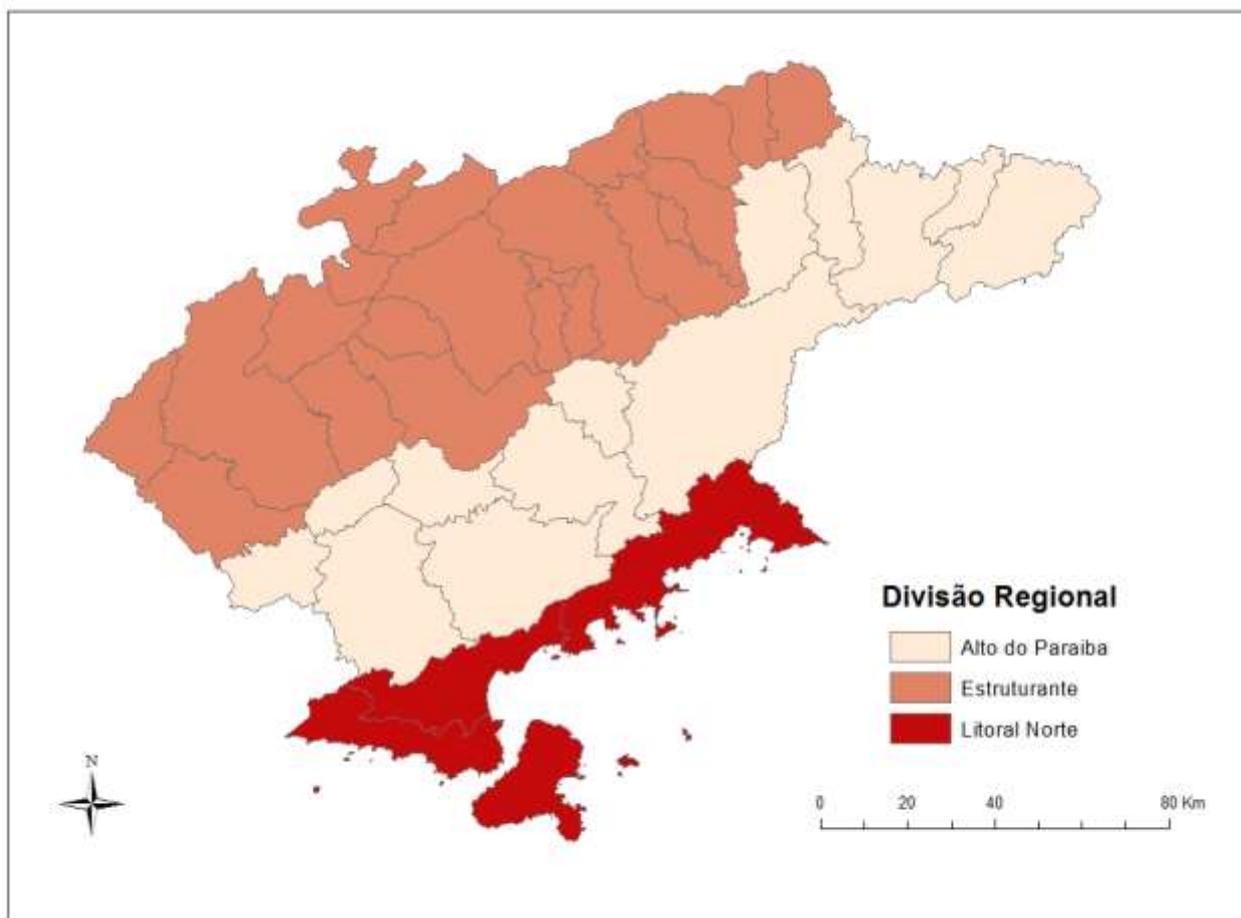


Fonte: FIBGE: Malha Digital dos municípios brasileiros – Censo 2010

A RMVPLN, nesta pesquisa, está dividida em três eixos que foram definidos pela Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A) no âmbito da caracterização local para institucionalização como região metropolitana. Cada eixo possui uma dinâmica econômica e demográfica própria, mantendo inter-relações entre si.

Um das grandes peculiaridades da RMVPLN é a diferenciação dos municípios que a compõem. De um lado temos um eixo estruturante formado por 22 municípios, concentrando 82% da população, é constituído por cidades com alta densidade demográfica e atividade econômica dinâmica. O Vale também é integrado pelo litoral norte do Estado de São Paulo, compreendendo quatro municípios, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela, que possuem 281.779 habitantes, o que compreende a 12% da população. Essa porção da região usufrui de atividades econômicas centradas no polo turístico, portuário e petroquímico, e é agraciada com passivos ambientais importantes. Por último, a RMVPLN possui uma área denominada Alto do Paraíba, historicamente essa porção foi o polo irradiador de crescimento de toda a RM, foi caminho de passagem para os bandeirantes e se destacou com a atividade cafeeira. A atual estagnação econômica local é fruto da crise do café em 1930 e da construção da via Dutra em 1950. Sendo caracterizada por atividades econômicas com pouca dinâmica, sua população corresponde a 4% de toda a população da região metropolitana, e está dividida entre 13 municípios.

MAPA 2 - Divisão Regional da Região Metropolitana do Vale do Paraíba do Sul e Litoral Norte.



Fonte: FIBGE: Malha Digital dos municípios brasileiros – Censo 2010

A RMVPL, em especial o eixo estruturante e o litoral norte foram impactados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND - e pelo Plano Regional do Macro-Eixo Paulista – PRMEP. É preciso salientar que as diretrizes das políticas regionais contidas no PRMEP eram definidas pelo II PND, elaborado em 1976. As propostas de ambos os planos tinham por objetivo promover a descentralização das atividades econômicas e industriais, ou seja, promover uma interiorização, disciplinando a ocupação espacial das regiões (TRAJANO, 2009). Nesse contexto, observa-se no período de 1970 a 1980, a desconcentração das atividades industriais, que estavam concentradas na RMSP, em direção ao interior paulista, o que caracterizou na emergência de novos polos, tais como São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, polos estes que passaram a ser receptores de expressivos fluxos migratórios (BAENINGER, 2000). O município de São José dos Campos, neste período, passou de 168.680 habitantes em 1960, para 270.659 em 1970 (MELLO, 2012). Observa-se que nos últimos trinta anos as taxas de crescimento do Vale foram superiores as médias do Estado, contudo não cresceram na mesma proporção da década de 1970/1980, mas as taxas ainda refletiram os processos anteriores nas décadas posteriores, mas diminuindo o crescimento no período de recessão econômica. No último decênio o crescimento da região foi superior às médias nacional e estadual.

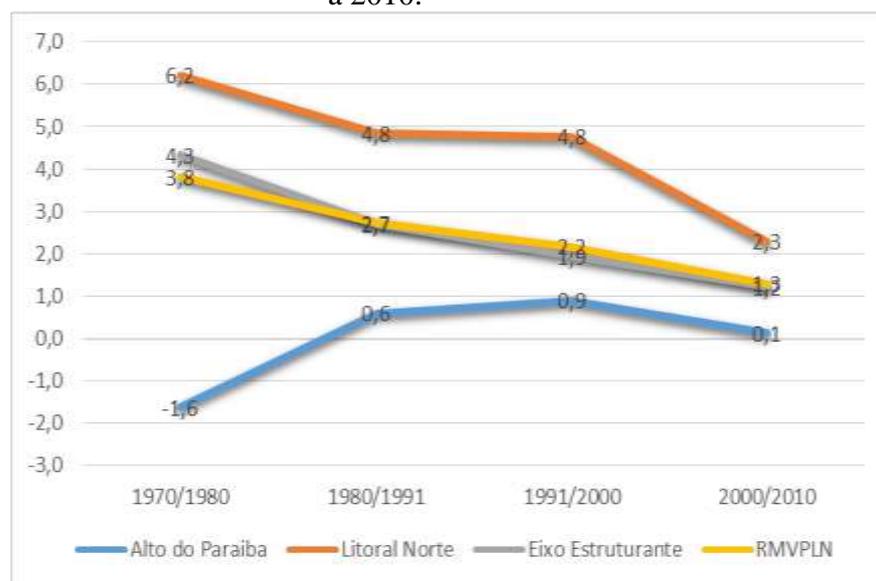
Tabela 2 - Taxas de crescimento geométrico da população das regiões metropolitanas de São Paulo, do Estado de São Paulo e Brasil. 1980 – 2010.

ÁREAS	Taxas de Crescimento (%)		
	1980/1991	1991/2000	2000/2010
RMVPLN	2,73	2,17	1,29
RM de Campinas	3,60	2,59	1,82
RM de Santos	2,19	2,17	1,21
RM de São Paulo	1,86	1,68	0,97
Estado de São Paulo	2,12	1,82	1,09
Brasil	1,93	2,39	1,17

Fontes: FIBGE: Censos Demográficos 1991, 2000, 2010 - Fundação Seade

O espaço intra-regional da RMVPLN foi marcado por uma heterogeneidade no crescimento. A sub-região de Caraguatatuba foi a que mais cresceu em todo o estado no período de 1980 a 1991, “trata-se de uma região litorânea onde as atividades ligadas ao turismo e ao Porto de São Sebastião têm, desde os anos de 1970, atraído população migrante” (BAENINGER, 2000, p.118). O gráfico 1 traz as taxas de crescimento da região e de cada um dos seus eixos, entre 1970 a 2010. Observa-se que o ápice da eclosão da RVMPL foi entre 1970/1980, o período posterior marca um declínio lento, mas com taxas expressivas de crescimento, principalmente do eixo litorâneo, que sempre esteve acima das médias regionais. O Alto do Paraíba, área que ficou amorfa nesses processos históricos, apresentou um crescimento negativo entre 1970/1980, posteriormente mostrando recuperações e declínios, o que pode caracterizar a saída de pessoas deste local para centros de desenvolvimentos dentro da própria RMVPLN.

Gráfico 1 - Taxas de Crescimento Geométrico da RMVPLN e de seus compartimentos – 1970 a 2010.



Fonte: FIBGE – Censos demográficos. 1970 a 2010

Segundo Trajano (2009) os problemas resultantes dessa nova concentração das atividades industriais nas microrregiões do Estado, como no Vale do Paraíba paulista, foram

identificados pelos relatórios das condições socioeconômicas do PRMEP, tais relatórios concluíram que as ações de políticas governamentais não atingiram seus objetivos, principalmente, os responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico e de reduzir as desigualdades regionais, mas agravaram as desigualdades internas. O gráfico 1, apenas pelas taxas de crescimento, mostrou que essas desigualdades tem rebatimentos na dinâmica populacional, a evidência é dada quando comparadas as taxas do Alto do Paraíba com os demais eixos. Essa desigualdade regional prossegue até os dias atuais, os projetos que estão sendo implantados na região atualmente, frutos do PAC (Programa de aceleração do crescimento) e do programa Pré Sal, todos são conformados nos mesmos eixos que foram impactados com a desconcentração produtiva.

Nota-se que muitos municípios que ficam a margem destas implantações vêm consolidando suas vocações, alguns como centros turísticos, outros investindo em ramos artesanais, como o município de Cunha, talvez essa seja a saída encontrada para ‘sobreviver’ em meio a uma economia regional desigual. Essa heterogeneidade, assim como em outros aglomerados, é vista também no âmbito demográfico. Na RMVPL, em 2010, 94,11% da população residia em áreas urbanas, mas o grau de urbanização da RM não se apresenta de maneira uniforme. Paraíba, por exemplo, é o município menos urbanizado, 30,15% da sua população residia em áreas urbanas, em contrapartida existem núcleos como Campos do Jordão e Ilhabela que 99,38% e 99,31% dos cidadãos estão concentrados em regiões urbanas. A principal cidade da RMVLN, que retêm 27% da população de todo o Vale, concentra 97% deste total em áreas urbanas (MELLO, 2012)

A tabela 3 traz os saldos migratórios dos municípios da RMVPL, mostrando que os municípios que compõem o Alto do Paraíba foram sempre caracterizados pela expulsão de população, quando comparado com o eixo estruturante e litoral norte. O eixo estruturante foi o que mais concentrou movimentos migratórios. Mas é preciso ressaltar que também existe o fenômeno da migração inversa. Nos eixos de circulação, que liga as áreas adotadas nesse trabalho, nota-se a formação de condomínios fechados em direção aos municípios de menor porte e que ficam no Alto do Paraíba. Indicando espraiamento urbano e a fuga de um determinado tipo de população, com certas características socioeconômicas, dos grandes centros urbanos, é a chamada busca por ‘qualidade de vida’. Tal fato, na região, é sublinhado na Rodovia Tamoios, que liga os municípios de Caraguatatuba e São José dos Campos.

Tabela 3 - População Residente, Crescimento Vegetativo e Saldo Migratório dos eixos e municípios da RMVPLN – 1991, 2000 e 2010.

Municípios Eixos	População Residente			Crescimento Vegetativo			Saldo Migratório		
	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Arapeí		2618	2493		332	166		-40	-300
Areias	3284	3600	3696	643	446	267	-980	-170	-180
Bananal	11368	9713	10223	2169	1101	925	-1650	-500	-450
Cunha	23462	23090	21866	4546	2766	1657	-1840	-3470	-2960
Jambiero	3285	3992	5349	417	307	339	-10	440	1000
Lagoinha	4635	4957	4841	926	549	171	-710	-290	-290
Natividade da Serra	6458	6952	6678	787	470	241	-1160	10	-540
Paraíba	14891	17009	17388	2259	1846	1302	-1390	290	-930
Redenção da Serra	4008	4047	3873	400	299	228	-300	-280	-400
Santa Branca	10306	13010	13763	1847	1304	1075	-80	1530	-320
São Luiz do Paraitinga	9922	10429	10397	1825	1015	605	-1570	-550	-670
São José do Barreiro	3933	4143	4077	751	386	291	-760	-240	-350
Silveiras	4914	5378	5792	877	597	481	120	-140	-90
Alto do Paraíba	100466	108938	110436	17447	11418	7748	-10330	-3410	-6480
Caraguatatuba	52878	78921	100840	10217	9287	9052	7690	18670	12840
Ilha Bela	13538	20836	28196	2608	2589	3558	2760	5310	3800
São Sebastião	33890	58038	73942	6041	7554	9129	7680	18820	6840
Ubatuba	47398	66861	78801	9262	9564	8688	9500	11380	3130
Litoral do Norte	147704	224656	281779	28128	28994	30427	27630	54180	26610
Aparecida	33247	34904	35007	5724	3549	2501	-1740	-2230	-2390
Caçapava	66058	76130	84752	12732	9064	7437	1360	1370	1110
Cachoeira Paulista	23212	27205	30091	3535	2923	2194	-840	1240	630
Campos do Jordão	37135	44252	47789	7603	6813	5466	2920	490	-2010
Canas		3614	4385		140	480		540	310
Cruzeiro	68643	73492	77039	12231	8005	5841	-1880	-3470	-2450
Guaratiningueta	102072	104219	112072	18018	11305	7862	-1540	790	-220
Igaratá	6292	8292	8831	1031	1069	878	780	1020	-360
Jacareí	163869	191291	211214	30906	22531	19558	15010	5810	190
Lavrinhas	4674	6008	6590	891	700	719	140	710	-140
Lorena	73146	77990	82537	13441	8530	6546	2040	-810	-2090
Monteiro Lobato	3380	3615	4120	503	329	247	150	-90	250
Pindamonhangaba	102063	126026	146995	18953	15540	13536	11950	9920	7190
Piquete	14749	15200	14107	2655	1283	720	-2090	-1030	-1820
Potim		13605	19397		1269	1581		2740	4220
Queluz	7710	9112	11309	1755	1142	910	-1030	310	1240
Roseira	6217	8577	9599	1200	963	766	50	1570	260
Santo Antônio do Pinhal	5355	6328	6486	930	768	582	-800	220	-440
São Bento do Sapucaí	8695	10355	10468	1413	828	515	-1870	860	-400
São José dos Campos	442370	539313	629921	91572	67212	62367	54070	34740	27970
Taubaté	206965	244165	278686	39423	25864	22937	-3260	12980	11320
Tremembé	18098	34823	40984	3219	2871	2976	5580	5130	3170
Eixo Estruturante	1393950	1658516	1872379	267735	192698	166619	79000	72810	45540
RMVPLN	1642120	1992110	2264594	313310	233110	204794	96300	123580	65670

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. – Fundação Seade.

Quanto à dinâmica migratória, entre 1991/2000 e 2000/2010, o Vale do Paraíba recebeu 78.667 e 115.251 imigrantes de distintos municípios do país, contudo a imigração intrametropolitana apresentou maior peso dentre as outras modalidades migratórias na redistribuição espacial da população, representando 74,9% e 48,7% dos imigrantes que circulam pela região, respectivamente.

Tabela 4 – Número absoluto de imigrantes, emigrantes e saldo migratório - intrametropolitano por data fixa*. Municípios que compõem a RMVPLN 1995/2000 e 2005/2010.

Eixos	Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Eixo Estruturante	45948	42794	45304	43192	-644	398
Alto do Paraíba	7609	7147	6486	6134	-1123	-1013
Litoral Norte	5443	6197	7210	6812	1767	615

* Corresponde aos imigrantes que moravam a cinco anos antes em outro município diferente do de residência atual

Nessa dinâmica interna, observa-se através da tabela 4, comparando os dois períodos, que o volume de emigrantes e imigrantes diminuiu, porém o saldo migratório que era negativo entre 1995/2000, revelou-se positivo entre 2005/2010. É preciso salientar que o fluxo de pessoas entre os municípios do Alto do Paraíba para o eixo estruturante e litoral norte são os mais intensos, mas observa-se a contracorrente deste fluxo. São José dos Campos, município polarizador de técnicas, apresenta-se como município que mais atraiu imigrantes de outros municípios da região. Contudo, é caracterizado por um expulsão de pessoas em direção as cidades que compõem a “periferia” deste polo. A explicação para essa dinâmica não está assentada sobre as técnicas, mas sim na lógica da organização do espaço intraurbano. Já a dinâmica entre os três eixos pode ser elucidada pelas técnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos sociais, econômicos e políticos que subscreveram a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte delineararam no seu espaço sistemas técnicos heteróclitos, com reflexos na dinâmica populacional dos municípios da RM. Assim, os eixos que foram adotados nesse trabalho são caracterizados por distintas técnicas, o eixo-estruturante é aquele polarizador de técnicas, possui universidades, centros de pesquisas e indústrias de tecnologia de ponta. O litoral norte por ter atividades relacionadas ao ramo petroquímico, mas não ter universidades, centros de pesquisas e grandes indústrias, como no eixo estruturante, seria um ponto intermediário, ou seja, é o eixo que na periodização de Santos e Silveiro (2008) estaria na fase das diversas técnicas. Já o Alto do Vale do Paraíba, seria o espaço menos “tecnicizado”. Portanto, observou um fluxo maior de pessoas em direção ao eixo mais tecnicizado, mas também uma circulação de pessoas interna dentro deste eixo e mais intensa que nos outros.

Conclui-se que a constituição desses eixos induz e é induzida por diversos fatores, sociais, econômicos, políticos e também populacionais. As cidades, ao longo dos eixos, principalmente ao longo do eixo estruturante, são polos onde se sustentam o meio técnico-científico-informacional, com sistemas técnicos e sociais que aliam ciência tecnologia e informação. Nessa dinâmica, as cidades se reconfiguram com os impactos dessas novas formas de produção. Todos os processos citados acima implicam em uma reorganização do espaço regional, contudo essa regionalização deve ir além da caracterização dos municípios segundo classes de tamanho da população. As complexas mudanças estruturais que marcaram o espaço-urbano local, estando relacionadas com a dinâmica do Estado de São Paulo e do país, impactaram e fortaleceram economias de distintos municípios, incorporando ao arranjo regional municípios de diferentes portes, com dissemelhantes funcionalidades e com níveis de articulações que variam de intensidade. Deve-se lembrar de que ao longo dessas vias polarizadoras de desenvolvimento, existem cidades com diferentes vocações que são

polarizadas pelos núcleos de cada polo, e nem todas participam desta lógica. Esta ambientação tem rebatimentos na dinâmica dos deslocamentos populacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, M. MOURA, R. DIAS, P. **Cidades médias uma categoria em discussão.** In: PEREIRA, R. H. M. (Org.); FURTADO, B. A. (Org.). *Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces.* 1. ed. Brasília: Ipea, 2011. v.1. 490p

BAENINGER, R. **Região, MetrÓpole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996.** Textos Nepo, Campinas, SP, v. 35, p. 01-200, 2000.

_____. **Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais.** In: CUNHA, J. P (Org). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.* Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.

BAENINGER, R. PEREZ, R. **MetrÓpoles Brasileiras No SÉculo 21: Evidências do Censo Demográfico de 2010.** In: Anais: VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Curitiba, 2011 - CD-ROOM.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BRITO, F.; FERNANDES, J. S. **Expansão Urbana nas grandes metrÓpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza.** São Paulo em Perspectiva (Impresso), v. 19, p. 48-63, 2006.

CAMARANO, A. A.; BELTRAO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século.** Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, p. 1-28, 2000.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0766.pdf>
Acesso em: 23/04/2013

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** [s.l.]: T. A. Queiroz Editores, 1977.

CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo.** Campinas, 1994. 311f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, v.17, n.3/4, p.218-233, jul./dez. 2003.

_____. **Mobilidade espacial da população: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.** Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011.

FARIA, V. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil.** Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP, n.29, p. 98-119, 1991.

MELLO, F. L.; TEIXEIRA, L. R.; MELLO, A. Y. I. **População e desenvolvimento na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo: desafios atuais e futuros**. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. **Características e Tendências da Rede Urbana no Brasil**. Instituto de Economia-UNICAMP, Campinas. Rio de Janeiro: IPEIA, 2000.

MARTINE, G. **A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80**. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, p. 1-46, 1994.
Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0329.pdf>
Acessado em: 05/06/2013

MOTTA, D. M; AJARA, C.. **Configuração da rede urbana do Brasil**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, v. 100, n.100, p. 2-23, 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/100/diana.pdf> Acessado em: 21/06/2013

PANIZZI, W. **Os anos 90 urbanização Brasileira e o desafio das metrópoles**. In: **RIBEIRO, A. C. T.** (Org.) ; **MACHADO, D. B. P.** (Org.) . **Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1990. 257p.

PATARRA, N. L; PACHECO, C. A. **Movimentos Migratórios Anos 80: novos padrões?**. In: Neide Lopes Patarra; Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bogus; Paulo Januzzi. (Org.). **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo. 1980-1993**. Campinas, SP: Unicamp, 1997, v. p. 25-52.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

SANTOS. M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A Natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 4.ed. 2001

_____. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico – científico – informacional**. 5.ed. São Paulo: Edusp. 2008

SANTOS. M e SILVEIRA, M. **Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, E. T. **Estrutura Urbana e Mobilidade Espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 284p

TRAJANO, V. E. **Industrialização e Desenvolvimento Econômico no Vale do Paraíba de 1950-2000**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo.

BRASILEIROS RETORNADOS DE PORTUGAL: CRISE ECONÔMICA E SUA INFLUÊNCIA DE RETORNO DOS EMIGRANTES DA MICRORREGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES*

Alice Izabel da Veiga³¹
Bruna Beatriz Pimenta³²
Vanessa do Carmo³³

Resumo: A questão que orienta este trabalho é a crise econômica em Portugal e sua influência no retorno dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares - Minas Gerais a partir do ano de 2005. Tem sua história, essencialmente, ligada ao fluxo migratório internacional desde a década de 60. Este estudo parte do pressuposto que no caso dos brasileiros, o processo migratório se dá pela relação com o mercado de trabalho e busca por melhor qualidade de vida. Com a crise econômica, o mercado de trabalho secundário, em especial o ramo da construção civil, onde a maioria dos emigrantes brasileiros está inserida, é afetado. Com isso, de acordo com a pesquisa realizada, é possível identificar um retorno antecipado.

Palavras-chave: retorno, Portugal, emigração, Governador Valadares.

Abstract:

The guidelines of this article are the economical crisis in Portugal and its consequences among the Governador Valadares/MG micro-area, from 2005 until present. It has its historic, essentially, connected to the international migratory flow since the 60's decade.

This study starts from the supposition that in the case of most Brazilians, the migratory process occur because of the relation between labor market and employees well-fare and better life quality. In consequence of the economical crises, the labor market is affected specially in the civil construction business, which is where the largest amount of Brazilians are working. According to these facts, what is possible to perceive is an anticipate return to the original country.

Key-words Economical crisis, Governador Valadares, migratory flow, labor market, anticipate return.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se com este estudo analisar o fluxo migratório de retorno no Brasil, especificamente na microrregião de Governador Valadares, tendo como base dados da Pesquisa Acadêmica dos Imigrantes Internacionais Brasileiros de Retorno de Portugal após 2005, desenvolvida pelo Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População (GEDEP) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Minas. Esta pesquisa contou com o apoio

*Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013;

³¹ Alice Izabel da Veiga, Graduada em Serviço Social pela Puc Minas Aliceveiga1@hotmail.com

³² Bruna Beatriz Pimenta, Estudante do Curso de Serviço Social da Puc Minas, bolsista de iniciação científica do GEDEP. bbpimenta@gmail.com

³³ Vanessa do Carmo, Estudante do Curso de Serviço Social da Puc Minas, bolsista de iniciação científica do GEDEP. vanessadocarmo7@gmail.com

financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Projeto nº 477167/2010-1.

A pesquisa foi de natureza qualitativa e semiestruturada, pois esta permite maior abertura para a reformulação do problema da pesquisa. Foi realizada em primeiro momento, uma investigação teórica voltada para a temática das Migrações Internacionais, tendo como objetivo principal, migrantes das microrregiões de Governador Valadares. O segundo momento se constituiu da aplicação de 663 entrevistas semiestruturada com migrantes retornados de Portugal, nas cidades de Governador Valadares e de sua microrregião. No terceiro momento foi feita uma análise das entrevistas para verificar os principais motivos da migração internacional pelos moradores e o impacto da crise na decisão de retorno e o relatório final da pesquisa.

O fluxo de brasileiros para a Europa, principalmente Portugal, aumentou após 2001 diante das dificuldades de migração internacional para os Estados Unidos. Um dos principais destinos de brasileiros na Europa foi Portugal. Isso se deve pelo fato da ligação histórica colonial com o Brasil, que dá aos brasileiros alguns direitos a mais que outros imigrantes, além de ter o mesmo idioma, facilitando a integração do imigrante. No entanto, aqueles emigrantes que optaram em ir para Portugal com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, se depararam em 2008 com a crise mundial que atingiu intensamente a Península Ibérica e permanece até os dias atuais. Em decorrência da crise, o que se percebe é um fluxo intensificado de retorno de brasileiros vindos de Portugal, inclusive com apoio da OIM (Organização Internacional para as Migrações), por meio de programa de retorno voluntário implantado naquele país.

A Microrregião de Governador Valadares se depara com um crescente fluxo de migração internacional de retorno, tanto de Portugal, quanto dos Estados Unidos. Migrantes que deixaram a região em idade ativa, e levaram gradualmente seus familiares em um processo de reunificação familiar em seus destinos, ou que constituíram famílias fora do Brasil, retornaram para suas cidades de origem. Aqueles que retornaram antes do início da crise econômica de 2008, chegaram economicamente bem e investiram em suas localidades, comprando imóveis, automóveis, ou reformando suas casas. Porém, o que se percebe na migração de retorno atual, são desafios para a rede sócio assistencial dos municípios, uma vez que, a maioria desses emigrantes encontra-se em uma grande situação de vulnerabilidade econômica e social.

2 A CRISE E SEU IMPACTO

Localizado na região leste do Estado de Minas Gerais, Governador Valadares é a cidade com a maior escala no que se refere à emigração. Emigrar passou a fazer parte do cotidiano da região. A cidade de Governador Valadares, desde a década de 1960, tem sua história ligada ao fluxo emigratório internacional.

O fluxo migratório acompanha a dinâmica do mercado de trabalho, onde as pessoas emigram com o objetivo de buscar melhores oportunidades profissionais, melhores condições de vida e acumular capital. As condições econômicas do local de origem tornam-se, portanto, fatores importantes na análise do fenômeno da migração internacional recente.

A princípio a emigração teve início e preferência para os Estados Unidos, porém, devido à dificuldade de entrada naquele país, os emigrantes de Governador Valadares, passam a ter como segunda opção a Europa, principalmente Portugal, uma vez que o país possui a mesma língua que o Brasil, além de não exigir visto de entrada.

De acordo com Almeida e Reis (2007), a semelhança do idioma, além de favorecer a concretude do sonho, permite a formação de vínculos tanto com brasileiros quanto com portugueses e uma maior independência dos parentes, amigos e conhecidos já imigrados há mais tempo. Essas pessoas são peças importantes para o grande contingente de brasileiros

emigrados, por fazerem a recepção dos novos imigrantes, oferecendo moradia e até mesmo indicando empregos, formando assim, as redes sociais. Segundo Siqueira (1997), para entender o processo da migração, muitos autores tem recorrido ao estudo das redes sociais. A decisão de migrar passa por um conjunto de conexões estabelecidas por relações sociais, tanto na origem como no destino dos migrantes.

Os imigrantes foram questionados sobre os motivos pelo qual escolheram ir à Europa, sobretudo Portugal. Observa-se que esta escolha decorreu da força das redes sociais, pois a grande maioria dos entrevistados emigrou por influência de amigos e familiares que fazem uma ponte entre o local de origem e destino e devido à proximidade da língua.

Devido à crise que se instalou na Europa e Estados Unidos a partir de 2008, o que se percebe é um fluxo contrário, ou seja, um retorno não programado. Os emigrantes valadarenses, especialmente os que tinham como destino Portugal, iniciam um processo de retorno para suas regiões de origem. Muitos não conseguiram realizar o sonho de uma melhor qualidade de vida. Esses sujeitos, de acordo com a pesquisa realizada, têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho em sua cidade de origem. A crise provocou a redução das horas de trabalho e conseqüentemente também dos salários, aumentando o índice de desemprego, e gerando um aumento no custo de vida. Para muitos, não houve possibilidade de permanecer em Portugal e o retorno passou a ser a única alternativa.

De acordo com Anicio e Fernandes (2011), a dimensão econômica, a crescente demanda por mão-de-obra para fomento da competitividade e impulso da economia, constitui dimensão importante na relação da migração internacional com a globalização.

Segundo Silva, Medeiros e Ferreira (2009), a questão da pobreza e a própria exclusão social produzida pelo desenvolvimento do capitalismo, deixa transparecer ao imigrante que na Europa e nos países desenvolvidos, ainda é possível realizar sonhos e encontrar trabalho.

Conforme Siqueira (2012), o projeto de migrar passa por três etapas: ir, acumular capital e retornar ao país de origem com condições melhores de vida.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Considerando o total de entrevistados (663), percebe-se que a maioria das pessoas emigrou entre os 20 a 34 anos. Em relação à idade dos emigrantes após 2005 quando retornaram ao Brasil, observa-se que tinham entre 25 a 39 anos.

Conforme tabela 1, observa-se que os emigrantes retornados são em sua maioria homens (55,5%).

Tabela 1: Distribuição do sexo da população entrevistada. Migrantes de Portugal no momento da entrevista. Residentes em Minas Gerais, Rondônia e Espírito Santo-2012.

Sexo	VA	%
Masculino	368	55,5
Feminino	295	44,4
Total	663	100

Fonte: Pesquisa de campo

Segundo Fusco (1998), é possível perceber uma igualdade de gênero nos fluxos migratórios. De acordo com os dados apresentados, observa-se um retorno maior dos homens em relação às mulheres. Possivelmente isso se deve ao fato da crise ter atingido com mais

força a construção civil, onde as vagas são ocupadas por indivíduos do sexo masculino. As atividades onde há uma predominância maior de mulheres, como cuidadora de idosos, babá, doméstica, também sofreram impacto devido à crise, mas com uma menor intensidade.

De acordo com tabela 2, considerando o estado civil dos entrevistados antes da emigração, observa-se que 37,5% dos homens declararam estar solteiro e 48,1% casados. Em relação às mulheres, 25,9% declararam estar solteira e 44,4% casadas. Em relação ao percentual após a migração, percebe-se que 56,8% dos homens declararam estar solteiro e 36,4% casados. Já as mulheres, 44,7% solteiras e 36,2% casadas.

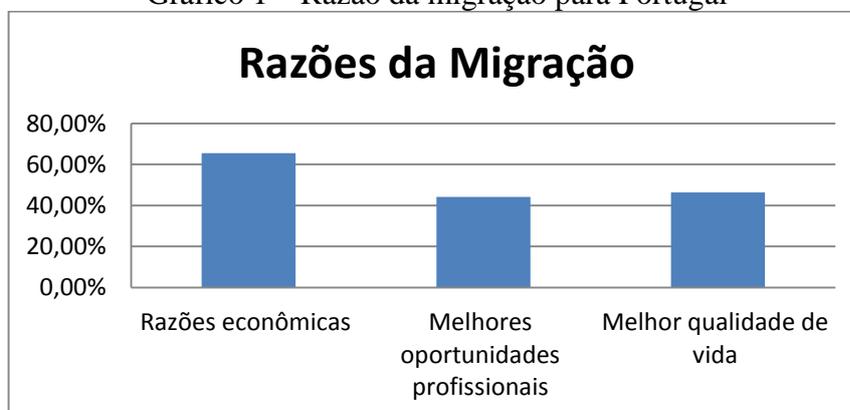
Tabela 2: Estado Civil migrantes de Portugal antes e depois da migração no momento da entrevista. Residentes em Minas Gerais, Rondônia e Espírito Santo-2012

Estado Civil	Antes da Migração					Depois da Migração						
	Homem		Mulher		Total	Homem		Mulher		Total		
	VA	%	VA	%	VA	%	VA	%	VA	%	VA	%
Solteiro	138	37,5	74	25,9	212	31,9	209	56,8	132	44,7	341	51,4
Casado	177	48,1	131	44,4	308	46,4	134	36,4	107	36,2	241	36,3
Separado/ Divorciado	21	5,7	35	11,8	56	8,4	10	2,7	26	8,8	36	5,4
Viúvo	1	0,27	10	3,38	11	1,7	1	0,27	8	2,7	9	1,3
Vivendo junto	31	8,4	45	15,3	76	11,4	14	7,4	22	7,4	36	5,4
	368	100	295	100	663	100	368	100	295	100	663	100

Fonte: Pesquisa de campo

O gráfico 1 mostra que os migrantes retornados de Portugal apontaram como motivo para migrar, razões econômicas (60,5%), busca por melhores oportunidades profissionais (44,2%) e melhor qualidade de vida (46,4%).

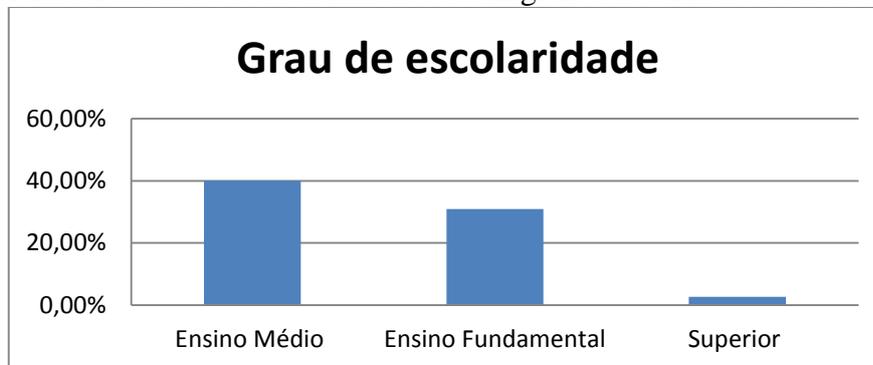
Gráfico 1 – Razão da migração para Portugal



Fonte: Pesquisa de campo

Conforme gráfico 2, em relação à escolaridade, 40,1% dos migrantes completaram o Ensino Médio, enquanto 30,9% o Ensino Fundamental, e apenas 2,7% possuem Ensino Superior, o que pode inferir a predominância de baixa qualificação entre os migrantes.

Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos emigrantes retornados de Portugal



Fonte: Pesquisa campo

Em relação ao ramo de atividade exercida pelos migrantes em Portugal, a pesquisa aponta que quase 90% dos migrantes tinha uma ocupação que exigia qualificação média ou baixa. A presença de emigrantes empregados no setor da construção civil e similar chega a 31,4%. Outra categoria com a maior presença de brasileiros incluindo as atividades familiares e domésticas, são serviços gerais (25,3%). Foi possível compreender que a grande maioria dos emigrantes ocuparam vagas nos setores que requeriam menor qualificação no mercado de trabalho europeu.

Apesar da crise econômica que se vem agravando nos últimos anos, apenas 17% dos entrevistados alegam ter retornado em decorrência da crise em Portugal. O principal motivo declarado pelos entrevistados para o retorno foi à falta da família e a saudade (45%). Torna-se fundamental avaliar esta questão, uma vez que a saudade faz parte da vida do emigrante. Segundo Siqueira (2012), “a saudade só se torna motivo de retorno quando o “custo-benefício” da emigração deixa de ser positivo”. (SIQUEIRA, 2012, p.44)

4 QUALIDADE DE VIDA EM PORTUGAL E NO BRASIL

Torna-se fundamental observar que 74,4% dos entrevistados sentem falta da qualidade de vida que tinham em Portugal e outros 25,5% não sentem falta de nada. Relataram que trabalhavam muitas horas, tinham pouco lazer e sentiam muita saudade do Brasil. Mesmo tendo pouco tempo para o lazer, os entrevistados declararam que hoje tem menos opções de lazer no Brasil em relação às atividades que realizavam em Portugal. A experiência migratória é percebida como positiva, como aponta o gráfico 3, onde 88,0% dos entrevistados relatam que valeu a pena ter emigrado.



Fonte: Pesquisa de campo

Destaca-se, também, a avaliação que fazem do acesso à saúde em Portugal a maioria dos entrevistados elogiaram os serviços. Ao contrário do que relatam do Brasil.

5 O PROJETO DE RETORNO E SUAS EXPECTATIVAS

Muitos relatam que o retorno não ocorreu da forma que imaginavam. Segundo Debiaggi (2004), “o retorno para a terra natal apresenta-se para alguns mais difícil do que a decisão de emigrar” (DEBIAGGI, 2004, p. 144). Os costumes já não são os mesmos, ocorre um estranhamento no reencontro com a família, a sensação de não se reconhecer pertencente ao seu local de origem torna-se assustador para alguns emigrantes que retornam.

Apenas 52,4% dos entrevistados planejaram o retorno para o Brasil. Para os que não planejaram, o retorno foi traumático e frustrante, por não ter conseguido melhorar o padrão de vida quando chegaram ao município de origem. Muitos relataram estar pior do que quando emigraram. Grande maioria dos entrevistados relata não ter conseguido adquirir nenhum bem no retorno conforme depoimento a seguir:

[...] Sai do Brasil devendo a passagem, voltei pior do que fui [...]. Perdi tudo, voltei sem chão. A. Morador de Governador Valadares.

Além da questão financeira, as condições de retorno comprometeram o estado de saúde de grande parte dos emigrantes, pois devido às frustrações geradas pela crise, muitos retornaram com várias doenças psicológicas. Outra dificuldade encontrada por esses retornados é a inserção no mercado de trabalho, pois durante os anos que viveram em Portugal não se qualificaram para as atuais demandas do mercado no Brasil. As experiências adquiridas no exterior não são comprovadas, o que os deixa em desvantagem em relação aos outros candidatos.

6 CONCLUSÃO

O retorno faz parte do processo migratório. No entanto, quando não programado, o retorno devido à crise gera um sentimento de frustração. Os dados apresentados neste texto representam um ensaio para se discutir sobre o número significativo de emigrantes retornados para a Microrregião de Governador Valadares e o fracasso de grande parte. É possível perceber o sentimento de incapacidade por não conseguir emprego, pois após viver anos em Portugal, retornam na mesma condição, ou em alguns casos, em condições piores de quando emigrou. Ao retornar esses sujeitos buscam encontrar oportunidade no mercado de trabalho, porém, encontram inúmeras dificuldades, isso se deve a baixa qualificação e a anos de ausência.

Esta pesquisa demonstrou que o perfil do emigrante que retorna em decorrência da crise não se diferencia de outros estudos, ou seja, são pessoas em idade produtiva, apontam como principal fator e motivo para emigrar a possibilidade de melhorar as condições de vida de acumular capital para conseguir comprar casa, carro e melhorar as condições econômicas.

REFERÊNCIAS

ANICIO, Luciana Martins; FERNANDES, Duval Magalhães. **O imigrante internacional de retorno e sua inserção no mercado de trabalho: Um Estudo entre as Microrregiões Teófilo Otoni e Poços de Caldas**. 2011. 162f. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

EGREJA Catarina, PEIXOTO Joao, **Travessia, revista de migração**. Migrações e segmentação do mercado de trabalho. O caso do migrante brasileiro para Portugal. São Paulo, 126, p. 7-25, Junho 2012.

FUSCO, W. **Redes Sociais da Migração Internacional: o caso de Governador Valadares**. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1998.

SANTOS Mauro Augusto, SIQUEIRA, Sueli, **revista de migração**. Migrações e segmentação do mercado de trabalho. Crise econômica e retorno dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares. São Paulo, 126, p. 27-47, Junho 2012.

SANTOS FILHO, Onofre Guilherme dos. Migração e família: discussões psicossociais. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, p.895-905, jul./ago.2003.

SILVA, ViniRabassa da; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta; FERREIRA, Simaia de Figueiredo. O bom era que nossos filhos não precisassem sair daqui. In: **Más Allá de las remesas- Família de migrantes em América Latina**. CISEPA- Centro de Investigaciones Sociológicas Económicas Políticas y Antropológicas. Pontifícia Universidad Católica Del Peru. p.155 PERU.2009

SIQUEIRA, Sueli. **Os novos contornos da informalidade: o caso valadarense**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1997. 125p. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

*Felipe Bertelli*³⁴

*Ricardo Alexandrino Garcia*³⁵

*Tereza Bernardes*³⁶

RESUMO: A industrialização de um município se inicia por diversos fatores, entretanto esses processos, influenciados por diferentes segmentos da sociedade, pode receber um incentivo determinante que catalisará uma série de ações que contribuirão para a sua consolidação ou ruptura. É notória a necessidade de articulação dentre e entre setores e empresas para a estabilização de um investimento no setor secundário e, indubitavelmente, o apoio do poder estatal é parte essencial dessa confluência de esforços.

Palavras-Chave: Migração; Arranjos Produtivos Locais; Renda; Ocupados.

1 INTRODUÇÃO

A participação e incentivos das diversas escalas de poder público na construção um pátio industrial é um fenômeno comum e concorrencial. É comum no tocante a frequência desses investimentos, ao destacarmos um setor com acréscimo crescente de seus lucros e participação na absorção de empregos, pode-se inferir em um aporte direto do estado. E é ao mesmo tempo concorrencial, na medida em que esferas de governos intermediárias ou locais disputam pela instalação e os benefícios da circulação de rendimentos na economia local, abdicando de boa parte dos retornos que seriam obtidos através de impostos em prol das vantagens subsequentes ao crescimento do setor.

Apesar de algumas especificidades locais, existe um padrão, um caminho, no qual a maioria dos municípios que passam por um processo de industrialização percorrem.

Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos (SINGER, 1977).

Portanto, existe uma correlação direta entre a formação de um setor industrial forte e o processo de urbanização. Em algumas regiões a instalação de indústrias foi o componente necessário para a consolidação do processo de urbanização e valorização de diversos centros econômicos regionais. Sobretudo em algumas localidades onde o papel polarizador de uma indústria motriz (Perroux, 1977) foi essencial para a concretização de um centro urbano de referência.

Todavia, o processo de industrialização e produção industrial se modificou consideravelmente durante as últimas décadas. O arquétipo mundial se alteraria em decorrência das crises da segunda metade do século XX e um novo padrão seria instaurado ao redor do mundo. Há de se destacar que o Brasil permaneceria fiel as estruturas arcaicas

³⁴ Geógrafo e mestrando do programa de pós-graduação em Geografia – IGC/UFMG – bertelli.gd@gmail.com

³⁵ Professor Adjunto do Departamento de Geografia – IGC/UFMG – alexandrinogarcia@gmail.com

³⁶ Geógrafa e mestranda do programa de pós-graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais – IGC/UFMG – tbernardesfaria@gmail.com

devido a uma série de fatores, o principal deles eram as vantagens locais que propiciavam um horizonte de lucro mesmo com um suposto atraso no sistema de produção. Entretanto o novo paradigma de produção industrial também chegaria a terras brasileiras.

O novo padrão tecnológico-institucional que nos países centrais emerge da crise assenta-se primordialmente em quatro grupos de indústria – eletrônica, informática, de biotecnologia, de novos materiais – e em sistemas flexíveis de produção. Nem a lógica organizacional nem a lógica locacional da produção em massa são dominantes em qualquer desses grupos industriais, sendo os sistemas flexíveis de produção caracterizados, na empresa, pela habilidade de rápido deslocamento de uma configuração de processo e/ou produto para outra e de ajustes de quantidades de produção para cima ou para baixo, sem efeitos negativos nos níveis de eficiência (PIQUET, 2007, p. 91).

Não obstante, as modificações na estrutura produtiva brasileira alcançariam diferentes segmentos da atividade industrial e a ascensão de sistemas flexíveis de produção passaria a ser a principal característica de atividades emergentes em todo o território. Com a adoção de uma flexibilização da produção a relação entre as indústrias e o território se modificaria. Os mercados de trabalho associados aos sistemas flexíveis de produção passariam a ser caracterizados por altas taxas de rotatividade e pela proliferação do trabalho temporário, de meio período ou em domicílio. Em consequência, as unidades de produção passariam a ser geralmente menores e menos especializadas do que as unidades de produção em massa; a diferenciação dos produtos é maior e os mercados, mais competitivos (PIQUET, 2007).

Dessa conexão entre o local e um setor especializado, representado por uma zona industrial, surge o alicerce para o desenvolvimento e crescimento econômico do local, desde que a parceria se consolide como vantajosa para ambas as partes. North (1977) destaca a importância do esforço conjunto para promoção da atividade e consequente melhoria das condições de vida da população local, um processo de parceria onde a empresa traz benefícios a coletividade local e o oposto também se faz presente. À medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas. Tanto a questão da infraestrutura, assim como pesquisas e melhoramento, trabalhavam para ampliar o poder da base exportadora. O objetivo era, através de um esforço conjunto, promover melhores condições de competição com outras regiões ou países (NORTH, 1977).

Esse modelo descrito por North (1977) era pautado em grandes atividades econômicas e municípios que angariavam grandes níveis de especialização. A ruptura de processo produtivo oriundo das crises mundiais da década de 1970 indicou “um verdadeiro fenômeno de desintegração que vai fortemente marcar as estratégias das empresas, quaisquer que sejam seus tamanhos ou setores de atividades” (FISCHER, 1992).

A crescente exigência de flexibilidade de produção e de mercado criou um cenário vantajoso para o desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PME). Afinal, desde sua concepção, estas empresas se organizam de forma flexível no espaço, criando laços de subcontratação, por exemplo, que facilitam sua inserção e desenvolvimento econômico (FISCHER, 1992). As PME representam mesmo para as grandes empresas a possibilidade de readaptarem suas estruturas produtivas para atenderem as novas exigências de mercado, através de relações interfirmas constrói-se um cenário de flexibilização e readequação dos processos produtivos das grandes unidades. Há de se destacar o papel de pequenas e médias unidades fabris que compõem o suporte e manutenção das grandes indústrias, através de relações interempresariais, uma estrutura complexa construída com o decorrer do tempo. Empreendimentos secundários essenciais na consolidação de um grande investimento e consequentes do alto poder de atração e das oportunidades da instalação de uma grande unidade fabril (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009).

Todavia, as PME não se consolidam apenas como suporte de grandes unidades produtivas em diversas regiões do globo, estas são em muitos casos o cerne das atividades econômicas de uma localidade. As estruturas de produção e inserção territorial desse conjunto de unidades empresariais são o vetor de crescimento, ao menos em potencial, de várias regiões. Desse modo foram e continuam sendo constituídos e consolidados diversos arranjos produtivos locais - aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Descrito este cenário da industrialização, este trabalho se propõe a compreender parte do amplo processo que corresponde as relações entre migração, desenvolvimento e os arranjos produtivos locais. Considerando a migração como parte integrante dos processos de transformação mais amplos incorporados na questão do desenvolvimento, mas que também apresenta a sua auto sustentação interna e dinâmica, e os impactos que ela gera sobre tais processos de transformação (HAAS, 2010).

2. O ALCANCE DOS APLs

Existem algumas hipóteses que antevêm a origem da população que se direciona para um APL, obviamente diversos segmentos da pesquisa em migração são capazes, ao menos que em uma parte, contribuir com a explicação desse fenômeno.

O primeiro pressuposto é simples e lógico: é natural que a população migre para localidades próximas em detrimento de locais mais distantes (LEE, 1966). Ou seja, como os APLs apresentam uma escala de interação local (município sede e municípios vizinhos) intensa, eles são capazes de mobilizar a população próxima. A atividade especializada do núcleo, sob efeito direto de subsídios governamentais, atua como ponto de atração de uma população potencialmente migrante. Trata-se, então, de um quadro simples de polarização e concentração espacial em torno de um território com maior capacidade de absorção e, principalmente, com uma maior amplitude de possibilidades de emprego e desenvolvimento pessoal.

O segundo pressuposto está relacionado diretamente com questões de emprego e rendimentos, um polo regional apresenta melhores condições de trabalho que outros municípios menos dinâmicos da região.

As cidades que acabaram por se industrializar foram, geralmente, aquelas que já tinham relativa expressão urbana, por terem sido antes, importantes centros comerciais. Tais centros, quase sempre, já possuíam parte dos serviços de infraestrutura que a indústria necessitava. A industrialização, por sua vez, fez surgir uma grande variedade de novos serviços (de educação, de pesquisa científica, governamentais, de finanças, contabilidade etc) além de fazer crescer enormemente muitos dos já existentes (SINGER, 1977).

Desse modo esses municípios, que na escala local são de extrema importância, passam a ser centro de referência para uma população que extrapola seus limites municipais. Reafirmando seu papel de centro de atividades e criando o suporte necessário para o desenvolvimento de atividades mais bem remuneradas. O centro passa a se figurar dentro o leque de opções para o migrante, como uma região propícia para a diversificação da renda e inserção em um mercado de trabalho com possibilidades de crescimento (MASSEY, ARANGO et al. 1993).

O terceiro pressuposto também apresenta uma relação direta com as centralidades, entretanto a escala de análise se altera. Para este quadro a questão do custo de vida nas

grandes cidades adquire o maior poder de explicação. Afinal uma das razões para se migrar é, indubitavelmente, a tentativa de melhorar o padrão de vida. Municípios do interior, com um cenário positivo de crescimento e uma expectativa positiva no seu cerne tornam-se alvos de uma população que almeja uma melhoria de vida através da migração. Os municípios onde estão inseridos os APLs ganham atrativos, que somados aos elevados custos da caótica vida nos grandes centros urbanos, torna-se uma ferramenta de atração e expulsão para o migrante. Desse modo, espera-se uma articulação elevada entre a capital da unidade da federação e o APL próximo. Os APLs tornam-se opções estratégicas viáveis para membros da família que buscam um novo alicerce para a melhoria da qualidade de vida do seu domicílio (Hass, 2010).

O quarto, e último preceito, é pautado na migração de retorno e nas estruturas de redes. Para tal deve-se considerar um histórico de migração e concentração da população brasileira nos grandes centros do Sudeste, principalmente São Paulo (Brito et al., 2012) e suas articulações com o Nordeste e Minas Gerais. A forte interação entre São Paulo e os municípios sedes das APLs podem ser explicadas como uma migração de retorno, atendendo a necessidades individuais da volta a cidade ou estado de origem. Uma recuperação de uma identidade regional, acompanhada de um aumento das possibilidades e crescimento dos territórios de origem (Apls). Soma-se a este fato uma imensidade de articulações em rede que auxiliam no direcionamento de uma população que deseja migrar para municípios que são capazes de absorver essa população migrante.

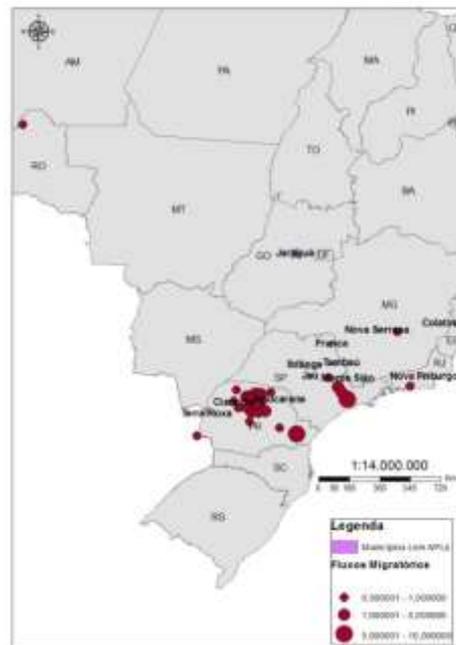
Dado esses pressupostos a análise dos mapas dos fluxos dos imigrantes angaria uma importância além da descritiva. Para os quinze municípios foram selecionados, todos com APL de representatividade local e outro com uma abrangência maior, eles são de três setores: Setor Têxtil e Confecções - Apucarana/PR, Cianorte/PR, Colatina/ES, Ibitinga/SP, Jaraguá/GO, Monte Sião/MG, Nova Friburgo/RJ, Terra Roxa/PR, Tobias Barreto/SE; Calçados - Franca/SP, Jaú/SP, Nova Serrana/MG; Cerâmicas Vermelhas - Itabaianinha/SE, Russas/CE, Tambaú/SP. Os dados são referentes aos imigrantes de última etapa com tempo de residência inferior a dez anos no município.

Os quinze municípios supracitados apresentam um alto nível de interação com os municípios próximos conforme o esperado. Assim como todos apresentaram um fluxo expressivo entre a capital da unidade da federação na qual fazem parte. Nesse quesito Monte Sião/MG se diferencia por apresentar maior interlocução com São Paulo em detrimento de Belo Horizonte, entretanto este fato é justificável devido a localização de Monte Sião, município na fronteira entre os dois estados e mais próximo da capital paulista. A hipótese da migração de retorno torna-se evidente ao olharmos a dispersão dos imigrantes para os APLs do Nordeste, a participação de São Paulo é destacável em todos eles, indicando um respaldo a esse pressuposto. Outro município que foge dos padrões é Nova Serrana/MG além de apresentar as interações supracitadas, seus imigrantes se originam em alta proporção de outros centros regionais de Minas Gerais e do Nordeste, um indicativo da alta capacidade de absorção de mão de obra presente nesta localidade, além de um marco do estágio de crescimento e desenvolvimento do município.

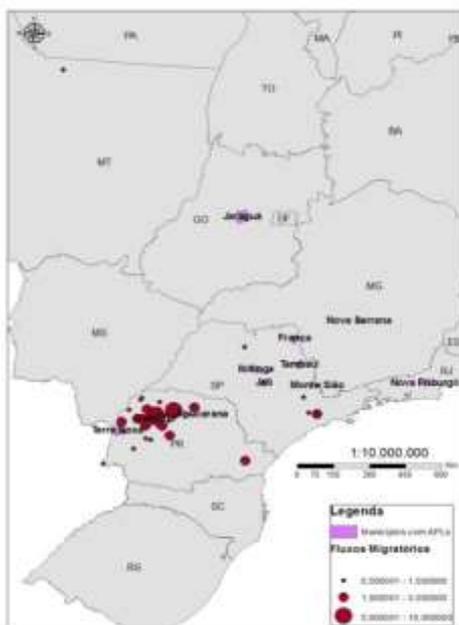
Mapa 1 - Localização das Cidades que possuem APLs



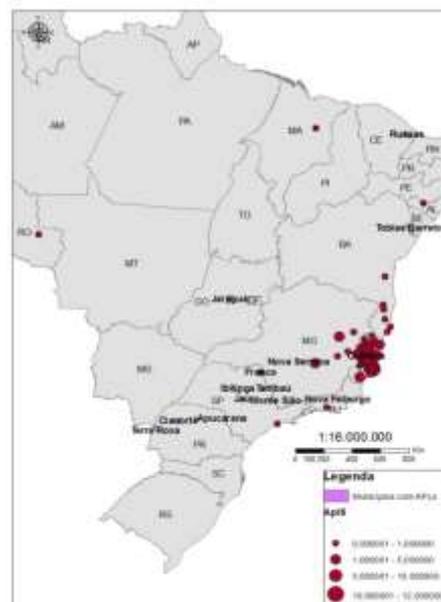
Mapa 2 - Fluxos Migratórios para a APL de Apucarana/PR



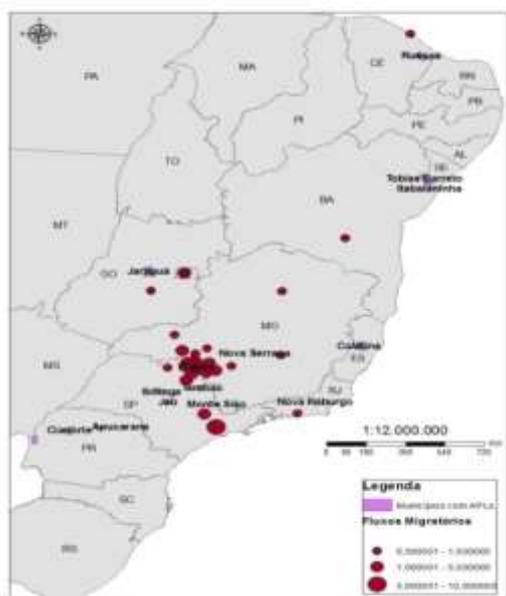
Mapa 3 - Fluxos Migratórios para a APL de Cianorte/PR



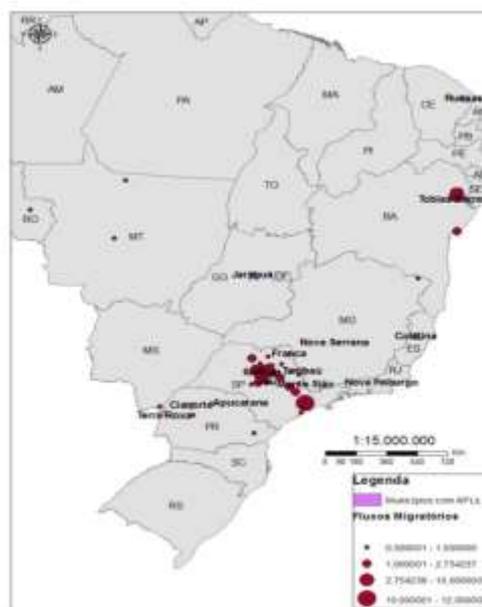
Mapa 4 - Fluxos Migratórios para a APL de Colatina/ES



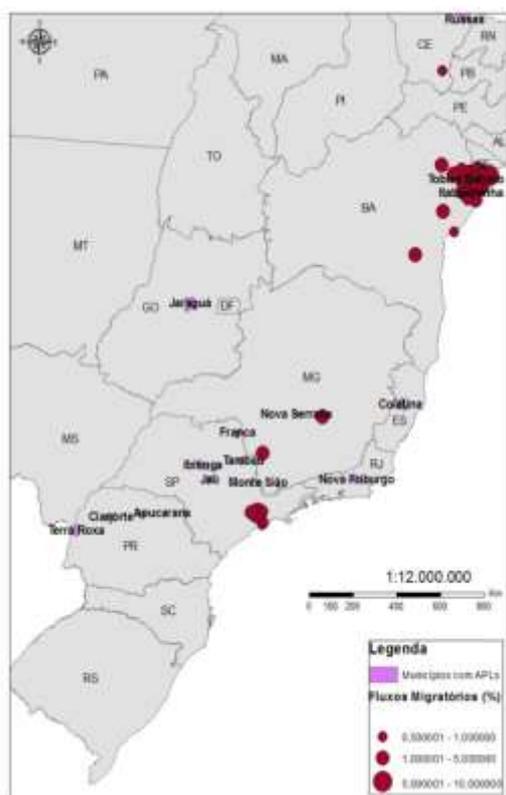
Mapa 5 - Fluxos Migratórios para a APL de Franca/SP



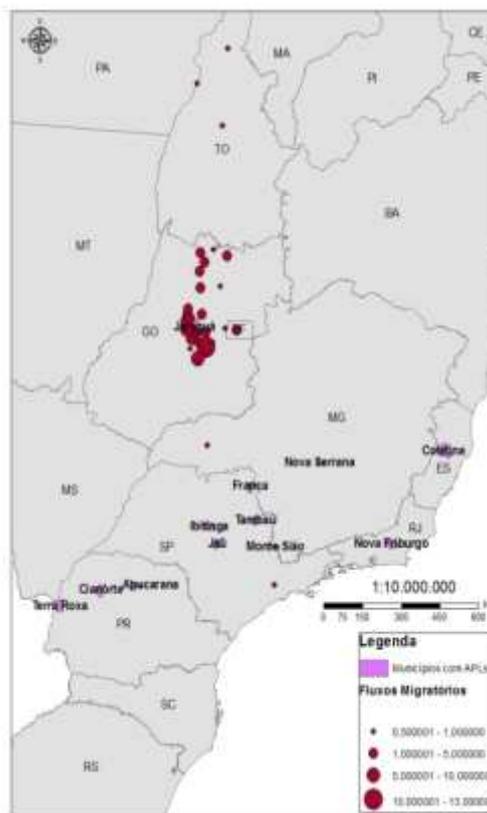
Mapa 6 - Fluxos Migratórios para a APL de Ibitinga/SP



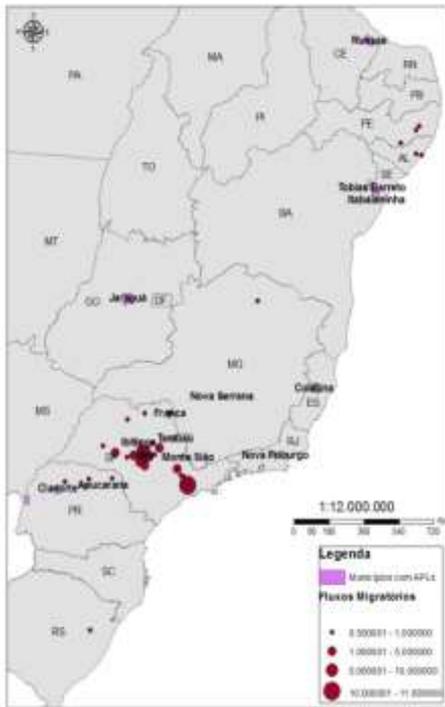
Mapa 7 - Fluxos Migratórios para a APL de Itabaianinha/BA



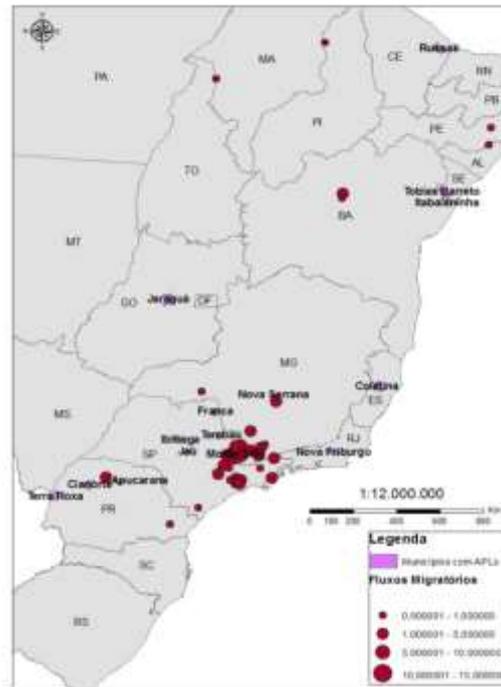
Mapa 8 - Fluxos Migratórios para a APL de Jaraguá/GO



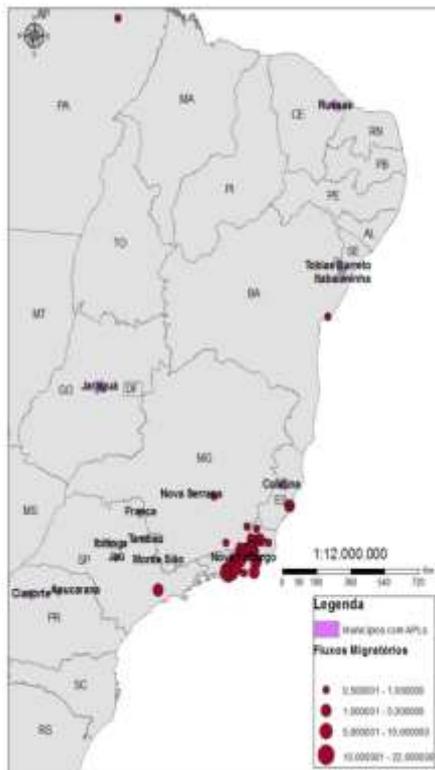
Mapa 9 - Fluxos Migratórios para a APL de Jaú/SP



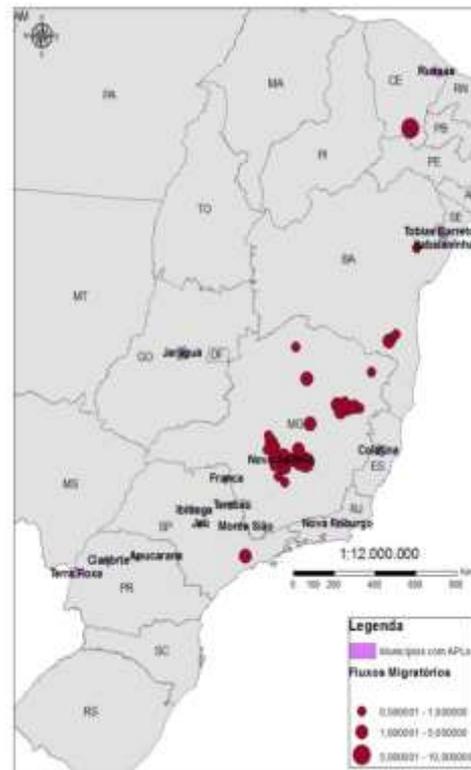
Mapa 10 - Fluxos Migratórios para a APL de Monte Sião/MG



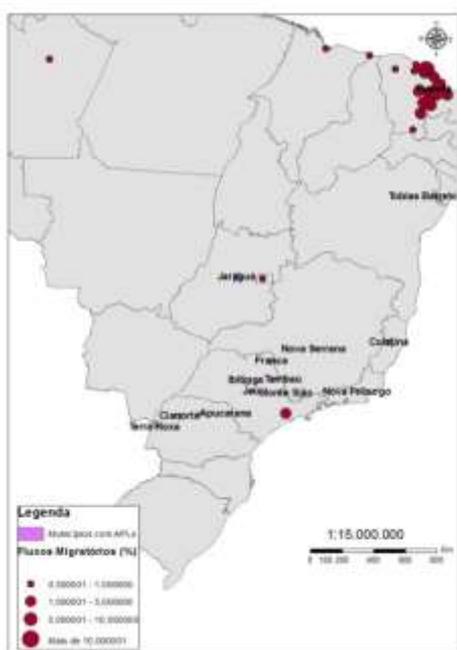
Mapa 11 - Fluxos Migratórios para a APL de Nova Friburgo/RJ



Mapa 12 - Fluxos Migratórios para a APL de Nova Serrana/MG



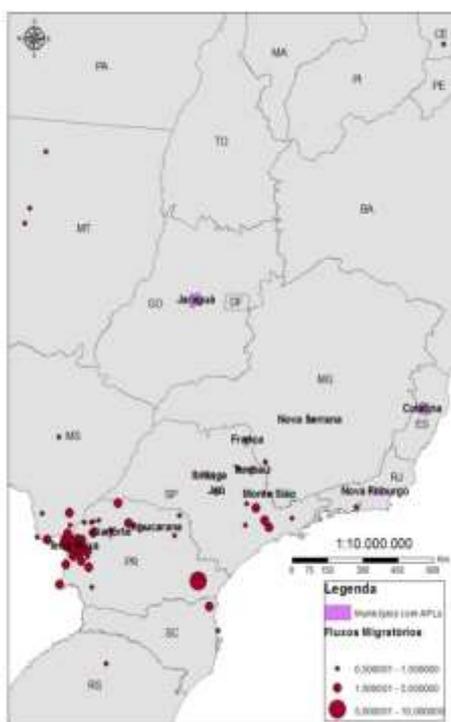
Mapa 13 - Fluxos Migratórios para a APL de Russas/CE



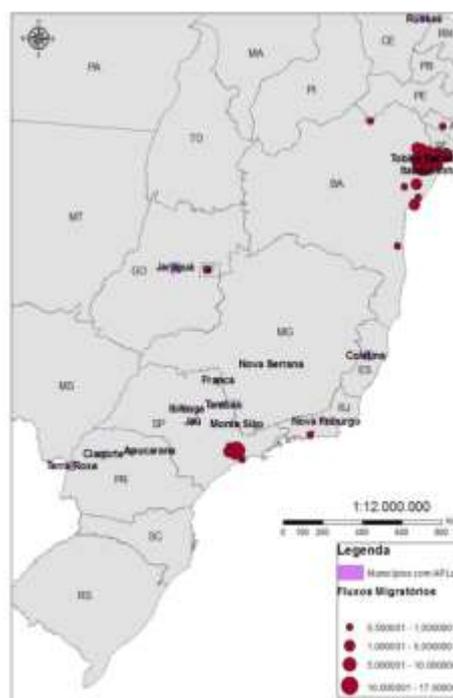
Mapa 14 - Fluxos Migratórios para a APL de Tambaú/SP



Mapa 15 - Fluxos Migratórios para a APL de Terra Roxa/PR



Mapa 16 - Fluxos Migratórios para a APL de Tobias Barreto/SE



3 RESULTADOS

Uma análise dos primeiros dados relativo aos imigrantes nos últimos dez anos para os municípios selecionados indica o percentual de imigrantes (dentre aqueles com residência no município inferior a 10 anos) que compõe a população para o ano de 2010 (Tabela 1). O grande destaque é Nova Serrana/MG que apresenta cerca de 40% de sua população com menos de dez anos de residência no município.

Em média 16% da população residente nos municípios são migrantes, assim como da população ocupada em média 16% é composta por pessoas que declararam ocupação. Os valores de Nova Serrana (43,54%) indicam um perfil claro de uma população que migra em busca de trabalho, os números são consideravelmente superiores às outras cidades. Entretanto, uma comparação entre os setores indica que a absorção dessa mão de obra em potencial é proporcionalmente menor para os APLs de Cerâmicas Vermelhas.

Partindo dos pressupostos apresentados anteriormente é esperado que o APL seja o maior responsável pela absorção da mão de obra local, assim como o fato de que o imigrante encontre nesse setor o principal empregador. Os dados (Tabela 2) confirmam essa hipótese para a maioria dos municípios, apenas Itabaianinha/SE e Russas/CE apresentam um setor que emprega mais do que o APL. No tocante a população imigrante o perfil de absorção do APL de Russas/CE é o mesmo que o observado para toda a população, em contrapartida o APL de Itabaianinha/SE é o principal responsável pela absorção da população migrante. O município de Tambaú/SP também apresenta um padrão de absorção da população migrante no qual o seu APL não é o maior responsável.

Tabela 1 - Apls 2010 - População, Imigrantes e ocupados

Arranjos Produtivos Locais		População	Imigrantes	Percentual de imigrantes	Ocupados	Imigrantes Ocupados	Percentual de Ocupados - Imigrantes
Setor Têxtil e Confeções	Apucarana/PR	120.919	18.041	14,92%	65.911	10.276	15,59%
	Cianorte/PR	69.958	15.685	22,42%	40.451	9.685	23,94%
	Colatina/ES	111.788	13.624	12,19%	57.942	6.855	11,83%
	Ibitinga/SP	53.158	8.353	15,71%	30.177	5.061	16,77%
	Jaraguá/GO	41.870	9.057	21,63%	21.640	4.738	21,90%
	Monte Siao/MG	21.203	4.136	19,51%	13.812	2.517	18,22%
	Nova Friburgo/RJ	182.082	18.610	10,22%	95.635	9.570	10,01%
	Terra Roxa/PR	16.759	3.573	21,32%	9.532	2.020	21,19%
	Iobias Barreto/SE	48.040	5.644	11,75%	21.524	2.518	11,70%
Calçados	Franca/SP	318.640	29.289	9,19%	167.848	16.389	9,76%
	Jau/SP	131.040	17.300	13,20%	71.577	10.103	14,11%
	Nova Serrana/MG	73.699	30.126	40,88%	45.672	19.888	43,54%
Cerâmicas Vermelhas	Itabaianinha/SE	38.910	2.890	7,43%	15.658	1.117	7,13%
	Russas/CE	69.833	9.328	13,36%	31.200	4.566	14,60%
	Lambau/SP	22.406	1.378	6,15%	10.867	536	4,93%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Outro fato esperado é o papel preponderante dos "Serviços Domésticos" na ocupação da população imigrante, pode-se constatar na Tabela 2 que o percentual dos imigrantes que é absorvido no setor de serviços domésticos é ligeiramente superior ao percentual da população total absorvida por esse segmento da economia. Em média a população imigrante tem uma ocupação maior que a população do município (imigrantes + não migrantes) em 0,62% para esse setor.

Há de se destacar quem em oito dos quinze municípios o setor de serviços domésticos é o segundo que mais absorve a população migrante, nos outros municípios eles ocupam da terceira a quinta posição nesse quesito. Apenas em Colatina/ES ele é o setor mais expressivo na absorção da população imigrante. Singer (1977) destaca as mazelas da ocupação do migrante nesse segmento da economia, indicando a baixa remuneração do setor e os efeitos negativos para outras atividades.

Tabela 2 - Apls 2010 - Ocupados - APL e serviços domésticos, por condição migratória e população total

Atividades Produtivas Locais		Ocupados no Apl	Percentual de Ocupados no Apl	Imigrantes no APL	Percentual de Imigrantes Ocupados no APL	Serviços Domésticos	Percentual de Ocupados nos "Serviços Domésticos"	Imigrantes Ocupados nos "Serviços Domésticos"	Percentual de Ocupados nos "Serviços Domésticos" - Imigrantes
Setor Têxtil e Confeccões	Apucarana/PR	11.397	17,29%	1.583	15,41%	3.236	4,91%	532	5,18%
	Cianorte/PR	6.757	16,70%	1.635	18,88%	2.184	5,40%	490	5,06%
	Coatitina/ES	4.327	7,47%	316	4,61%	3.988	9,38%	603	8,80%
	Itatinga/SP	8.137	26,96%	1.248	24,66%	1.309	4,34%	232	4,58%
	Jaraguá/GO	5.974	27,61%	1.127	23,79%	1.421	6,57%	312	6,58%
	Monte Sião/MG	4.888	35,39%	852	33,85%	776	5,62%	152	6,04%
	Nova Friburgo/RJ	18.419	19,26%	1.276	13,33%	5.656	5,91%	552	5,77%
	Terra Roxa/PR	2.065	21,66%	423	20,94%	357	3,75%	64	3,17%
	Tobias Barreto/SE	3.356	15,59%	241	9,57%	1.008	4,68%	232	9,21%
Calçados	Franca/SP	43.546	25,94%	2.695	16,44%	8.442	5,03%	945	5,77%
	Jau/SP	14.379	20,09%	2.010	19,89%	3.617	5,33%	415	4,11%
	Nova Serrana/MG	28.321	62,01%	13.427	67,51%	1.664	3,64%	649	3,26%
Cerâmicas Vermelhas	Itabolinha/SE	1533 ¹	9,79%	104	9,31%	781	4,99%	103	9,22%
	Russas/CE	2520 ²	6,08%	322 ⁴	7,07%	1.340	4,29%	245	5,38%
	Tamboril/SP	1.843	16,96%	36 ⁵	6,72%	844	7,77%	33	6,16%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A última tabela desse segmento faz uma comparação da renda média entre os imigrantes, os não migrantes e a população total (Tabela 3). Conforme esperado a população de imigrantes apresenta uma renda média superior a da população como um todo. As razões para tal podem ser relativizadas pelo recorte temporal analisado, como o período corresponde a um limite de dez anos, é natural que a população que permaneceu no município são aqueles imigrantes que conseguiram superar as barreiras e as dificuldades da inserção. Ou seja, aqueles que podem ser considerados vencedores no processo de seleção da migração adquirem, normalmente, uma renda mais elevada.

Tabela 3 - Apls 2010 - Renda média por condição migratória

Arranjos Produtivos Locais		Renda Média (Todos os Setores)	Renda Média (Todos os Setores) Imigrantes	Média de Renda na Ocupação (APL)	Média de Renda na Ocupação Imigrante (APL)	Média de Renda na Ocupação Não Migrante (APL)	Diferencial de renda média - APL e Todos os Setores	Diferencial de renda média - APL e Todos os Setores (Imigrantes)
Setor Têxtil e Confeccões	Apucarana/PR	1.157,20	1.206,29	925,53	767,75	949,65	-231,67	-438,54
	Cianorte/PR	1.134,60	1.073,58	944,27	805,27	984,07	-190,32	-268,3
	Coletina/EB	1.106,51	1.356,42	781,13	695,9	793,15	-325,38	-660,52
	Itatinga/SP	1.052,16	1.037,50	766,03	696,22	777,67	-286,131	-341,28
	Jaraguá/GO	937,44	1.015,12	746,12	664,38	768,58	-191,31	-350,74
	Monte Sião/MG	961,45	1.038,39	1060,11	860,66	1089,21	88,66	-177,73
	Nova Friburgo/RJ	1.132,97	1.632,35	925,57	1338,8	899,97	-204,4	284,06
	Terra Roxa/PR	885,82	972,39	707,26	555,29	743,15	-178,56	-420,09
Tóbias Barreto/BE	589,70	589,70	338,32	537,81	320,99	-219,22	-51,87	
Calçados	France/SP	1.227,76	1.406,01	926,9	858,39	931,52	-300,78	-549,62
	Jau/SP	1.282,15	1.191,24	970,36	829,5	993,17	-311,8	-361,75
	Nova Serrana/MG	920,63	817,74	866,58	742,57	978,55	-54,05	-75,17
Cerâmicas Vermelhas	Itabereninha/BE	433,99	565,81	433,31	537,42	425,7	-0,28	-28,39
	Russas/CE	627,82	704,98	604,18	587,13	606,63	-23,65	-117,85
	Tamboril/SP	1.170,83	1.235,78	1071,75	774,13	1077,7	-99,07	-621,84

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto à comparação da renda entre as diferentes populações que trabalham nos APLs pode-se observar um padrão de rendimentos inferiores para todos os segmentos, total, não migrantes e imigrantes. As únicas exceções são Monte Sião/MG que apresenta renda superior à média para o total e a população não migrante, e Nova Friburgo/RJ que apresenta valores superiores para a população imigrante.

Essa estrutura de rendimentos dos APLs pode ser fruto do tipo de trabalho que é realizado no setor, já que a informalidade e o trabalho por produtividade são características desses nichos de produção. Nesse contexto infere-se que a população migrante que é

absorvida pelo APLs é, em grande maioria, de baixa escolaridade. Os dados comprovam essa afirmação, já que em média os imigrantes recebem nos APLs R\$-277,96, este quadro torna-se mais crítico ao considerarmos a massa de trabalhadores alocada nesses segmentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder centralizador de um APL é notável, sua capacidade de mobilizar a população das cidades vizinhas é uma marca registrada desse tipo de atividade. Entretanto, a busca por uma ocupação em um município pode ser iniciada através do poder de atração do APL, mas a fonte de renda pode ser oriunda de outros segmentos. Os APLs atraem uma população que busca no desenvolvimento do município uma probabilidade de melhoria das condições de vida.

Todavia, a expectativa de inserção em setores com maiores rendimentos da economia local não acontece imediatamente para todos. Muitos passam por setores com rendimentos inferiores aos do APLs, para posteriormente ascender a um emprego de melhor qualidade. Obviamente, uma parcela da população não consegue transpor essa barreira, e muitas vezes restam para eles um retorno ou uma reemigração para tentar a sorte em outro município.

Não obstante, um centro urbano que recebe muitos imigrantes sofre um processo de valorização de algumas atividades em detrimento de outras, desse modo apesar de toda a confiança e expectativa do imigrante em relação ao crescimento e desenvolvimento da qualidade de vida do seu núcleo familiar à realidade pode ser um tanto quanto penosa.

A Tabela 4 demonstra como está a distribuição dos imigrantes em relação a ocupação no setor, indicando que proporcionalmente existem mais imigrantes no setor de serviços domésticos em detrimento do grupo de atividades representadas pelos APLs. Em média 17,36% das pessoas que declaram ocupação no setor de serviços doméstico são imigrantes enquanto que 14,71% são imigrantes que tinham alguma ocupação diretamente relacionada ao APL. Ao somarmos o efeito de encadeamento e dinamização da economia que o crescimento do APL propicia esses números tornam-se superestimados, entretanto esperava-se uma maior representatividade dos imigrantes nos setores específicos dos arranjos produtivos locais. No entanto o APL apresenta um percentual de absorção superior em quatro dos quinze municípios analisados, Cianorte/PR, Terra Roxa/PR, Nova Serrana/MG e Jaú/SP.

No entanto os APLs e a zona industrial que o compõe são, indubitavelmente, um sinônimo de esperança para a população do município e para a população que migra para a localidade. Nas palavras de Fischer (1981):

(...) a zona industrial, da maior a menor, é igualmente a esperança (frequentemente decepcionante) de ver se implantarem empresas e criarem empregos. É, para a municipalidade a perspectiva de novos recursos financeiros, de nova população, de um dinamismo novo, eliminando os riscos do marasmo econômico e do declínio demográfico. Ao que se acrescenta o fato que, a torto e a direita, mesmo coletividades locais veem o meio mais certo de obter auxílios e subvenções do poder público. Para os responsáveis locais a zona industrial, pode então ser, e é as vezes quando ela “consegue”, um instrumento privilegiado do crescimento econômico e do desenvolvimento social (FISCHER, 1981).

Tabela 4 - APL 2010 - Imigrantes em relação aos ocupados por setor

Arranjos Produtivos Locais	Ocupados no Apl	Imigrantes no APL	Percentual de Imigrantes Ocupados no APL	Serviços Domésticos	Imigrantes Ocupados nos "Serviços Domésticos"	Percentual de Ocupados nos "Serviços Domésticos" - Imigrantes	
Setor Têxtil e Confecções	Apucarana/PR	11.397	1.583	13,89%	3.236	532	16,44%
	Cianorte/PR	6.757	1.635	24,20%	2.184	490	22,44%
	Colatina/ES	4.327	316	7,30%	3.986	603	15,13%
	Ibitinga/SP	8.137	1.248	15,34%	1.309	232	17,72%
	Jaraguá/GO	5.974	1.127	18,87%	1.421	312	21,96%
	Monte Sião/MG	4.888	852	17,43%	776	152	19,59%
	Nova Friburgo/RJ	18.419	1.276	6,93%	5.656	552	9,76%
	Terra Roxa/PR	2.065	423	20,48%	357	64	17,93%
	Tobias Barreto/SE	3.356	241	7,18%	1.008	232	23,02%
Calçados	Franca/SP	43.546	2.695	6,19%	8.442	945	11,19%
	Jau/SP	14.379	2.010	13,98%	3.817	415	10,87%
	Nova Serrana/MG	28.321	13.427	47,41%	1.664	649	39,00%
Cerâmicas Vermelhas	Itabaianinha/SE	1.533	104	6,78%	781	103	13,19%
	Russas/CE	2.520	322	12,78%	1.340	245	18,28%
	Tambaú/SP	1.843	36	1,95%	844	33	3,91%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Fausto. RIGGOTI, José Irineu. CAMPOS, Jarvis. **A Mobilidade Interestadual da População no Brasil no Início do Século XXI: Mudança no padrão migratório?** – CEDEPLAR/UFGM – TD 465, 2012. Disponível em <<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20465.pdf>> acessado em 02/07/13.

FISCHER, André. Zones Industrielles et stratégies économiques et spatiales. Analyse de l'espace, 1981. In FIRKOWSKI, O. L. C. SPOSITO, E. S. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer.** Editora Expressão Popular. São Paulo/SP, 2008.

FISCHER, André. Stratégies de développement dès collectivités et stratégies industrielles dès firmes: réflexions à propôs de La pertinence de l'échelle locale. Développement et ensemble de PME. Lyon, GLISI, 1992. In FIRKOWSKI, O. L. C. SPOSITO, E. S. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer.** Editora Expressão Popular. São Paulo/SP, 2008.

de HAAS, H. (2010). Migration and development: a theoretical perspective. In **International Migration Review**, 44(1):227-264.

IBGE. Censo Demográfico, 2010.

LEE, E.S. A theory on migration. *Demography*, 3 (1): 47-57, 1966.

MASSEY, D., J. ARANGO, et al. (1993). "Theories of International Migration: a Review and Appraisal." **Population and Development Review** 19(3): 431-466.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e Território em São Paulo: Estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista (1950-2005)**. Editora Alínea. Campinas/SP, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1977.

PERROUX, F. O conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.

PIQUET, R. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Editora Garamond. Rio de Janeiro/RJ, 2007.

SESSÃO TEMÁTICA 7

**OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS NO
CONTEXTO DA CRISE MUNDIAL E A POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA ATUAL – AÇÕES E REAÇÕES**

A POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA SOBRE HAITIANOS (2010-2013): DAS COTAS DE INGRESSO AOS CONTORNOS DE UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA

*Carolina de Abreu Batista Claro*³⁷

RESUMO: O Brasil há muito é conhecido como um país de imigração, embora sua legislação pareça contraditória em termos de recepção de estrangeiros em seu território. Dos incentivos aos fluxos imigratórios nas décadas de 1910 a 1930 e nos anos 1990 à principal legislação migratória brasileira – Lei nº 8.615 de 1980, que trata os estrangeiros de forma repressiva ao invés de indicar direitos. Não obstante, a imigração tem sido um tema de pouca atenção até recentemente pelo governo federal. O terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010 forçou milhares de pessoas a se deslocarem para outros países e, em 2011, centenas de haitianos chegaram ao Brasil através das fronteiras com a Bolívia e o Peru. Temendo uma quantidade sem precedentes de imigrantes indocumentados vindos de uma só vez, o governo brasileiro impôs cotas de cem vistos por mês aos haitianos que saíssem da capital do Haiti, Porto Príncipe. Mais recentemente, em maio de 2013, o governo brasileiro editou uma norma pondo fim às cotas de ingresso para haitianos, mas as políticas incertas de controle migratório ainda persistem, embora o discurso oficial seja de aceitar esses estrangeiros e de encontrar emprego para aqueles que imigraram em função da crise humanitária no Haiti. Mesmo que as políticas brasileiras sobre os imigrantes haitianos (2010-2013) possam ser objeto de críticas, ainda há muito debate e discussão sobre a existência de uma política migratória brasileira mais clara e transparente. Resta saber se o precedente imposto pelo governo brasileiro aos haitianos também será aplicado a outros grupos de nacionais em condições similares ou se o país estabelecerá uma política migratória mais condizente com os direitos dos migrantes e com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

Palavras-chave: Direito de Migração, Política Migratória, Haiti, Lei nº 8.615/80.

Objetivos

Analisar, criticamente, a legislação migratória brasileira imposta aos imigrantes haitianos (2010-2013).

Verificar a existência de uma política migratória brasileira e discutir como o precedente político-normativo sobre os haitianos pode afetar essa política.

Metodologia

Análise de legislação pertinente, dos discursos políticos sobre os imigrantes haitianos (2010-2013) e do resultado de entrevistas realizadas com membros do governo brasileiro e com haitianos imigrados durante o período estudado.

Resultados e Discussão

Os órgãos do governo federal relacionados à política migratória brasileira não estavam preparados para lidar com uma situação como a do grande fluxo de imigrantes haitianos que vieram ao país no período de 2010-2013. Por isso, tomaram uma medida de urgência

³⁷ Doutoranda em Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E-mail: cclaro@usp.br

(imposição de cotas à imigração) para tentar contornar não apenas a imigração de indocumentados pela fronteira com a Bolívia e o Peru, mas também para tentar inibir outras práticas criminosas como a ação de coiotes e o tráfico de pessoas.

Pergunta-se: (i) o Brasil utilizará o sistema de cotas para outros grupos de imigrantes, em situação vulnerável ou não? (ii) uma política migratória brasileira deverá ver o estrangeiro como ameaça à segurança nacional e à ordem pública ou deverá, antes, respeitar os direitos dos migrantes?

Conclusões

Embora uma ação política fosse necessária, a imposição de cotas à imigração não se mostrou a solução mais acertada, uma vez que os direitos das vítimas do terremoto de buscarem proteção fora do seu território não foram respeitados ao passo que o Brasil liderava a Missão da ONU no Haiti e pregava cooperação e solidariedade internacionais em atenção a essas mesmas vítimas. Ademais, impor cotas à imigração é uma medida política delicada, na medida em que pode incitar uma restrição permanente à imigração e incentivar a xenofobia.

O Brasil não dispõe de uma política migratória clara e coerente ou sequer de uma legislação adequada para garantir os direitos dos migrantes.

Referências Bibliográficas

RAMOS, André de Carvalho. Direito dos Estrangeiros no Brasil: imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. (Coord.) **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008, pp. 721-746.

_____. O Princípio do Non-Refoulement no direito dos refugiados: do ingresso à extradição. **Revista dos Tribunais**, v. 892, p. 347-376, 2010.

SOARES, Guido. Direitos humanos e a proteção do estrangeiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 41, n. 162 abr./jun. 2004.

VENTURA, Deisy. Qual a Política Migratória do Brasil? **Le Monde Diplomatique Brasil**. 7 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>>.

NA “TRILHA” DOS PROJETOS MIGRATÓRIOS DE BRASILEIROS NA FRANÇA

Gisele Maria Ribeiro de Almeida ♦

RESUMO: Este artigo aborda a imigração brasileira na França após 1980 a partir de um quadro teórico centrado na concepção e realização do projeto migratório. Como se argumenta no texto, constrangimentos e oportunidades são, em diferentes níveis, inerentes aos potenciais migrantes. Se a migração é entendida como voluntária, uma explicação do fluxo demanda a incorporação da agência destes migrantes na reflexão, ainda que o grau de liberdade para a tomada da decisão de emigrar de um país e imigrar em outro não seja nunca total, no sentido de que estruturas econômicas e políticas que estão além das competências individuais, foram e são fundamentais para a viabilização do projeto. Esta tensão entre as perspectivas micro e macroestrutural que atuam sobre os deslocamentos migratórios é incorporada aqui através da análise dos projetos que levaram brasileiros para a França.

Palavras-chave: Migração internacional; Emigrantes-Brasil; Determinantes da Migração Na “trilha” dos projetos migratórios de brasileiros na França³⁸

1 INTRODUÇÃO

As migrações internacionais contemporâneas estão demandando um olhar mais atento dos pesquisadores, em função dos desafios teóricos e conceituais que os fenômenos empíricos têm levantado (ALMEIDA e BAENINGER, 2013). No bojo deste debate, uma das questões que ganharam destaque refere-se à denúncia da fraqueza teórica de abordagens que trabalham com uma polaridade no nível de análise – ressaltando os fatores macroeconômicos para explicar os deslocamentos migratórios ou enfatizando o papel de agência dos indivíduos (BAKEWELL, 2010; CASTLES, 2010; FAIST, 2010; MASSEY et al, 1998).

Conforme aponta Ma Mung (2009), a perspectiva da autonomia para explicar as migrações é uma alternativa para escapar desta criticada dualidade analítica. A proposta deste autor é investigar então a forma através da qual o “interior” (entendido como as disposições individuais) organiza para si a exterioridade material e social (os fatores macroestruturais). Nesta perspectiva, o projeto migratório deve ser visto como um procedimento estratégico, ligado à realidade prática e ao contexto que cerca o potencial migrante. Importante ressaltar que este “projeto” não é algo estático, ao contrário, só faz sentido usar a noção de projeto migratório na perspectiva proposta a partir do seu caráter dinâmico: um planejamento que se atualiza e se reatualiza nas diferentes etapas do deslocamento. Este aspecto do projeto migratório foi bastante enfatizado por Boyer (2005) que destacou a influência das informações, intercâmbios e experiências do migrante ao longo de sua trajetória para a atualização constante de suas projeções para seu futuro migratório. Seguindo esta perspectiva, este artigo aborda a recente imigração brasileira na França considerando a concepção e a realização do projeto migratório como um *locus* privilegiado de análise.

O artigo está estruturado em três partes. Primeiro, uma apresentação do debate sobre o tema, que tem insistido sobre os limites das teorias (exclusivamente macro ou micro) elaboradas para explicar a migração internacional contemporânea. Em seguida, discute-se

♦ Doutoranda em Sociologia - IFCH/UNICAMP e bolsista FAPESP.

³⁸ Este artigo é uma parte do segundo capítulo da tese de doutoramento, e vias de finalização, resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo” coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger e financiado pela FAPESP.

como a análise do projeto migratório viabiliza um reconhecimento do papel da agência individual e ao mesmo tempo em que considera os constrangimentos e as oportunidades que se desprendem das macroestruturas. Na terceira e última parte do texto, serão analisados seis projetos migratórios, apreendidos a partir de entrevistadas semiestruturadas realizadas com imigrantes brasileiros na França.

2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: DESAFIOS TEÓRICOS

Um dos aspectos que tem sido debatido pelos pesquisadores interessados pelas migrações internacionais contemporâneas refere-se ao problema da unilateralidade da análise no âmbito dos estudos migratórios, nesse debate nota-se um interesse crescente na consideração dos condicionantes macroestruturais que impelem a migração como, por exemplo, os níveis de desigualdades econômicas e sociais entre os países e ao mesmo tempo no reconhecimento da agência do migrante e de suas motivações (BAKEWELL, 2010; CASTLES, 2010; FAIST, 2010; MASSEY et al., 1998). A avaliação que se encontra em Massey et al. (1998) resume bem esta problemática quando ressaltam a impossibilidade de uma leitura exclusivamente “macro” ou “micro” do processo migratório a partir de uma revisão das teorias elaboradas para explicar a migração internacional contemporânea:

(...) nós duvidamos tanto das teorias atomistas que negam a importância das restrições estruturais sobre as decisões individuais, como das teorias estruturais que negam a agência dos indivíduos e das famílias. Em vez de assumir o argumento limitado da exclusividade teórica, adotamos a posição mais ampla de que os processos causais relevantes para a migração internacional tendem a ocorrer simultaneamente em vários níveis, e que a triagem de quais explicações são úteis é uma tarefa empírica e não apenas lógica (MASSEY et al., 1998, p. 50, tradução nossa)³⁹.

Em grande medida essa busca por um nível de análise menos polarizado é motivada pelo entendimento de que a maior parte das migrações resulta de múltiplos efeitos, com diferentes níveis de agência individual, de um lado, e de oportunidades e constrangimentos macroestruturais, de outro, dependendo do caso.

Uma vez que a imigração brasileira na França, alvo desta reflexão, é vista como voluntária e ao mesmo tempo é parte integrante da dinâmica social, essa questão passa pela consideração dos interesses do agente migrante, sem perder de vista as coações e disposições associadas ao seu posicionamento no espaço social (BOURDIEU, 2004); em outras palavras, investigar não apenas os constrangimentos e oportunidades que operam sobre o migrante, mas as motivações⁴⁰ e as expectativas que o levam a se deslocar.

De acordo com King (2012), os modelos conhecidos como “*push and pull*”, assim chamados pelos efeitos de atração e repulsão, baseados na economia neoclássica - que operam com os princípios da escolha racional, da maximização da utilidade esperada e do diferencial

³⁹ No original: “(...) *we are sceptical both of atomistic theories that deny the importance of structural constraints on individual decisions, and of structural theories that deny agency to individuals and families. Rather than adopting the narrow argument of theoretical exclusivity, we adopt the broader position that causal processes relevant to international migration might operate on multiple levels simultaneously, and that sorting out which of the explanations are useful is an empirical and not only a logical task*” (MASSEY et al., 1998, p. 50).

⁴⁰ Bourdieu (2004) prefere falar em interesse e não em motivação porque quer enfatizar a ruptura de seu pensamento com o que ele chama de uma “tradição ingenuamente idealista que estava presente na ciência social e em seu léxico mais comum (motivações, aspirações, etc.”. Para Bourdieu há uma pluralidade de interesses que variam em relação ao tempo e ao lugar. Aqui nós reconhecemos a importância do lugar do agente no espaço social para a constituição dos seus interesses, no entanto, falaremos aqui das motivações dos agentes, particularmente quando fizermos referências aos autores que fizeram uso do tal léxico.

de salários entre as regiões e os países - dominaram as explicações sobre o fenômeno migratório particularmente na metade no século XX.

Massey et al. (1998) apontam que a economia neoclássica forneceu dois tipos de perspectivas que definem como “macro-teoria” e “micro-teoria”. A “macro-teoria” entende que as migrações internacionais são causadas por diferenças entre oferta e demanda da força de trabalho que leva a uma mobilidade da força de trabalho, resultado em fluxos de migração. Por outro lado, a “micro-teoria” segue esse mesmo pressuposto de “atração” (mais emprego e/ou salário maior) e “repulsão” (menos emprego e/ou salário menor), com a diferença de que neste caso o migrante é visto como um agente racional que busca maximizar seus ganhos.

Estes modelos baseados em critérios racionais, dados os níveis de salários e expectativas de ganhos por parte dos indivíduos, mostraram-se insustentáveis para explicar os fluxos após 1980, em função dos maiores níveis de desemprego nos países de destino e das maiores restrições à imigração (MASSEY et al., 1998). Os *migrantólogos* (CASTLES e MILLER, 2004; MASSEY et al., 1998; PORTES, 1999) argumentam que desde então os aspectos econômicos não são mais suficientemente satisfatórios para explicar as migrações, inclusive porque via de regra não são os mais pobres que migram, muito menos para um outro país.

Os estudos realizados e os fluxos observados a partir dos anos 1960, de acordo com Boyd (1989) foram legitimando as críticas endereçadas aos modelos baseados na atração-repulsão⁴¹, minando o poder explicativo destas abordagens e consolidando a crise do “push-pull” (MASSEY et al., 1998). Desta forma, os desequilíbrios no interior da nação e as disparidades entre os países não justificariam isoladamente as migrações.

No sentido de superar estas teorias, estudos partiram de um novo olhar sobre o processo de tomada de decisão em relação à migração, uma perspectiva que reconhece o migrante ou potencial migrante como um agente ativo, e não apenas um indivíduo racional que toma a decisão com base numa avaliação sobre custo *versus* benefício. Nesta perspectiva, Massey et al. (1998) argumentam como aumentou o interesse por informações que pudessem melhor definir as especificidades econômicas e sociais associadas às migrações. Importante ressaltar que essa valorização do agente não significa a desconsideração dos aspectos suscitados pelos níveis macroestruturais. Os *migrantólogos* começaram a combinar então estrutura socioeconômica, estratégias familiares e processo decisório-individual, perspectivas teóricas preocupadas em pensar os indivíduos e as circunstâncias que as afetam de forma combinada.

3 O PROJETO MIGRATÓRIO

Conforme aponta Ma Mung (2009), a perspectiva da autonomia para explicar as migrações é um caminho para sair do debate teórico que aposta na leitura polarizada da migração como processo determinado, ora resultado de fatores macroeconômicos, ora explicado pelas dimensões individuais. A proposta deste autor é investigar então a forma através da qual o “interior” (entendido como as disposições individuais) organiza para si a exterioridade material e social (os fatores macroestruturais). Ma Mung enfatiza que o projeto migratório assume a expressão da capacidade individual de iniciativa e de realização, isto é, uma evidência de suas capacidades de “saber-fazer” e “poder-fazer”. No primeiro caso, um “saber-fazer”, pois os indivíduos e os coletivos reformulam os contextos em que vivem de alguma maneira; e depois um “poder-fazer” em função de um pressuposto de iniciativa, de uma capacidade de agir sobre estes contextos.

⁴¹ O artigo de Boyd (1989) do final dos anos 1980 já apontava o “esgotamento” do modelo teórico baseado na atração-repulsão.

O projeto migratório deve ser encarado, nesta abordagem, como um procedimento estratégico, ligado à realidade prática e ao contexto que o cerca. É uma construção intencional, uma projeção sobre o futuro, cujo conteúdo está em “constante redefinição em função da história, dos percursos e das experiências migratórias” (MA MUNG, 2009, p. 33, tradução nossa)⁴².

O uso da noção de projeto migratório é revelador da capacidade de “poder-fazer” dos migrantes e sinaliza para uma perspectiva que privilegia o indivíduo migrante, como alguém com intenções e com capacidade de ação: “(...) sabendo que quaisquer que sejam o peso das restrições e condições (naturais e sociais), há uma porção de iniciativa nas ações dos sujeitos. É imperativo então enfatizar as iniciativas ao invés das restrições” (MA MUNG, 2009, p. 30, tradução nossa)⁴³.

Um aspecto central dos desafios envolvidos na análise das migrações internacionais é a distinção usual (mesmo quando não explicitada) entre migrações forçadas e voluntárias. Recorrentemente os *migrantólogos* adotam o princípio classificatório de que aqueles migrantes que buscam refúgio são “migrantes forçados” como é o caso, por exemplo, dos deslocados em função dos conflitos na região de Darfur no Sudão (SIMON, 2008). Por outro lado, os latino-americanos que migram para os Estados Unidos tendem a ser classificados, ainda que implicitamente, como “migrantes voluntários”, porque a princípio “poderiam” ter permanecido em seus países de origem⁴⁴. Na prática, isto significa reconhecer, ainda que como pressuposto oculto, que no primeiro caso, o grau de liberdade para a realização do deslocamento é nulo, ou quase inexistente, enquanto no segundo caso, houve uma escolha, ainda que ela não seja feita com plena autonomia. Constrangimentos e oportunidades tendem a ser, em diferentes níveis, inerentes aos potenciais migrantes. Entender porque alguém migra de um local para outro e como isso é possível, demanda do ponto de vista sociológico o reconhecimento de um nível de agência – entendida como a capacidade de ação dos indivíduos dentro de um campo de forças sociais.

Desta forma, se parto do pressuposto que os brasileiros que foram para a França agiram com algum nível de autonomia e defino esta migração como “voluntária”, uma explicação sociológica do fluxo demanda a incorporação da agência destes migrantes na análise, ainda que o grau de liberdade para a tomada da decisão de emigrar do Brasil e imigrar na França não seja nunca total; pois não se ignora o peso das estruturas econômicas e políticas que estão além das competências individuais, e que são fundamentais para a viabilização do projeto.

Neste sentido, a relação entre as “estruturas objetivas”, que existem “independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações” (BOURDIEU, 2004, p. 149), e a “gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos (...) de *habitus*” (BOURDIEU, 2004, p. 149, grifo do autor) é reintroduzida aqui e incorporada através da problemática em torno da concepção e realização do projeto migratório. Importante ressaltar que este “projeto” não é algo estático, ao contrário, só faz sentido usar a noção de projeto migratório no âmbito desta

⁴² No original: “*en redéfinition constante en fonction de l’histoire, des parcours et de l’expérience migratoire*” (MA MUNG, 2009, p. 33).

⁴³ No original: “*(...) à savoir que quel que soit le poids des contraintes et conditions (naturelles et sociales), il y a une part d’initiative dans les actions des sujets. Il faut alors mettre l’accent sur les initiatives plutôt que sur les contraintes.*” (MA MUNG, 2009: p. 30)

⁴⁴ A não ser que se trate de autores cujas perspectivas analíticas são centradas na explicação macroestrutural, e que o migrante não é agente porque em última instância não há espaço para a ação do indivíduo, que sofre impreterivelmente os efeitos da reprodução da ordem social.

argumentação se o entendemos em seu caráter dinâmico, como um planejamento que se atualiza e se reatualiza nas diferentes etapas do deslocamento⁴⁵.

Bouly de Lesdain (1999) constatou através de uma pesquisa empírica sobre fluxo de camaronenses para a França que o exame do projeto migratório elaborado antes da partida oferece uma visão estática dos perfis e das motivações dos migrantes. A autora mostrou que mulheres que foram acompanhando seus maridos, muitas vezes aproveitam a oportunidade para estudar e assim acabam prolongando sua estada na França para além daquela do seu esposo. Assim como encontrou estudantes que não tinham no momento da emigração motivações ligadas aos estudos, mas uma vez na França, seguem seus estudos, impactando seus planejamentos quanto ao futuro.

Este caráter do projeto migratório foi bastante enfatizado por Boyer (2005) que destacou a influência das informações, intercâmbios e experiências do migrante ao longo de sua trajetória para a atualização constante de suas projeções para seu futuro migratório. Esta autora reconhece que o projeto é resultado de uma negociação permanente que advém de diferentes escalas (da conjuntura econômica ao grupo social, da rede migratória aos parentes que ficaram na origem), mas também aponta para a dimensão subjetiva, pois numa perspectiva individual o projeto resulta de uma construção do agente sobre um “porvir migratório”, através de suas representações e de suas leituras sobre a realidade, no local de origem e no destino. Em outras palavras Ma Mung (2009) também faz referência a isso quando aborda o papel da “criação migratória” no processo que engendra a própria formulação do projeto: “Esta imaginação, esta criação de um mundo predisposto a acolher a migração é concomitante de elaboração de um projeto de migração com intenção de deixar um lugar para outro” (MA MUNG, 2009, p. 35, tradução nossa)⁴⁶. Importante dizer que essa dimensão criativa tem para Ma Mung um efeito ativo e retroativo sobre o projeto migratório. Nos projetos migratórios analisados nesse artigo é possível verificar como essa “criação migratória” se manifestou em função de aspectos distintos:

- Bernardo é um caso em que a “criação migratória” foi facilitada pelo capital social disponível em função de sua proximidade junto às redes que fomentam a emigração e, no seu caso, o projeto migratório é uma alternativa “evidente” quando ele perde o emprego;

- Érica tinha o sonho de estudar inglês, mas a ida para a Irlanda com o seu namorado “abriu novos horizontes” para sua criação migratória: desta primeira experiência migrante nasceu o “projeto França”, o desejo de aprender um novo idioma, um porvir em aberto pela existência de novos projetos pessoais e profissionais;

- Leonardo tinha o desejo de sair do Brasil desde adolescente e avalia sua emigração como uma “fuga”, a possibilidade de escapar de um lugar no qual ele sempre se sentiu “estranho”. O “porvir migratório” prometia a ele a oportunidade de se encontrar e de ter uma vida mais condizente com seus valores e seus objetivos;

- Lígia via no relacionamento com um “estrangeiro” a possibilidade de realizar tudo aquilo que sonhava e entendia que esse “caminho” lhe abriria as portas para alcançar seus sonhos. O “estrangeiro” – enquanto parceiro e um território estranho – é que lhe permitiria ter uma casa, ter uma família, ter uma vida que correspondesse aos seus anseios.

- Marcílio aponta para a sua criação migratória quando narra sua trajetória dizendo ter contraído o “bichinho da viagem” na primeira vez que saiu do Brasil, enviado à Suíça pela empresa onde trabalhava. Desde então, não conseguiu mais ficar satisfeito com sua vida no

⁴⁵ A apresentação de algumas trajetórias selecionadas para efeitos de ilustração no final do capítulo revela esse aspecto da migração como um processo em movimento.

⁴⁶ No original: “*Cette imagination, cette création d’un monde predisposée à accueillir la migration est concomitante de l’élaboration d’un projet migratoire comme intention de quitter un lieu pour un autre*” (MA MUNG, 2009, p.35).

Brasil, uma trajetória recheada de chegadas e partidas desde 2000 com estadas no Canadá, na Inglaterra, na Itália e na França;

- Nara tinha 18 anos, vivia numa cidade pequena, nunca tinha viajado para muito longe, muito menos sem os pais. Sempre “sonhou” estudar fora e num momento biográfico difícil, o projeto migratório desabrochou como uma possibilidade de mudança pessoal: decidiu ir para Londres com base em uma construção bastante idealizada (é possível até classificá-la de ingênua) e que implicou em muita frustração, pois sequer passou pela imigração inglesa e conforme me disse não imaginava que haveria dificuldades, achava que seria “tudo maravilhoso”.

4 O PROJETO MIGRATÓRIO DE BERNADO

Bernardo⁴⁷ nasceu em 1982 no interior de Minas Gerais, uma pequena cidade na região de Governador Valadares, conhecida pelo grande número de emigrantes internacionais. Ele tem o primeiro grau completo e trabalhava desde 2000 numa empresa exportadora de café, quando em 2007 foi mandado embora. Chegou a ser procurado por outra empresa exportadora, mas avaliou que “não valia a pena”. Nas suas próprias palavras:

[...] esse outro empresário... [...] Ele me pagava... Ele me pagava pouco mais do que um salário mínimo. Ele, então, disse... Na época, eu fiz o... Eu fazendo meus cálculos, dividindo por trinta, eu tava ganhando cerca de quase vinte reais por dia. Na antiga empresa onde eu trabalhava, eu ganhava muito mais. [...] Agora, pra esse, pra esse rapaz, lá, eu tava ganhando **quase** vinte reais por dia. Só! Se eu convertesse esses vinte reais em euros? Daria um total de oito a nove euros, por dia! Então, falei: “Nossa! Eu tô trabalhando pra ganhar oito euros, por dia!” [...] Então, eu falei: “Não! Eu não vou ficar aqui, não!”. [Bernardo em entrevista realizada em 22/09/2012, grifo nosso para indicar a ênfase da fala]

Nesta fala de Bernardo fica evidente que um constrangimento estrutural (a demissão seguida pela oferta de emprego com pior remuneração) o levou a um “cálculo”, manifestando uma racionalidade econômica que incorpora a expectativa de ganho no exterior. No caso de Bernardo, o próprio “cálculo” é um indicativo de um aspecto que envolve uma seletividade, porque não se trata de um “raciocínio” que “qualquer brasileiro” faria mesmo se considerarmos o efeito retroativo da elaboração de sua própria experiência, é evidente que a emigração é uma alternativa não apenas concreta, como comum e legítima no contexto no qual Bernardo estava inserido. De acordo com seu depoimento, Bernardo tinha uma irmã e alguns primos que moravam na época nos Estados Unidos e também tinha alguns primos em Portugal. Ter esses vínculos e saber destas experiências são aspectos importantes para entendermos porque Bernardo faz o “cálculo” do seu possível salário em euro e neste contexto alimenta uma “criação migratória” articulada com espaços relativamente longínquos, evidenciando que “os mapas mentais dos que pensam em emigração diferentes dos mapas geográficos. Locais em outro continente, mas com parentes e empregos, podem ser emocional e materialmente próximos” (TRUZZI, 2008, p. 207). No planejamento inicial, sua ideia era ir para os Estados Unidos, mas pretendia ir com um amigo que havia tentado ir via México e acabara preso durante 70 dias:

Aí ele foi, ficou preso, voltou. Falei: “E aí? Cê vai continuar?” Ele falou: “Vou, mas pros Estados Unidos eu não quero mexer mais não.” [Risos]. Lá eu não quero mexer, não. Eu quase morri lá. Eu falei: “Vamos pra Portugal. Eu tenho parente lá”. [Bernardo em entrevista realizada em 22/09/2012]

⁴⁷ Entrevista realizada em 22/09/2012 no norte de Paris, França.

Decidido então a ir para Portugal, Bernardo foi até Governador Valadares para tirar o passaporte, pois ele nunca tinha saído do país ainda. Lá ele conheceu um “coiote” que sugeriu a ele ir para a França:

[...] Conheci um rapaz. Conheci um rapaz, ele... Coiote. [...] Ói só, coiote pra França. [Pausa] Conhecemo... Conheci um rapaz, ele falou: “Não sô, vai pra França! Eu tenho dois irmãos lá, tenho amigos. Eu mando alguém lá buscar no aeroporto, eles vão te levar pra casa de brasileiros e eles vão te arrumar trabalho.” [Pausa] Conversei com esse amigo meu. Nós... “E aí? Vamo encarar essa?” Eu nem pensei na possibilida... Eu nem pensei assim “Nó, eu não falo nada em Francês... Eu não conheço ninguém.” Eu não pensei nada disso. Em Portugal é fácil, né? Português... Né? [...] Mas eu pensei: “Ah! Vomo... [sic] pela adrenalina, vamo bora!” E a gente veio pra cá. E esse cara cobrou, né – “Não! Mas pra mim te dar [sic] essas informações, mandar alguém te buscar no aeroporto, tem que me dar dois mil reais.” [Bernardo em entrevista realizada em 22/09/2012]

Um “coiote” para a França é sem dúvida inesperado, e Bernardo me contou isso com certo “orgulho” de me trazer essa novidade. O fato remete a um artigo de Machado e Reis (2007) no qual mostram como a imigração de valadarenses para Portugal é recente, mas que houve um “aproveitamento” da estrutura associada máfia de emigração ilegal para os Estados Unidos que serviu para uma reorientação dos fluxos: “existe em Governador Valadares uma estrutura básica que permite qualquer tipo de imigração – legal ou ilegal – e que está apenas se aproveitou da demanda por um destino mais barato e se “organizou” em oferecer este novo produto” (MACHADO e REIS, 2007: p. 154).

Bernardo ficou instigado pela ideia de ir para a França, de ir para um lugar diferente, “porque não vai brasileiro pra lá”. Contou-me que “ninguém acreditava” que ele ia para a França, achavam estranho e que tudo isso serviu para ele como estímulo. Precavido, comprou passagens para Portugal via França, pois se algo desse errado, ele seguiria para Portugal.

O problema é que realmente Bernardo caiu numa rede de tráfico de pessoas. Além de pagar os dois mil reais pelo “serviço” de ir busca-lo no aeroporto e leva-lo até um apartamento, mesmo assim teve que pagar 100 euros para o motorista e ainda foi informado que precisaria fazer uma documentação falsa que o permitisse trabalhar, que lhe custou mais 200 euros, além do aluguel adiantado no valor de 200 euros. Ele foi levado a um apartamento em uma *Cité* parisiense; as *cités* são prédios que formam conjuntos habitacionais normalmente servindo de moradia para as classes desfavorecidas. O apartamento era conhecido como “Carandiru” em função da superlotação.

Bernardo morou no “Carandiru” mais vazio, porque tinha “apenas” dezesseis pessoas. Disse-me que havia outros dois com mais de 20 pessoas. O “esquema” chamou a atenção das autoridades francesas e dois meses depois de sua chegada, Bernardo foi detido pela polícia francesa em uma visita ao local. Acabou sendo liberado porque foi enquadrado como “vítima” da quadrilha que foi acusada de tráfico humano e confecção de documentação falsa. Liberado depois de um dia inteiro de interrogatórios, Bernardo nunca mais teve documento falso e desde então trabalha informalmente apenas numa área que está se constituindo um nicho de trabalho para brasileiros: a renovação imobiliária através da prestação de serviços de pintura, acabamentos diversos, entre outros.

A demanda pela força de trabalho imigrante foi “sentida” por Bernardo, pois segundo ele, apesar de haver um discurso contra imigração na França, mesmo sem documentação que regularize sua condição imigrante, ele não teve seu passaporte carimbado quando passou pela imigração, foi liberado após ser detido com documento falso. Além disso, mesmo estando

irregular no país, ele “consegue” pagar impostos, pode ter uma conta bancária e conseguiu alugar um apartamento em seu nome⁴⁸.

No caso de Bernardo, o papel da rede de emigração ilegal foi fundamental para a escolha do destino. Disse que não falava nada de francês e que não conhecia previamente nenhum brasileiro naquele país. A única imagem que alegou ter da França era a Torre Eiffel porque “aparecia nos filmes”. Quase cinco anos depois de sua chegada, disse-me que não sofre de falta de trabalho e que hoje a França é mais do que a Torre Eiffel para ele. Bernardo tornou-se um conhecedor da história, dos monumentos parisienses, e disse que já serviu de guia turístico para amigos de conhecidos seus. Em relação ao retorno, disse que “ama a França”, que pensa em voltar ao Brasil um dia, mas só daqui a uns 10 anos (quer regularizar sua situação para poder vir ao Brasil visitar a família, mas quer poder regressar a França). No momento, apesar de mandar dinheiro para ajudar a família, ressalta que sua vida é lá.

No caso de Bernardo, seu “espaço de vida” (COURGEAU, 1988)⁴⁹ ampliado a partir dos vínculos com emigrantes e sua proximidade com as redes migratórias fez da emigração uma opção “imediate” num momento de dificuldade em função de ter perdido seu emprego. O fato de ter parentes nos Estados Unidos e em Portugal é uma evidência da familiaridade com a emigração internacional. Mas a “escolha” pelo destino-França passou pela estrutura de uma rede de “migração irregular”. Passadas as dificuldades iniciais, quase 5 anos depois, Bernardo tem uma rede de apoio de brasileiros na França (trabalha como autônomo, mas também presta serviços para um brasileiro que tem uma empresa de renovação imobiliária), frequenta igreja brasileira e divide o apartamento com brasileiros.

5 O PROJETO MIGRATÓRIO DE ÉRICA

Érica⁵⁰ é filha de mãe alagoana e pai mineiro, nascida em São Paulo, capital, em 1980. Fez administração de empresas e trabalhava em empresa que concorria por licitações. Contou-me que o trabalho era muito estressante e que quis se afastar por um tempo:

Eu sempre tive o sonho de estudar fora do Brasil, inglês, que eu já tinha feito o curso, tudo, mas nunca consegui pegar fluência porque lá a gente não usa... E na época meu marido tinha acabado de perder o emprego e tava querendo abrir um negócio. E eu falei pra ele: “olha, eu acabei de receber esse dinheiro e eu vou ver pra passar seis meses na Inglaterra ou onde for”, e ele falou: “ah, eu vou, vou nas agências com você”. A primeira agência que a gente foi, ele saiu mais empolgado que eu. Ele falou: “esquece essa história de abrir negócio, eu vou com você, a gente vai passar seis meses fora”. E aí eu queria ir pra Inglaterra e na época estava muito complicado pegar visto, estavam recusando muito, e a agência indicou Dublin, na Irlanda. Falou “oh, porque, não, tá do lado” e de qualquer forma eu queria Europa, não importava onde. [Érica em entrevista realizada em 02/07/2012]

Saíram do Brasil em novembro de 2006 com o projeto de ficar 6 meses em Dublin, na Irlanda, para estudar inglês. Mas as coisas foram dando certo: a família irlandesa que os acolheu no primeiro mês era ótima, apesar de terem levado dinheiro para não precisarem

⁴⁸ Aspectos que evidenciam a contradição da política migratória francesa, que vem cada vez mais proibindo a entrada de estrangeiros em seu território, recusando a renovação de vistos e negando pedidos de regularização. Mas que “fecha os olhos” quando os indocumentados pagam seus impostos e trabalham sem “criar problemas”. Na prática, a França e outros países centrais recusam conferir a identidade de cidadão para os imigrantes, mas aceitam sua identidade de trabalhador.

⁴⁹ Para Courgeau (1988) o espaço de vida engloba não apenas os lugares de passagem e de permanência, mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona ainda que seja de forma não presencial.

⁵⁰ Entrevista realizada em 02/07/2012 em Marselha, França.

trabalhar, arrumaram trabalho em 2 meses e conseguiram um apartamento novo e bem localizado. Enfim, os planos iniciais foram atualizados:

A gente começou a gostar do ambiente, e tudo que a gente foi buscar lá foi um curso de inglês e, na realidade, a gente percebeu que tinha muito mais. E que em seis meses não seria suficiente pra descobrir. A cultura era muito diferente, não só da Irlanda, mas de outros países, que a gente tava na escola e tinha bastante alunos da Coreia, da França, da Espanha, de todos os lugares do mundo, e principalmente da Europa. A gente fez muitos amigos, inclusive os professores. A gente falou “não, a gente não vai voltar daqui seis meses. A gente vai ficar mais”. Ai a gente foi ficando. Um ano e pouco depois os pais do meu marido resolveram ir pra lá também, pra morar. [Érica em entrevista realizada em 02/07/2012]

Com os anos, Érica disse-me que começou a alimentar um desejo de partir da Irlanda. Ao mesmo tempo, o namorado dela, o Raul, começou a ir atrás da cidadania italiana, que tinha direito em função da origem familiar. O documento saiu em 2010 e foi fundamental para viabilizar a realização de um novo projeto de migração: “[...] Aí, a partir daí, a gente começou a pensar no passaporte, conseguir o passaporte pra mudar de país. Não necessariamente seria França, mas poderia ser qualquer um outro. Aí, conseguiu o passaporte em janeiro de 2010”. [Érica em entrevista realizada em 02/07/2012]. Em maio de 2010, Érica veio ao Brasil para o casamento de sua irmã e segundo me disse, sabia que não voltaria a viver na Irlanda:

[...] e eu já tava com isso na cabeça, de que não voltaria mais pra, pra Irlanda, voltaria só pra pegar minhas coisas e ir pra algum outro lugar. Ou voltaria pro Brasil ou pra algum outro país. E aqui em Marseille tinha um amigo nosso que morava, a gente tinha amigo que morava na Alemanha, em Barcelona, então a gente começou a ver as possibilidades. Portugal também. Começou a ver as possibilidades de trabalho, de vida e tudo mais e a França foi a melhor opção porque o Raul [marido de Érica], ele é chefe de cozinha. Então, ele falou “pra mim é muito importante a França porque eu posso fazer curso”. Na época eu estava trabalhando em, em restaurante também, então eu falei eu posso fazer um curso na área de confeitaria, alguma coisa. E... E a gente resolveu, a gente conversou com nosso amigo que morava aqui. Ele falou que “pode ficá aqui em casa, não tem problema, até vocês arrumarem alguma coisa”. E a gente foi, com a cara e com a coragem. [Érica em entrevista realizada em 02/07/2012]

Esta “decisão” é interessante do ponto de vista da discussão teórica feita acima, pois Érica e seu marido tinham documentos que facilitavam o deslocamento pela Europa (ele tinha a cidadania italiana e ela uma carta de residente irlandesa), ao mesmo tempo em que tinham “contatos” e portanto benefícios associados ao capital social tanto na Alemanha, na Espanha, em Portugal e na França. Neste caso, a escolha envolveu o critério de um “clima” mais quente e ao mesmo tempo um interesse específico pelo país: para Érica era a possibilidade de estudar o idioma francês e para Raul que já era chefe de cozinha, seria o privilégio de fazer um curso de culinária na França.

O apoio do amigo foi fundamental, ficaram dois meses na casa dele até conseguirem alugar um “loft”. Érica contou que foi muito difícil porque eles não falavam francês e só conseguiram esse apartamento porque houve uma empatia com a proprietária (uma francesa) que inclusive se tornou uma amiga do casal. Depois de “arrumar” a casa, o desafio foi encontrar trabalho. Como chegaram na cidade em julho, pleno verão, a maior parte do comércio estava de portas fechadas. Érica disse que pensou que fosse os efeitos da crise econômica na Europa e que nunca fosse encontrar trabalho. No entanto, foi mais fácil do que ela pensava, e novamente destaca-se o papel do capital social, de um vínculo e de uma

solidariedade construídos em torna da identidade brasileira. Apesar de ser um trecho relativamente longo, optei pela transcrição literal de sua narrativa sobre esse processo:

A gente foi pra escola, fazer a inscrição e no dia que a gente foi fazer a prova pra saber o nível que a gente estava, apareceu uma brasileira. E aí o fiscal falou: “ah, ela é brasileira, tal”. Eu falei: “ah, oi tudo bem?”. Ela falou “meu nome é Inês” - que foi o outro anjo que apareceu na minha vida. E ela falou, é... “Eu vim pra cá pra trabalhar”, a gente começou a conversar, ela começou a falar o que ela fazia, tudo. Ela falou “eu sou manicure, eu vim pra cá pra trabalhar, eu fui selecionada em uma loja brasileira, que eu trabalho. Eu faço...eu dou formação pra, pras meninas aqui, que querem trabalhar nessa loja”. E eu falei “olha, eu, eu já fui manicure. Eu me formei, eu tinha uns 15, 16 anos, eu fazia unha minha, da minha irmã, das minhas primas, depois a minha mãe começou a chamar as amigas dela pra fazerem a unha, fazerem a unha comigo e eu fazia em casa. Mas depois disso, eu acabei entrando na faculdade, fui estudar, fui trabalhar, mas sempre fui eu que fiz minha unha [...]”. Ela falou assim: “oh, você pode vir trabalhar com a gente então. Você sabe pegar num alicate, não sabe?”. Eu falei “Isso eu sei com certeza!”. Aí, falou: “Então você pode vir trabalhar com a gente.” Aí, ela me indicou pra dona da loja... [...] E eu fui. Isso foi dia 17 de agosto, eu comecei a trabalhar dia 02 de setembro. [...] E a... e o... a Inês também, o namorado dela estava aqui na época, e ele trabalhava num restaurante. E aí ele indicou o Raul pra trabalhar. [...] aí ela arrumou trabalho pra ele lá e depois disso ele fez alguns bicos em alguns outros restaurantes e um desses restaurantes, que era de um amigo que ele conheceu na escola, tinha um rapaz que chama Túlio, que indicou ele na empresa que ele trabalha. [Érica em entrevista realizada em 02/07/2012]

O receio inicial foi sendo substituído por uma série de conquistas, e o projeto de permanecer um ano na França e voltar ao Brasil após esse período foi reatualizado e atualmente, não pensam mais em voltar:

A gente até pensava em voltar depois de um ano que a gente estivesse aqui [em Marselha, na França], porque o tempo suficiente pra aprender o francês, pro Raul aprender um pouco da cozinha francesa, então o plano era voltar pro Brasil depois de um ano. Só que, depois de um ano a gente... Ah... A gente até deu entrada na passagem, a gente ia voltar de navio, pra caber todas as coisas, tudo. A gente já estava com as malas todas prontas, porque precisava fazer orçamento de transportadora e tudo... E de repente começou a aparecer um monte de oportunidade. [...] Aí a gente começou a pensar duas vezes. Fiquei uns 2 meses pensando, decidindo. E aí o Raul falou: “acho melhor a gente ficar. Por mim, eu fico”. Pra ele é muito fácil, né, porque a família dele estava na Irlanda. [...] Pra mim o mais difícil é isso: minha família está no Brasil, meus amigos estão lá - é isso que mais me faz pensar em voltar algum dia. Hoje em dia não, eu já estou mais conformada. Acho que com o passar do tempo você vai se acostumando com isso. [...] E... Sei lá, aconteceu muita coisa depois que a gente veio pra cá, assim. Lá, minha avó morreu, minha tia morreu e eu fiquei pensando. Sei lá, a vida é tão curta, né? A gente tem que aproveitar, viver o momento. Aqui, a gente está super bem, a gente comprou esse apartamento. [...] Sabe, no Brasil seria difícil a gente comprar um apartamento assim. Acho que chegar onde a gente chegou, assim, eu acho que, sei lá, acho não era bem o momento de a gente voltar pro Brasil. [Érica em entrevista realizada em 02/07/2012].

Érica mantém uma ligação forte com o Brasil, por causa da família. Disse-me que tenta visita-los uma vez por ano. Mas, apesar de sentir saudades, reconhece que depois de tantos anos, seria difícil se acostumar novamente com a vida no Brasil. Quando me concedeu a entrevista, eles haviam se casado oficialmente há poucos meses e ela estava muito feliz com sua nova casa.

6 O PROJETO MIGRATÓRIO DE LEONARDO

Leonardo⁵¹ nasceu em 1966, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Fez a graduação e o mestrado em física no interior de São Paulo. Mudou-se novamente para fazer o doutorado, que realizou em Recife. Ele queria muito sair do Brasil, mesmo sem ligações pretéritas com esse país, aproveitou uma oportunidade que apareceu e foi para a França, em 1999, após concluir seu doutorado, acompanhando sua esposa. Segundo ele, esta decisão de emigrar pode ser entendida de duas formas. A primeira é uma leitura “lógica e simplificada”, em que a oportunidade de fazer o doutorado no exterior se somava ao momento em que ele terminava o próprio doutorado e buscava um lugar para fazer o pós-doutoramento. Enfim, um contexto favorável a saída do Brasil. Mas ele tem uma leitura mais subjetiva que nos ajuda a entender porque ele foi, voltou e foi novamente e, sobretudo, entender porque ele não pensa em voltar nunca mais: “No fundo de mim, eu sei que no final de contas, foi uma fuga. Eu estava querendo fugir, me mandar do Brasil, ir para outro lugar” (Leonardo, em entrevista realizada em 08/09/2012).

Eles foram e permaneceram 4 anos na França, período no qual Leonardo realizou dois pós-doutoramentos com bolsa de estudos da França. Após este período, eles voltaram ao Brasil por motivos pessoais. Assim, retornaram para Recife. Mas depois de quase dois anos no Brasil, surgiu um convite que levou, em 2005, Leonardo a voltar para a França:

[...] eu recebi uma nova proposta pra voltar pra França, dessa vez, pra trabalhar num laboratório [de um instituto de pesquisa francês no sul de Paris]. Pra montar um laboratório [palavra incompreensível] E uma proposta sedutora de ter um posto permanente no instituto ao final do projeto. [Leonardo em entrevista realizada em 08/09/2012]

O trabalho era interessante, mas a promessa de um contrato de trabalho por tempo indeterminado não se efetivou. Incomodado com a instabilidade, procurou alternativas e encontrou outro posto como pesquisador:

O salário tava bom, era um contrato em CDI⁵², pra trabalhar num laboratório de pesquisa, numa área interessante, uma equipe boa. Muito bom. Eu fiquei 4 anos nesse laboratório e depois de um tempo recebi uma nova proposta de trabalho, pra que eu voltasse para cá, e dessa vez com um posto no instituto. Aí, com todos os prós e contras. Os prós: bom, eu estou numa instituição de peso, status [...]. É, os contras é que em relação ao salário que eu tinha, eu perdi muito. Eu estou numa cidade pequena, que é muito mais fácil de me deslocar, o custo de vida é muito menor do que em Paris, então, enfim, acabei aceitando [...] e estou aqui desde o começo do ano passado [Leonardo em entrevista realizada em 08/09/2012].

Perguntei o porquê da segunda ida para a França, se foi em função da dificuldade de se readaptar ao Brasil após ter vivido os 4 primeiros anos na França. Respondeu-me:

Extremamente. Extremamente difícil. Na verdade, é, eu diria que foi ao contrário. Na verdade, eu nunca me adaptei ao Brasil. Eu gosto do Brasil, mas eu nunca me adaptei ao Brasil. E quando eu cheguei na França particularmente no leste da França, eu não sei por que diabos eu me senti em casa. [Leonardo em entrevista realizada em 08/09/2012]

Como um pesquisador, um trabalhador altamente qualificado, Leonardo viabilizou sua ida e permanência na França sempre a partir de vínculos institucionais e pelo

⁵¹ Entrevista realizada em 08/09/2012 no leste da França.

⁵² Sigla usada para referir-se a um contrato de duração indeterminada.

pertencimento a redes profissionais de colaboração, dispensando recursos advindos de redes pessoais e sociais. Os contatos que viabilizaram sua emigração foram sempre profissionais, promovidos e legitimados por mérito. Sua qualificação lhe permitiu realizar o sonho que tinha desde adolescente de sair do Brasil, lugar que sempre o fez se sentir estranho:

Eu falava que eu queria ir embora do Brasil, eu queria ir embora do Brasil, eu estava afim de ir pra qualquer lugar. Se tivesse uma seleção para uma bolsa no Japão, nos Estados Unidos, pra Alemanha. Eu comecei [palavra incompreensível] na Nova Zelândia. Eu comecei a procurar um monte de lugar. Então, eu estava a fim de ir embora pra um lugar: “Não é possível que o mundo seja só isso, deve ter gente que pensa um pouco diferente também!” O importante era sair. Não esperava necessariamente que eu ia chegar aqui e ia descobrir um eldorado. Eu não esperava que fosse fácil. [Leonardo em entrevista realizada em 08/09/2012]

Mesmo fazendo parte dos migrantes bem-vindos, porque qualificados, Leonardo contou que a burocracia para visto e documentação sempre foi complicada. Durante sua primeira estada de 1999 a 2003 e depois de 2005 a 2011 teve o visto científico, mas ele conseguiu em 2011 a carta de residente válida por 10 anos. Sobre o retorno, Leonardo parece não tem dúvida:

[...] pensar em voltar pro Brasil, significaria dizer, é, eu não estou contente com a vida aqui, ou eu projeto que a vida aqui vai piorar, ou eu projeto que vai chegar um momento em que tudo aquilo que eu deixei, vai me fazer falta, ou eu projeto que vai chegar um momento em que, por razões sei lá, familiares, doença na família, que eu não vou aguentar o frio aqui, porque sei lá, não vou aguentar o banzo e eu vou ter que voltar. Então, eu não vejo isso. O que eu vejo é que eu não vou me transformar em um francês, com certeza. Eu não vou perder os meus laços com tudo pra mim associado com o Brasil. Mas hoje eu já sou um cidadão híbrido. [...] E por razões práticas, eu não me vejo chegando no Brasil, 50, 60 anos de idade e tendo que fazer um plano de saúde que vai custar uma fortuna, por exemplo. Eu não, não, me vejo. [Leonardo em entrevista realizada em 08/09/2012]

Apesar de não ter planos de retorno, Leonardo se sente comprometido com o Brasil, uma espécie de “dívida” pela sua formação acadêmica. Por isso tem buscado fortalecer projetos de cooperação com o Brasil e levar alunos brasileiros para a França com recursos franceses.

7 O PROJETO MIGRATÓRIO DE MARCÍLIO

Marcílio⁵³ nasceu em 1974 em São Paulo, capital. Fez administração de empresas e é poliglota (fala inglês, espanhol, francês e italiano – além do português). A primeira ida para a Europa foi para a Suíça, enviado pela empresa que trabalhava no Brasil. Foi nesta viagem que segundo ele apareceu o “bichinho da viagem” e começou aquele desejo de “quero morar exterior”. Em 2000 foi para o Canadá, e em 2001 foi sua primeira ida para a França, para estudar a língua:

Agora eu vou pra França. E foi pela primeira vez que eu decidi vir pra França estudar. E por quê? Por que eu, como o meu inglês já estava melhor, e por que em algum momento nesse primeiro semestre de 2001, eu conversei com um irmão de um amigo meu que tinha estudado em Chambéry. Francês. “Ah, Chambéry é uma cidade pequena, bacana pra estudar francês, não tem muito brasileiro, vai pra lá”. Então eu ainda não tinha essa coisa de quero ir pra França, mas como alguém me

⁵³Entrevista realizada em 16/10/2012 em Lyon, França.

sugeriu ir pra lá, e eu já falava o Francês, eu vim pra Chambéry estudar em 2001 e passei 6 meses estudando em Chambéry. Só falava Francês, eu estudava e morava com uma família de Franceses e estudava Francês. E eu gostei bastante do que eu vi, não pude, queria até ficar, mas naquela época eu não tinha o passaporte Italiano ainda. [Marcílio em entrevista realizada em 16/10/2012]

Voltou para o Brasil, conseguiu sua cidadania italiana e em 2002 foi para Londres. Um ano depois volta para o Brasil, em função de um vínculo afetivo. Ficou no Brasil até 2004 quando partiu para uma primeira estada mais prolongada na França, na qual viveu dois anos em Lyon:

E eu vim pra Lyon por que? Por que quando eu estava estudando em Chambéry, a gente tinha feito uma excursão pra Lyon de um dia. E eu adorei a cidade. Então, a cidadezinha ficou lá na minha cabeça. Em 2004, quando eu já estava com o documento, é, eu queria voltar pra França e eu voltei pra Lyon. Abril de 2004. Eu desembarquei aqui com, só com 5 noites de albergue da juventude reservada e eu não conhecia ninguém em Lyon. Pra não falar que eu não conhecia ninguém, eu conhecia uma menina em Lyon... Quer dizer, eu não conhecia, eu conheci uma amiga Brasileira que tinha uma amiga que morava em Lyon. Então eu desembarquei em Lyon, com 5 dias de hotel reservado, e saí em busca de uma “coloque”, de um lugar pra morar com outras pessoas. E três dias depois eu achei, fui morar com dois estudantes franceses. E aí começou a minha primeira vida aqui em Lyon, em 2004. O começo...Eu passei os primeiros 2 meses procurando emprego e depois de 2 meses, passando pelo Quais de Rhône, eu vi um negocinho, um “affiche”, um anúncio falando assim: “eu preciso de gente que fale o Português, Espanhol, Inglês e Francês”. Que eram exatamente as 4 línguas que eu falava. E aí eu fui ver, era uma agência “d'intérim” que estava contratando pra “T”. Então, em Abril de 2004, eu comecei a trabalhar pra “T” aqui em Lyon. [Marcílio em entrevista realizada em 16/10/2012]

A posse da cidadania europeia, a formação superior em administração de empresas numa universidade reconhecida de São Paulo e o fato de ser poliglota, tornou o “projeto viver em Lyon-França” relativamente “fácil”. Marcílio nem precisou recorrer a seu contato de “amiga da amiga” para arrumar moradia e trabalho.

Depois disso, entre 2006 e 2012 foram idas e vindas, Europa-Brasil, inclusive com duas temporadas na Itália. Contou-me que não gostava mais de viver no Brasil, mas sua companheira na época era juíza no Brasil e não abria mão da profissão. Ela chegou a ir fazer um mestrado na França, quando viveram dois anos juntos em Lyon de 2004 a 2006. Mas depois ela voltou ao Brasil, eles voltaram juntos, no entanto, segundo Marcílio, ele não encontrava trabalho e não se encontrava. O relacionamento acabou e ele estava trabalhando em São Paulo, com um bom salário, mas confessou que se sentia infeliz:

[...] em São Paulo eu consegui um emprego lá, que tinha um amigo meu que tava levando uma empresa de internet pro Brasil e ele me colocou numa posição muito boa lá. E...Mas apesar de eu ganhar muito bem, de novo, como sempre, eu estava bem infeliz no Brasil com o meu trabalho, com tudo. E aí, pela terceira vez eu entrei em contato com a “T” aqui em Lyon e pela terceira vez eles falaram; “pode vir, não tem problema. Você fala 4, 5 línguas, você...”. Eles já conheciam o meu trabalho, né? Então, pra mim a porta também está quase, sempre aberta aqui na “T”. Pelo menos até hoje esteve. Então, eu não tive dúvidas, já não tinha mais a minha esposa, não tinha amarras mais no Brasil. Mais nenhuma, a última amarra que era a minha esposa, tinha caído em janeiro. E aí eu falei pra esse meu amigo que me contratou, eu falei assim: “sinto muito, você me deu o melhor emprego, o emprego mais bem pago que eu tive até hoje, mas eu não estou feliz, tchau”. Pedi as contas dois meses depois e vim pra Lyon. Agora faz três meses... É, abril. Vim pra Lyon em Abril e pela terceira vez eu estou trabalhando aqui em Lyon. [Marcílio em entrevista realizada em 16/10/2012]

O contrato é temporário, de um ano e seis meses, mas Marcílio tem expectativa de permanecer, e até mesmo conseguir um contrato por tempo indeterminado. O fato é que ele alega adorara vida em Lyon e que não pensa em voltar no curto e nem no longo prazo.

8 O PROJETO MIGRATÓRIO DE LÍGIA

Lígia⁵⁴ é de Olinda, Pernambuco, e tinha 36 anos (nasceu em 1968) quando conheceu um francês chamado Gilles, que é seu atual companheiro. Como as entrevistas são semiestruturadas, faço poucas intervenções, apenas para abordar os assuntos que considero fundamental ou para estimular o/a entrevistado/a a falar quando se trata de alguém de poucas palavras. No caso de Lígia, não precisei me esforçar, ela tinha sua história para me contar.

Disse-me que quando conheceu Gilles, ela procurava mesmo um “estrangeiro”, pois Olinda/Recife são cidades muito turísticas e ela já havia tido experiência de se relacionar com alguns turistas estrangeiros, mas nada que ela tivesse levado a sério. Esse interesse por um homem estrangeiro era deliberado:

O fato de escolher um estrangeiro, por quê? Porque eu estava cansada, é... Não sei nos outros estados mas lá em Pernambuco, eu só tive relação com machista, com cara que não me respeitava, com cara que me fazia me sentir inferior, sabe? Psicologicamente, eu sentia que eu era uma merda, que ninguém me queria, aquelas coisas assim. Já fui batida também, né? [Lígia em entrevista realizada em 26/09/2012].

Lígia queria distância dos homens brasileiros, mas ao mesmo tempo sonhava em ter uma família, em ter uma casa, pois a vida toda morara com sua mãe. Ela tem dois filhos, de relações anteriores, que criou sozinha. E não confiava mais nos brasileiros, buscava então o “estrangeiro” que pudesse fazer seu sonho se tornar realidade. Contou-me que apesar de ter esse desejo, não pensava em sair do Brasil, achava que seria o contrário, ele é que ficaria no Brasil, tanto que sequer tinha um passaporte. Mas quando conheceu Gilles, ela achou que valia a pena investir nele, inclusive meses depois de terem ficado juntos no Brasil, foi ela quem se dispôs a ir visita-lo e para isso fez questão de comprar a passagem com seu próprio dinheiro:

[...] sei lá, porque é tanta coisa que acontece, a gente escuta, sei lá, chega lá e esse homem pega meu passaporte, me prende, se o negócio não der certo... Ao menos fui eu que paguei minha passagem, entendeu? Fui eu que paguei, ele não vai jogar na minha cara: ‘Ah, eu te paguei seu bilhete de avião’. Entendeu? Assim, por tudo que eu, então, eu que paguei meu bilhete, faço questão disso”. [Lígia em entrevista realizada em 26/09/2012]

Ela tinha o segundo grau completo, trabalhava numa empresa de telefonia em Recife e decidiu pedir demissão, mesmo sem saber no que daria, pois achava que não tinha perspectiva de subir profissionalmente e que então se perguntou “*‘Por que não ousar?’ E ousei!*”. A história com Gilles começou quando Lígia foi informada previamente por uma amiga que viria um grupo de franceses para a cidade. Ela estava esperando-os ansiosamente, pois era a oportunidade de “*sair do caritó*” como ela mesma disse. Existe um vínculo particular entre o tal grupo de franceses e Recife. Existe uma associação na França há mais de 20 anos que ajuda na manutenção de uma creche numa pequena cidade no interior de Pernambuco. Os associados participam na França da colheita da maçã e na fabricação do suco, e os recursos obtidos com a venda do suco é que financiam o projeto. Por isso, há viagens relativamente frequentes de brasileiros e franceses que vão para Pernambuco

⁵⁴ Entrevista realizada em 26/09/2012 em Rennes, França.

conhecer a tal creche. Em função de contatos da “tia da amiga”, Lígia foi convidada para participar de uma festa, onde estariam os tais franceses. Lá ela conheceu o Gilles que a princípio não “deu muita bola para ela”, mas ela se interessou por ele e aceitou o convite de um dos franceses para acompanhar o grupo na visita à creche. Depois o encontrou novamente numa festa, para a qual ela se esforçou para ser convidada, pois era o último dia do grupo em Recife. Ficaram juntos, mas no dia seguinte eles partiriam para Natal e de lá voariam de volta para França. Lígia decidiu investir tudo. Conseguiu entrar em contato com Jacques - um dos franceses e que ela conhecia um pouco melhor, pois ele era casado com uma brasileira e falava português – e lhe disse que queria ver Gilles de novo, antes dele ir embora e disse que pretendia ir para Natal encontra-lo:

Falei ‘Olha, só que eu só tenho o dinheiro da passagem e do táxi, não tenho dinheiro pra voltar, não tenho dinheiro pra pagar hospedagem, mas, eu tenho que ver esse homem’, aí ele disse ‘Vem’. [Lígia em entrevista realizada em 26/09/2012]

Ela foi e relembra que foi um final de semana maravilhoso, mas ao mesmo tempo de despedida. Depois que ele voltou para a França, trocaram mensagens e se falaram algumas vezes pelo telefone. Lígia disse que sentia que era diferente de outros relacionamentos que teve com estrangeiros, que com Gilles ela teve vontade de ir atrás, sentia que era uma “coisa do destino”. Cinco meses depois, ela desembarcava na França para “sempre”, pois as coisas deram certo entre eles e ela arrumou trabalho com facilidade:

E chegamos aqui, a coisa, a coisa, o que foi bom, porque desde que eu cheguei tinha uma comunidade brasileira que me acolheu, que me, que me ajudou a, nesse meio tempo eu nunca fiquei sem trabalhar aqui. Desde que eu cheguei, primeira semana, tinha uma faxina pra fazer ali, tinha um bebê pra tomar conta lá, entendeu? [Lígia em entrevista realizada em 26/09/2012]

Eles fizeram uma união civil e ela conseguiu seu primeiro visto de residente quase um ano depois que tinha chegado. Regularizada, conseguiu fazer uma formação profissional para cuidar de crianças (obrigatória na França) e desde então vive disso. Como tem a mãe e os dois filhos no Brasil, manda dinheiro para eles todos os meses. A maior alegria foi quando conseguiu comprar uma casa para a mãe em Olinda. Ainda está pagando o financiamento na França:

(...) o empréstimo vai até 2014. Então, mas eu fiquei, foi uma segunda coisa assim que, que me emocionou aqui foi...Primeiro foi eu ter a minha primeira carta de ‘séjour’, porque me deu um alívio no fato de, assim, ‘Agora eu estou legal, eu tô...’, sabe: ‘Agora eu existo, pra França, eu existo!’. O segundo foi ter comprado minha casa...entrado na universidade, né, bom, entrado não quer dizer que eu tinha terminado, né, isso foi depois... [Lígia em entrevista realizada em 26/09/2012]

Isso porque Lígia entrou na Universidade francesa e obteve uma licença em Português-Francês, seria o equivalente a uma graduação no Brasil. Quanto ao retorno, ela acha que não acostuma mais voltar ao Brasil para viver:

Eu sinceramente adoro minha Olinda, adoro o povo, mas é como eu disse, o quadro de vida que eu estou habituada hoje aqui, eu não consigo mais me acostumar lá. Eu quero ir lá, eu vou quando eu tenho férias, mas quando chega 30, 40 dias... Uma vez...A primeira vez que eu fui eu passei 45 dias... Ai, estava doida pra voltar [suspira] isso em 2005...(...) Fazia um ano que eu tinha ficado um ano aqui, né? Mas, assim, a falta, era falta do meu marido, assim, né, e agora quando eu vou eu sinto falta realmente do clima *déjà*, sinto falta das comidas, sabe? [Lígia em entrevista realizada em 26/09/2012]

A história de Lígia é instigante pela habilidade com a qual ela articula sua biografia ao projeto migratório, que neste caso significou a oportunidade de realizar seus sonhos. Sua história é compartilhada comigo, enquanto brasileira e pesquisadora, como motivo de muito orgulho. A “balança” não deixa dúvidas para Lígia em função de todas as dificuldades que ela encontrou na vida e todas as conquistas que ela pode hoje se gabar.

Em relação ao caso de Lígia, cabe destacar inicialmente a importância de uma “criação migratória”. Lígia nunca tinha saído do Brasil até 2004 quando “ousou” ir para a França atrás do seu “estrangeiro”. Ela não tinha passaporte e nunca tinha feito isso antes. Mas ao mesmo tempo é evidente uma criação migratória se entendermos que seu interesse explícito e consciente por um homem “estrangeiro” envolvia uma tentativa de agir sobre sua realidade, transformando-a. Ela que tinha dois filhos de 10 e 13 anos quando conheceu Gilles, não era uma mulher ingênua. Havia passado maus momentos, inclusive tinha sido vítima de violência doméstica. Tinha 36 anos, estava solteira, morava na casa da mãe e tinha um emprego que não lhe trazia nenhuma perspectiva de crescimento e de mudança. Estas são as motivações particulares de Lígia que não podem ser reduzidas a uma lógica racional de custo versus benefício mesmo reconhecendo que ela queria sim melhores condições materiais de vida. Lígia avaliava sua situação e, parece ter entendido que sua única possibilidade de realizar seus sonhos, dependia de uma mudança, do contato com outro universo cultural e material aqui expresso na figura do homem estrangeiro que serviria de alicerce para ela transformar seu mundo. Disse alicerce, pois me parece exatamente o caso. Lígia não precisava de alguém para sustenta-la (material e simbolicamente), mas ela precisava de apoio para efetivar uma mudança real na sua condição de vida. Os fatores que explicam a emigração de Lígia nos remete aos entraves para a mobilidade social no Brasil, e que em um contexto de viver em uma cidade turística de referência internacional, permitiu que o contato com o estrangeiro se desse mesmo sem ela se deslocar. O casamento ou a relação afetiva com um estrangeiro tornou-se nesta perspectiva uma alternativa para suas perspectivas de futuro. Lígia pôde então se projetar no futuro, imaginando e construindo uma vida “fora” – se não fora do país, fora daquilo que lhe era conhecido e familiar. Um projeto migratório explícito se coloca facilmente em prática quando ela conhece um francês, que o “destino” transformou em “o francês” pelo qual ela se apaixonou.

A imigração na França foi possível também porque suas redes pessoais a levaram diretamente para contato com brasileiros que viviam na cidade e Lígia conseguiu trabalhar durante todo o período em que esteve indocumentada. Exercendo atividades que são geralmente desprezadas pelos franceses, ela fazia faxina e cuidava de crianças. Há anos que ela vive apenas cuidando de crianças, o que nos remete a questão estrutural da economia do cuidado.

O projeto de Lígia é resultado de um entrecruzamento de constrangimentos e oportunidades macroestruturais e de suas aspirações e motivações individuais. Lígia voluntariamente migrou para a França e neste sentido ela é a autora de sua história, construída a partir de um projeto migratório, factível e realizável porque inserido em um contexto mais amplo, que remete inclusive à globalização e ao crescimento do turismo internacional. O fato dela morar em uma cidade turística brasileira, acostumada a receber muitos turistas estrangeiros, foi fundamental para favorecer um projeto de casamento como um “gringo”, opção que poderia não se apresentar se ela vivesse em outra cidade ou região do país.

9 O PROJETO MIGRATÓRIO DE NARA

Nara⁵⁵ nasceu em 1986, numa pequena cidade no sudoeste de Minas Gerais. Havia terminado o segundo grau, queria fazer faculdade na área da saúde, prestou vestibular e não entrou. Foi quando decidiu que iria sair do país: “Eu tinha uma prima que morou em Londres, ela tinha voltado há pouco tempo, ela vem e fala ‘Acho que é válido você ir, né, aprender a língua’, eu já estava estudando inglês no Brasil e eu falei ‘Não, mas eu quero ir pros Estados Unidos, não quero ir pra Europa’” (Nara, em entrevista realizada em 06/10/2012). Mas falaram para ela que estava muito difícil conseguir o visto estadunidense, e ela ponderou que seria bom aprender o inglês e que seria mais fácil ir para os Estados Unidos a partir da Inglaterra. Então, com 18 anos, Nara que a vida toda morara em uma cidade de 15 mil habitantes e sem nunca ter saído do Brasil, nem tinha tido contato com a vida de grandes cidades, entrou num avião com uma amiga para ir para a Inglaterra:

Em julho de 2004. Foi...Eu passei por um período, assim, de muitas perdas na família, e momentos muito difíceis na minha vida, e, eu precisava de mudança: “Eu preciso mudar, eu preciso sair, preciso ver outras coisas, me interagir com outras...” [sic], como se fosse também uma maneira minha de fugir daquilo tudo que eu estava vivendo. Então eu decidi vir. E aí eu vim pra cá, mas eu disse “Vou passar na França, né, vou passar por Paris”, todo mundo tem que ir em Paris, então eu também vou passar por lá, vou ficar dois dias lá, me aconselharam fazer dessa maneira, pelo fato de que se eu fosse ser cortada em Londres, eles não me mandariam direto pro Brasil, mas eles me mandariam de volta pro primeiro país de entrada na Europa. Seguindo esses conselhos, em julho de 2004, eu decidi vir. Eu embarquei no Brasil no início de agosto, no dia oito de agosto de 2004. Vim pra Paris, fiquei os dois dias aqui em Paris, e como todo mundo, fui pra Gare duNord pra pegar o TGV e ir pra, pra Londres. Aí mesmo em Gare duNord tem a migração, a imigração britânica, né, e ali mesmo eu fui barrada. Eles disseram que eu não podia entrar pelo fato de que eu tinha muito dinheiro. Na época eu estava com 500 libras. Eu falei “Mas eu sou uma turista, com 500 libras em Londres”, eu já estava com hotel pago, eu estava com tudo pago, mas com 500 libras em Londres, visto que eu vim pra passar 15 dias, o período da passagem de volta era 15 dias, eu falei “Não é muito dinheiro”. Mas isso foi o que eles alegaram, que eu tinha muito dinheiro. Então vetaram a minha entrada, não me deixaram entrar, tinha uma amiga que estava indo comigo, “Não, vocês não podem entrar”. [...] Eu liguei na agência, que eu tinha comprado minha passagem, né: “Olha, não deu certo, como que eu vou fazer agora, eu preciso de instrução”. E isso...Eu tinha 18 anos. Nunca tinha saído da minha cidade. [...] Nunca tinha saído sozinha, sem família, sem mãe, sem pai, sem ninguém, e a menina que estava comigo, ela entrou num estado de choque tão grande, que ela não falava, ela não teve reação, então eu tinha que agir por mim e por ela. [Nara, em entrevista realizada em 06/10/2012]

De acordo com Nara, apesar de sua cidade ser pequena e de não ter tanta emigração como ocorre em outras regiões de Minas Gerais, pela sua narrativa vemos que há uma presença de uma “cultura migratória”, no mínimo uma familiaridade com a experiência dado que o irmão da sua vizinha morava nos Estados Unidos, ela tinha a prima que havia morado em Londres e ela deixou o Brasil sabendo que um amigo de um pastor que ela conhecia (pois era da mesma cidade), estava morava na França. Outro aspecto que reforça a existência de redes migratórias é ser informada sobre a dificuldade de visto para ir para os Estados Unidos e ter sido instruída pela agência de viagens a chegar no espaço europeu por outro país que não a Inglaterra, e depois de “barrada” na imigração britânica em solo francês, a agência a “aconselhou” a ir de ônibus. Elas estavam com o passaporte marcado pela recusa, mas não

⁵⁵Entrevista realizada em 06/10/2012 no sul de Paris, França.

avaliaram o perigo, na verdade, parece que no momento não sabiam o que estavam fazendo e os riscos envolvidos:

[...] Quando eles te negam a entrada eles carimbam seu passaporte...E faz uma cruz gigante, que normalmente deveria ocupar uma página. Eles rasgaram todas as páginas do meu passaporte [...] com a força que fizeram a cruz. [...] E aí, já, claro que eles já sabiam que a gente poderia tentar entrar de Ferry Boat, né, então, acho que eles já fizeram propositalmente. E aí a gente chegou, pegou o ônibus, passou por essa primeira barreira, ficou uma meia hora ali, aquele negócio pendente, vai-não-vai, vai-não-vai, a gente conseguiu embarcar. Entramos nesse barco, de ônibus, e atravessamos o Canal da Mancha, chegamos lá na estação de Waterloo. Lá nessa estação é que há a real imigração. Então, você já vê Londres, porque você já está dentro de Londres...[...] Então eu já via os carros passando, na mão contrária, né, “Nossa, a gente já está em Londres, que ótimo né?”. Mas ali que estava o problema, porque ali era a barreira, a real imigração digamos assim. Então quando nós chegamos lá, eles nos mandaram, nós estávamos num ônibus com 29 pessoas. Esse ônibus não entrou. Todo mundo foi deportado. [...] E aí nós duas, é, só nós duas éramos brasileiras, nos levaram pra uma sala separada, e aí veio, vieram as polícias, as policiais mulheres. Nós tivemos que tirar a calça, por quê? Pra passar um, um aparelho pra ver se a gente não tinha nada dentro da pele, pra ver se não tinha droga no estômago. Então, assim, foi um momento de muita humilhação. Porque, nós ficamos quase nuas. [...] E você ouve, assim, eles fazerem muitas... Você ouve eles fazerem piadas, tipo, tirando mesmo com você ali, sabe? É... o pouco que eu entendia, eu ouvi eles falando: “Ah, brasileiros, eles acham que vão chegar aqui e vão fazer o que quiser, olha o que nós estamos fazendo com elas”. E elas achavam que eu não estava entendendo nada, né, mas ao mesmo tempo eu fiquei tão nervosa, tão frustrada com tudo aquilo, que eu não conseguia revidar. E, por um lado, eu acho que foi bom, porque se eu revidasse ali, como elas, naquele momento ali eram autoridades sobre mim, elas podiam pegar aquilo pessoalmente, né, e aquilo criar mais confusão, mais problema pra mim e... E aí eles colocaram uma menção no passaporte na época que a gente só entraria na Inglaterra dez anos depois do que aconteceu, ou com o visto de estudante, com uma quantidade imensa de um curso pago, senão não poderíamos entrar de maneira alguma, como turista, jamais. [Nara, em entrevista realizada em 06/10/2012]

Depois de algumas horas, foram reencaminhadas para território francês, e só tiveram acesso aos seus objetos pessoais (inclusive documentos e dinheiro) depois de chegar em Callais, no norte da França:

[...] nos deixaram ali e disseram “A partir daqui vocês estão livres”. Aí o pessoal virou pra mim, o policial virou pra mim e falou assim “Os britânicos não aceitam vocês, mas nós aceitamos vocês aqui, vocês são bem-vindas aqui no território francês”, carimbou nosso passaporte e escreveu “Visto de três meses”. Foi um alívio aquilo ali pra mim, porque, tipo, pelo menos aqui nos aceitaram, né? Isso eu não entendia uma palavra em francês, eu não sei como eu entendi aquilo. E aí ele falou “Você pode pegar um táxi ali, ir pra estação de trem e daqui você vai pra Paris”. E eu estava achando que eu já estava em Paris. Eu falei “Mas eu não estou em Paris?”. Aí ele falou assim “Não, você está no norte da França, você está bem longe de Paris”. Eu falei “Mas e agora? [Nara, em entrevista realizada em 06/10/2012]

Nara e sua amiga tiveram que pegar um taxi, descobrir um hotel e como fariam para voltar para Paris. Nara já tinha avisado a família no Brasil sobre o ocorrido, e seu pai havia conseguido encontrar o tal pastor, cujo amigo - o Beto - morava em Paris. Foi assim que Nara chegou em Paris no dia seguinte com o telefone deste contato. Beto é pedreiro e estava com a família morando em um hotel que estava sendo reformado por ele. Elas foram bem recebidas e depois de compartilhar as mazelas da tentativa frustrada de ir para Londres, decidiram pagar o quarto pelo período de um mês, para ver o que aconteceria:

O problema é que o dinheiro estava acabando, e sem trabalho, como que você fica aqui? Eles nos ajudaram demais, o Miguel [um brasileiro que veio a ser seu futuro marido] ajudou muito, mas não dava pra ficar na sombra deles, né? [...] E aí, então eu comecei a procurar trabalho, consegui um trabalho pra cuidar de duas crianças numa casa de família, onde eu trabalhava o dia todo ali com as crianças, sabe? Comecei a trabalhar ali e fui tomando gosto pelo lugar, e aí decidi ficar aqui. [Nara, em entrevista realizada em 06/10/2012]

No caso de Nara, o apoio da rede social que ela teve em Paris foi fundamental para ela rever seu projeto e acabar por “tomar gosto” pela França. Miguel é da mesma cidade de Nara, amigo de Beto e foi para a França a convite dele, e havia chegado lá um mês antes de Nara. Eles se envolveram e pouco tempo depois, casaram-se. Miguel conseguiu resolver seu problema de documento via empregador, em função da sua especialidade, o empregador solicitou junto às autoridades migratórias a concessão de um visto de trabalho para ele, obtida em 2007. No entanto, Nara não estava contemplada no trâmite e precisou continuar sua batalha para regularizar sua situação. Para solicitar o visto em função de Miguel, pelo casamento, Nara precisaria ficar no Brasil para pedir o reagrupamento familiar, processo que poderia levar uns dois anos segundo contou. Por isso, decidiu retomar seu projeto de estudos e buscou regularizar sua situação a partir de seu tempo de permanência na França. Foi um processo longo e difícil, ainda mais porque eles mudaram de apartamento e isso significou uma migração de jurisdição. Um ano depois, como ela estava matriculada na universidade, aceitaram-lhe conceder o visto de estudante:

E aí, então, eu terminei, eu fiz o meu curso, 2009, 2010 lá na Paris III, consegui o meu diploma, né, e aí decidi, então, entrar em economia na Paris I.[...] Passei por todo o processo, fui aceita, fiz três meses, vi que realmente não era isso que, não era só aquilo que eu estava procurando numa formação e, decidi mudar pra administração. Nisso eu engravidei do bebê, né... [...] E assim foi, e até hoje eu estou com meu visto de estudante. Hoje a gente ainda não tem projetos de ir embora, né, no dia de hoje não pensamos “Ah, daqui um tempo vamos embora”, mas também não descartamos a ideia de um dia voltar ao Brasil, né? [Nara, em entrevista realizada em 06/10/2012]

Quando perguntei qual a imagem ela tinha da França antes de ir, ela me responde: “Na verdade, eu não queria ter vindo pra cá. Aqui não era o lugar.” No entanto, o “não lugar” foi se transformando de agosto de 2004 até outubro de 2010 quando me concedeu a entrevista. Casamento, maternidade, faculdade. Nara vivenciou muitos obstáculos e em diversos momentos precisou confirmar seu “projeto de emigração”, inclusive com um “retorno temporário” - após o casamento, em 2007 retornou ao Brasil com Miguel, onde ficaram quase dois meses - quando ainda não tinha o documento francês. Depois das férias, voltam para a França e foi quando o casal decidiu que ela iria retomar os estudos e que Miguel assumiria sozinho o sustento da família. Miguel poderia pedir a carta de residente (um “visto” que tem validade durante 10 anos) no final de 2012 e o casal pretendia pedir a nacionalidade francesa assim que possível. Planejavam ir para a Inglaterra a passeio e a satisfação de Nara ficou evidente, pois munida com o documento francês, sentia-se segura para passar na imigração: “agora a gente vai, no final do ano, nós vamos passar alguns dias lá [na Inglaterra]. Eu falei pro Miguel: ‘eu quero passar naquela imigração, eles vão ter que me engolir!’ [Risos]”.

Não dá para pensar na viabilidade de Nara se manter na França, nas condições e com os recursos pessoais que tinha sem poder dispor de capital social. Este é um caso evidente em que o baixo capital cultural exigiu os benefícios dos recursos das redes sociais para permitir uma instalação exitosa no destino. Sem o contato de Beto e a ajuda que ele lhe ofereceu, Nara teria muito provavelmente voltado ao Brasil – como pensou que faria ao ser barrada pela

imigração inglesa. Se o casamento com Miguel, ela provavelmente continuaria trabalhando como babá e talvez preferisse voltar ao Brasil. Nesta trajetória, as condições encontradas no lugar inicialmente pensado como de “passagem” (na sua fala a França “não era o lugar”), culminaram explicitamente na reatualização do projeto migratório, transformando este lugar em sua casa, se não em termos de uma permanência definitiva, durante um período relativamente extenso, pois desde sua chegada, já se passaram 8 anos, e ela não tem planos de retorno. Além disso, disse sentir uma ligação afetiva, declarou gostar da França e da língua francesa.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usando os referenciais discutidos, o projeto migratório foi tomado como um *locus* privilegiado de análise na medida e que a concepção e atualização dos projetos, que foram apreendidos a partir de entrevistas com os migrantes, deixou entrever como as estruturas “macro” – que orientam e coagem as práticas dos agentes – conectam-se com os interesses e as estratégias dos migrantes, de acordo com as disposições que lhes são inerentes.

Não é pertinente supor que as pessoas se deslocam apenas em função da expectativa de obter um salário maior, ao contrário, não é raro que a vida na França esteja associada a um rebaixamento de estatuto social ou a uma piora nas condições de vida, em função da perda de “privilégios” que tinham no Brasil tais como carro próprio, moradia mais confortável, entre outros. Como me disse uma imigrante brasileira na França, no momento em que nos despedíamos após a entrevista, “é melhor ser pobre em Paris, do que classe média em São Paulo”. Também não é possível ignorar as “pontes” econômicas e sociais que se estruturam para ligar os espaços que compõem o fluxo. No caso da imigração brasileira na França, isso significa reconhecer até mesmo um “lugar” para a Inglaterra na análise, dado que em várias trajetórias migratórias observadas, a França foi uma opção viável em função da deportação ou do fracasso na tentativa de entrar em território inglês.

Neste sentido, a análise centrada no projeto migratório permitiu o acesso aos mecanismos que conectam os brasileiros a França e que viabilizam o deslocamento. Como sugere Bourdieu, a quantidade de capital (econômico, cultural e social) pertencente a um indivíduo, não pode ser dissociada da sua localização no espaço social: seu posicionamento é essencial para indicar o acesso que ele tem a certas vantagens e oportunidades. Por isso, o capital disponível aos potenciais migrantes, em suas diversas facetas, impacta seu nível de autonomia para a decisão de permanecer e partir, bem como das motivações que justificam o deslocamento. A gênese e a execução de projeto migratório dependem do capital humano, cultural e financeiro que ele pode dispor e do capital social correspondente que viabiliza o projeto “emigrar do Brasil” e “migrar para a França”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de e BAENINGER, Rosana. “Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais”. In: BAENINGER, Rosana (org) **Migração internacional**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013. p. 23-34.

BAKEWELL, Oliver. “Some reflections on structure and agency in migration theory”. **Journal of Ethnic & Migration Studies**. Volume 36, Issue 10, 2010. p. 1565-1586. Disponível em: <www.imi.ox.ac.uk/pdfs>. Acesso em: 19 Fev. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

BOYD, Monica. "Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas". **International Migration Review**, Vol. 23, No. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, Autumn, 1989. p. 638-670. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2546433>. Acesso em: 21 Dez. 2011.

BOULY DE LESDAIN, Sophie. "Projet migratoire des étudiantes camerounaises et attitude face à l'emploi". **Revue européenne de migrations internationales**. Vol. 15 N°2, 1999. p. 189-202.. Disponível em: <www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remi_0765-0752_1999_num_15_2_1685> Acesso em: 19 Set. 2012.

BOYER, Florence. "Le projet migratoire des migrants touaregs de la zone de Bankilaré: la pauvreté désavouée". **Stichproben**, nº 8, Special Issue on African Migrations. Historical Perspectives and Contemporary Dynamics, p. 47-67, 2005. Disponível em: <www.univie.ac.at/ecco/stichproben/Nr8_Boyer.pdf>, acesso em: 01 Mai. 2013.

CASTLES, Stephen e MILLER, Mark. **La era de la migracion: movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. Tradução Luiz Rodolfo Morán Quiroz. México: Cámara de Diputados LIX Legislatura, UAZ, Secretaría de Gobernación, Instituto Nacional de Migración, Fundación Colosio, Miguel Ángel Porrúa, 2004. 382 p. Disponível em: <biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/ce/scpd/LIX/era_mig.pdf>. Acesso em: 01 Abr. 2012.

CASTLES, Stephen. "Understanding global migration - a social transformation approach". **Journal of Ethnic & Migration Studies**. Volume 36, Issue 10, 2010. p. 1689-1708. Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs>>. Acesso em: 23 Abr. 2013.

COURGÉAU, Daniel. "Concepts de base". In: **Methodes de mesure de la mobilite spatiale: migrations internes, mobilite temporaire, navettes**. Paris: Editions de l'Institut National d'Études Demographiques, 1988. p. 11-20

FAIST, Thomas. "The crucial mesolevel". In: MARTINIELLO, Marco and RATH, Jan (eds). **Selected studies in international migration and immigrant incorporation**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 59-90.

KING, Russell. "Theories and typologies of migration: an overview and a primer". **Willy Brandt Series of Working Papers**, nº 3, 2012. 48 p. Malmö: IMER/MIM, Malmö University. Disponível em: <www.mah.se/upload/Forskningscentrum/MIM/WB/WB%203.12.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2013.

MACHADO, Igor e REIS, Ellen Saraiva. "Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal". **Teoria & Pesquisa**, v. 16, p. 153-166, 2007.

MA MUNG, Emmanuel. "Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales: 'penser de l'intérieur' les phénomènes de mobilité". In: DUREAU, Françoise et HILY, Marie-Antoinette (dirs). **Les mondes de la mobilité**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009. p. 25-38.

MASSEY, Douglas S. et al “New migrations, new theories” In: **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 1-59.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais**: origens, tipos e modos de incorporação. Tradução Frederico Ágoas. Oeiras: Celta, 1999. 160 p.

SIMON, Gildas. **La planète migratoire dans la mondialisation**. Paris: Armand Colin, 2008. 255 p.

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. **Tempo social**, Revista de Sociologia da USP, vol.20, n.1, Junho 2008. p. 199-218.

ROTATIVIDADE E MOBILIDADE ESPACIAL DOS IMIGRANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL - 1991/2010*

*Carlos Lobo**
*Ralfo Matos**
*Weber Soares**

RESUMO: Embora as migrações internas tenham papel crucial na redistribuição espacial da população brasileira, as correntes migratórias internacionais compõem um capítulo especial de nossa história. Nas primeiras décadas do século passado, a variação nos volumes de imigrantes estrangeiros respondia às crises econômicas e conflagrações político-sociais nas áreas de origem; e em meados dos anos 1980, as sucessivas crises econômicas e a perda de capacidade de retenção de mão de obra têm estimularam os movimentos de saída do Brasil. Ao lado de tradicionais destinos como o Japão e Estados Unidos, novos movimentos populacionais internos à América do Sul ganham importância, incluindo os fluxos de entrada no território brasileiro. Em face desse quadro, constitui objetivo principal deste trabalho o levantamento das diferentes nacionalidades dos imigrantes estrangeiros residentes no Brasil e a análise da mobilidade espacial interna desses mesmos estrangeiros. De acordo com dados extraídos dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, nota-se uma expressiva expansão do número de estrangeiros naturais dos países latino-americanos em terras brasileiras, em especial dos vizinhos do cone sul, e um significativo nível de mobilidade espacial interna dos paraguaios e dos bolivianos.

Palavras-chave: Migração; Fluxos Migratórios; Mobilidade Espacial.

1 INTRODUÇÃO

Na formação do território brasileiro, os fluxos migratórios internacionais e internos desempenharam papel central. Se as correntes de imigrantes oriundas da África e da Europa fomentaram as atividades econômicas do passado, a contar de meados do século XX, as novas ondas migratórias conformaram a dinâmica socioespacial brasileira mais recente. Em fins do século XX, após sucessivas crises econômicas e de reestruturações do sistema produtivo, que incidiram sobre boa parte da América Latina, os movimentos migratórios internacionais na América do Sul ganharam maior expressão (PATARRA; BAENINGER, 2004, MATOS et al., 2004; SALA et. al, 2004). Além da emigração internacional brasileiros para o Japão, os Estados Unidos e certos países da Europa, ganhou relevância, na década de 1970, os movimentos migratórios com destino a países da América Latina. Ademais, para os estrangeiros, o Brasil tornou-se uma alternativa de mercado laboral e de possibilidades de investimentos empresariais, o que favoreceu a imigração e, em certa medida, inibiu a emigração⁵⁶.

* Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração - ABEP, realizado em Belo Horizonte – MG nas dependências da UFMG/FACE/Cedeplar – Brasil, de 23 a 25 de Outubro de 2013.

* Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Departamento de Geografia do IGC/UFMG. E-mail: cfflobo@yahoo.com.br.

* Doutor em Demografia. Professor Titular do Departamento de Geografia do IGC/UFMG. E-mail: ralfomatos@yahoo.com.br.

* Doutor em Demografia. Professor Adjunto do Departamento de Geografia do IGC/UFMG. E-mail: weber.igc@gmail.com.

⁵⁶ Como registram Carvalho e Campos (2006), apesar das dificuldades técnicas decorrentes da significativa variação de cobertura entre os Censos de 1991 e de 2000, o Brasil teria apresentado, entre 1980 e 1990, um saldo

Vários são os trabalhos que procuraram aprofundar o entendimento de mecanismos e processos econômicos globais das sociedades desenvolvidas e não desenvolvidas que afetam as migrações internas e externas, como já assinalaram Singer (1973), Gaudemar (1977), Massey (1993), Patarra (1997), Bauman (1999), Sayad (2000), Woodward (2000). Heranças históricas, níveis de desigualdades sociais, estrutura fundiária concentrada, caráter oligárquico do Estado, tamanho e características da população, dinâmica interna de acumulação de capital, níveis de dependência da economia internacional, são elementos chaves para entender a mobilidade espacial da força de trabalho. A discussão e a reflexão teórica sobre essas questões nunca perderam importância, talvez porque os fluxos migratórios continuam significativos no mundo inteiro nos últimos 50 anos.

Ao focalizar os nexos entre população e espaço, é preciso reconhecer que o espaço geográfico se organiza como resultado da atuação de agentes e atores sociais, que ao estabelecerem fluxos de informação, de capitais e pessoas, dinamizam, transformam e sedimentam as características de determinada região. Para Santos (1996), a necessidade de fluidez é uma das características mais importantes do mundo atual; essa fluidez, ao mesmo tempo, seria causa, condição e resultado da modernidade. A migração é um fenômeno que, por sua fluidez no espaço, pode assumir feições mais ou menos duráveis, a depender da experiência profissional dos migrantes, da conjuntura econômica corrente, de diferenciais regionais e étnico-culturais, dos níveis de tecnologia e investimentos, da presença do Estado na economia, de políticas de governo e do grau de cooperação entre os países.

O foco sobre a recorrência espacial dos migrantes, aqui denominada genericamente de mobilidade espacial interna, pode oferecer uma perspectiva epistemológica mais abrangente sobre a (re)organização espacial e (re)estruturação do território e indícios importantes sobre a dinâmica demográfica e econômica no âmbito regional. Daí que o objetivo principal deste trabalho consiste tanto em evidenciar as recentes mudanças na composição das nacionalidades da população estrangeira residente no Brasil quanto em trazer à luz as diferenças no tocante à mobilidade espacial interna ao território brasileiro desses mesmos estrangeiros. Com esse propósito, foram utilizadas as bases amostrais dos censos demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010, o que permitiu identificar os imigrantes estrangeiros pela variável “nacionalidade” (país de nascimento declarado)⁵⁷. A análise da migração da década incidiu sobre a seleção de estrangeiros que fixaram residência no Brasil no recorte temporal de 10 anos, contados de acordo como ano de referência de cada censo. A mobilidade espacial interna foi avaliada com base nos fluxos migratórios intermunicipais, definidos pela utilização combinada das variáveis que compõem a chamada migração de “data fixa” e “de última etapa”, associada ao município de residência no período de referência de cada censo. Com isso, foi possível identificar os estrangeiros que, durante os períodos intercensitários, declaram residir em dois ou três municípios diferentes no Brasil, bem como o próprio movimento internacional (estrangeiros que fixaram residência no país há menos de 10 anos). Nessa etapa, os fluxos migratórios foram extraídos apenas das bases de 1991 e 2010, tendo em vista a retirada da variável que identifica o último município de residência do Censo de 2000.

2 A MIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL: NOVOS PADRÕES NA (RE)DISTRIBUIÇÃO DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL?

migratório negativo de aproximadamente 1.800 mil pessoas. Contudo, o saldo, também negativo, teria caído significativamente, no decênio 1990/2000, para em torno de 550 mil pessoas. Esse declínio teria ocorrido, em grande medida, pela diminuição da emigração brasileira. A imigração internacional apresentou pequeno incremento, como se pode constatar a partir dos dados censitários de 1991 e 2000.

⁵⁷ Também foram incluídos nesse grupo de migrantes, além dos que se declararam estrangeiros, aqueles que se naturalizaram como brasileiros.

Ao longo do processo de ocupação do espaço e de estruturação do território brasileiro, os movimentos migratórios internacionais tiveram papel especialmente relevante. As dificuldades históricas encontradas na exploração das riquezas durante o processo de colonização e no desenvolvimento da atividade agrícola e industrial foram, em larga medida, contornadas pelas sucessivas entradas de imigrantes estrangeiros no país. Se os recorrentes fluxos de imigrantes oriundos da África e Europa alimentaram as atividades econômicas durante os séculos XVII, XVIII, XIX e XX, nas últimas décadas novas ondas migratórias compuseram um momento peculiar da dinâmica socioespacial brasileira, ainda que os volumes tenham sido bem menos expressivos.

O Brasil que assiste, no período 1940-1950, à acentuada redução das trocas migratórias internacionais, deu mostras, em meados dos anos 1980, de inscrição em nova etapa de mobilidade espacial de sua força de trabalho. Em sintonia com a estrutura dos sistemas migratórios internacionais que se consolidaram no decorrer do último quartel do século XX e a crise da economia brasileira cujos sinais tornaram-se evidentes desde o final dos anos 1970: i) inflação acentuada e em ascensão; ii) elevado endividamento externo; iii) orçamento do governo federal onerado por subsídios compensatórios crescentes e pelo déficit de caixa; iv) exacerbada concentração econômica e de renda; e v) acentuado desequilíbrio do balanço de pagamentos (BRUM, 1995; PEREIRA, 1985) -, ganhou densidade a emigração internacional de brasileiros.

Conviveu também o Brasil, nesse período mais recente, com uma tendência declinante da entrada de imigrantes internacionais. Se, em 1900, as estimativas davam conta de um total superior a 1 milhão de estrangeiros residentes no país (estoque que atingiu seu ápice em 1940, com mais de 1,4 milhão); as últimas décadas do século XX sinalizam a redução do número de estrangeiros que residiam no Brasil: de 912 mil, em 1980, eles passaram a 767.781 (0,52% da população total do país) em 1991 e chegaram ao patamar de 651.226 (0,38%) em 2000 (PATARRA, 2005)⁵⁸. Quando se tem em conta os dados referentes ao último levantamento censitário brasileiro, realizado em 2010, verifica-se que a queda na proporção de estrangeiros residentes no território brasileiro foi de quase 10%: eles correspondiam a 592.570 pessoas (Tabela 1).

⁵⁸ Na verdade, como salientou a mesma autora, grande parte desse contingente é formada pelos sobreviventes dos grandes fluxos das etapas anteriores.

Tabela 1 - Número e percentual de imigrantes acumulados (*life time*) e da década, estrangeiros ou naturalizados, residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010

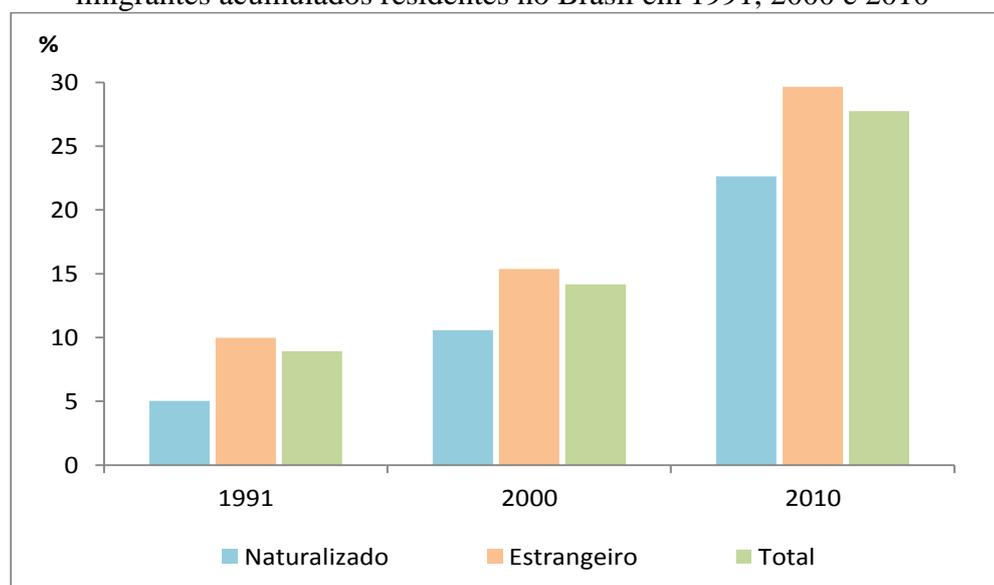
Nacionalidade	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Migrantes acumulados						
Naturalizado	161.152	20,99	173.763	25,41	161.250	27,21
Estrangeiro	606.629	79,01	510.067	74,59	431.319	72,79
Total	767.781	100,00	683.830	100,00	592.570	100,00
Migrantes da década						
Naturalizado	8.095	11,81	18.377	18,99	36.499	22,20
Estrangeiro	60.454	88,19	78.375	81,01	127.921	77,80
Total	68.550	100,00	96.752	100,00	164.420	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

A configuração exibida pelos dados da Tabela 1 deixa ver ainda o crescimento relativo da população de estrangeiros naturalizados que participavam, em 2010, com 27,21% do total de não brasileiros residentes no território nacional: em 1991, essa proporção era de 20,99%. Apesar da considerável queda no estoque acumulado de imigrantes internacionais no Brasil ao longo do recorte temporal 1991-2010, a migração da década, obtida com base no ano de fixação de residência no país, tem experimentado um importante crescimento: o total de 68.550 estrangeiros que, entre 1982 a 1991, fixaram residência no país sofreu, entre 2001 e 2010, uma elevação de quase duas vezes e meia, isto é, 164.420 imigrantes. Ao passo que a participação relativa dos imigrantes internacionais dos anos 80 era de quase 10% do estoque acumulado de imigrantes de 1991, a participação dos imigrantes correspondentes ao período 2001-2010 foi pouco menos de 28% do total de estrangeiros que residiam no Brasil em 2010 (Figura 1).

A distribuição destes estrangeiros, dos que imigraram na década e dos imigraram em período não definido (migração acumulada - *life time*), de acordo com o país de põe em evidência diferenças outras dignas de nota. Se forem considerados apenas os estrangeiros residentes no Brasil (Tabela2), sem fazer caso da fixação do tempo de residência, verifica-se que a predominância de portugueses é notória, ainda que os valores sejam decrescentes nessas três últimas décadas censitárias. Os portugueses correspondiam a 23,3% do total de estrangeiros residentes no país em 2010; em 1991, essa proporção era de 34,3%. Além dos japoneses, que, em 2010, respondiam por 8,28% da migração acumulada no Brasil, vale a contribuição da imigração dos nacionais da Itália, da Espanha e da Alemanha, 6,27%, 5,19% e 2,74%, respectivamente.

Figura 1 - Participação da migração da década, estrangeiros ou naturalizados, no total de imigrantes acumulados residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

Tabela 2 - Número e percentual de imigrantes estrangeiros (migração acumulada) residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010

Nacionalidades	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	263.611	34,33	213.203	31,18	137.972	23,28
Japão	85.571	11,15	70.932	10,37	49.059	8,28
Paraguai	19.018	2,48	28.822	4,21	39.251	6,62
Bolívia	15.691	2,04	20.388	2,98	38.816	6,55
Itália	66.294	8,63	55.032	8,05	37.165	6,27
Espanha	57.887	7,54	43.604	6,38	30.736	5,19
Argentina	25.468	3,32	27.531	4,03	29.067	4,91
Uruguai	22.144	2,88	24.740	3,62	24.048	4,06
Estados Unidos	11.360	1,48	13.948	2,04	23.513	3,97
China	8.322	1,08	10.301	1,51	19.397	3,27
Alemanha	24.329	3,17	19.556	2,86	16.241	2,74
Chile	20.436	2,66	17.131	2,51	15.432	2,60
Peru	5.833	0,76	10.814	1,58	15.020	2,53
Líbano	17.187	2,24	16.090	2,35	12.336	2,08
Demais nacionalidades	124.630	16,23	111.738	16,34	104.516	17,64
Total	767.781	100,00	683.830	100,00	592.570	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

Obs.: (1) Foram considerados estrangeiros aqueles que não nasceram no Brasil, naturalizados ou não; (2) Foram discriminadas as nacionalidades com mais de 10 mil imigrantes no Censo de 2010.

Se a participação dos imigrantes latino-americanos na migração acumulada do Brasil em 1991, 2000 e 2010 não foi tão expressiva, no caso da migração da década a contribuição deles não foi nada desprezível. A Tabela 3 dá a conhecer a prevalência dos estrangeiros oriundos de países da América Latina, em especial, dos paraguaios e dos bolivianos cuja contribuição era, respectivamente, de 13,46% e de 12,14% dos estrangeiros no Brasil em 2010

(mesmo em 1991 os percentuais já eram consideráveis – 8,74% e 10,06%, nessa ordem). Com percentuais superiores a 10%, a participação dos imigrantes norte-americanos e argentinos ganha relevo. Portugueses e japoneses, que representavam parte importante do total de estrangeiros que, no recorte temporal 2001-2010, fixaram residência no país, somados correspondiam a pouco mais de 10%.

Tabela 3 - Número e percentual de imigrantes da década, de nacionalidade estrangeira, residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010

Nacionalidades	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bolívia	5.994	8,74	6.967	7,20	22.132	13,46
Paraguai	6.897	10,06	11.156	11,53	19.953	12,14
Estados Unidos	4.263	6,22	7.502	7,75	15.343	9,33
Argentina	6.389	9,32	8.546	8,83	10.597	6,44
Portugal	4.027	5,87	3.978	4,11	9.091	5,53
Japao	2.030	2,96	4.712	4,87	7.823	4,76
Peru	2.051	2,99	4.501	4,65	7.111	4,33
Uruguai	6.098	8,90	5.667	5,86	7.044	4,28
China	1.758	2,56	3.080	3,18	5.922	3,60
Itália	1.768	2,58	3.782	3,91	5.592	3,40
França	1.660	2,42	3.029	3,13	4.567	2,78
Espanha	1.114	1,62	1.948	2,01	4.544	2,76
Colômbia	822	1,20	2.059	2,13	4.371	2,66
Alemanha	1.965	2,87	3.231	3,34	4.138	2,52
Grã-Bretanha	1.062	1,55	1.813	1,87	2.771	1,69
Chile	5.124	7,47	1.901	1,97	2.569	1,56
Coréias	3.287	4,80	1.622	1,68	2.525	1,54
Angola	818	1,19	2.067	2,14	2.388	1,45
México	286	0,42	631	0,65	1.868	1,14
Líbano	1.364	1,99	2.479	2,56	1.671	1,02
Venezuela	564	0,82	1.183	1,22	1.594	0,97
Suíça	661	0,96	1.038	1,07	1.106	0,67
Holanda	447	0,65	767	0,79	1.091	0,66
Cuba	74	0,11	892	0,92	1.078	0,66
Equador	257	0,37	545	0,56	1.057	0,64
Demais nacionalidades	7.769	11,33	11.656	12,05	16.475	10,02
Total	68.550	100,00	96.752	100,00	164.420	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

Obs.: (1) Foram considerados estrangeiros aqueles que não nasceram no Brasil, nacionalizados ou não; (2) Foram discriminadas as nacionalidades com mais de mil imigrantes no Censo de 2010.

3 MOBILIDADE ESPACIAL INTERNA: ALGUMAS EVIDÊNCIAS ATUAIS

Os dados constantes na Tabela 4 levam ao conhecimento de que a mobilidade espacial interna (fluxos intermunicipais) dos estrangeiros que passaram a residir no Brasil entre 1982 e 1991 e entre 2001 e 2010 não é desprezível. Cerca de ¼ desses estrangeiros contados no censo de 1991 e no de 2010 (totalizavam quase 40 mil neste último censo) foi protagonista de pelo menos um movimento migratório intermunicipal no Brasil, seja pela informação advinda

do quesito referente à última etapa migratória, seja pela oriunda do quesito de data fixa. Nota-se um crescimento considerável do número de imigrantes internacionais de todas as nacionalidades, exceto os uruguaios, que mudaram de residência no do território brasileiro. O caso mais notório é o dos bolivianos: em 1991, apenas 705 deles mudaram de município no Brasil e, na década seguinte, esse número era superior a 6 mil.

Tabela 4 - Número e percentual de imigrantes da década residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010 que realizaram ou não migração interna (migração intermunicipal de data fixa ou de última etapa)

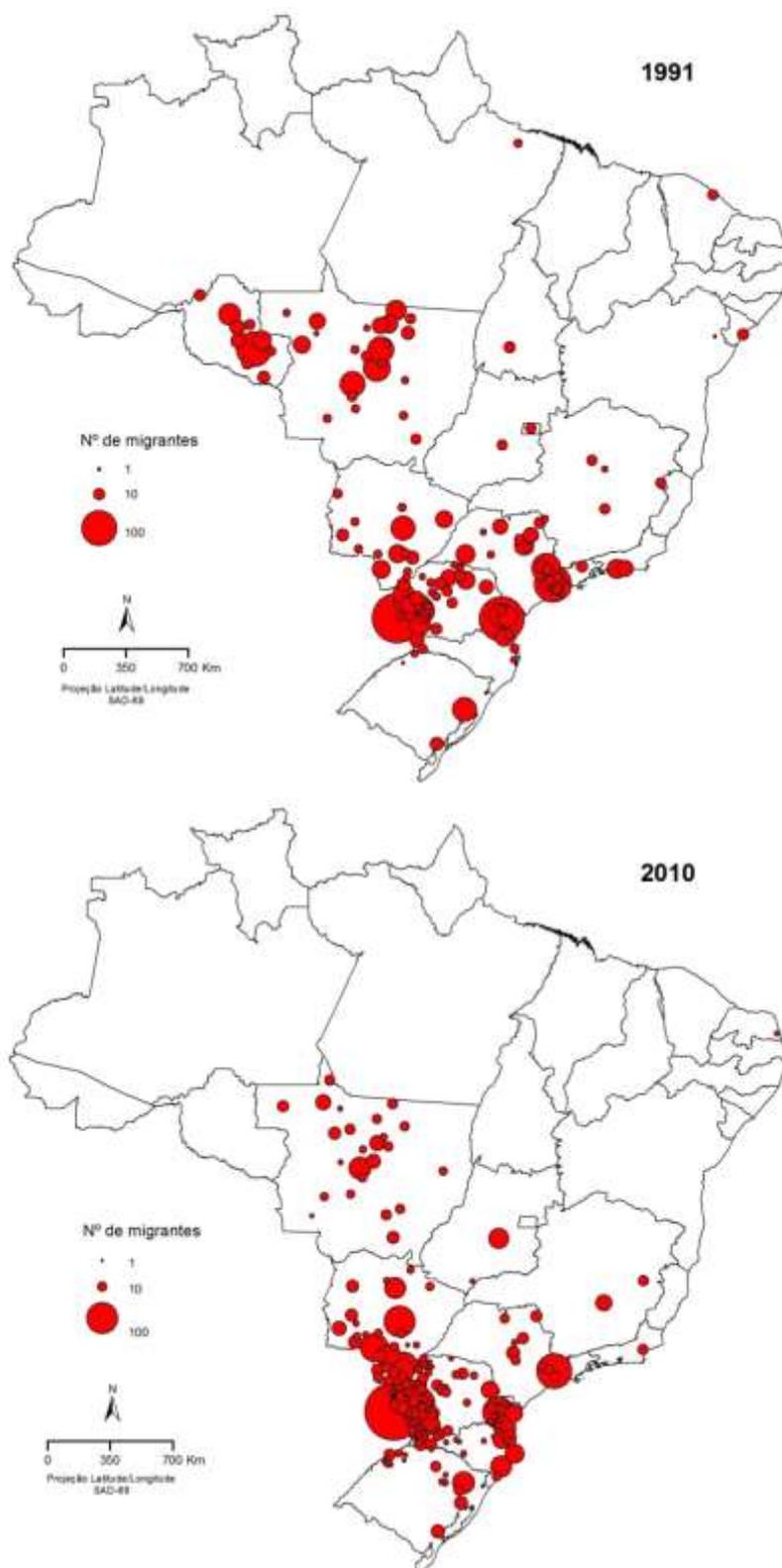
Nacionalidade	1991				2010			
	Não Migrantes		Migrantes		Não Migrantes		Migrantes	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bolívia	5.289	88,23	705	11,77	16.014	72,36	6.118	27,64
Paraguai	4.394	63,70	2.503	36,30	15.231	76,33	4.722	23,67
Estados Unidos	3.578	83,93	685	16,07	11.896	77,53	3.447	22,47
Argentina	5.041	78,89	1.348	21,11	8.105	76,49	2.492	23,51
Portugal	3.392	84,23	635	15,77	7.321	80,53	1.770	19,47
Japão	1.732	85,35	297	14,65	5.931	75,81	1.892	24,19
Peru	1.625	79,20	427	20,80	4.976	69,97	2.135	30,03
Uruguai	2.806	46,01	3.292	53,99	5.492	77,98	1.551	22,02
China	1.573	89,51	184	10,49	4.480	75,65	1.442	24,35
Itália	1.550	87,70	217	12,30	4.028	72,03	1.564	27,97

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

Obs.: (1) Foram considerados estrangeiros aqueles que não nasceram no Brasil, nacionalizados ou não; (2) Foram discriminadas as nacionalidades aquelas com mais de mil imigrantes no Censo de 2010 que também migraram internamente.

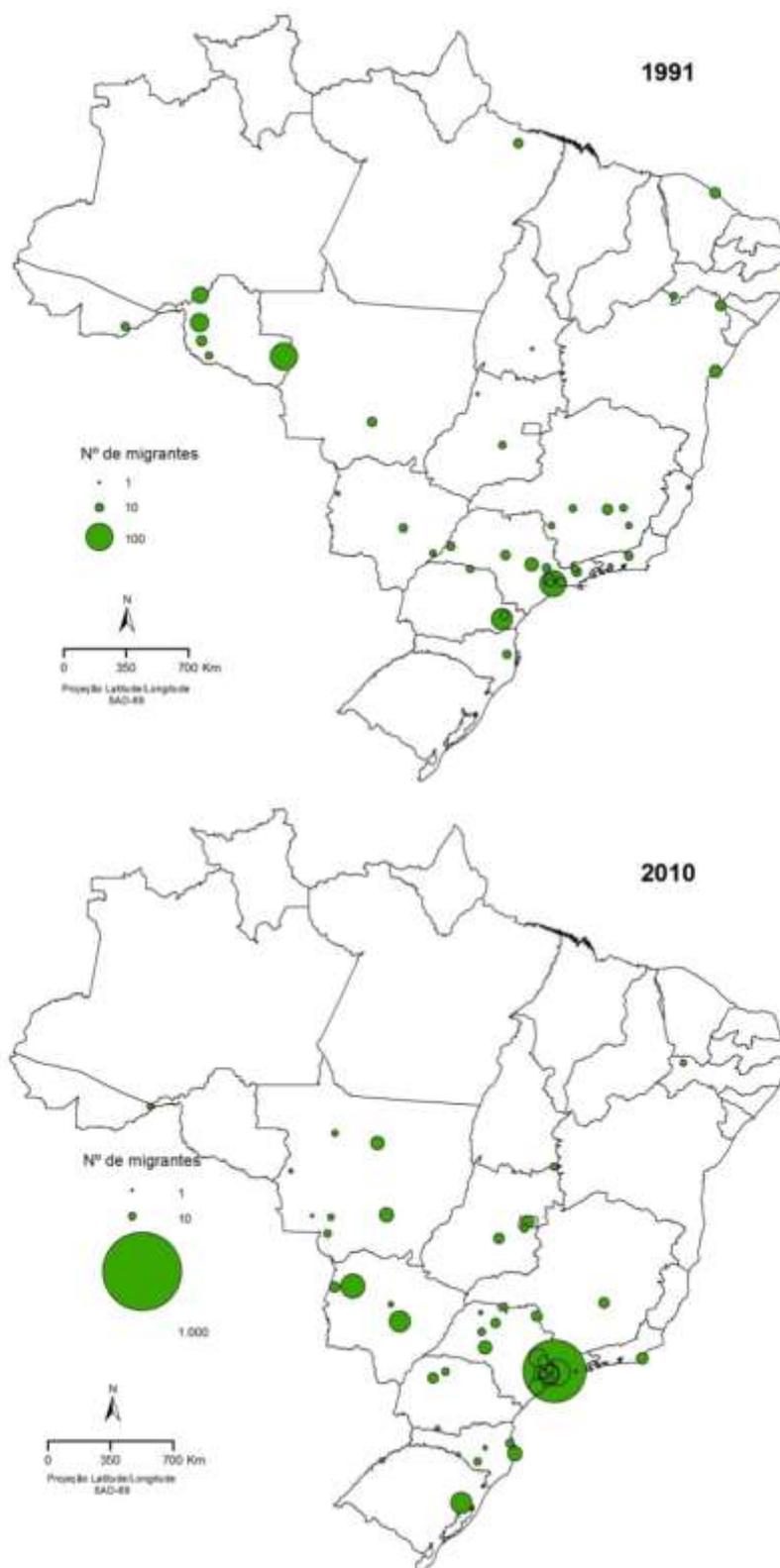
Algumas peculiaridades geográficas ganham corpo pela descrição e análise da configuração territorial assumida pelos deslocamentos internos dos estrangeiros de certas nacionalidades (Figuras 2, 3 e 4). Os paraguaios, que fixaram residência no Brasil entre 1991/1982 e declararam residir em pelo menos dois municípios brasileiros diferentes na mesma década, concentraram-se forte nas áreas de fronteira, sobretudo nas circunvizinhanças de Foz do Iguçu, bem como nas áreas de expansão/consolidação agrícola brasileira - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul/Oeste do Paraná. A capital paulista, incluindo os municípios que compõem sua periferia metropolitana, também aglutinou imigrantes internacionais do Paraguai. Além do estado de Rondônia, a maior presença de bolivianos ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a concentração foi mais acentuada. Os norte-americanos, por sua vez, localizaram-se predominantemente nos grandes centros do centro-sul brasileiro, com destaque adicional para as áreas circunvizinhas de Brasília e de Governador Valadares/MG

Figura 2 - Imigrantes naturais do Paraguai, residentes no Brasil em 1991 e 2010, que realizaram migração intermunicipal no território nacional



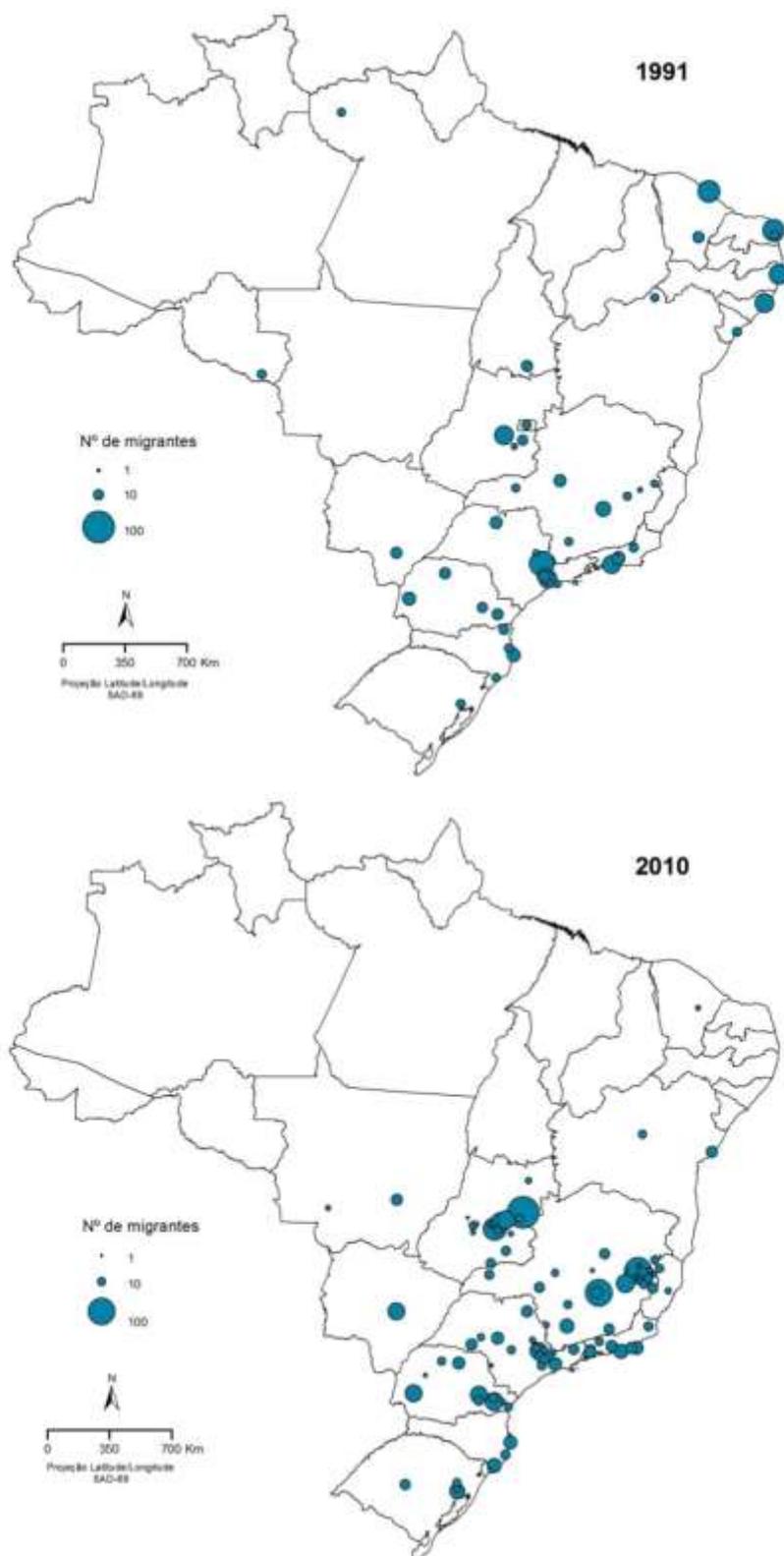
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra)

Figura 3 - Imigrantes naturais da Bolívia, residentes no Brasil em 1991 e 2010, que realizaram migração intermunicipal no território nacional



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra)

Figura 4 - Imigrantes naturais dos Estados Unidos, residentes no Brasil em 1991 e 2010, que realizaram migração intermunicipal no território nacional



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra)

4 CONCLUSÕES

Antigas e novas territorialidades parecem se afirmar no Brasil meridional. Expressivos fluxos populacionais na região contribuíram para nova etapa de estruturação das relações entre o Brasil e os países vizinhos. Guardando vínculos com conflitos sociais antigos e atuais, não é por acaso que aí se originou o tão conhecido “movimento dos sem-terra”. Nos últimos anos, a mídia tem noticiado a existência de novos embates territoriais resultantes de decisões políticas nacionais do Paraguai e de interesses econômicos dos brasiguaios, como já alertava Bárbara (1998). Somam-se a isso as frequentes lutas pela posse de terras, evidentes na região de Mato Grosso e norte do Mato Grosso do Sul, onde se contrapõem grupos de fazendeiros, grileiros e madeireiros.

No cenário das trocas populacionais na América Latina, os dados dão a conhecer que, apesar do crescimento relativo da população de estrangeiros naturalizados em território brasileiro, o Brasil conviveu, em período recente, com uma tendência declinante da entrada de imigrantes internacionais. E mais, mesmo considerando apenas os migrantes da década, uma parcela importante desses imigrantes estrangeiros protagonizou pelo menos um movimento migratório nessa curta estada no Brasil, reflexo direto da ampliação das relações do Brasil com os países vizinhos.

No âmbito dos fluxos com áreas rurais, Sales (1996) já observava, que os movimentos migratórios de fronteira entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina vinculavam-se aos processos diferenciais de valorização de terras. As recentes migrações de fronteira nesses casos, causadas por questões agrárias, seriam de duas naturezas: uma delas referente à migração de proprietários rurais ou empresários agrícolas em busca de terras mais baratas para produzir ou especular; e outra concernente à migração de trabalhadores rurais ou pequenos produtores em busca de condições de sobrevivência, que foram desapropriados em decorrência do processo de modernização e tecnificação da agricultura (SALES, 1996)⁵⁹.

Ao que parece, a dinâmica migratória intra-regional constitui reflexo de novos arranjos políticos e econômicos na América Latina, bem como de novas alternativas ensejadas pelos desafios decorrentes da chamada globalização econômica em curso em diversos países do continente americano. Medidas e ações governamentais que interferem diretamente nas variações tarifárias e cambiais, assim como as políticas agrícolas, implementadas nos diversos países da região, desencadeiam, direta ou indiretamente, os movimentos populacionais, sobretudo os que ocorrem nas zonas de fronteira. Esses fluxos espaciais da população, como sugerem Patarra e Baeninger (2003), envolvem não apenas mudança de residência; aglutinam também outros tipos mobilidades, como os movimentos sazonais ou circulares, associados a ciclos econômicos e às atividades agrícolas, à construção de grandes obras e ao comércio.

Os emigrantes do passado recente alimentavam movimentos de retorno que ainda integram parte expressiva dos movimentos atuais de imigração. O migrante sul-americano que procura o Brasil, por exemplo, ainda concentra-se nas zonas de fronteira, sobretudo ao longo da porção brasileira da bacia hidrográfica Paraguai/Paraná, ainda que outras regiões do país (como as áreas metropolitanas) recebam também parcelas importantes desses migrantes. Essa concentração é resultado, em boa medida, da centralidade regional exercida pelo núcleo e as circunvizinhanças de Foz do Iguaçu e da atração da agroindústria localizada no Sul e no Centro-Oeste brasileiro, responsáveis pela crescente recepção de imigrantes procedentes do Paraguai. Em menor volume, é também significativa a presença de imigrantes na região do litoral sul, sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba e de Porto Alegre, bem como no Sul de Mato Grosso do Sul e nos estados de Mato Grosso e de Rondônia (Matos et. al, 2005).

⁵⁹ De acordo com Sales (1996), o caráter itinerante do trabalhador rural brasileiro é, nesse sentido, uma de suas principais marcas desde os tempos do Brasil Colônia até a expressão maior do assalariamento rural de hoje, concretizado os trabalhadores clandestinos e nos boias-frias.

Por fim, convém salientar que se esses movimentos indicam novas dinâmicas espaciais no território e internalizam associações solidárias entre brasileiros e não brasileiros em ambientes de pobreza, também expõe casos de super exploração da mão de obra de povos vizinhos nas áreas rurais e urbanas do Brasil atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUM, A. F. Desenvolvimento econômico brasileiro. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 317p.
CARVALHO, J. A. M. e CAMPOS, M. B. de. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. **Estudos Avançados** 20 (57), 2006.

GAUDEMAR, J. P. de. (1977) **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa.

JANNUZZI, P. M. (2000) **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas/SP: Autores Associados.

MATOS, R. **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MATOS, R. (1995) Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, p. 35-58.

MATOS, R. et. al. Conexões geográficas e movimentos migratórios internacionais no Brasil Meridional. **I Congresso de laAsociaciónLatino-America de Población (ALAP)**, Caxambu, Setembro, 2004.

MASSEY, D. S. et al. (1993) Theories of international migration: **A review and appraisal. Population and Development Review**. New York: Population Council, vol. 19, n.3, p. 431-466.

PATARRA, N. L. e BAENINGER, R. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica – Brasil no Mercosul. **I Congresso de laAsociaciónLatino-America de Población (ALAP)**, Caxambu, Setembro, 2004.

PEREIRA, L. C. B. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930 – 1983**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALA, G. A. Uma caracterização dos estrangeiros nascidos em países do Mercosul e Estados Associados residentes no Brasil no ano de 2000. **I Congresso de laAsociaciónLatino-America de Población (ALAP)**, Caxambu, Setembro, 2004.

SAYAD, A.O retorno: Elemento Constitutivo da Condição do Imigrante. Revista Travessia. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2000.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: HUCITEC, 1973.

WOODWARD, K. (2000) Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Da; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7-72.



Ricardo Rippel

<http://lattes.cnpq.br/7033199508468805>

E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br

Pós Doutor pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-2005); Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR-1995), Especialista em Teoria Econômica (UFPR-1989) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - 1985).



Jonas da Silva Henrique

<http://lattes.cnpq.br/1230913050557386>

E-mail: jhenriquebass@gmail.com

Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios – PGDRA na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – 2014), Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – 2013).

REALIZAÇÃO



APOIO

